SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA ***03***

LÍNGUA PORTUGUESA I – PROFESSOR ANDRESAN **05**

FUNÇÕES SINTÁTICAS 05

CONCORDÂNCIA VERBAL 17

VERBOS 25

LÍNGUA PORTUGUESA II – PROFESSOR MARCELLO **33**

FONÉTICA 33

ACENTUAÇÃO 41

CRASE 51

ORAÇÕES 59

PONTUAÇÃO 73

CONCORDÂNCIA NOMINAL 87

REGÊNCIA VERBAL 103

CLASSES DE PALAVRAS E SEUS EMPREGOS 115

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS 123

ORTOGRAFIA 131

PRONOMES 133

VOZES VERBAIS 147

DISCURSO DIRETO E DISCURSO INDIRETO 155

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS 159

REDAÇÃO OFICIAL 165

LEGISLAÇÃO ***173***

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 175

LEI Nº 8.112/90 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS 187

REGIMENTO GERAL DA UFRGS 222

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO..... 245

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO..... 247

EXERCÍCIOS..... 313

ORÇAMENTO PÚBLICO..... 319

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS..... 321
2. EXERCÍCIOS..... 331

Língua Portuguesa

LÍNGUA PORTUGUESA I
PROFESSOR ANDRESAN

FUNÇÕES SINTÁTICAS

Localização do sujeito

Definição gramatical: **Sujeito** é o ser sobre o qual se faz uma declaração.

Reconhecimento do sujeito

Exs.:
A)
B)
C)

2. OBJETO DIRETO
é o complemento de um verbo transitivo direto. Vem, normalmente, ligado ao verbo sem preposição.

PONTOS IMPORTANTES

A) Pergunta para encontrar o objeto direto.

B) Sujeito X Objeto Direto

C) Pronome oblíquo de terceira pessoa que representa objeto direto.

3. OBJETO INDIRETO
é o complemento de um verbo transitivo indireto, isto é, o complemento se liga ao verbo por meio de preposição.

PONTOS IMPORTANTES

A) Pergunta para encontrar o objeto indireto.

B) Pronome Oblíquo que representa objeto indireto.

OBJETO DIRETO X OBJETO INDIRETO

EXERCÍCIOS I
Classifique os complementos verbais (objeto direto ou objeto indireto) em destaque nas frases abaixo.

1) Ceda o lugar aos mais velhos.

2) Construí uma bela casa.

3) O quarentão se apaixonou por uma adolescente.

4) Chamei um técnico.

5) As orquídeas gostam de ambientes úmidos e quentes.

6) A televisão deve às crianças programações mais ricas e educativas.

7) Não respondia às minhas perguntas.

8) Os pais preocupam-se com os filhos.

9) Devemos comunicar o fato ao diretor.

10) Procurei o livro, mas não o encontrei.

11) Deste modo prejudicas-te.

12) Roberto hostilizava o amigo.

13) Nunca desobedeci ao meu pai.

14) A namorada não te esperou?

15) Ela me traiu.

16) Confiou-me as chaves.

17) A terra nos pertencia.

Complete com a forma correta.

1) Sobram- _____ qualidades e recursos. (os/lhes)

2) Isto não _____ convém. (o/lhe)

3) Procurei- _____ muito. (a/lhe)

4) Ninguém _____ viu. (o/lhe)

5) Ela _____ confessará tudo. (os/lhes)

6) Conheço-_____.(o/lhe)

Anotações

4. COMPLEMENTO NOMINAL

é o termo que se liga a um substantivo abstrato, adjetivo ou advérbio, através de uma preposição, com a função de completar algum desses termos. O complemento nominal tem sempre sentido passivo.

PONTOS IMPORTANTES

5. ADJUNTO ADNOMINAL

é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste. Tem sentido ativo quando introduzido por uma preposição.

PONTOS IMPORTANTES

COMPLEMENTO NOMINAL X OBJETO DIRETO

EXERCÍCIOS II

Use o seguinte código para os termos sublinhados: (1) complemento nominal, (2) objeto indireto.

1. Deparei ***com um estranho***. ( )
2. Ninguém fez referência ***ao namoro de Susana***. ( )
3. Eu me referi ***ao namoro de Susana***. ( )
4. A admiração ***de José*** ***por Renata é flagrante***. ( ) ( )
5. Ele receava ***por tudo***. ( )
6. Ele estava receoso ***de tudo***. ( )
7. Ele gosta ***de livros*** e tem gosto ***pelas artes***. ( ) ( )
8. A compra ***daquele jogador*** foi uma grande aquisição do clube. ( )
9. A alusão ***aos alunos*** foi silenciosa. ( )
10. O pensamento ***de Lúcia*** é estranho, ela nunca pensa ***no futuro***. ( )

6. AGENTE DA PASSIVA

é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Este complemento verbal vem normalmente introduzido pela preposição ***por*** e, algumas vezes, por ***de***.

EXEMPLOS

O livro foi feito ***pelos alunos***.

O procedimento de Carlos era conhecido ***de todos.***

7. ADJUNTO ADVERBIAL

é o termo da oração que indica uma circunstância do fato expresso pelo verbo ou intensifica o sentido do verbo, do adjetivo e do advérbio. O adjunto adverbial exerce, portanto, a função de modificador e de intensificador.

Principais tipos de Adjunto Adverbial

a)

b)

c)

d)

2) Outros tipos

ASSUNTO Falávamos sobre futebol.
CONFORMIDADE Vivemos conforme a situação.
INSTRUMENTO Ela o matou com uma faca.
MEIO Iremos de carro.
INTENSIDADE Maria Eduarda ficou muito triste.
MATÉRIA A vela é feita de cera.
OPOSIÇÃO Lutaremos contra a injustiça.
COMPANHIA Fomos com Maria.
CONCESSÃO Apesar da chuva, foi à praia.
FINALIDADE Prepare-se para a festa.
DÚVIDA Acaso ele entende mesmo de poema?
NEGAÇÃO João não virá.

8. APOSTO
é um termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de esclarecimento.

PONTOS IMPORTANTES

9. VOCATIVO
é um termo classificado à parte, pois não pertence ao sujeito nem ao predicado. É utilizado para realizar invocações, chamados. Deve ser colocado sempre entre vírgulas, no caso de aparecer no meio da oração, e seguido ou antecedido de vírgula, caso ocorra no início ou no fim de uma oração.

PONTOS IMPORTANTES

Posição do Vocativo

a) Início

Márcia, não sai daqui.

b) Meio

Não saia, ***Márcia***, daqui.

c) Fim

Não saia daqui, ***Márcia***.

10. PREDICATIVO

é o termo da oração que indica uma característica que se atribui ao sujeito ou ao objeto.

PONTOS IMPORTANTES

a) Predicativo do Sujeito

Eles parecem ***tristes***.

b) Predicativo do Objeto

João considerou o negócio ***ótimo.***

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Predicativo do Sujeito X Objeto Direto

Predicativo do Sujeito X Adjunto Adverbial

4) Funções do LHE

QUESTÕES DE CONCURSO
FUNÇÕES SINTÁTICAS

1. "As cartas, enviei-as ontem, pelo portador da Companhia."
A função sintática do termo sublinhado é:
a) objeto indireto
b) sujeito
c) objeto direto
d) adjunto adnominal
e) complemento nominal

2. Sou amado *por aquelas duas mulheres*.
Idem à anterior.
a) objeto direto
b) objeto indireto
c) agente da passiva
d) predicativo do sujeito
e) sujeito

3. Assinale a frase em que há complemento nominal.
a) Tudo lhe é indiferente
b) A casa de José é bonita.
c) Preciso de você.
d) Nada me perturba.
e) Nada me interessa.

4. A recordação *da cena* persegue-*me* até hoje.
Os termos em destaque são, respectivamente:
a) objeto indireto, objeto indireto
b) complemento nominal, objeto direto
c) complemento nominal, objeto indireto
d) objeto indireto, objeto direto
e) n.d.a.

5. Assinale a oração que começa com uma adjunto adverbial de tempo:
a) Com certeza havia um erro no papel branco.
b) No dia seguinte Fabiano voltou à cidade.
c) Na porta, (...) enganchou as rosetas das esporas
d) Não deviam tratá-lo assim.
e) O que havia era safadeza.

6. Na oração seguinte: "Você ficará tuberculoso, de tuberculose morrerá'', as palavras destacadas são, respectivamente:
a) adjunto adverbial de modo, adjunto adverbial de causa.
b) objeto direto, objeto indireto
c) predicativo do sujeito, adjunto adverbial
d) ambas predicativos
e) n.d.a.

7. Jovens, tenham cuidado com os livros, seus verdadeiros amigos.
A função sintática da palavra ou expressão sublinhada é, respectivamente:
a) sujeito – objeto indireto;
b) sujeito – aposto;
c) vocativo – aposto;
d) vocativo – complemento nominal;
e) aposto – objeto direto.

8. Coloque V ou F nos parênteses, conforme seja verdadeira ou falsa a afirmação, e depois assinale a alternativa correta.
( ) Em *Não conseguiremos ensinar às pessoas o amor à vida*, os termos destacados são, respectivamente, um objeto indireto e um complemento nominal.
( ) Em *É preferível o otimismo das ações ao pessimismo das idéias*, o termo em destaque é objeto direto.
( ) Em *Há muito para ser feito, mas o tempo é curto*, o sujeito da primeira oração é inexistente, e o da Segunda é o tempo.
( ) Em *O amor pela biodiversidade da vida continua sendo a nossa melhor arma*, o termo destacado é predicativo.

a) V, F, V, V.
b) V, F, V, F.
c) F, V, V, F.
d) F, V, F, V.
e) F, F, V, V.

9. Existem algumas pessoas que já aderiram ao movimento. A função sintática das expressões sublinhadas é, respectivamente,
a) sujeito – objeto indireto
b) sujeito – complemento nominal
c) objeto direto – objeto indireto
d) objeto direto – complemento nominal
e) adjunto adverbial – objeto direto

1. Um relatório apresentado pela Academia Nacional de
2. Ciências dos Estados Unidos sustenta que está
3. comprometido o futuro da Estação Espacial
4. Internacional, laboratório científico instalado numa
5. órbita a 400 quilômetros da Terra. Construído por um
6. consórcio de 16 países, liderado pelos EUA, o projeto
7. foi abalado com a decisão da Nasa de cortar custos e
8. diminuir o número de astronautas. A estação deveria
9. abrigar sete pessoas, mas foram eliminados alguns
10. módulos. Hoje só comporta três indivíduos. O
11. resultado, diz o documento, é que foi posto de lado o
12. propósito primordial, que seria fazer experiências científicas no espaço.

10.A que sujeito se refere o verbo ‘comportar’, linha 10?
a) a estação;
b) sete pessoas;
c) se;
d) três indivíduos;
e) módulos.

11. Que função sintática exerce a expressão ‘laboratório científico instalado numa órbita a 400 quilômetros da Terra’, linhas 4 e 5?
a) A expressão explica o termo ‘Estação Espacial Internacional’, adquirindo a função de aposto.
b) A expressão indica a circunstância do termo ‘Estação Espacial Internacional’, adquirindo a função de adjunto adverbial.
c) A expressão caracteriza ou determina o substantivo ‘Estação Espacial Internacional’, adquirindo a função de adjunto adnominal.
d) A expressão é o complemento do verbo ‘sustentar’,
e) N.D.A.

12. Em: “Não eram tais palavras compatíveis **com a sua posição**”, o termo em destaque é:
a) complemento nominal
b) objeto indireto
c) objeto direto
d) sujeito
e) agente da passiva.

Tinha grande amor **à humanidade**.
As ruas foram lavadas **pela chuva**.
Ele é rico **em virtudes**.

13. Os termos destacados são, respectivamente:

a) complemento nominal, agente da passiva, complemento nominal.
b) objeto indireto, agente da passiva, objeto indireto.
c) complemento nominal, objeto indireto, complemento nominal.
d) objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva
e) sujeito, aposto e objeto indireto

14.Assinale o item em que a função não corresponde ao termo em destaque.
a) Comer demais é prejudicial **à saúde**. Complemento nominal.
b) Jamais me esquecerei **de ti**. Objeto indireto.
c) Ele foi cercado **pelos amigos sinceros**. Agente da passiva.
d) Não tens interesse **pelos estudos**. Complemento nominal.
e)Tinha grande necessidade **de afeto**. Objeto indireto.

15. Analise o termo destacado: “Uniu-se à melhor das noivas, **a Igreja**, e oxalá vocês se amem tanto.”
a) aposto
b) adjunto adnominal
c) adjunto adverbial
d) pleonasmo
e) vocativo

16. Aponte a correta análise do termo destacado.
“Ao fundo, as pedrinhas claras pareciam **tesouros abandonados**.”
a) predicativo do sujeito
b) adjunto adnominal
c) objeto direto
d) complemento nominal
e) predicativo do objeto direto

17. Em todas as orações o termo destacado está analisado corretamente, **exceto** em:
a) Existe, nesta cidade, **um carpinteiro**. (objeto direto)
b) É importante **o apoio dos operários**. (sujeito)
c) Já tínhamos certeza **da derrota**. (complemento nominal)
d) O estudante permaneceu **inalterável**. (predicativo)
e) Renato, **o engenheiro**, logo protestou. (aposto)

18. Observe as frases abaixo:
“A água doce é um recurso renovável pela própria natureza.”
“Traz vida para o ser humano a água doce.”
Indique a função sintática exercida pelos termos destacados nas duas frases, respectivamente:
a) sujeito, agente da passiva
b) sujeito, sujeito
c) agente da passiva, sujeito
d) predicativo do sujeito, sujeito
e) sujeito, objeto direto

19. Considere o seguinte trecho: “Com os dias, Senhora, *o leite* primeira vez coalhou”. Em qual das alternativas abaixo o termo destacado apresenta a mesma função sintática do termo sublinhado anteriormente?
a) “Toda a casa era ***um corredor*** deserto...”.
b) “Uma hora da noite ***eles*** se iam...”.
c) “... como a última luz ***na varanda***”.
d) “Às ***suas violetas***, na janela, não lhes poupei água...”.
e) “Não tenho ***botão*** na camisa...”.

20. Em A mulher ouve-**lhe** os passos , o pronome destacado exerce função de
a) objeto direto.
b) objeto indireto.
c) aposto.
d) adjunto adnominal.
e) agente da passiva.

21. “Neste ano, o domingo de Páscoa cai em 23 de março, apenas um dia depois da data mínima possível.”
Com relação à frase acima, assinale a alternativa **correta**.
a) O sujeito da frase é indeterminado.
b) O predicado é nominal.
c) Há dois verbos na frase e o segundo é da 3ª conjugação.
d) A frase é interrogativa.
e) O sujeito da frase é “o domingo de Páscoa”.

22. A cheia, <u>assunto de todas as pessoas</u>, causava tristeza. A expressão destacada é:
a) vocativo
b) adjunto adverbial
c) aposto
d) predicativo do sujeito
e) n.d.a.

FUNÇÕES SINTÁTICAS I

01. C	06. C	11. A	16. A	21. E
02. C	07. C	12. A	17. A	22. C
03. A	08. A	13. A	18. B	
04. B	09. A	14. E	19. B	
05. B	10. A	15. A	20. D	

CONCORDÂNCIA VERBAL

Regra Geral ➔ O verbo concorda com o núcleo sujeito em número e pessoa.

Corrija, quando necessário, a concordância do verbo.

1. Não existe, pois, no futebol brasileiro, razões para angústias,
2. Faltam, no gramado de nossos estádios, talentos incomparáveis.
3. Já chegou hoje os três representantes da Argentina.
4. Resta ainda alguns participantes.
5. Vem do Uruguai as sugestões para a reforma.
6. Existem na atualidade diferentes tipos de comportamento.
7. Podem provocar uma séria lesão as picadas daquele mosquito.
8. Faltam aos países subdesenvolvidos uma legislação mais rigorosa para esses crimes.
9. Persistem por muito tempo no meio ambiente os efeitos nocivos desse gás.
10. Possuem elevado grau de complexidade os problemas matemáticos daquele professor.

Complete as frases com dele ou de ele, deles ou de eles, dela ou de ela, delas ou de elas, de ou dos, de a ou das.

a) Apesar _____ trabalhadores ganharem mal, ainda dão o melhor. (dos/de os)
b) O fato _____ mentir é grave.(dela/de ela)
c) A mentira _____ não convenceu ninguém.(dela/de ela)
d) Antes _____ reler o livro, poderá falar.(dela/de ela)
e) No momento _____ diretora falar, vamos fazer silêncio.(da/ de a)
f) A despeito _____ jogador ser aplaudido, foi mandado embora.(do/de o)
h) O cartaz _____ filme era horrível. (do / de o)

1. A contração de preposição com artigo está **incorreta**, do ponto de vista da língua culta padrão, na alternativa

a) Resultado do seu último planejamento estratégico
b) o Estado continua com o controle do banco
c) A perspectiva concreta do Brasil atingir o investiment grade (grau de investimento)
d) Os bons resultados do crescimento econômico do Estado nos últimos anos
e) A tendência da redução das taxas de juros no mercado interno

QUESTÃO TÍPICA

CASOS ESPECIAIS

1. **Verbos impessoais** ➔ Há verbos que não têm sujeito. É o caso dos verbos impessoais

1.1. HAVER – no sentido de existir

Ex.: Havia poucas mulheres na sala.

Obs.: Caso forme locução com outro verbo, a impessoalidade do verbo haver o contaminará.

Exs.: Vai haver novas oportunidades.
Poderá haver algumas modificações.

ATENÇÃO: Nem sempre o verbo haver é empregado no sentido de EXISTIR.

Ex.: Naquele dia, eles haviam chegado tarde.

1.2 FAZER – indicando tempo, temperatura.

Exs.: Faz dez anos que partiu.
Faz dias quentes em Recife.

Obs.: Formando locação com outro verbo. A impessoalidade do verbo FAZER passará para o outro.

Exs.: Vai fazer três meses que estou sem namorado.

Exercícios

Sublinhe a forma correta:
1. Onde você andava? **Fazem/Faz** mais de três horas que a espero.
2. Talvez **houvessem/houvesse** soluções melhores do que aquela.
3. **Vão/Vai** terminar acontecendo coisas desagradáveis.
4. **Vão/Vai** terminar havendo coisas desagradáveis.
5. **Haviam/Havia** ocorrido vários acidentes naquele local.
6. **Haviam/Havia** vários carros naquele local.
7. Acho que **devem/deve** haver duas colheres ali.
8. Acho que **devem/deve** bastar duas colheres de açúcar.
9. **Hão/Há** de haver outras saídas.
10. **Hão/Há** de existir outras saídas.
11. Espero que **hajam/haja** sobrado algumas cervejas.
12. Espero que **hajam/haja** algumas cervejas no gelo.
13. Já **começam/começa** a haver esperanças.
14. Não **podem/pode** haver hesitações
15. No domingo, ***farão/fará*** seis meses que as aulas começaram; pode-se dizer que só ***faltam/falta*** trinta dias para as férias.

2. Concordância na PASSIVA SINTÉTICA ➔ Quando o verbo vier acompanhado da partícula **se**, haverá sujeito e com ele será feita a concordância, se for passiva sintética ou pronominal.

Observe os exemplos: Fazem-se carretos.
Vende-se um apartamento.
Vendem-se dois apartamentos.
Consertam-se calçados.
Contrataram-se professores.

ATENÇÃO ➔ Não haverá concordância, se o termo que acompanha o verbo for preposicionado (objeto indireto) ou se o verbo for intransitivo. Nesses casos, temos o sujeito indeterminado.

Exs.: Necessita-se de ajudantes.
Precisa-se de excelentes jogadores.
Assistiu-se a bons espetáculos.
Vive-se bem em Alvorada.

Sublinhe a forma correta:
1. Trata-se/Tratam-se de vírus desconhecidos.
2. Nas metrópoles se decide/ se decidem os rumos da modernidade.
3. Incorre-se/Incorrem-se em erros ao avaliar o progresso.
4. Às vezes se carece/ se carecem de critérios confiáveis.
5. Acerta-se/Acertam-se muitas vezes estas questões.
6. É bom que se organize/organizem, se possível, os papéis.
7. É um época em que se vive/vivem todas as restrições
8. Convém que se obedeça/obedeçam a todas as normas
9. A maneira como se expõe/expõem os assuntos não atrai os alunos.
10. Convém que se levante/levantem os problemas, que se reflita/reflitam sobre os assuntos e não se tome/tomem medidas apressadas**.**

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Concordância com o verbo SER ➔ Se o verbo SER for impessoal, ou seja, indicando hora,data, distância, concordará com o predicativo.

3.2 Sujeito composto

3.3 A concordância com expressões partitivas será opcional.

3.4. Concordância com os verbos VIR e TER e derivados.

Ex.: Ele tem dois filhos. Ele mantém a decisão.
Eles têm dois filhos. Eles mantêm a decisão.

Anotações

QUESTÕES DE CONCURSO

1. Se, no período “Já no caso do horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ocorrer no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação do programa.”, o substantivo destacado for passado para o plural, quantas outras modificações serão necessárias na frase para ajustes de concordância?
a) Uma.
b) Duas.
c) Três.
d) Quatro
e) Cinco.

2. Em A ***espécie*** era totalmente desconhecida de todos os índios Macuxis. se a palavra em destaque fosse para o plural quantas **outras** alterações seriam necessárias para que a frase ficasse **correta**?
a) Uma.
b) Duas.
c) Três.
d) Quatro.
e) Nenhuma.

3. Em relação à concordância verbal, assinale a alternativa **incorreta**.
a) Se as folhas grandes tiverem no verso a folhinha menor, é sinal que existe muito amor no lar.
b) Grande parte da população amazônica acreditam que o Tamba-tajá são um amuleto do amor.
c) Nunca houve um casal que se amasse tanto.
d) Comunicou aos amigos sua decisão de casar logo.
e) O guerreiro foi à floresta e cavou um buraco bem fundo.

4. Assinale a alternativa que apresenta **correta** concordância verbal.
a) Não podem haver rasuras nesses documentos.
b) Se não existisse tantas injustiças, não haveria tantas crises sociais.
c) Embora ainda coubessem algumas pessoas, as portas foram fechadas.
d) Não deveriam haver discriminações entre gordos e magros.
e) As responsabilidades serão apuradas, sejam elas de quem for.

Com sorte, a pessoa podia apaixonar-se depois de casada.

5. Se substituíssemos a palavra pessoa por noivos, quantas outras palavras sofreriam ajustes de concordância?
a) Uma
b) Duas
c) Três
d) Quatro
e) Cinco

6. Com relação à concordância verbal, assinale a alternativa **incorreta**.
a) A felicidade, você e eu caminharemos juntos.
b) As paredes pareciam tremer.
c) Desconfiavam-se de algumas pessoas.
d) O treinador foi um dos que não faltou.
e) Mais de um atleta desistiu da prova.

7. Assinale a alternativa com concordância nominal **incorreta**.
a) Ela sempre pareceu meia assustada.
b) Elas mesmas assim o queriam.
c) A árvore de cujas folhas e frutos lhe falei, é essa.
d) Envio-lhe anexa a certidão de casamento.
e) Estava com bolsos e mãos cheias de pedras.

8. Assinale a alternativa que completa, **corretamente**, a lacuna da frase abaixo. “_____ três meses que ele não aparecia por aqui.”
a) Faziam
b) Fizeram
c) Fazia
d) Fariam
e) Fizessem

9. Em “Se **eu** recuperar todo o dinheiro roubado, tentarei concluir o projeto.”, se passarmos para o plural a palavra destacada, quantas **outras** alterações se farão necessárias?
a) Uma.
b) Duas.
c) Três.
d) Quatro.
e) Cinco.

10. Se, no período “Este **dado** é fundamental para que o Banestes continue crescendo e, ao mesmo tempo, mantenha sua posição de lucratividade, hoje classificado como o banco público de maior rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido”, o substantivo destacado fosse para o plural, quantas outras modificações seriam necessárias para ajuste de concordância?
a) Uma.
b) Duas.
c) Três.
d) Quatro.
e) Seis.

11. Com relação à concordância verbal, está **correta** a alternativa
a) Houveram dias em que pensei ser impossível sair de casa.
b) Já fazem vários dias que os candidatos chegaram à cidade.
c) Iniciaram o desfile pelas ruas o bloco de afoxé e seus componentes.
d) Agora é, exatamente, onze e meia; falta apenas quinze minutos para sairmos.

12. Toda a verdade dos fatos ....., ainda que ..... as revelações.
a) será apurado - doa.
b) serão apurados - doa.
c) será apurada - doam.
d) será apurado - doa.
e) serão apurada - doam.

13. O meio passa a ter sentido graças às necessidades e aspirações do homem. Que valor ..... os bens materiais se não ..... as necessidades do homem e se não ..... aspirações?
a) teria - fosse – existisse
b) teriam - fossem – existisse
c) teriam - fossem – existissem
d) teria - fossem – existissem
e) teriam - fosse - existissem

14. Nas duas margens, ... relva abundante; contudo, lá onde ..... ervas perigosas, no matagal, é que ..... os bois e os cavalos.
a) crescem - existem - pastavam.
b) cresce - existem - pastavam.
c) cresce - existe - pastava.
d) cresce - existe - pastavam.
e) crescem - existe - pastava.

15. Assinale a alternativa em que a concordância do verbo está ERRADA:
a) Acho que devem bastar duas colheres de açúcar.
b) Vão terminar acontecendo coisas desagradáveis.
c) Eles acham que pode ficar faltando uma dúzia de ingressos.
d) De fatos como esses decorre uma grande sensação de impunidade.
e) Deve ter sobrado uns cinco reais.

16. Assinale a alternativa em que a concordância do verbo grifado está **correta**:
a) Mesmo que se **tratem** de pessoas honestas, exija um fiador.
b) É importante que **haja** muitas faculdades de Letras.
c) Espero que, em fevereiro, **façam** dias menos ventosos.
d) **Haviam** quatro semanas que o navio estava no porto.
e) Se não **houverem** imprevistos, chegaremos amanhã.

17. Em todos os enunciados abaixo, a concordância está correta, **EXCETO** em:
a) Foi ele quem levou o país a tomar posição contra o autoritarismo.
b) Os estrangeiros têm uma visão arrogante sobre o Brasil.
c) Houve muitas oportunidades de provar o nosso patriotismo.
d) Fazem 500 anos que sempre há alguém querendo salvar essa brava gente brasileira.
e) Dizem-se muitas inverdades sobre o povo brasileiro.

18. Que ..... ou não existido os deuses mitológicos pouco importa. Já ..... séculos que a Arte os ..... vivos.
a) houvesse – faz – mantêm
b) houvesse – fazem – mantêm
c) houvessem – faz – mantém
d) houvessem – fazem – mantém
e) houvessem – faz - mantêm

19. O Rio, nos primeiros anos trinta, sabia onde eram os cafés dos sambistas, dos músicos, dos turfistas e dos boêmios. Se substituíssemos “os cafés” por “o café”, quantas outras palavras precisariam obrigatoriamente de concordância?
a) nenhuma.
b) uma.
c) duas.
d) três.
e) quatro.

20. “Naquela época, só podiam votar os homens maiores de 25 anos e era exigida uma renda anual superior a cem mil réis”.
Se substituíssemos a palavra “homens” por “homem”, essas substituição implicaria mudanças em mais:
a) uma palavra
b) duas palavras
c) três palavras
d) quatro palavras
e) cinco palavras

O homem do mundo contemporâneo vive uma preocupação crônica: a busca desenfreada do ter.

21. Se a palavra “homem” (1.1) fosse substituída por homens , teriam de passar obrigatoriamente para o plural mais ..... palavras.
a) Sete.
b) Seis.
c) Cinco.
d) Quatro.
e) Duas.

22. “Naquela época, só podiam votar os homens maiores de 25 anos e era exigida uma renda anual superior a cem mil réis”.
Se substituíssemos a palavra “homens” por “homem”, essa substituição implicaria mudança em mais:
a) uma palavra
b) duas palavras
c) três palavras
d) quatro palavras
e) cinco palavras

23. Assinale a alternativa em que a concordância do verbo grifado está **correta**:
a) Mesmo que se **tratem** de pessoas honestas, exija um fiador.
b) É importante que **haja** muitas faculdades de Letras.
c) Espero que, em fevereiro, **façam** dias menos ventosos.
d) **Haviam** quatro semanas que o navio estava no porto.
e) Se não **houverem** imprevistos, chegaremos amanhã.

Rio, nos primeiros anos trinta, sabia onde eram os cafés dos sambistas, dos músicos, dos turfistas e dos boêmios.

24. Se substituíssemos "os cafés" por "o café", quantas outras palavras precisariam obrigatoriamente de ajuste na concordância?
a) Nenhuma
b) Uma
c) Duas
d) Três

1. Mas é curioso: essa mesma fabricação
2. imaginária que santifica a natureza contribui para
3. agravar ainda mais a selvageria nas cidades.
4. Basta observar. Transeuntes se trajam como
5. quem vai enfrentar o mato, os bichos, o
6. desconhecido. Relógios de mergulhadores são
7. ostentados por garotos que mal sabem ver as
8. horas; botas de vaqueiro, próprias para pisar
9. currais, freqüentam cerimônias de casamento;
10. fardas militares de guerrilheiros amazônicos
11. passeiam pelos shoppings. No trânsito, jipes
12. brucutus viraram a última moda. Com pneus
13. gigantescos e agressivos do lado de fora, e
14. estofamento de couro do lado de dentro, são uma
15. versão sobre quatro rodas dos condomínios
16. fechados.

25. Considere as seguintes sugestões de substituição de palavras do texto.
I. Substituição da palavra fardas (l.10) por uniforme.
II. Substituição da expressão fabricação imaginária (l. 1-2) por mitos fabricados.

Tais substituições acarretariam ajustes de concordância nas frases em que ocorressem.

Assinale a alternativa que apresenta o número de outras palavras do texto que deveriam ser obrigatoriamente modificadas nos casos I e II, respectivamente.
a) 1 – 2
b) 1 – 3
c) 2 – 3
d) 2 – 4
e) 4 – 4

Os negros, porém, ao longo de todo o período colonial, tentaram superar a diversidade de culturas que os dividia, juntando fragmentos das mesmas mediante procedimentos diversos, entre eles a formação de quilombos e a realização de batuque e calundus. [...]

26. Se substituíssemos **Os negros** por **O povo africano**, quantas outras palavras da frase deveriam ser modificadas para fins de concordância?
a) Nenhuma
b) Uma
c) Duas
d) Três
e) Quatro

Tudo isso parece exagerado e, no brasil, é apresentado como ridículo. ....., há que destacar que é positivo no chamado politicamente correto: a idéia – óbvia para qualquer lingüista, psicólogo ou psicanalista – de que a linguagem não é neutra, mas expressa, produz e reproduz uma visão de mundo. Se a linguagem não se limita a traduzir fatos, mas tende a expressar pontos de vista, é preciso expô-los e eventualmente combatê-los.

27. Se substituíssemos a expressão Tudo isso por Esses fatos, quantas outras palavras da frase teriam de sofrer ajustes de concordância?
a) Uma.
b) Duas.
c) Três.
d) Quatro.
e) Cinco.

Uma pessoa excessivamente tímida ou muito agressiva terá problemas para conseguir um bom emprego, ... na profissão ou ter bom relacionamento familiar, por maior que seja seu QI. .... que os novos estudos estão mostrando no momento é que um cérebro jovem tende, sim, a ser mais inovador e revolucionária. Mas, como um bom vinho ou uma boa idéia, ele também pode amadurecer e melhorar com o tempo. Basta ser estimulado.

(Adaptado de: GUARACY,Tales; RAMALHO, Cristina. Veja. 19

28. Considere a hipótese de substituir um cérebro jovem por cérebros jovens. Isso acarretaria algumas outras modificações. Nessa situação, seria INCORRETO substituir

a) tende por tendem
b) inovador e revolucionário por inovadores e revolucionários.
c) Ele e pode por eles e podem.
d) Amadurecer e melhorar por amadurecerem e melhorarem.
e) Ser estimulado por serem estimulados.

Com freqüência, eles descrevem as populações locais como iletradas e ignorantes; porém, delas dependia, em boa medida, o êxito das expedições dos naturalistas.

29. Se substituíssemos as populações locais por a população local, quantas outras palavras da frase deveriam ser modificadas para fins de concordância?
a) Nenhuma.
b) Uma.
c) Duas.
d) Três.
e) Quatro.

30. Assinale a alternativa que contém **erro de concordância verbal:**
a) Uma porção de pessoas viram o acidente.
b) Não eras tu que defendias isso.
c) Talvez haja aulas amanhã.
d) Surgia vagarosamente as luzes da cidade.
e) Tu e ele partireis cedo.

GABARITO – CONCORDÂNCIA VERBAL
01. B 02.C 03.B 04.C 05.C 06.C 07.A
08.C 09.B 10.C 11.C 12.C 13.C 14.B
15.E 16.B 17.D 18.C 19.B 20.C 21.E
22.B 23.B 24.B 25.D 26.C 27.E 28.D
29.D 30.D

I - VERBOS – MODOS E TEMPOS

A) MODO INDICATIVO

Expressa certeza.

1. Presente

cant o
cant as
cant a
cant amos
cant ais
cant am

2. Pretérito Perfeito

cant ei
cant aste
cant ou
cant amos
cant astes
cant aram

3. Pretérito Imperfeito

cant ava
cant avas
cant ava
cant ávamos
cant áveis
cant avam

4. Pretérito mais-que-perfeito

cant ara
cant aras
cant ara
cant áramos
cant áreis
cant aram

5. Futuro do Pretérito

cant aria
cant arias
cant aria
cant aríamos
cant aríeis
cant ariam

6. Futuro do Presente

cant arei
cant arás
cant ará
cant aremos
cant areis
cant arão

B) MODO SUBJUNTIVO

Expressa dúvida, possibilidade, incerteza.

1) Presente

cant e
cant es
cant e
cant emos
cant eis
cant em

2) Pretérito Imperfeito

cant asse
cant asses
cant asse
cant ássemos
cant ásseis
cant assem

3) Futuro

cant ar
cant ares
cant ar
cant armos
cant ardes
cant arem

C) IMPERATIVO

Expressa uma ordem, pedido.

1) Afirmativo

canta tu
cante você
cantemos nós
cantai vós
cantem vocês

FORMAÇÃO:

2) Negativo

não cantes tu
não cante você
não cantemos nós
não canteis vós
não cantem vocês

FORMAÇÃO:

EXEMPLO

QUESTÕES – VERBOS

No jantar, os dois homens concordaram que, se o bebê fosse homem, seria casado com a sobrinha de seis anos.

01. Considerando o contexto global em que ocorre, a melhor paráfrase para a estrutura seria casado com seria
a) fariam com que se casasse com
b) gostaria de casar-se com
c) conseguiria casar-se com
d) acabaria casando-se com
e) o deixariam casar-se com

02. Há muitas diferenças entre a fala coloquial e os registros mais formais do português. Coloquialmente, por exemplo, usa-se com muita freqüência, em vez do futuro do pretérito - para indicar um fato que seria conseqüência certa e imediata de outro, mas que não ocorreu ou de cuja ocorrência não se tem certeza - outro tempo verbal. Esse é precisamente o caso do emprego da forma verbal
a) pode-se dizer
b) se apropriam
c) declaram
d) apareceu
e) devia

Essa política, a multiplicidade lingüística dos negros e as
hostilidades recíprocas que trouxeram da África dificultaram a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano, incluindo-se aí a preservação das línguas

03. Dentre as sugestões de substituição da forma verbal **retivessem**, assinale a que acarretaria mudança no significado da frase original.
a) retiveram
b) teriam retido
c) pudessem reter
d) permitiriam reter
e) reteriam

04. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da afirmação abaixo.
A idéia de processo ..... , presente na forma verbal **vêm usando**, seria mantida caso esta fosse substituída por ..... .

... a diferença é tudo aquilo que grupos sociais hegemônicos vêm usando para excluir ou subjugar minorias...

a) anterior — tinham usado.
b) concluído — usaram.
c) descontínuo — usavam.
d) não-concluído — têm usado.
e) repetitivo — teriam usado.

A indústria cultural vende Cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez.

05. A forma verbal que poderia substituir **perturbem** corretamente, considerando-se o contexto, é
a) perturbarem.
b) perturbariam.
c) tenham perturbado.
d) perturbavam.
e) haviam perturbado.

A indústria cultural vende Cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor.

06. A forma verbal **deve** poderia ser substituída, sem acarretar alteração no significado da frase, por
a) tem de.
b) poderá.
c) tem condições de.
d) acaba por.
e) é provável que venha a.

07. Embora os testes muitas vezes ..... o sucesso na futura profissão, os alunos ..... a hora em que ..... sua extinção.
a) predigam – bendizem – propusesse
b) predizem – bendiziam – propuser
c) predizem – bendiriam – propuser
d) predigam – bendiriam – propusesse
e) predizem – bendiziam – propusesse

08. Se ele ....., não ..... de rogado, ... que não o receberei.
a) vir – te faças – diz-lhe
b) vier – te faz – diz-lhe
c) vir – te fale – diz-lhe
d) vier – te faças – dize-lhe
e) vier – te faça – diga-lhe

09. Se você ..... escrúpulos, espero que ..... afastado do dinheiro que ..... no banco.
a) possue – continue – pusemos
b) possue – continue – puzemos
c) possue – continui – pusemos
d) possui – continue – pusemos
e) possui – continui – pusemos

10. Depois que o sol se ....., haverão de ..... as atividades.
a) pôr – suspender
b) por – suspenderem
c) puser – suspender
d) puzer – suspender
e) puzer – suspenderem

11. Eu não ..... a desobediência, embora ela me .....; portanto não ..... comigo.
a) premio – favoreça – contes
b) premeio – favorece – conta
c) premeio – favorece – conte
d) premio – favoreça – contas
e) premeio – favoreça – conte

12. Ele não se aborrecerá enquanto se ..... com leituras ..... continuará assim por muito tempo.
a) entreter – Se não intervieres
b) entreter – Caso não intervenhas
c) entreter – Sem intervires
d) entretiver – Se não intervieres
e) entretiver – Caso não intervires

13. Os organismos do debate ..... na discussão, temendo que ..... intermináveis desentendimentos.
a) interviram – sobrevissem
b) interviram – sobreviesse
c) intervinham – sobreviriam
d) intervieram – sobreviessem
e) intervierem – sobrevissem

14. Assinale a letra correspondente à alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada.
O professor, ... que alguém ..... resultados negativos, ... a tempo.
a) receando, previsse, interveio
b) receiando, prevesse, interveio
c) receiando, previsse, interviu
d) receando, prevesse, interviu
e) receando, previsse, interviu

15. Indique a frase em que o verbo (indicado entre parênteses) esteja conjugado incorretamente:
a) Poderia haver acordo se eles repusessem a quantia gasta individualmente (repor)
b) Queria pedir-lhe que revisse minha última questão da prova (rever)
c) Se eles intervissem com mais calma, não teria ocorrido tumulto . (intervir)
d) Poderíamos ter ido todos juntos, se coubéssemos no meu carro. (caber)
e) Se eles sempre nos contradissessem, já esperaríamos seu indeferimento ao projeto, mas nunca houve discordância entre nós. (contradizer)

16. Assinale a letra correspondente à alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada:
Todo aquele que lhe ..... o caminho irrita-o, ainda que não ..... de forma intencional.
a) obstrue, aja
b) obstrui, haja
c) obstrui, aja
d) obstrue, haja
e) obstrói, haja

O avanço do conhecimento é normalmente concebido como um processo linear, inexorável em que as descobertas são aclamadas tão logo venham à luz, e no qual as novas teorias se ..... com base na evidência racional. ..... os entraves da religião desde o século 17, o conhecimento ..... florescendo de maneira livre, contínua.

17. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto na seqüência em que elas aparecem.
a) impõem – Afastados – vêm
b) impõem – Afastado – vêm
c) impõe – Afastados – vêm
d) impõe – Afastado – vem
e) impõem – Afastados – vem

Em 1846,um colega de Semmelweis se cortou enquanto dissecava um cadáver, contraiu uma infecção e morreu. Semmelweis imaginou que o contágio estivesse associado à manipulação de tecidos nas aulas de anatomia.

18. Na frase Semmelweis imaginou que o contágio estivesse associado à manipulação de tecidos nas aulas de anatomia (l. 30-32), o verbo imaginou poderia ser substituído, sem outra alteração na frase, por qualquer um dos verbos abaixo, à exceção de
a) pensou
b) percebeu
c) suspeitou
d) supôs
e) desconfiou

19. Entre as substituições propostas abaixo, assinale a que acarretaria mudança de significado na frase respectiva.

É como se Abdul *dissesse* ***aos que podiam entendê-lo, ou seja, aos ocidentais presentes: não sou todo daqui, minha tribo não resume inteiramente minha humanidade (...)***
Não acredito que a frase de Abdul **fosse** uma artimanha oportunista. É provável que ela manifestasse uma dolorosa contradição de fundo. Por um lado, há a vontade de defender o que, desde sempre, **constitui** uma espécie de essência: a devoção, a fidelidade exclusiva à tribo; por outro, há a sedução da Alemanha, para onde já **fora** o amigo. Qual é a força dessa sedução? Será que está apenas na abundância de bugiganga?
Ultimamente, **tem-se levantado** o espectro da retomada do conflito entre o Islã e a cristandade.

a) dissesse por estivesse dizendo
b) fosse por tenha sido
c) constituí por tem constituído
d) fora por tinha ido
e) tem-se levantado por levantara-se

20. Em ***tudo indica que a mais nova benfeitoria a atravessar a porteira das fazendas é o computador*** (l. 24 a 26) a forma verbal **indica** poderia ser substituída, sem alterar o sentido da frase, por qualquer um dos verbos abaixo, **À EXCEÇÃO DE**
a) contesta.
b) revela.
c) denota.
d) evidencia.
e) mostra

21. Ultimamente os trotes violentos ..... os calouros sofrer humilhações nas quais não ..... enquanto se ..... para o vestibular.
a) fizeram – pensavam – têm preparado
b) têm feito – haviam pensado – preparavam
c) fazem – tenham pensado – prepara
d) tinham feito – haviam pensado – preparavam
e) faziam – pensarem – prepararam

22. "De quem é a culpa? De ninguém. Talvez nossa mesmo".
A forma verbal omitida em "Talvez nossa mesmo" é:
a) foi
b) seria
c) seja
d) tenha sido
e) era

23. Ainda que vários fatores ... a seu favor, estava claro que ele não ... as conseqüências que ... de seu impensado gesto.
a) intervissem – previra – adveriam
b) interviessem – prevera – adviriam
c) intervissem – prevera – adviriam
d) intervissem – prevera – adveriam
e) interviessem – previra – adviriam

24. Os ouvintes .... –se de opinar, temendo que se.... as críticas e os ânimos não se

a) absteram – mantivessem – refazessem
b) absteram – mantessem – refizessem
c) abstiveram – mantivessem – refizessem
d) absteram – mantessem – refazessem
e) abstiveram – mantessem – refizessem

25. Assinale a alternativa que preencha corretamente as lacunas:

Não_____cerimônia,_____que a casa é_____, e_____à vontade.
a) faças – entre – tua – fique
b) faça – entre – sua – fique
c) faças – entre – sua - fica
d) faz – entra – tua – fica
e) faça – entra – tua – fique

26. Em todas as alternativas, a lacuna pode ser preenchida com o verbo indicado entre parênteses, no subjuntivo, exceto em:

a) Olhou para o cão, enquanto esperava que lhe ..... a porta. (abrir)
b) Por que foi que aquela criatura não .... com franqueza? (proceder)
c) É preciso que uma pessoa se ..... para encurtar a despesa. (trancar)
d) Deixa de luxo, minha filha, será o que Deus .... (querer)
e) Se isso me .... possível, procuraria a roupa. (ser)

27. Pode ser que eu... levar as provas, se você... tudo para que eu .... onde estão.

a) consiga – fará - descobriria
b) consiga – fizer – descubra
c) consigo – fizer - descobrir
d) consigo - fizer – descubro
e) consigo – fará – descobrirei

28. – A LIMPAMUNDI não é uma empresa que desrespeita a ecologia. Experimentem nossos serviços. Chame nossos profissionais sem compromisso.

Considere as afirmações seguintes:
I. Há uma ambigüidade indesejável no final do texto.
II. A primeira frase pode ser reescrita mais claramente sem as duas negações existentes.
III. As flexões verbais de duas das frases são incompatíveis entre si.

Quais são as corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III

29. Considere as formas verbais “apareceu”, “é”, “mantê-las” e “houve”. Elas estão respectivamente no:
a)Pretérito perfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo, presente do subjuntivo e pretérito imperfeito do indicativo.
b)Pretérito imperfeito do indicativo, infinitivo, infinitivo e presente do subjuntivo.
c)Presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, gerúndio e pretérito perfeito do indicativo.
d)Pretérito perfeito do indicativo, presente do indicativo, infinitivo e pretérito perfeito do indicativo
e)Futuro do pretérito do indicativo, presente do indicativo, presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo.

30. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:
a)Os congressistas deverão se esforçar para que melhorasse a educação, em vez de agravarem a questão do menor no Brasil.
b) Caso os bispos convencessem os deputados, não passaria nenhum projeto que viesse a prejudicar os menores de 18 anos.
c)Se a força da mídia não afetasse tanto a opinião pública, é possível que esta acabe por se mostrar contrária à redução da maioridade penal.
d)Muito embora seja radical o projeto apresentado pelo líder do PL, são muitos os que haveriam de apoiá-lo, desde o momento em que foi apresentado ao plenário.
e)Sempre haverá quem deseje que a questão do menor se resolve com medidas radicais como as que têm sido apresentadas.

GABARITO

01. A	02. E	03. A	04. D	05. B
06. A	07. D	08. D	09. D	10. C
11. A	12. D	13. D	14. A	15. C
16. C	17. E	18. B	19. E	20. A
21. B	22. C	23. E	24. C	25. B
26. B	27. B	28. E	29. D	30. B

LÍNGUA PORTUGUESA II
PROFESSOR MARCELLO

FONÉTICA

1. FONEMA:

qualquer unidade sonora capaz de estabelecer distinção entre palavras de uma língua.

2. LETRA:

representação gráfica do fonema.

3. FONEMAS E LETRAS – COMPARAÇÕES

3.1. Uma palavra pode apresentar o mesmo número de fonemas e letras.

Ex.: mesa, livro, casa

3.2. O número de fonemas de uma palavra pode ser menor que o número de letras.

Ex.: hora, gueto, carro, assar

3.3. O número de fonemas de uma palavra pode ser maior que o número de letras.

Ex.: táxi,fixo

3.4. O mesmo fonema pode ser representado por mais de uma letra.

Exs.:

Z------cozinha, zero

S------asa, camisa

x------exame, exato

3.5. A mesma letra pode representar mais de um fonema.
Exs.:

o fonema zê---exemplo, exame

o fonema chê-enxame, xale

o fonema sê- aproximar, máximo

o fonema de sons “ks”- sexo, fixo

4. DÍGRAFO

encontro de duas letras representado um só fonema.

4.1. São dígrafos consonantais:

CH- chave	QU- queijo
LH- telha	GU- guerra
NH- ninho	SC- piscina
RR- carro	SÇ- cresça
SS- tosse	XC- excelente

4.2. São dígrafos vocálicos:

Ocorre quando as letras “m” e “n” não representam consoantes, mas tão-somente indicam que a vogal anterior é nasal. É o que ocorre, por exemplo, em:

AM - AN: amplo, cantar
EM - EN: sempre, rente
IM - IN: limpo, pinto
OM - ON: sombra, conta
UM - UN: tumba, fundo

OBSERVAÇÃO

EXERCÍCIOS DE AULA

Indique o número de fonemas das palavras abaixo.

( ) passarinho	( ) humano
( ) assessoramento	( ) Qualquer
( ) guerrilhazinha	( ) processo
( ) sucessor	( ) discente
( ) encaixar	( ) questionar
( ) encantamento	( ) advogassem
( ) tórax	( ) massacrado
( ) chácara	( ) psiquiatria
( ) falam	( ) enquanto
( ) discurso	( ) assassinassem

EXERCÍCIO DE AULA

( ) Faxineira
( ) Correto
( ) Comercial
( ) Indigno
( ) Absoluto
( ) Cataclismo
( ) Pneumologista
( ) Celulares
( ) Advogado
( ) Gaita

Questões

1. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado não corresponde ao fonema representado pela letra x na palavra ***próximo***.

a) minu<u>c</u>ioso
b) <u>s</u>erá
c) pa<u>ss</u>ionais
d) cora<u>ç</u>ão
e) e<u>x</u>aminar

2. Na ortografia da língua portuguesa, usam-se combinações de duas letras para representar apenas um som. Isso não ocorre na palavra
a) florescer
b) assíduo
c) folha
d)exato
e) humilde

3. A pronúncia do verbo ***driblar*** é alterada com frequência na linguagem popular. A razão provável dessa alteração é
a) o uso frequente dessa palavra em conversas a respeito do futebol.
b) a semelhança entre /dr/ a seqüência inexistente em português /dl/.
c) a complexidade da estrutura de complementação desse verbo.
d) a complexidade do evento que o verbo descreve.
e) a presença de dois encontros consonantais em uma só palavra.

4. A pronúncia das palavras na linguagem coloquial por vezes se distancia bastante de sua representação escrita. Em alguns casos, essa diferença chega a determinar uma quantidade diferente de sílabas entre a palavra escrita e sua pronúncia na linguagem coloquial. Este é o caso de todas as palavras abaixo, **com exceção de**
a) objeto
b) psicanalista
c) quarto
d) captar
e) significado

5. Na fala, frequentemente fazemos acréscimos ou supressões de fonemas nas palavras. Tais fatos de pronúncia, contudo, não são registrados na escrita. Todas as palavras abaixo, considerando sua pronúncia na linguagem coloquial, se encaixam nesse caso, à exceção de
a) verdadeira
b) tampouco
c) capturado
d) balé
e) ficção

QUESTÕES DE CONCURSO

1. Assinale a alternativa que apresenta o mesmo número de fonemas da palavra aquele
a) trepou
b) covarde
c) desceu
d) caminho
e) cheirou

2. Na palavra companheiro há:
a) um ditongo crescente e dois encontros consonantais
b) um dígrafo e um hiato
c) um ditongo decrescente e dois dígrafos
d) dois ditongos crescentes
e) um hiato e um dígrafo

3. Assinale a alternativa que apresenta um dígrafo:
a) floresta
b) passeavam
c) gracejar
d) trepou
e) dois

4. Assinale o item cuja palavra contém cinco letras e quatro fonemas
a) outro
b) amigo
c) disse
d) morto
e) deles

5. Assinale a alternativa que apresenta um ditongo nasal decrescente
a) apareceu
b) respiração
c) ouvido
d) cheirou
e) n.d.a

6. A palavra prendia possui um:
a) hiato
b) ditongo crescente
c) tritongo
d) ditongo decrescente
e) n.d.a

7. A alternativa em que há um erro de divisão silábica é:
a) chei-rou, ho-mem, a-mi-go
b) com-pa-nhei-ro, de-sceu, ca-ir
c) dis-se, fin-giu, fe-roz
d) gra-ce-jar, pren-di-a, a-pa-re-ceu
e) n.d.a

8. Na palavra aquele há um
a) ditongo
b) encontro consonantal
c) dígrafo
d) hiato
e) tritongo

9. Assinale o vocábulo que contém cinco letras e quatro fonemas.
a) estou
b) adeus
c) livro
d) volto
e) daqui

10. Assinale a alternativa em que ambas as palavras têm o mesmo número de letras e fonemas.
a) Reconhecer e civilizado.
b) Nossas e velhos.
c) Questão e através.
d) Engenhos e variados.
e) Exibe e filha.

11. A letra ***n*** pode integrar um dígrafo nasal. Tal situação verifica-se na palavra da opção
a) oceanos;
b) apenas;
c) nível;
d) higiene;
e) existente

12. Qual das alternativas abaixo apresenta uma palavra com o mesmo número de fonemas do vocábulo *guerra.*
a) enquanto
b) máximo
c) ficha
d) papel
e) folhas

13. Na ortografia da língua portuguesa, usam-se combinações de duas letras para representar apenas um som. Isso não ocorre na palavra
a) crescer
b) possibilidades
c) escolha
d) exame
e) humanas

14. Assinale a letra que contenha palavras com menos fonemas que letras:
a) fixo / sexo / inexeqüível
b) descobrir / floreira / jardinagem
c) Gramínea / leitão / cateter
d) Boêmia / lendo / obeso
e) Andorinha / santificado / planta

15. Aponte a falsa correlação entre a cadeia sonora e o respectivo número de fonemas:
a) correspondência sonora = 18 fonemas
b) Relações intermitentes = 19 fonemas
c) Riacho de águas cristalinas = 23 fonemas
d) mulher impressionante = 17 fonemas
e) Terrível sonho = 11 fonemas

16. Assinale a alternativa em que, nas palavras apresentadas, a letra "n" tem valor equivalente.
a) enquanto – janela
b) silencioso – numa
c) pensar – mandou
d) dentro – nosso
e) destino – impaciente

17. Em que conjunto a letra X representa o mesmo fonema?
a) tóxico – taxativo
b) enxame – inexaurível
c) intoxicado – exceto
d) exame – têxtil
e) tóxico - fixo

18. Nas palavras *anjinho*, *carrocinhas*, *nossa* e *recolhendo*, podemos detectar a seguinte quantidade de fonemas.
a) três – quatro – dois – quatro
b) cinco – nove – quatro – oito
c) três – dez – cinco – nove
d) três – seis – dois – cinco
e) sete – onze – cinco – dez

19. Na fonologia temos os sons, os fonemas: na escrita os fonemas são graficamente representados pelas letras. Por vezes, usamos duas letras para representar um só fonema e vice-versa. Assinale a opção na qual todas as palavras têm número idêntico de fonemas e de letras.
a) Também, participa, corrente;
b) Fechado, governo, perceber;
c) Palavra, diminuir, escritura;
d) Seguir, passagem, almoço;
e) Representam, porque, narina.

20. A pronúncia das palavras na linguagem coloquial por vezes se distancia bastante de sua representação escrita. Em alguns casos, essa diferença chega a determinar uma quantidade diferente de sílabas entre a palavra escrita e sua pronúncia na linguagem coloquial. Este é o caso da palavra
a) habitantes
b) estruturalmente
c) objeto
d) português
e) laser

21. A pronúncia do substantivo flagrante e, em especial, do seu verbo cognato flagrar é, freqüentemente, modificada na linguagem popular. Possivelmente, isso se deve
a) ao significado abstrato a que ambos os termos remetem.
b) ao seu uso restrito às atividades de caráter policial.
c) à presença de dois encontros consonantais em uma única palavra.
d) à função sintática que tanto o substantivo quanto o verbo costumam exercer.
e) à semelhança com outro substantivo da Língua Portuguesa que apresenta significado próximo.

22. É comum fazermos acréscimos ou supressões de fonemas nas palavras, fenômenos esses não registrados na língua escrita. Todas as palavras abaixo, considerando sua pronúncia na linguagem coloquial, se encaixam neste caso, À EXCEÇÃO DE
a) surpreendidos
b) dignidade
c) duradoura
d) técnicas
e) ambigüidade

23. Algumas palavras da língua portuguesa contêm sílabas terminadas por consoantes que não costumam ocorrer nesta posição (final de sílaba). Em função disso, na língua falada, freqüentemente tais palavras acabam por apresentar uma sílaba a mais do que na sua representação escrita. Observe as palavras abaixo.
I - pulso (l. 11)
II - intelecto (l. 15)
III - hipnótica (l. 16)

Quais delas correspondem à descrição acima?
a) Apenas II
b) Apenas III
c) Apenas I e II
d) Apenas II e III
e) I, II e III

24. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado não corresponde ao fonema representado pela letras *x* na palavra *máximo*.
a) astu<u>c</u>ioso
b) <u>s</u>e
c) profi<u>ss</u>ionais
d) popula<u>ç</u>ão
e) e<u>x</u>ige

25. **(Arquitetura – Prefeitura de Alvorada/RS – FAUGRS)** A pronúncia coloquial de algumas palavras da língua portuguesa costuma apresentar o acréscimo de um som vogal entre certas consoantes, como ocorre em pneu (“peneu”) ou ritmo (“ritimo”). Assinale a palavra do texto em cuja pronúncia é comum o mesmo fenômeno.
a) laranjeiras
b) magnífica
c) ambicionam
d) empurra
e) conforto

26. **(Procurador – Pref. Caxias do Sul/RS - FAUGRS)** Considere as seguintes afirmações quanto à relação entre letras e fonemas em palavras do texto.
I – As letras sublinhadas nas palavras **expressão**, **prefixo** e **abaixo** representam fonemas diferentes.
II – As palavras **brasileiro**, **interlocutor** e **universo** têm, cada uma delas, o mesmo número de letras e de fonemas.
III – Os segmentos sublinhados nas palavras **substantivo**, **marcha** e **português** pertencem ao caso em que um único fonema é representado por mais de uma letra.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas I e II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

27. **(Téc. em Higiene Dental – Prefeitura de Alvorada/RS – FAUGRS)** As palavras **advogada** e **designar** costumam ser pronunciadas por algumas pessoas como **adevogada** e **desiguinar**, erroneamente. Assinale, dentre as palavras abaixo citadas, a que passa pelo mesmo processo.
a) pneu
b) querendo
c) rasga
d) surto
e) touca

28. **(Auxiliar de Perícias – IGP/RS FAUGRS)** A palavra que apresenta tantos fonemas quantas são as letras que a compõem é
a) amanhã
b) queria
c) machado
d) possibilidade
e) cápsulas

29. **(Assistente de Operações – TRENSURB/RS – FAUGRS)** Considere as seguintes afirmações sobre a relação entre letras e fonemas em palavras do texto.
I – A letra **z** em **razões** e **dez** representa fonemas diferentes, assim como a letra **s** em **desafio** e **brasileiros**.
II – Em cada uma das seguintes palavras: **reconheceu**, **nascimento** e **trabalhista** não há correspondência entre o número de letras e o de fonemas, pois os grupos **nh**, **sc** e **lh** representam, cada um, um único som.
III – Os segmentos destacados em **conseguir**, **população** e **pressupostos** representam o mesmo fonema.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas I e II
d) Apenas I e III
e) Apenas II e III

30. **(Assistente Administrativo – SULGÁS – FAUGRS)** Assinale a alternativa cujo grupo de palavras contém uma em que o número de fonemas é maior do que o de letras.
a) elixir – bilhetinhos – exercícios
b) detalhes – conhecimento – sangüíneos
c) melhor – irrigados – neuroquímico
d) intelectual – treinada – observou
e) atividades – conexão – neurônios

31. **(Psicólogo – SUSEPE/RS – FAUGRS)** Assinale a palavra em que a letra **X** representa, na pronúncia usual, mais de um som.
a) aproximação
b) explicariam
c) inexorável
d) paixão
e) extraordinário

32. *(CETEC) Qual das palavras abaixo possui o mesmo número de fonemas de* ***acontecendo***
a) incessante
b) necessárias
c) linguística
d) sensacional
e) complexas

33. (Oficial de Justiça – 1998 - OFFICIUM) Na Língua Portuguesa, um mesmo fonema pode ser representado por letras ou seqüências de letras diferentes, assim como a mesma letra ou seqüência de letras pode representar diferentes fonemas. Assinale a alternativa em que os segmentos grifados representam o mesmo fonema.
a) concepções – reconhecer – social
b) visível – existe – raízes
c) recai – estereótipos – bairro
d) sistema – seleção – criminosos
e) taxa – expectativa – enxergar

34. (Oficiais do Estado Maior da Brigada Militar, no posto de Capitão - FAURGS)
Todas as letras abaixo sublinhadas representam o mesmo fonema representado pela letra c na palavra parece, **À EXCEÇÃO DE**
a) dimensões (linha 09).
b) dissertar (linha 17).
c) experiência (linha 18).
d) verbosidade (linha 28).
e) significação (linha 30).

35. Na pronúncia da palavra característica (linha 01), como conseqüência da inserção de uma vogal, ocorre o acréscimo de uma sílaba não existente na escrita. Assinale a única alternativa em que se lista uma palavra no texto que **NÃO** sofre a mesma alteração.
a) compreendo
b) expectativa
c) ignoram
d) admite
e) intelectuais

36. (Assistente Administrativo – FAURGS) A alternativa em que as duas palavras citadas têm maior número de letras do que de fonemas é
a) humor – disposições
b) flui – Aqui
c) cachorro – habilidade
d) gestos – vitória
e) criamos – pessoas

37. (Agente Técnico Administrativo Códigos 10 A 26 – FAURGS) A palavra que apresenta tantos fonemas quantas são as letras que a compõem é
a) importância
b) milhares
c) sequer
d) técnica
e) adolescente

38. (Oficial Escrevente – FAURGS) Considere os fenômenos fonéticos a seguir:
1 - letra que representa mais de um fonema;
2 - letra que não representa nenhum fonema;
3 - correspondência total de fonemas e letras.
Assinale a alternativa cujas palavras apresentam, na ordem em que são citados, os fenômenos fonéticos acima.
a) reflexões – hábito – executada
b) herma – clássica – exceção
c) fachada – Recorremos – reflexões
d) pontilhada – herma – clássica
e) pontilhada – herma – clássica

39. (FAURGS) Considere as seguintes afirmações sobre as relações entre fonemas e grafia de palavras.
I - A pronúncia coloquial da palavra **corrupção** pode apresentar um fonema que não está representado na escrita.
II- As palavras **hipócritas** e **pequenos** são grafadas com números de letras maior que o número de fonemas na sua pronúncia.
III- As letras destacadas nas palavras **demoniza** e **exemplos** representam o mesmo fonema.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) I, II e III

40.(UFSM) Analise as afirmações relacionadas com as alterações fonéticas.

"Ele domina a número cinco, atenção, vai marcar, dá de chaleira... É goooool, sensacional!"
Se essa fala fosse transcrita em nível coloquial, algumas palavras sofreriam alterações, como:

marcar . marcá
chaleira . chalera
sensacional . sensacionau

I. Em marcá, houve queda de consoante final e deslocamento da sílaba tônica.
II. Em chalera, houve simplificação de um ditongo decrescente em vogal simples.
III. Em sensacionau, houve substituição da consoante final por semivogal, formando um ditongo crescente.

Está(ão) correta(s):
a) apenas I.
b) apenas II.
c) apenas III.
d) apenas I e II.
e) apenas II e III.

FONÉTICA
01. C 06. A 11. E 16. C 21. C 26. A 31. C 36. C
02. C 07. B 12. C 17. E 22. E 27. A 32. E 37. D
03. B 08. C 13. D 18. B 23. D 28. E 33. B 38. A
04. C 09. E 14. E 19. C 24. E 29. E 34. D 39. E
05. B 10. B 15. D 20. C 25. B 30. E 35. A 40. B

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

I. INTRODUÇÃO

II. REGRAS DE ACENTUAÇÃO

1. Proparoxítonas

As palavras proparoxítonas são todas acentuadas, sem exceção.

Exemplos:

África, Ângelo, pêssego, lâmpada, metafísica, pudéssemos, álibi

2. Oxítonas

Acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em A(S), E(S), O(S), EM, ENS.

Exemplos:

Maracujá, Taubaté, dominó, cafés, ananás, paletós, parabéns, vintém.

→ Prática:

3. Paroxítonas

Acentuam-se as paroxítonas terminadas em I(S), U(S), Ã(S), ÃO(S), UM, UNS, ON(S), R, L, N, X, OS, ditongos crescentes orais.

Exemplos:

Júri, íris, órfã, órfãs, sótão, órgãos, médium, álbuns, elétron, cátions, mártir, tórax, hífen, fácil, bíceps, áureo.

→ Prática:

EXERCÍCIO DE AULA 1 – Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo.

1. O termo “néctar” é acentuado pela mesma razão que o termo “têxtil”. (__)
2. A palavra “sinonímia” é acentuada pelo mesmo motivo da palavra “cárcere”. (__)
3. O vocábulo “dissecá-la” é acentuado pelo mesmo motivo que determina acento na palavra “cachê”. (__)
4. Os termos “rubrica”, “pudico” e “ínterim” não devem receber acento gráfico. (__)
5. Os termos “nêutron” e “táxi” são acentuados devido a um mesmo motivo. (__)
6. A palavra “êxodo” recebe acento gráfico pelo mesmo motivo da palavra “polígono”. (__)
7. A palavra “têxtil” é acentuada pelo mesmo motivo que determina acento na palavra “régua”. (__)
8. O termo “carijó” é acentuado pelo mesmo motivo que o termo “xarás”. (__)
9. Caso a palavra “misantra” existisse em nossa língua e fosse paroxítona, ela não receberia acento gráfico. (__)
10. Caso a palavra “misantra” existisse em nossa língua e fosse oxítona, ela não receberia acento gráfico. (__)

4. Hiatos “I” e “U”

Serão acentuados se preencherem quatro pré-requisitos:

⇨

⇨

⇨

⇨

Exemplos:

5. Ditongos abertos “ÉI”, “ÓI” e “ÉU”.

Serão acentuados quando forem abertos e tônicos.

Exemplos:

6. Hiatos “ÔO” e “ÊE”

Serão acentuados quando preencherem um pré-requisito:

⇨

Exemplos:

7. O Trema

Ocorrerá quando o “u” preencher três pré-requisitos:

⇨

⇨

⇨

Exemplos:

8. Acento agudo sobre o “U”

Ocorrerá quando o “u” for tônico.

9. Acentos diferenciais

a) pára (verbo) x para (preposição) b) pôr (verbo) x por (preposição) c) pôde (passado) x pode (presente) d) têm/vêm (plural) x tem/vem (singular) e) pêlo (substantivo) x pelo (preposição) f) pélo/pélas/péla (verbo) x pelo/pelas/pela (preposição) g) pêra (substantivo) x pêra (preposição) h) pólo/pólos (substantivos) x polo/pólos (preposição arcaica) i) eles intervêm/mantêm (plural) x ele intervém/mantém (singular)

EXERCÍCIO DE AULA 2:

Acentue, quando necessário, e aponte a regra que justifica a acentuação do vocábulo.

1. Obstruiram ⇨ _____
2. Proprio ⇨ _____
3. Acessivel ⇨ _____
4. Formidavel ⇨ _____
5. Substituia ⇨ _____
6. Substituiria ⇨ _____
7. Textil ⇨ _____
8. Gratuito ⇨ _____
9. Perdoa ⇨ _____
10. Mante-lo ⇨ _____

EXERCÍCIO DE AULA 3 – Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo.

1. Tanto o termo “côo” quanto o termo “relêem” são acentuados graficamente. (__)
2. As preposições “para” e “por” não recebem acentuação gráfica. (__)
3. As formas verbais “pára” e “pôr” devem receber acento gráfico. (__)
4. A palavra “baú” é acentuada pelo mesmo motivo que a palavra “diminuída”. (__)
5. Tanto o termo “escarcéu” quanto o termo “anzóis” são acentuados pela mesma razão. (__)
6. As palavras “herói” e “idéia” são acentuadas graficamente. (__)
7. O vocábulo “balaústre” é acentuado pelo mesmo motivo que o vocábulo “açaí”. (__)
8. “Qüinqüênio” e “agüinha” estão corretamente grafados. (__)
9. Existem em nossa língua tanto o vocábulo “convém” quanto o vocábulo “convêm”. (__)
10. O vocábulo “veículo”, se não acentuado, seguiria existindo em nossa língua. (__)

QUESTÕES – BANCAS RS
ACENTUAÇÃO GRÁFICA

01. (Arquiteto – Prefeitura de Alvorada/RS) Assinale a alternativa correta.
a) nupcias – confortavel – agredí
b) nupcias – confortavel – agredi
c) nupcias – confortável – agredí
d) núpcias – confortável – agredi
e) núpcias – confortável – agredí

02. (Técnico Judiciário – TRT 4ª Região) Qual das palavras seguintes continuaria acentuada graficamente mesmo que na língua portuguesa não existisse a regra das proparoxítonas?
a) clínica
b) psiquiátrica
c) médico
d) cúmplice
e) veículo

03. (Procurador – Prefeitura de Caxias do Sul/RS) Considere os três seguintes grupos de palavras acentuadas graficamente e as afirmações feitas subseqüentemente sobre eles.

Grupo I – contraditório – decadência – implicância.

Grupo II – época – fútil – saúde

Grupo III – período – países – espírito

I – A mesma regra justifica o emprego do sinal gráfico de acentuação nas palavras do grupo I.

II– As palavras do grupo II são acentuadas graficamente devido a regras diferentes.

III– As palavras do grupo III recebem sinal gráfico de acentuação em razão da mesma regra.

Quais afirmações estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas I e II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

04. (Téc. em Higiene Dental – Prefeitura de Alvorada/RS) Assinale o par de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.
a) até – fazê-lo
b) é – época
c) além – século
d) língua – distraída
e) insuportável – intérpretes

05. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) A única palavra que, assim como **Gravemente**, é polissílaba e tem a sílaba tônica na penúltima sílaba é
a) variações
b) atravessou
c) vínhamos
d) tradução
e) sinaleira

06. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) Assinale o par em que a palavra da segunda coluna, pertence à mesma família da palavra da primeira, **NÃO** deve receber acento gráfico.
a) Gaúcho – gauchada
b) momento – momentaneo
c) relato – relatorio
d) automóvel – automobilistico
e) dias – diarios

07. (MP/RS) A respeito das palavras **insensíveis** e **cruel**, é **INCORRETO** afirmar que
a) ambas pertencem à mesma classe gramatical.
b) a palavra **insensíveis** continuaria exigindo acento gráfico em sua forma singular, e a palavra **cruel** passaria a exigir sinal gráfico de acentuação em sua forma plural.
c) a palavra **sensibilidade** pertence à mesma família de **insensíveis**, assim como a palavra **crudelíssimo** pertence à mesma família de cruel.
d) elas não apresentam variação de gênero gramatical.
e) a palavra **insensíveis** é acentuada pela regra que justifica o acento gráfico nas palavras que têm a antepenúltima sílaba tônica; já a palavra **cruel** não é acentuada devido à justificativa de que as palavras cuja sílaba tônica recai na última não recebem acento gráfico.

08. (Auxiliar de Perícias – IGP/RS) Assinale a alternativa correta
a) Tuiutí – sairam – está(verbo)
b) Tuiutí – sairam – esta(verbo)
c) Tuiutí – saíram – está(verbo)
d) Tuiuti – saíram – esta(verbo)
e) Tuiuti – saíram – está(verbo)

09. (Contador – BANRISUL/RS) Qual das palavras abaixo recebe sinal gráfico de acentuação por motivo que não está relacionado com sua sílaba tônica?
a) só
b) média
c) péssima
d) cinqüenta
e) sensível

10. (Técnico Científico – FAPERGS) A alternativa que apresenta duas palavras acentuadas devido a regras **DIFERENTES** é
a) corsário – ganância
b) três – cortês
c) básicos – retórica
d) impossível - considerável
e) é – patuléia

11. (Advogado – FEBEM/RS) A palavra que caso lhe seja retirado o acento, se transforma numa outra palavra da língua portuguesa é
a) tranqüila
b) espécie
c) trêmula
d) também
e) já

12. (Assistente de Operações – TRENSURB/RS) Considere as seguintes afirmações sobre acentuação gráfica em palavras do texto

I – Se fosse retirado o acento gráfico das palavras **dúvida**, **contrário** e **trânsito**, tal transformação resultaria em outras palavras da língua portuguesa.

II – Justifica-se o sinal gráfico de acentuação em **idéia** e **troféu** pela mesma razão.

III – Uma mesma regra determina o uso de acento gráfico em **teríamos** e **Juízo**

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) Apenas II e III

13. (Assistente Administrativo – SULGÁS) Analise as afirmações abaixo.
I – As palavras **pílula** e **cérebro** recebem acento gráfico por serem proparoxítonas, as quais sempre são acentuadas graficamente.
II – Os monossílabos tônicos **é** e **dê** são acentuados por um mesmo motivo, já os vocábulos **memória** e **sangüíneos**, embora ambos sejam paroxítonos, são acentuados devido a diferentes regras.
III – Se o vocábulo **saudável** fosse escrito no plural, não continuaria a receber acento gráfico, já a forma verbal **mantém**, se a empregada no plural, passaria a ser grafada com acento circunflexo.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

14. (Perito Químico – Forense – IGP/RS) Assinale a alternativa cujas palavras ou expressões estejam corretas.
a) iniciá-la – alívio – imprescindível
b) iniciá-la – álivio – imprescindível
c) inicia-lá – alívio – imprescindível
d) inicia-la – alivio – imprescindivel
e) inicia-la – alívio – imprescindível

15. (Bibliotecário) Assinale a alternativa na qual as duas citadas tem o emprego de acento gráfico determinado pela mesma regra.
a) arbitrárias - preferências
b) francês - deficiências
c) idênticos - também
d) história - indecifrável
e) imagináveis - fábula

16. (Psicólogo – SUSEPE/RS – FAURGS) Assinale a palavra cujo sinal gráfico de acentuação não se justifica por ser ela uma paroxítona.
a) áreas
b) caráter
c) ódio
d) construído
e) indivíduos

17. (Advogado – SULGÁS/RS) Preenchem, correta e respectivamente, lacunas pontilhadas das frases abaixo:

A verdade verdadeira é que os heróis de fato não aparecem na tevê nem **.....** o seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Os heróis verdadeiros estão nas ruas, nas fábricas, nas lavouras, nos ônibus, nas escolas, nas casas, e nem sempre os telespectadores **.....** .

a) tem – vem
b) têem – vêm
c) têem – vêem
d) têm – vêm
e) têm – vêem

18. (Motorista – FEBEM/RS) A alternativa em que a segunda palavra **NÃO** é acentuada pela mesma regra que determina o uso de acento na primeira é
a) mágico – estímulos
b) indispensável – está
c) até – bebês
d) matemático – cérebro
e) inteligência – indivíduos

19. (Auxiliar de Contabilidade – BANRISUL/RS) Assinale a alternativa em que as duas palavras citadas **NÃO** são acentuadas em virtude da mesma regra.
a) máquinas – últimos
b) substituímos – políticos
c) Indonésia – contrário
d) ótimos – hipótese
e) média – salários

20. (Escrivão de Polícia – Polícia Civil/RS) Considere as seguintes afirmações sobre acentuação.

I – A palavra **juiz** receberia acento gráfico em sua forma plural.

II – A palavra **acessíveis** deixaria de receber acento gráfico caso fosse passada para o singular.

III – A palavra **lençol** receberia acento gráfico em sua forma plural.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

21. (Operador de Informática – EPTC/RS) Considere as afirmações abaixo sobre acentuação gráfica.

I – Os vocábulos **só** e **têm** recebem sinal gráfico de acentuação pela mesma razão.

II – O vocábulo **além** é acentuado a partir da mesma regra que preceitua o uso do acento nos vocábulos **também** e **porém**.

III – As palavras **indivíduo** e **nível**, se escritas no plural, continuariam a receber acento gráfico.

IV – As palavras **através** e **evitá-lo** obedecem a uma regra que diz que as oxítonas terminadas em **s** e **o** devem ser acentuadas.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas IV
c) Apenas II e III
d) Apenas II e IV
e) I, II, III e IV

22. (Auxiliar de Radiologia – Prefeitura de Caxias do Sul/RS - FAURGS) A alternativa em que a segunda palavra é acentuada pela mesma regra que preceitua o uso de acento na primeira é
a) água – gás
b) saúde – mínimas
c) você – magnésio
d) está – cálcio
e) carbônico – química

23. (Oficial Superior Judiciário – OFFICIUM) Embora o verbo construir não seja acentuado no infinitivo, muitas de suas outras formas deverão receber acento, como **construído**. Assinale a alternativa em que a forma verbal aparece incorretamente acentuada.
a) constróem
b) constrói
c) construía
d) construído
e) construíste

24. (Bibliotecário-RS) Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas pontilhadas do texto.

Decidiu remediar o problema, compilando uma lista de livros apropriados sob uma nova categoria que "salvaria o prestígio do catálogo" – uma categoria que ..... somente livros cujos títulos ele inventara.
Não há dois livros idênticos. Uma vez que as estantes ..... todas as combinações possíveis do alfabeto e, assim, fileiras de algaravia indecifrável, todos os livros reais ou imagináveis estão representados: "a história ..... do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos...

a) incluia - contêm - minuciosa
b) incluía - contêm - minunciosa
c) incluía - contêm - minuciosa
d) incluía - contém - minunciosa
e) incluia - contém – minuciosa

25. (UFRGS) Considere as seguintes afirmações sobre acentuação gráfica.

I - A palavra ***magnífico*** recebe acento gráfico pela mesma regra que preceitua o uso do acento em ***básica***.

II– A retirada do acento das palavras ***crítica*** e ***experiências*** provocaria o aparecimento de duas outras palavras da língua portuguesa.

III– A palavra ***português*** é acentuada pela mesma regra que exige acento em ***Saí***.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

ACENTUAÇÃO

01. D 06. A 11. C 16. D 21. C
02. E 07. E 12. D 17. E 22. E
03. B 08. E 13. A 18. B 23. A
04. A 09. D 14. A 19. B 24. C
05. E 10. E 15. A 20. D 25. D

CRASE

O que é o fenômeno crase?

A Crase (dita) Proibida:

a. Antes de substantivo masculino

Andar a cavalo.

Vendeu a prazo.

Chegou a tempo.

É claro, você recorda que **crase** é a preposição **a** mais artigo feminino **a**. Evidentemente, este último não ocorrerá antes de substantivo masculino.

b. Antes de verbo

Começou a chover.

Ficou a contemplar a paisagem.

Quedou-se a meditar.

Crase é proposição + artigo. Você naturalmente sabe que não pode existir artigo antes de verbo.

c. Antes de artigo indefinido

Levou o automóvel a uma oficina.

Se o **a** fosse crase, teríamos dois artigos (porque crase é também artigo) diante do mesmo substantivo. Isso não pode acontecer.

d. Antes de pronomes pessoais, demonstrativos ou indefinidos

Dei a ela o prêmio merecido.

A ninguém é lícito fugir do trabalho.

Refiro-me a esta moça.

Os "as" das frases acima são meras preposições, porque os pronomes pessoais, demonstrativos e indefinidos (estes últimos com poucas exceções) não admitem anteposição de artigo.

e. Antes de expressão de tratamento introduzida pelo possessivo "VOSSA" ou "SUA"

Trouxe a V.S^{a} a mensagem fatal.

f. Quando o "a" estiver no singular e a palavra seguinte no plural

Refiro-me a lendas antigas.

O "a" é simples preposição: não contém artigo, pois, se isso ocorresse, estaria no plural, já que o artigo concorda com o gênero e número com o substantivo ao qual se refere.

g. Depois de preposições

Compareceu perante a banca examinadora.

A reunião foi marcada para as cinco horas.

Claro, porque não pode haver duas preposições em sucessão, e crase é preposição mais artigo.

Observação: excetua-se o caso da preposição a seguir:

Foi até a praia, ou foi até à praia.

SOLUÇÃO PRÁTICA

Não ocorrendo qualquer dos casos anteriores, pode haver crase ou não. Para verificarmos, basta substituir a palavra feminina que vem após o "a" por um termo masculino. Feita essa substituição, três coisas podem acontecer:

1) O a transforma-se em o:

Ex.: Releu a revista.
Releu o livro.

2) O a permanece inalterado:

Ex.: Elas estavam cara a cara.
Elas estavam frente a frente.

3) O a transforma-se em ao:

Ex.: Refiro-me a moça.
Refiro-me ao moço.

Nesse caso, ocorre a fusão; portanto, temos a crase e o acento grave é indispensável.

Refiro-me **à** moça.

EXERCÍCIO DE AULA

1. Deve-se a luta das feministas o respeito a independência feminina.
2. Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição da revista.
3. Não se impute a uma mulher a responsabilidade de estancar o preconceito.
4. Não se impute a mulher a responsabilidade de estancar o preconceito.
5. É preciso avaliar a distância que existe entre a teoria e a prática.
6. O Rio Grande do Norte foi o estado pioneiro ao conceder as mulheres o direito de ir as urnas.
7. Convém a parcela mais privilegiada da sociedade considerar-se imune a prisão.
8. Tendo em vista a condenação do acusado, a população acalmou-se.
9. Busca-se, faz muito tempo, uma linguagem adequada a expressão das leis.
10. O combate a corrupção deve ser feito com imparcialidade e respeito a pessoa.

CASOS ESPECIAIS

1. Crase com os pronomes demonstrativos:

AQUELE (S), AQUELA (S), AQUILO.

A) Aquele(s), Aquela(s), Aquilo:

Basta trocar os pronomes *aquele, aquela, aquilo* por *este, esta, isto.*

Se, na troca, surgir *a este* (ou *a esta*, *a isto*), existirá crase.

Ex.: Refiro-me *àquele* conteúdo.

(= Refiro-me *a este* exercício.)

Se surgir apenas *este* (ou *esta*, *isto*), não existirá crase.

Ex.: Li *aquela* questão.

(= Li *esta* questão.)

2. Nomes de lugar.

VOLTEI DE = A VOLTEI DA = À

Ex.:

Fui a São Paulo. (voltei de)

Fomos à Itália. (voltei da)

3. Crase com "A QUE" "A DE"

A crase nestes casos é detectável pelo substituição do termo feminino por um termo regido masculino.

Efetuada a transformação, verifique o seguinte:

Se surgir **"ao"**, existirá crase.

Ex.: Quero uma revista igual à que vi ontem.

As revoltas de hoje são semelhantes às de anos anteriores.

A moça à qual deste um presente é casada.

Se surgir apenas **"o"** ou apenas **"a"**, não existirá crase.

Ex.: Essa notícia é triste; a que ouvi ontem era mais alegre.

Tua sala é grande; a de tua tia é bem menor.

A moça a qual chegou atrasada é minha amiga.

A fase a que chegamos é crítica.

4. Palavras como "MODA" podem funcionar ocultamente para efeitos da crase.

Ex.:

Vestiu-se à Luís XV.

Vestiu-se à (moda) Luís XV.

5. Crase facultativa

A) Diante de pronome possessivo feminino:

Ex.: Refiro-me a(ou à) sua irmã.

Há um clima de otimismo quanto a(ou à) nossa capacidade de superar desafios.

B) Diante de nome próprio feminino:

Ex.: Dei o recado a(ou à) Joana.

C) Depois da preposição **até**:

Ex.: O movimento para o litoral foi intenso até a(ou à) manhã de ontem.

6. "A" ou "HÁ"

A - tempo que não passou.

HÁ - tempo que já passou.

7. Crase com as palavras "TERRA",
"CASA'' e "DISTÂNCIA"

Haverá crase quando estiverem especificadas.

Ex.: Voltei à casa de meus pais.

8. Crase diante de HORA e PARTES DO DIA

Em expressões que exprimem hora determinada ou partes do dia há crase.

Ex.: Ele saiu às treze horas e trinta minutos.

Chegamos à noite.

EXERCÍCIO DE AULA

1. Li aquele anúncio com desconfiança.
2. Refiro-me aquilo que disseste durante o jantar.
3. Eles observaram aquela paisagem com encantamento.
4. Todos resolveram ir a São Paulo após o campeonato.
5. Os rapazes foram a Eslovênia aventurar-se no exterior.
6. Gostaram da viagem a Erechim, feita de ônibus.
7. Observou as discussões a distância.
8. Ele visitou a Joana e a Maria.
9. Quero uma revista igual a que vi ontem na banca que visitei.
10. Vestia-se a Madonna, tanto que ficava de fato parecida com a rainha do pop.

Complemento:

O acento indicativo de crase é usado nas expressões adverbiais, nas locuções prepositivas e conjuntivas de que participam palavras femininas:

à tarde	à chave	às escondidas
à noite	à escuta	à sombra de
à direita	à deriva	à exceção de
Às claras	às turras	à força de
Às avessas	às moscas	à frente
à toa	à beça	à esquerda
Às vezes	às ocultas	à revelia
à luz	à larga	às ordens
Às escondidas	à medida que	à procura de
à imitação de	à proporção que	à semelhança de

Questões de concurso

1. Num assalto ..... mão armada, é aconselhável que a vítima obedeça ..... ordens do bandido, evitando exporse ainda mais ..... qualquer tipo de agressão.

As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por
a) a - as - à
b) à - às - a
c) à - às - à
d) a - as - a
e) à - as - à

2. Está bem observada a necessidade dos sinais de crase na seguinte frase:
a) Quando os filhos passam à interpelar os valores de seus pais, consideram-se aptos à afirmar os seus próprios.
b) O jovem fica à uma distância cada vez maior das poucas oportunidades que ainda estão à lhes oferecer.
c) Daqui à pouco vão dizer que são os jovens os principais responsáveis pelo círculo vicioso à que o texto se refere.
d) Apresentam-se, à toda vaga oferecida, candidatos dispostos à disputá-la da forma mais aguerrida.
e) Não se notam, à medida que o tempo passa, avanços significativos nas condições de trabalho oferecidas à juventude.

3. A necessidade ou não do sinal de crase está inteiramente observada na frase:
a) Deve-se à luta das feministas o respeito aos direitos que cabem também às outras parcelas de injustiçados que integram a nossa sociedade.
b) Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição do Código Civil, à qual, aliás, já se fizeram objeções à torto e à direito.
c) À vista do que dispõe o novo código, não caberá à ninguém a condição "natural" de cabeça de casal, à qual, até então, se reservava para o homem.
d) Pode ser que à curto prazo o novo código esteja obsoleto em vários pontos, à exemplo do que ocorreu com o antigo.
e) Não se impute à uma mulher a culpa de não ter lutado por seus direitos; todas as pressões sociais sempre a conduziram àquela "virtuosa" resignação.

4. Diga ..... ela que só retornarei ..... casa após ..... duas horas.
a) a - a - as
b) a - à - às
c) à - a - às
d) à - à - as
e) à - à - às

5. Atente para as seguintes frases:

I. À qualquer hora estamos dispostos a assistir à cenas de guerra.
II. Àquela hora da noite, ainda estávamos atentos à transmissão das cenas da guerra.
III. Daqui a uma hora esse canal passará a transmitir a comunicação que o Presidente fará à Nação.

Quanto à necessidade de usar-se o sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em
a) I, II e III.
b) I e II, somente.
c) I e III, somente.
d) II, somente.
e) II e III, somente.

6. O Rio Grande do Norte foi o Estado pioneiro ao conceder ..... mulheres a possibilidade de ir ..... urnas, manifestando sua vontade pelo voto, permitido somente ..... homens, no resto do Brasil. As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por
a) às - às - a
b) às - as - a
c) as - às - a
d) às - às - à
e) as - as - à

7. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, está inteiramente correto o seguinte período:
a) Se à boa parte de nossa imprensa interessa a divulgação de crimes cometidos por jovens, somente a uma pequena parcela dos jornalistas interessa a discussão das questões que se ligam à essa faixa de delinqüência.
b) Não convém à parcela mais privilegiada da sociedade imaginar-se imune à toda e qualquer modalidade de tragédia; a violência a atingirá, a despeito das guaritas, dos portões eletrônicos, dos vigias a postos.
c) Todo jovem infrator, tenha ou não consciência disso, aspira à inclusão social, quer ascender a posições mais dignas, elevar-se a uma condição semelhante àquela em que vivem os jovens da classe média.
d) Muito se comenta, a boca pequena, a respeito da vantagem da pena de morte, extensiva a criminalidade juvenil, à despeito do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, que convoca todos os setores sociais à tarefa da formação integral dos jovens.
e) Não se impute a polícia à situação de violência em que vivemos; se falta àquela participação maior no combate a criminalidade, falta à adolescência pobre qualquer sinalização de efetiva dedicação das autoridades à solução dos problemas.

8. Busca-se ..... muito tempo uma linguagem adequada ..... expressão das leis e ..... outras questões sociais. As lacunas da frase acima serão corretamente preenchidas por
a) a - à - à
b) há - a - a
c) a - a - à
d) a - à - a
e) há - à - a

9. Obedecer ..... leis existentes é o instrumento ..... que se deve recorrer no combate ..... violência, em qualquer lugar.

As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por:
a) as - a - a
b) as - à - à
c) as - à - a
d) às - a - à
e) às - à - a

10. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:
a) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.
b) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.
c) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.
d) A angústia a que submeteremos esses jovens deverse- á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.
e) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.

11. Há plena observância da necessidade de utilização do sinal de crase em:
a) Não espantou à maioria das pessoas que o caso de Amina tenha chegado à uma solução tão feliz, pois acreditavam que o tribunal nigeriano seria sensível à pressões internacionais.
b) Pouco à pouco, a Anistia Internacional e outras organizações congêneres vão ascendendo àquele mais alto patamar de respeitabilidade, à que sempre fizeram jus.
c) Não se impute à corte nigeriana qualquer culpa pelo fato de se ater às leis do país, pois é a estas, e não a outras, que lhe cabe dar cumprimento.
d) Aqui e ali se verifica, à toda hora, algum tolerado desacato às nossas leis; que faríamos se os nigerianos nos conclamassem a cessação dessa permanente afronta às nossas normas legais?
e) Tendo em vista à condenação do acusado de sodomia a morte por apedrejamento, e à falta de indícios positivos, não se confira a absolvição de Amina um significado maior do que o de uma concessão.

12. Justifica-se inteiramente o emprego do sinal de crase em:
a) Não será permitido à ninguém recorrer a uma concepção de liberdade que venha a contrariar àquela que é de consenso social.
b) Os que reagem irritados à uma demonstração prática de liberdade são os mesmos que aplaudem às medidas de força e de exceção.
c) À partir do momento em que não haja obediência à qualquer norma, estará comprometida a prática mesma da liberdade.
d) Não cabe às autoridades constituídas definir o que seja liberdade, mas permitir que todos tenham acesso às práticas previstas em lei.
e) É preciso avaliar à distância que existe entre a prática autoritária e àquela que respeita um controle social de liberdade.

13. Os geógrafos divergem quanto ..... previsões acerca do número possível de habitantes no planeta, reconhecendo alguns fatores ..... que todos são submetidos, ... cada época e lugar. Preenche corretamente as lacunas da frase acima:
a) às - à - a
b) às - a - a
c) às - à - à
d) as - a - à
e) as - a - a

14. Diga ..... ela que esteja aqui ..... uma hora para conversarmos ..... respeito do projeto.
a) a - a - à
b) a - à - a
c) à - a - à
d) à - à - a
e) à - à - à

15. Chegar ao desrespeito ..... propriedade privada, na cidade e no campo, e ..... um eventual não-cumprimento de contratos, pode levar ..... ruptura das instituições democráticas vigentes no País. As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por
a) à - à - à
b) à - à - a
c) a - à - a
d) à - a - à
e) a - a - a

16. A necessidade de deslocamentos de populações entre pontos geográficos diferentes deu origem ..... uma infraestrutura física e ..... criação de veículos que poderiam mover-se ..... velocidades cada vez maiores.
a) a - a - a
b) a - a - à
c) à - à - a
d) a - à - a
e) à - à - à

17. A mandioca é bastante cultivada no Nordeste, graças ..... resistência ..... altas temperaturas e ..... pragas.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima:
a) à - às - a
b) a - às - à
c) à - as - a
d) à - as - à
e) a - as - a

GABARITO
01. B 02. E 03. A 04. A 05. E 06. A
07. C 08. E 09. D 10. C 11. C 12. D
13. B 14. B 15. D 16. D 17. A

ORAÇÕES (Nexos oracionais)

1. O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM:

2. INTRODUÇÃO:

EXERCÍCIO DE AULA 1

1. Adorava missões difíceis, _____ aquela era excessivamente perigosa
2. Tentou todas as possibilidades e não obteve sucesso, _____ desistiu da viagem
3. Carlos terá de estudar muito, _____ será reprovado no concurso.
4. Não gostava de estudar, _____ pensava no futuro.
5. Carla era uma mulher inteligentíssima, _____ chamava a atenção dos homens.
6. Saia logo daqui, _____ há o risco de você ser agredido.
7. Deve haver uma explicação para o ocorrido, _____ ele jamais cometeria um erra tão bobo.
8. Viajarão para a praia, _____ não poderão comparecer ao churrasco.
9. Querias conquistá-lo, _____ não deverias ter agido de maneira tão fria.
10. Sai daqui agora, _____ vou te dar um soco.

3. ORAÇÕES COORDENADAS

a) Aditivos: e, nem, não só...mas também, não somente...mas ainda.

Exemplos:

b) Adversativos: mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto, não obstante.

Exemplos:

c) Alternativos: ou, ou...ou, ora...ora, quer...quer, seja...seja.

Exemplos:

d) Conclusivos: portanto, logo, por isso, por conseguinte, consequentemente.

Exemplos:

e) Explicativos: porque, pois.

Exemplos:

EXERCÍCIO DE AULA 2

1. Jamais conseguira entender matemática, tampouco afeiçoou-se a professores dessa matéria.
2. Faça os deveres de casa agora, pois haverá confusão se receberes novas reprimendas da direção.
3. A economia brasileira não para de crescer, portanto cabe aos brasileiros orgulharem-se.
4. Costuma ter bom desempenho contra times do interior, todavia parece estar inseguro agora.
5. Ora grita com a pobre moça, ora a elogia enfaticamente.
6. Está sentindo-se deveras solitário; tem chorado, pois, escondido pelos cantos.
7. É possível que o casamento seja desfeito, porque as brigas só têm aumentado nos últimos tempos.
8. Procurou evitar a vergonha pública da família, contudo não é fácil preservar pessoas como aquelas.
9. As meninas não só são vaidosas ao extremo, mas também têm boa criação.
10. É importante que alguém consiga assumir o controle da situação, ou haverá problemas logo em seguida.

4. ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS

a) CAUSAIS: porque, já que, desde que, uma vez que, visto que.

Exemplos:

b) CONFORMATIVOS: conforme, segundo, consoante, como.

Exemplos:

c) COMPARATIVOS: como, tal como, menos (do) que, mais (do) que, menor (do) que, maior (do) que, pior (do) que, melhor (do) que.

Exemplos:

d) CONSECUTIVOS: tão...que, tal...que. tamanho...que, tanto...que.

Exemplos:

e) FINAIS: a fim de, a fim de que, para, para que.

Exemplos:

f) PROPORCIONAIS: à proporção que, à medida que, quanto mais...mais, quanto mais...menos, quanto menos...mais, quanto menos...menos.

Exemplos:

g) TEMPORAIS: quando, logo que, assim que, mal, apenas, antes que, depois que, sempre que.

Exemplos:

h) CONDICIONAIS: se, caso, a menos que, salvo se, contanto que.

Exemplos:

i) CONCESSIVOS: embora, ainda que, apesar de que, posto que, se bem que, mesmo que.

Exemplos:

EXERCÍCIO DE AULA 3

1. Porquanto se sentia renegado, sequer visitava o pai em datas comemorativas.
2. Costumava sentir tanto desprezo por pessoas cínicas que mal conseguia olhá-las de frente.
3. O namorado pediu um tempo à moça, posto que gostasse muito dela.
4. Ocorrem problemas gravíssimos toda vez que as duas resolvem reacender a disputa pelo poder.
5. Existe uma chance real de aprovação, contanto que o candidato se esforce o suficiente.
6. Segundo o último boletim médico, o estado de saúdo do senador mantém-se estável.
7. O portão passava a noite rugindo no silêncio, como um espírito atormentado.
8. Quanto maior for a angústia demonstrada pelos mais, maior tende a ser a ansiedade da criança.
9. A polícia vai enfrentar problemas na contenção dos torcedores, a não ser que receba um reforço.
10. Não vai haver nenhum tipo de disputa judicial, consoante os filhos da viúva afirmaram.
11. Tal foi a importância assumida por ela na empresa que ninguém agia sem uma ordem expressa.
12. Para que a presidente seja aceita pelos cidadãos, é necessário que tome as atitudes corretas.
13. À medida que as crianças crescem, os pais vão ganhando um pouco mais de tranquilidade.
14. Mal foi avisada a respeito do acidente, pressentiu que o pior poderia acontecer.
15. Os times costumam fazer amistosos no interior, visto que lá não há pressão da torcida.
16. O homem ficou sentado no chão chorando, tal qual uma criança mimada e insatisfeita.
17. Conquanto comunique ao árbitro que houve falta, sua atitude segue injustificável.
18. Pediu demissão, a fim de não ter mais de se submeter às ordens do chefe.
19. Uma vez que obteve a vitória judicial, proibiu a ex-esposa de ver a criança.
20. Uma vez que obtivesse vitória judicial, proibiria a esposa de ver a criança.
21. Desde que escalou com sucesso o Kilimandjaro, sente-se um homem realizado.
22. Desde que conseguisse escalar o Kilimandjaro, sentir-se-ia um homem realizado.
23. Como a equipe oponente desistiu de jogar a final, o Cruzeiro foi decretado campeão.
24. Após a vitória, os jogadores comemoravam o título como loucos.
25. A vitória ficou com a equipe paulista, como já havia informado o repórter local.

5. ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS

⇨ **Introdução**

a) Restritivas: restringem ou limitam a significação do termo antecedente.

Exemplo: Homem que é homem não foge da luta.

b) Explicativas: explicam ou esclarecem o termo antecedente.

Exemplo: O homem, que é racional, deve refletir antes de agir.

EXERCÍCIO DE AULA 4

Classifique as orações abaixo de acordo com o código proposto, colocando vírgulas quando necessário.

(1) Explicativa
(2) Restritiva

1. Os gatos que são mamíferos têm muitas características semelhantes às dos humanos. ___
2. Os gatos que foram criados por aquela senhora estão hoje todos mortos. ___
3. O dólar que é a moeda americana está em franco processo de queda. ___
4. O dólar que te emprestei jamais voltará à minha carteira, não é? ___
5. O amor que é o mais nobre dos sentimentos anda em baixa hoje em dia. ___
6. O amor que Paulo dedicou a Joana não se vê por aí todos os dias. ___
7. Os homens que são mais quietos fazem sucesso entre o público feminino. ___
8. Os homens que são mais quietos do que as mulheres metem-se menos em confusão. ___
9. O Brasil que é o maior país da América Latina serve de exemplo para muitas nações. ___
10. O Brasil que pretendo deixar para o meu filho não é esse que hoje vemos. ___
11. Ayrton Senna que foi considerado o maior piloto da história orgulhava-se de ser brasileiro. ___
12. Os filmes da amostra que são argentinos fizeram sucesso entre o público presente. ___

QUESTÕES – BANCAS RS
NEXOS

01. (Técnico Judiciário – TRT 4ª Região) Uma delas, **ainda que** uma educadora bem sucedida profissionalmente, joga-se ao vício do alcoolismo, só controlando quando encontrou um par.

O nexo **ainda que** na frase acima estabelece, entre as orações que une no texto, uma relação de
a) finalidade.
b) alternativa.
c) comparação.
d) tempo.
e) concessão.

02. (Procurador – Prefeitura de Caxias do Sul/RS) A propósito do uso do nexo **que** nas frases abaixo, é **INCORRETO** afirmar que,
a) Por imaginarmos **que** as últimas décadas de uma vida são apenas decadência e deterioração, criamos o tabu **que** reveste essa palavra.
Os nexos **que** na frase acima, exerce funções diferentes nas respectivas orações.
b) Detestar ou temer **a velhice** mostra **que** ela tem, para a maioria, a marca da incapacidade, do feio e da deterioração.
O nexo **que** na frase acima, retoma a expressão **a velhice.**
c) Quando não pudermos mais realizar negócios, viajar a países distantes ou dar caminhadas, poderemos ainda exercer afetos, agregar pessoas, ler bons livros, observar a humanidade **que** nos cerca, eventualmente lhe dar abrigo e colo.
O nexo **que** poderia ser substituído por **a qual** sem prejuízo da correção ou do significado da frase.
d) Será pior, será menos belo, menos bom e respeitável, ter mais sabedoria, mais serenidade, mais elegância diante de fatos **que** na juventude nos fariam arrancar os cabelos de aflição?
O nexo **que** poderia ser substituído por **os quais** sem prejuízo da correção ou do significado da frase.
e) Visitei uma artista plástica de quase 90 anos **que** pinta telas de uns vermelhos palpitantes.
O nexo **que** retoma a expressão **uma artista plástica**.

03. (Procurador – Prefeitura de Caxias do Sul/RS) A sugestão de alteração no texto que acarretaria mudança de significado da respectiva frase é a substituição de

a) Palavras significam emoções e conceitos, **portanto** também preconceitos.

portanto – por **por conseguinte**.

b) A possibilidade de ter qualidade de vida, saúde, projetos e ternura até os 90 anos é real, **desde que** levando em conta as limitações de cada período.

desde que – por **mesmo que**.

c) **Mas** predomina entre nós a noção de que a velhice é uma condenação da qual se deve fugir a qualquer custo, até mesmo nos mutilando ou escondendo.

Mas – por **No entanto.**

d) **Porém**, no espírito de manada que nos caracteriza, nós o adotamos ainda que seja em nosso desfavor.

Porém – por **Apesar disso**.

e) Porém, no espírito de manada que nos caracteriza, nós o adotamos **ainda que** seja em nosso desfavor.

ainda que – por **por mais que**

04. (Procurador – Prefeitura de Caxias do Sul/RS) Assinale a alternativa cuja palavra ou expressão poderia substituir **Por isso**, na frase abaixo, sem acarretar erro à frase.

Por isso não há explicação documentada sobre a origem do uso.
a) Não obstante
b) Conquanto
c) A despeito disso
d) Pois
e) Assim

05. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) Na frase **Variava a pronúncia, mas a língua era uma só**, a palavra **mas** poderia ser substituída, sem prejuízo de significado, por
a) no entanto
b) tanto que
c) à medida que
d) por essa razão
e) visto que

06. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) Na frase **– O pai atravessou a sinaleira e pechou**, a palavra **e** expressa idéia de
a) adição
b) finalidade
c) condição
d) oposição
e) conclusão

07. (Contador – BANRISUL/RS) Considere as orações abaixo em negrito.
I – Eu queria a bicicleta, e meu pai, **que era barbeiro**, achou que aquilo era dinheiro jogado fora.
II – Uma coisa **que aprendi de cara**: tudo aquilo que era vendido aos pobres era de péssima qualidade.
III - Aprendi a ver que os filhinhos-de-papai tinham coisas mas não eram ou apenas eram porque tinham e passei a odiar a palavra status, **que recém entrara na moda.**

Quais delas exercem, no texto, função equivalente à de adjetivo?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

08. (Técnico Científico – FAPERGS) A oração em negrito que exerce a função de objeto direto nas frases abaixo é
a) Pelo que entendi **do que relatou o corsário Richar Hawkins da viagem** que fez à América, ...
b) ... gente de dinheiro **que financiava a viagem com total apoio da coroa britânica**, o capitão do navio (e/ou dono, como Hawkins)....
c) Segundo Hawkins, havia muitos capitães desonestos **que lesavam os donos dos navios**, e, como a justiça inglesa era ...
d) Talvez o mais surpreendente nisso tudo seja a naturalidade **com que o saque era encarado por todos**, vítimas e piratas...
e) ... há toda uma retórica para garantir **que o negócio é negócio e roubo é roubo,** só que muitas vezes, na prática...

09. (Técnico Científico – FAPERGS) A palavra ou expressão em negrito que estabelece uma relação de causa e conseqüência entre os elementos que liga na frase é
a) ... e os marinheiros comuns, uns pobres coitados que muitas vezes entravam na jogada **para** fugir de credores, apenas com a roupa do corpo.
b) **Se** os saques fossem bem sucedidos, os comerciantes, o capitão e a coroa faturavam bem.
c) Segundo Hawkins, havia muitos capitães desonestos que lesavam os donos dos navios, e, **como** a justiça inglesa era uma esculhambação semelhante à nossa, era impossível puni-los.
d) Aconselhava a ser cortês, **quer dizer**, a não roubar tudo; não tocar em coisas pessoais de gente importante,....
e) ... há toda uma retórica para garantir que o negócio é negócio e roubo é roubo, **só** que muitas vezes, na prática, na calada da noite....

10. (Advogado – FEBEM/RS) Qual das reescritas propostas abaixo para o trecho **Está tudo bem. Esse tal de Camacho nunca mais vai te bater, não vai mais de importunar. Fica tranqüila** mantém o seu significado original?
a) Está tudo bem, embora esse tal de Camacho nunca mais vá te bater, não vá mais te importunar porque ficarás tranqüila.
b) Está tudo bem, pois esse tal de Camacho nunca mais vai te bater, nem vai mais te importunar, portanto, fica tranqüila.
c) Conforme esteja tudo bem, esse tal de Camacho nunca mais vai te bater, não vai mais te importunar, quando ficares tranqüila.
d) Está tudo bem, mas esse tal de Camacho nunca mais vai te bater, nem vai mais te importunar, se bem que fiques tranqüila.
e) Ou está tudo bem, ou esse tal de Camacho nunca mais vai te bater, não vai mais te importunar, a fim de que fiques tranqüila.

11. (Assistente de Operações – TRENSURB/RS – 2002) Observe as seguintes propostas de substituição de palavras em negrito nas frases abaixo.

I – Mais ou menos os poderes **que** tem Deus.

Substituição do pronome **que** por **os quais**

II – Talvez não fizéssemos milagres, **mas** teríamos acesso a tudo aquilo que a tecnologia pode proporcionar, em termos de imagem, de som.

Substituição da conjunção **mas** por **embora**.

III – "E o Oscar vai para...", nós, sorridentes, já estaríamos olhando ao redor com ar de triunfo, já estaríamos nos encaminhando para o palco, **para** ali receber, sob uma chuva de aplausos, o troféu a que sempre fizemos jus.

Substituição do nexo **para** por **a fim de**.

Quais manteriam a correção e o sentido original das frases em que se inserem?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

12. (Assistente de Operações – TRENSURB/RS) No período **Isso tudo <u>se a vida fosse um filme</u>,** o trecho sublinhado poderia ser substituído, sem prejuízo de seu sentido original, por
a) desde que a vida fosse um filme.
b) apesar de a vida ser um filme.
c) enquanto a vida fosse um filme.
d) mesmo que a vida fosse um filme.
e) em razão de a vida ser um filme.

13. (Assistente Administrativo – SULGÁS) Considere as afirmações abaixo.
I – **No entanto**, o conhecimento sobre os mecanismos da memória garimpados nos últimos anos pela ciência estão ajudando na criação de terapias cada vez mais eficazes para preservar e recuperar as recordações.

A locução **No entanto** poderia ser substituída na frase sem qualquer mudança de sentido, indiferentemente por **Contudo** ou **Todavia.**

II – **Se** for bem treinada, a memória de um idoso pode ser tão boa quanto a de um jovem.

O nexo **Se**, na frase acima, inicia uma oração que expressa uma condição em relação ao que é enunciado na oração principal.

III – Escolha atividades como dança ou judô, que agilizam a memória, pois elas aumentam seu poder de concentração.

Na frase acima, justifica-se o emprego da primeira vírgula porque esta separa da oração principal uma outra que explica ou esclarece um segmento antecedente, atribuindo-lhe uma qualidade que lhe é inerente.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

14. (Soldado – Brigada Militar/RS) Na frase **Isso é comum, pois os jovens têm de ganhar a vida**, o articulador **pois** estabelece uma relação de
a) comparação.
b) condição.
c) explicação.
d) oposição.
e) finalidade.

15. (Psicólogo – SUSEPE/RS) Na frase **Ampliavam o interesse e a curiosidade pública, pois ameaçavam um outro valor socialmente construído – a honra e a defesa da moralidade,** o segmento que substitui **pois ameaçavam**, sem interferir no significado geral e na correção da frase, é
a) embora ameaçassem.
b) em virtude de ameaçarem.
c) na medida em que ameaçavam.
d) ou ameaçariam.
e) a fim de que ameaçassem.

16. (Advogado – SULGÁS/RS) Considere os trechos abaixo.
I – no meio século **que se passou desde sua morte**

II – É claro **que aí temos outra distorção**

III – Heroína é a mãe **que anda quilômetros em busca de atendimento com o filho doente nos braços.**

Em quais delas a oração destacada restringe o significado de uma palavra ou expressão que a antecede?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

17. (Advogado – SULGÁS/RS) Qual das reescritas do trecho **Alguém perguntará: mas o que há de heróico numa partida de futebol? Muita coisa. O esforço, a luta pela auto-superação, a abnegação, até,** mais se aproxima do significado original?
a) Embora alguém pergunte o que haja de heróico numa partida de futebol, muitas coisa se esforça e luta pela superação até chegar a abnegação.
b) A pergunta de alguém será se há heroísmo numa partida de futebol, o que é muita coisa, havendo até o esforço, a luta pela auto-superação e abnegação.
c) É exigência demais perguntar o que há de heróico, de esforçado, de enfrentamento pela auto-superação, de abnegação numa partida de futebol.
d) Caso alguém venha a perguntar o que há de heróico numa partida de futebol, responder-se-á que existe muita coisa, como o esforço, a luta pela auto-superação e até a abnegação.
e) Alguém virá a perguntar, no entanto, muita coisa sobre o heroísmo existente numa partida de futebol em que haja, ainda por cima, o esforço, a luta pela auto-superação e a abnegação.

18. (Assistente de Promotoria – MP/RS – 2002) – No período **Portanto, a imprensa, <u>para estar a serviço da liberdade</u>, deve evidenciar o máximo possível o sentido geral das experiências particulares**, a oração sublinhada expressa uma circunstância de
a) lugar.
b) condição.
c) proporção.
d) concessão.
e) conclusão.

19. (Motorista – FEBEM/RS – 2002) Na frase **A responsabilidade de acertar nessa tarefa é enorme, <u>pois</u> é toda uma vida que está em jogo,** a conjunção **pois** expressa idéia de
a) oposição.
b) tempo.
c) explicação.
d) finalidade.
e) condição.

20. (Auxiliar de Contabilidade – BANRISUL/RS) Assinale a alternativa que apresenta uma substituição para a expressão **desde que** na frase abaixo que **NÃO** acarreta alteração de significado ou necessidade de qualquer ajuste na frase.

Todos falam na integração mundial dos mercados, de um mundo livre de barreiras comerciais, **desde que**, é claro, os cucarachas fiquem no seu lugar e não fabriquem aço barato demais.
a) de tal forma que
b) assim que
c) ainda que
d) até que
e) contanto que

21. (Escrivão de Polícia – Polícia Civi/RS – 2002) Entre as expressões abaixo, aquela que, substituindo **embora** alteraria o significado da frase abaixo.

Os brancos tentam ficar marrons, **embora** às vezes só fiquem vermelhos, os marrons ficam pretos e os pretos já estão prontos.
a) mesmo que.
b) não obstante.
c) se bem que.
d) visto que.
e) ainda que.

22. (Operador de Informática – EPTC/RS – 2002) Analise as afirmações abaixo com relação a nexos oracionais.

I – Não só as mudanças significativas, **mas** as que ocorrem muito rapidamente ou em simultaneidade freqüentemente causam stress.
A conjunção **mas** poderia ser substituída corretamente pela palavra **também**, sem causar prejuízo ao significado da frase, pois ambas expressam idéia de adição.

II – Essas podem, **porém**, se defender através da identificação das causas do stress e do aprendizado das diferentes maneiras de evitá-lo ou da melhor forma de ajustar-se a ele.

A conjunção **porém** expressa idéia de oposição, por isso poderia ser substituída, sem qualquer alteração na frase, por **contudo**.

III – Melhor a saúde geral e a forma física, além de estar consciente de que as reações aos acontecimentos estão relacionados às crenças e aos valores da pessoa, **embora** alguns eventos sejam por si só negativamente estressantes, pode auxiliar a diminuir os efeitos do desequilíbrio gerado pelo excesso de stress.

A conjunção **embora** poderia ser substituída pela locução **posto que**, sem acarretar erro, pois ambas iniciam orações em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

23. (Auxiliar de Radiologia – Prefeitura de Caxias do Sul/RS – 2002) A palavra **onde** ,na frase abaixo, expressa idéia de
Para saber que tipo de água mineral você bebe, basta olhar o rótulo, **onde** há informações sobre a composição química do produto.
a) tempo
b) modo
c) lugar
d) intensidade
e) dúvida

24. (Agente Administrativo II) Contém orações que expressam, respectivamente, idéias de condição, concessão e proporção, os períodos iniciados por
a) **Ocorre** que, do ponto de vista da nossa vivência subjetiva, o efeito dessas conquistas parece ser justamente o contrário do esperado.
Embora façamos as coisas que desejamos em cada vez menos tempo, sentimos cada vez mais a falta de tempo para fazer o que desejamos.
Ao mesmo tempo que se trabalha menos, vive-se muito mais.
b) **Mas**, se você tiver, só me resta pedir a sua paciência e compreensão.
Eles eram pobres, mas viviam como milionários perto de nós.
Quando olhamos para trás, a geração de nossos pais e avós, assim como as comunidades que pararam no tempo, parecem-nos usufruir de um espaço interno de convivência e de uma largueza na dotação do tempo....
c) **Ocorre** que, do ponto de vista da nossa vivência subjetiva, o efeito dessas conquistas parece ser justamente o contrário do esperado.
Eles eram pobres, mas viviam como milionários perto de nós.
Quanto mais economizamos tempo, mais carecemos dele.
d) **Mas**, se você tiver, só me resta pedir a sua paciência e compreensão.
Embora façamos as coisas que desejamos em cada vez menos tempo, sentimos cada vez mais a falta de tempo para fazer o que desejamos.
Quanto mais economizamos tempo, mais carecemos dele.
e) **Mas**, se você tiver, só me resta pedir a sua paciência e compreensão.
Eles eram pobres, mas viviam como milionários perto de nós.
Ao mesmo tempo que se trabalha menos, vive-se muito mais.

25. (Oficial de Justiça – 1998) Os nexos **pois**, **como** e **porém** introduzem, no contexto das frases abaixo em que ocorrem, respectivamente, idéias de

Acabar com a criminalidade é, **pois**, meta inatingível.
Na prática, percebe-se que as diversas instâncias são tratadas (e tratam-se) como compartimentos estanques, isolando-se uma das outras, **como** se cada uma tivesse um objetivo diverso.
Essa atuação, **porém**, é profundamente marcada por estereótipos, e a seleção recai prioritariamente sobre as "caras de prontuários", na expressão do penalista argentino Zaffaroni.

a) conclusão, conformidade e contraposição.
b) explicação, conformidade e retificação.
c) explicação, comparação e contraposição.
d) conclusão, comparação e contraposição.
e) conclusão, conformidade e retificação.

26. (FDRH-Agente Adm.-Pref.POA-2001)
Analise o sentido da palavra destacada nas frases abaixo.
I – **Como** é modesto, Guga nos cativa.
II – **Como** se previa, o tenista brasileiro venceu mais um torneio.
III – Airton Senna encantou-nos no passado **como** Guga nos encanta hoje.
IV – Naomi Campbell não abandonou as passarelas, **como** havia sido anunciado.

Pela análise realizada, é correto concluir que o **como** é empregado com o valor idêntico ao que apresenta na frase "Mas, **como** escreveu Machado de Assis, a vaidade é um princípio de corrupção." Em
a) I e II
b) I e III
c) II e III
d) II e IV
e) III e IV

27. (Assistente Administrativo – FDRH) Considere as seguintes afirmações sobre o valor das expressões sublinhadas no texto.

I – Em "**É como se** cada autor, cada consultor, cada articulista pegasse uma idéia, transformasse em regra e quisesse aplicá-la a todos os seres humanos" , a expressão destacada pode ser substituída por "**Parece que**", mantendo-se a mesma idéia e as mesmas formas verbais.

II – Pode-se substituir a palavra como (destaque no trecho) por **por que**, sem prejuízo ao sentido e à correção da frase.
E **como** o próprio mercado é todo cheio de ambigüidades e necessidades que são contrárias umas às outras, o que sobra para nós é uma grande perplexidade.

III – Em "não será apenas uma questão de "empregabilidade", **como** dizem, mas de vida" , a palavra "**como**" estabelece uma relação de conformidade entre as orações.

Quais estão corretas?
a) Apenas a I.
b) Apenas a II.
c) Apenas a III.
d) Apenas a I e a III.
e) A I, a II e a III.

28. (PROCESSO SELETIVO PÚBLICO ANO 2000 – FAURGS) O trecho Como Portugal não queria concorrência (no trecho abaixo) expressa, no contexto em que ocorre, idéia de

Como Portugal não queria concorrência, o _____ (suscessor/sucessor) de Afonso V, D. João II, construiu em 1842 o Castelo de São Jorge da Mina, ou simplesmente, Elmina, para garantir militarmente o monopólio.

a) comparação.
b) condição.
c) concessão.
d) conseqüência.
e) causa.

NEXOS
01. E 06. A 11. D 16. C 21. D 26. D
02. B 07. E 12. A 17. D 22. E 27. C
03. B 08. E 13. E 18. B 23. C 28. E
04. E 09. C 14. C 19. C 24. D
05. A 10. B 15. B 20. E 25. D

PONTUAÇÃO

I. Os sinais de pontuação:

a) Ponto (**.**)
b) Ponto-de-interrogação (**?**)
c) Ponto-de-exclamação (**!**)
d) Reticências (**...**)

e) Travessão (**–**)
f) Vírgula (**,**)
g) Ponto-e-vírgula (**;**)
h) Dois-pontos (**:**)

II. Definição gramatical e uma ressalva:

III. Noções Gerais:

IV. Conclusão geral:

VÍRGULA

1. Para separar enumerações.

Exemplos:

2. Para isolar adjuntos adverbiais deslocados.

a) O que são adjuntos adverbiais? _____

b) Quando estão deslocados? _____

Exemplos:

c) Por que o adjunto adverbial é tão deslocável? _____

Exemplos:

3. Para isolar o aposto.

Exemplos:

⇨ **Não esquecer:** o aposto ① Aceita ser substituído por travessão. ② Não aceita ser substituído por travessão.

Exemplos:

4. Para isolar o vocativo.

Exemplos:

EXERCÍCIO DE AULA 1

1. Os rapazes voltaram inesperadamente a casa.
2. A banca da esquina vende livros jornais revistas cigarros.
3. Quero que vocês jovens percorram a estrada que os conduzirá ao sucesso.
4. A presidência cargo mais importante de todos deve ser ocupada por alguém digno.
5. A criança o adulto o idoso são humanos honestos verdadeiros.
6. Depois de amanhã haverá uma importante partida de vôlei.
7. Aninha compra tudo o que for necessário para uma grande festa.
8. Pessoa desagradável Joana teceu comentários dispensáveis.
9. Na tarde de amanhã os vencedores serão conhecidos em frente ao clube.
10. Eles disseram ao diretor a verdade acerca do ocorrido.

5. Para isolar orações adverbiais deslocadas.

⇨ **Não esquecer:** diferenças de pontuação no adjunto adverbial e na oração adverbial.

ADJUNTO ADVERBIAL	ORAÇÃO ADVERBIAL
Quando está no final, o adjunto adverbial ① é antecedido por vírgula. ② não é antecedido por vírgula. ③ é opcional antecedê-lo ou não por vírgula.	Quando está no final, a oração adverbial ① é antecedida por vírgula. ② não é antecedida por vírgula. ③ é opcional antecedê-la ou não por vírgula.
Quando está deslocado, o adjunto adverbial ① é isolado por vírgula(s). ② não é isolado por vírgula(s). ③ é opcional isolá-lo ou não por vírgula(s).	Quando está deslocada, a oração adverbial ① é isolada por vírgula(s). ② não é isolada por vírgula(s). ③ é opcional isolá-lo ou não por vírgula(s).
Exemplos:	Exemplos:

6. Para isolar as orações coordenadas.

Exemplos gerais:

O caso especial da conjunção “E”.

7. Para isolar os demais elementos intercalados.

Exemplos:

8. Para assinalar a supressão do verbo.

Exemplos:

9. Para isolar as orações adjetivas explicativas.

Exemplos:

EXERCÍCIO DE AULA 2

1. Veio a noite do baile e a menina vestiu-se com esmero.
2. Nossos pesquisadores que são competentes descobriram a cura da doença.
3. Houve esforço de todas as partes porém não foi possível um acerto.
4. Os jovens costumam precisar de autoridade; os adultos de flexibilidade.
5. Se conseguirem chegar a tempo virão ao encontro da turma.
6. O candidato da oposição afirmam as pesquisas tende a vencer o pleito.
7. A atividade econômica nos países desenvolvidos é bastante estimulada.
8. A moça entrou em pânico e saiu correndo pela noite escura.
9. Anos atrás a mulher cuidava da casa; hoje em dia cuida de todos os setores da vida.
10. A Agência Central dos Correios que fica em frente ao curso foi assaltada.

PONTO-E-VÍRGULA

1. Orações adversativas e conclusivas com nexo deslocado.

a) Nexos adversativos: _____

b) Nexos conclusivos: _____

Exemplos:

2. Grupos de orações que já tenham vírgulas internas.

Exemplos:

3. Orações de sentidos opostos não unidas por nexo.

Exemplos:

DOIS-PONTOS

1. Para introduzir citações.

Exemplos:

2. Para introduzir enumerações.

Exemplos:

3. Para introduzir sínteses, apostos, explicações.

Exemplos:

EXERCÍCIO DE AULA 3

1. A situação parecia contornada havia entretanto diversos problemas a resolver.
2. João comprou carne sal temperos Antônio levou água refri cerveja Paulo chegou com Ana Beatriz Cíntia.
3. O menino faz parte da bateria da Mocidade a namorada dele odeia carnaval com todas as forças.
4. Ele gostava de fato da moça havia no entanto dois problemas a sogra bêbada e o sogro traficante.
5. Precisamos debater vários pontos o local os custos os funcionários.
6. Carlos Drummond escreveu um hino à vida “Clara manhã, obrigado”.
7. Não existe nenhuma chance de haver acerto a proposta é completamente injusta.
8. Quando vier à cidade a menina vai querer visitar-me mas encontrará a porta fechada.
9. Só tenho uma coisa a dizer a situação é absurda.
10. Quando vieres é necessário que tragas alegria companheirismo leveza.

QUESTÕES – BANCAS RS
PONTUAÇÃO

01. (Arquiteto – Prefeitura de Alvorada/RS) Sobre a pontuação do texto, é correto afirmar que

a) FÍGARO: **(Andando pelo palco, como se estivesse medindo uma sala.)** Dezenove pés por... vinte e seis.
-Ah, senhor conde! Senhor conde!
Os parênteses da frase acima e a vírgula do trecho **–Ah,** isolam elementos de mesma função sintática

b) Ouve, Fígaro, noivinho querido**;** fico bem assim?
FÍGARO: Linda, meu amor**;** essa flor de laranjeira em tua fronte, na manha de nossas núpcias, é uma visão de doçura e encanto para o teu esposo enamorado.
Apenas um dos dois ponto-e-vírgula das frases acima pode ser substituído por dois-pontos.

c) Assim, se a condessa se indispõe às duas horas da manhã – zás -, em um salto estás lá.
A vírgula da frase acima seria necessária mesmo que não fosse seguida por uma oração adverbial deslocada.

d) Assim, se a condessa se indispõe às duas horas da manhã **–** zás **-**, em um salto estás lá.
Compreendes? (Cara espantada de Fígaro.) **–** Tu pensavas, meu divino amor, que o dote que ganhamos foi por tua bela cara?
Os travessões das frases acima foram usados pela mesma razão.

e) ROSINA: Que, meu bom amigo, o senhor conde, cansado de namorar todas as beldades das redondezas, deseja voltar para o castelo, para o lar .... mas não para o seu quarto.
As reticências utilizadas na frase indicam a omissão de um trecho da frase de Rosina.

02. (Técnico Judiciário – TRT – 4ª Região) É correto afirmar que as vírgulas

Foi desastroso o fim da telenovela Mulheres Apaixonadas**,** exibida durante oito meses em horário nobre pela Globo, rede de maior audiência da televisão brasileira. Ao invés de apaixonadas**,** a novela mostrou mulheres em várias situações de discriminação e desrespeito,em situação de submissão e inferioridade, impotentes e coniventes com os clichês de violência e impunidade.

a) As vírgulas do trecho **Mulheres Apaixonadas,** e **Ao invés de apaixonadas,** devem-se à mesma razão de ordem sintática.

b) **Esta,** corroída por um ciúme **doentio,** se desequilibra, manifestando instintos suicidas e homicidas.
As vírgulas depois de **Esta** e **doentio** poderiam ser substituídas por parênteses sem prejuízo do significado geral da frase.

c) Nem a figura da avó escapou**,** pois se revelou perversa e agressiva com a pobre neta órfã**,** que tem visões paranormais da mão exemplar que lhe concedia excelente padrão de vida dedicando-se à prostituição e foi vítima de uma bala perdida.
As vírgulas da frase acima isolam uma oração deslocada de sua posição usual na frase.

d) Um médico acintosamente, vaidoso e **intolerante,** foi disputado durante toda a novela por três **mulheres,** sendo uma enteada da outra, que a ele se ofereciam de forma lasciva.
As vírgulas depois de **intolerante** e **mulheres** poderiam ser substituídas por travessões sem prejuízo do significado geral da frase.

e) Mas a vítima também foi punida: seu namorado adolescente **morreu,** deixando-lhe como consolo um filho em suas entranhas.
Como depois ela aparece beijando os **avós,** aos quais sempre agrediu, a violência intrafamiliar acabou consagrada como o melhor método educacional.
As vírgulas após as palavras **morreu** e **avós,** separam orações de sujeitos diferentes.

03. (Procurador – Prefeitura de Caxias do Sul/RS) Assinale a afirmativa **INCORRETA** acerca do emprego de sinais de pontuação no texto.
a) Sendo contraditórios **–** por isso interessantes **-**, não é estranho que na época em que mais tempo vivemos haja tanta dificuldade em relação ao que se convencionou chamar velhice.
Por isso quero falar de minha implicância com a implicância que temos com os vocábulos **–** e a realidade **–** velho, velhice.
- Seus quadros celebram a vida.
- Eu os crio para mim mesma, para o meu prazer.
Os travessões no trecho **– por isso interessantes –** e **– e a realidade –** foram usados para separar expressões intercaladas.
Os travessões no trecho **– Seus quadros...** e **– Eu os crio...** foram usados para indicar mudança de interlocutor.
b) Por imaginarmos que as últimas décadas de uma vida são apenas decadência e deterioração**,** criamos o tabu que reveste essa palavra.
A vírgula na frase acima poderia ser suprimida sem acarretar erro à frase, pois foi empregada para separar um conjunto oracional deslocado.
c) Para isso não é necessário ser jovem, belo **(**significando carnes firmes e pele de seda...**)** ou ágil, mas ainda lúcido.
Os parênteses da frase acima foram usados para intercalar uma explicação que a autora julga conveniente.
d) Porém, no espírito de manada que nos caracteriza, nós o adotamos ainda que seja em nosso desfavor.
As vírgulas da frase acima poderiam ser substituídas por travessões, pois, nesse caso, estes sinais de pontuação exercem igual função.
e) Ela respondeu junto do meu ouvido, brilho nos olhos:
- Eu os crio para mim mesma, para o meu prazer.
Os dois-pontos da frase acima foram usados para introduzir a fala da personagem; seu emprego, portanto, é obrigatório.

04. (Téc. em Higiene Dental – Prefeitura de Alvorada/RS) Considere as seguintes afirmações sobre alguns casos de pontuação.

I – Além de defender os consumidores e criticar o Capitalismo, advoga o direito de designar de língua brasileira a língua falada no Brasil **–** tudo com muita veemência e humor ainda maior.
O travessão da frase acima poderia ser substituído por vírgula.
II – Escreveu aquele que pode ser o verso mais importante da Literatura Brasileira do século XX**:** "Tu pisavas os astros distraída".
Por causa dessa sua grande importância, não podemos esquecer o criador desse verso e de muitos outros, como aqueles que poderiam ser dedicados a alguma habitante de uma certa cidade do Rio Grande do Sul**:**
Alvorada
Na alvorada que alucina, ...

Os dois-pontos após **século XX:**, foram usados pela mesma razão que os dois-pontos após **Rio Grande do Sul:**.
III – Entretanto**,** seu sucesso maior foi mesmo como letrista e poeta.
No entanto, o autor deixa claro que aquela é apenas a visão de um apaixonado que é capaz de amar e sonhar mesmo sendo socialmente desprovido e vivendo num barracão cujo telhado de zinco é furado e, portanto, num lar que o calor de um dia de sol é insuportável e as águas de verão inundam o pouco que possui.
A vírgula após a palavra **No Entanto**, exerce a mesma função que as vírgulas na palavra**, portanto,**

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

05. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) Na frase **No primeiro dia de aula, o aluno novo já estava sendo chamado de "Gaúcho",** a vírgula foi usada pela mesma razão que determina o emprego.
a) – Aí, Gaúcho!
b) – Mas o Gaúcho! Fala "tu"! – disse o gordo Jorge, que era o que mais implicava com o novato.
c) Podia estar, naquele momento, em algum hospital.
d) – Gaúcho... Quer dizer, Rodrigo: explique para a classe o que aconteceu.
e) – Nós vínhamos de auto, o pai não viu a sinaleira fechada, passou no vermelho e deu uma pechada noutro auto.

06. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS) .... Que já ganhara outro apelido: Pechada.
- Aí, Pechada!
- Fala, Pechada!

Os travessões acima foram usados para assinalar
a) a fala de personagens
b) um acontecimento
c) uma explicação
d) uma pausa
e) a troca de linhas

07. (Analista Judiciário – TRT 4ª Região) Na frase **Suprimi-la indiscriminadamente com analgésicos, dizem alguns estudiosos, pode fazer mais mal do que bem**, a função da vírgula em seus empregos é
a) isolar aposto
b) separar oração intercalada
c) separar orações coordenadas assindéticas
d) isolar adjunto adverbial intercalado
e) separar itens de uma série

08. (Motorista – MP/RS) Assinale, nos parênteses, com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F** as falsas, considerando o emprego da pontuação.
( ) Exemplos não faltam: há**,** no Brasil**,** bebês de dez meses pesando três quilos...
As vírgulas separam um adjunto adverbial deslocado.
( ) A desnutrição deixa marcas para a vida toda: afeta a capacidade de raciocínio, o aprendizado e, numa conjunção ainda mais cruel, ajuda a engrossar a lista de justificativas para a evasão escolar.
As vírgulas no trecho **e, numa conjunção ainda mais cruel, ajuda** poderia ser substituídas por travessões.
( ) Educação também é alimento.
A colocação de uma vírgula após a palavra **Educação** não acarretaria erro à frase.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é
a) V – V – F
b) F – V – F
c) V – V – V
d) F – F – V
e) V – F – V

09. (Auxiliar de Perícias – IGP/RS) Considere as seguintes afirmações sobre o uso da vírgula no texto.
I – Tudo sob controle, doutor.
Eu sei, disse Vilela.
Nas frases acima as vírgulas exercem a mesma função, a de isolar o vocativo.
II – As perícias já foram feitas, e eu mandei desinterditar os locais.
O uso da vírgula se deve ao fato de os sujeitos das duas orações serem diferentes.
III – "Alô, disse uma voz, pouco depois, "é o perito Martins, falando."
As vírgulas foram empregadas para separar itens que compõem uma enumeração.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) I, II e III

10. (Contador – BANRISUL/RS) Sobre a pontuação empregada no texto, é correto afirmar que
a) Eu queria a bicicleta, e meu pai, que era **barbeiro**, achou que aquilo era dinheiro jogado fora. Vendi jornais e **garrafas**, engraxei sapatos e, quando finalmente consegui comprar a bicicleta, ela já não era mais importante.
As vírgulas depois de **barbeiro** e **garrafas** devem-se à mesma razão de ordem sintática.
b) Bem cedo, **portanto**, descobri a diferença entre os que têm e humilham e os que não têm e são humilhados.
A palavra **portanto** deixaria de ser isolada por virgulas caso fosse deslocada para depois da forma verbal **descobri**.
c) Mais tarde, ao entrar na **adolescência**, trabalhava em jornal como contínuo e auxiliar de repórter policial.
A vírgula que se segue à palavra **adolescência** está separando itens de uma série.
d) E isso não era muito difícil**:** bastava ler, aprender, estudar, e, na medida em que lia, aprendia e estudava, mais reverenciava...
Os dois-pontos podem ser substituídos por ponto, desde que a palavra seguinte inicie por maiúscula.
e) Quando lhe indagam o porquê de seu **comportamento**, ele diz...
A vírgula depois de **comportamento** pode ser substituída por ponto-e-vírgula ou ponto sem acarretar qualquer espécie de erro.

11. (Advogado – FEBEM/RS) Considere a pontuação empregada nas frases abaixo
I – Os olhos de vidro muito pretos e o focinho de plástico, também preto, davam ao boneco um ar meigo.
II – Toma, Belina, é teu.
III – Depois, quando compreendeu do que se tratava, uma sensação esquisita começou a sufocá-la

Quais frases poderiam continuar apresentando vírgula caso fosse retirado o trecho sublinhado ?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas I e II
d) Apenas II e III
e) I, II e III

12. (Assistente de Operações – TRENSURB/RS) Considere as seguintes afirmações acerca do uso de pontuação no texto.
I - ... o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apressou-se em advertir**:** os indicadores sobre renda são individuais, ...
Os dois-pontos poderiam ser suprimidos sem acarretar erro à frase, visto que foram utilizados apenas para indicar uma pausa.
II - ... o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apressou-se em advertir**:** os indicadores sobre renda são individuais, mas as estatísticas sobre bens duráveis que vão do fogão ao carro são por domicílio**.** A tendência, porém, tem outras razões, a começar pelo fato de, ...
O ponto final poderia ser substituído por ponto-e-vírgula se a conjunção **porém** fosse deslocada para o início da oração em que se encontra.
III – É esse país dos cidadãos sem registro de nascimento**,** dos que sobrevivem no mercado informal de trabalho**,** dos que não contribuem para a Previdência ou nem mesmo pagam impostos.
As vírgulas foram utilizadas para separar orações coordenadas.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) Apenas II e III

13. (Assistente de Operações – TRENSURB/RS) Considere as seguintes afirmações acerca do uso da pontuação no texto.
I – Se pudéssemos fazer de nossa vida um filme**,** seria, não tenhamos dúvida, um grande filme.
A vírgula após a palavra **filme** separa uma oração adverbial deslocada; poderia, portanto, ser suprimida.
II – Ou, ao contrário, um filme alternativo, como aqueles do cinema Novo ("Uma câmera na mão, uma idéia na cabeça"): não faz diferença.
As vírgulas no trecho **,ao contrário,** foram usadas para separar um elemento intercalado.
III – Ah**,** e isso o nosso filme teria: belas atrizes, inteligentes atores.
A vírgula após a palavra **atrizes** poderia ser substituída pela conjunção **e**, sem acarretar erro à frase.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

14. (Perito Químico – Forense – IGP/RS) A propósito da pontuação do texto, é **INCORRETO** afirmar que
a) Os senhores são como se fossem seus parentes**;** afinal, são amigos.
O ponto-e-vírgula poderia ser substituído por ponto.
b) Eu lhes digo o que vou fazer**:** permitirei a entrada de um dos senhores, para que assista a esta tarefa, que, infelizmente, tem que ser executada, está na lei.
Os dois-pontos introduzem um esclarecimento sobre a oração anterior.
c) "Eu vou"**,** disse um deles**,** encarando os outros dois, que desviaram os olhos.
As vírgulas no trecho **,disse um deles,** isolam um elemento intercalado
d) Tiraram a saía**,** a blusa**,** as peças íntimas.
Temos que tomar nota de tudo**,** disse o legista**,** olhando para o escriturário que escrevia, para o laudo.
As vírgulas no trecho **,a blusa,** e **,disse o legista,** foram utilizadas pela mesma razão.
e) O homem queria mesmo matar, disse o legista, olhando o corpo, profissionalmente**.**
O ponto final da frase acima não pode ser substituído por ponto de exclamação.

15. (Psicólogo – SUSEPE/RS) A propósito da pontuação empregada no texto, é correto afirmar que

a) ... Elizabeth Cancelli mostra que**,** na passagem do século XIX para o século XX**,** diferentes teses apontavam para a aproximação entre o conhecimento médico e a compreensão de atos criminosos...

As vírgulas no trecho **,na passagem do século XIX para o século XX,** foram utilizadas para isolar um adjunto adverbial deslocado.

b) A ciência**,** acreditava-se**,** permitia o reconhecimento das "consciência sombrias", ao aliar a medicina legal, a antropologia criminal, os serviços de estatística e os serviços de identificação.

As vírgulas no trecho **,acreditava-se,** não poderiam ser substituída por travessões porque isolam um comentário.

c) A ciência, acreditava-se, permitia o reconhecimento das "consciência sombrias", ao aliar a medicina legal**,** a antropologia criminal**,** os serviços de estatística e os serviços de identificação.

Antropologia que, aplicada à criminalidade, contribui para a promoção de um processo de naturalização e medicalização em que**,** crescentemente**,** o foco deixou de estar centrado no crime, passando a concentrar-se na figura do criminoso, ...

As vírgulas no trecho **,a antropologia criminal,** e no trecho**, crescentemente,** foram utilizadas pela mesma razão.

d) Giravam em torno de sentimentos e instintos considerados básicos (amor, ódio, traição**...**) e representados como naturais.

As reticências indicam que há um significado oculto subentendido.

e) Ampliavam o interesse e a curiosidade públicos, pois ameaçavam um outro valor socialmente construído – a honra e a defesa da moralidade.

A expressão **a honra e a defesa da moralidade** não pode ser colocada entre parênteses porque está empregada só com um travessão.

16. (Agente Administrativo – MP/RS) Considere as seguintes afirmações sobre o uso da pontuação no texto.

I – Padrões comportamentais**,** e não apenas traços fisiológicos e anatômicos**,** constituem a matéria-prima da seleção natural.

As vírgulas na frase acima poderiam ser substituídas por travessões sem prejuízo à correção ou ao significado da frase.

II – Se o comportamento egoísta resulta de tendência biológicas, dá-se o mesmo com o altruísmo**,** que prevalece em determinadas espécies animais, sobretudo entre os humanos.

Se a vírgula no trecho **altruísmo, que** fosse substituída por um travessão, nenhuma outra alteração seria obrigatória para que resultasse um período gramaticalmente correto.

As teses do autor enraízam se numa concepção de instinto apropriada à nossa espécie**,** a de primatas dotados de um elenco inato de "predisposições par aprender", em meio a um universo de seres mais submissos à inflexibilidade de "programas genéticos imutáveis".

No trecho **espécie,** a substituição da vírgula por dois pontos não acarretaria erro.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

17. (Assistente de Promotoria – MP/RS) Sobre a frase **São superficiais as condenações da mídia que passam arbitrariamente de uma crítica justificada das deformações e dos limites da imprensa, e sobretudo da televisão, à afirmação de que a mídia está automaticamente a serviço das forças dominantes**, são feitas afirmativas, considere

I – A colocação de uma vírgula depois de **da mídia** indicaria que todas as condenações da mídia são superficiais.

II – A vírgula após **imprensa** e após **televisão** poderia ser substituída por travessões sem que resultasse em erro.

III – As expressões **das deformações, dos limites, da televisão** e **das forças dominantes** modificam a expressão **uma crítica justificada.**

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) Apenas I e III.

18. (Assistente de Promotoria – MP/RS) As afirmações abaixo referem-se ao emprego da vírgula no texto. Assinale **V** nas afirmações verdadeiras e **F** nas falsas.

( ) Esta não consiste em emitir mensagens, mas em fazer com que elas sejam recebidas, coisa que só pode ser feita se o público tiver consciência de se parte integrante**,** de forma direta ou pelos seus representantes**,** do processo político.

As vírgulas no trecho **,de forma direta ou pelos seus representantes,** delimitam uma oração restritiva.

( ) ... consiste em reforçar a resistência da opinião pública ao poder, em geral ao encerrá-la num universo não-político, no qual a meteorologia**, o futebol, as reportagens sobre as estrelas da atualidade,** o exotismo e o recurso à emoção criam uma televisão ou uma imprensa de empatia, ...

As vírgulas do trecho marcado na frase anterior, separam itens de uma enumeração.

( ) Não creio que a imprensa possa ser inteiramente objetiva, pois ela contribui para construir a realidade**, embora não possa fazê-lo como bem entenda,** sob pena de perder o seu público.

As vírgulas no trecho marcado delimitam uma oração adverbial intercalada.

( ) Em vez de lançar o seu desprezo sobre a mídia**,** os intelectuais deviam contribuir para demarcar o papel de expressão dos anseios...

A vírgula utilizada na frase acima separa adjunto adverbial deslocado.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:
a) V – V – F – F
b) V – F – F – F
c) F – F – V – V
d) F – V – V – V
e) F – V – F – V

19. (Motorista – FEBEM/RS) Na frase ... **a estimulação, que pode acontecer em casa ou na escola a partir de atitudes muito simples, como brincar ou cantar com o bebê, mas que terão papel decisivo no seu desenvolvimento,** as vírgulas no trecho sublinhado foram empregadas para separar
a) uma expressão de retificação.
b) vários elementos de uma série.
c) uma citação.
d) um vocativo.
e) uma exemplificação.

20. (Auxiliar de Contabilidade – BANRISUL/RS) Considere as seguintes possibilidades de alteração da pontuação empregada em frases do texto.

I - Isso explica que Os Simpsons **(**os roteiros continuam ótimos**)** sejam ainda desenhados à mão na Indonésia enquanto todos os novos desenhos animados são feitos por computador.

Substituição dos parênteses por travessões.

II – A lógica do mercado é essa, a do proletariado externo**:** nativos pobres e escurinhos que, bem longe, fabricam a riqueza a ser desfrutada pelos ricos brancos do norte, sem problemas com legislação....

Supressão dos dois-pontos.

III – Todos **falam** na integração mundial dos mercados, de um mundo livre de barreiras comerciais, desde que, é claro...

Inclusão de uma vírgula depois de **falam**.

Quais delas manteriam a correção?
a) Apenas I.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

Instrução: Considere a chave de respostas abaixo para responder às questões **21** e **22**.
a) Isolar adjunto adverbial deslocado.
b) Separar orações coordenadas.
c) Isolar oração adjetiva explicativa.
d) Separar elementos em uma enumeração.
e) Isolar aposto

21. (Escrivão de Polícia – Polícia Civil/RS) Na frase **A Polícia Federal brasileira, que aprende toneladas de entorpecentes todo ano, trabalha nessa frente,** assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego das vírgulas.

_____

22. (Escrivão de Polícia – Polícia Civil/RS) Na frase ....**diz o juiz aposentado Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas e um dos maiores especialistas no tema no Brasil,** assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego da vírgula.

_____

23. (Auxiliar de Radiologia – Prefeitura de Caxias do Sul/RS – 2002) As vírgulas empregadas na frase **Mas aquela que mata a sede há muito tempo deixou de ser adquirida em poços, cacimbas, filtros de barro e torneiras**, se justificam porque separam
a) expressões explicativas.
b) orações intercaladas.
c) termos que o autor deseja realçar.
d) termos de uma enumeração.
e) expressões de retificação.

24. (Bibliotecário – 2004 – FAURGS) Na primeira coluna, são apresentadas algumas justificativas para o emprego de sinais de pontuação; na segunda coluna, são citados alguns empregos de vírgula no texto. Correlacione-os.

(1) Isolar adjunto adverbial deslocado.
(2) Separar orações coordenadas.
(3) Isolar oração adjetiva explicativa.
(4) Separar elementos de uma mesma função sintática.
(5) Isolar aposto.

( ) Vírgulas colocadas depois de parecem e depois de anos.
Afetam umas _____ outras, de maneira que parecem, ao longo dos anos, mais ou menos arbitrárias ou mais ou menos imaginativas.
( ) Vírgulas colocadas depois de Masson e depois de francesas.
O escritor francês Paul Masson, que trabalhara como juiz nas colônias francesas, notou que a Biblioteca Nacional de Paris tinha deficiências de livros em italiano e latim do século XV.
( ) Vírgulas da primeira linha.
Salas, corredores, estantes, prateleiras, fichas e catálogos computadorizados supõem que os assuntos sobre os quais nossos pensamentos se demoram são entidades reais...

A seqüência numérica correta na segunda coluna, de cima para baixo, é
a) 1 - 3 - 4.
b) 2 - 5 - 4.
c) 3 - 5 - 4.
d) 4 - 5 - 2.
e) 5 -3 – 1.

25. (Serviços Notariais e de Registros - OFFICIUM)

A vírgula na frase “Como esta não pode mais se fundar sobre tradições de grupo, é preciso inventar um consenso idealmente universal” tem a função

a) separar uma oração subordinada adverbial antecipada.
b) isolar uma oração subordinada substantiva apositiva.
c) isolar uma oração adjetiva explicativa.
d) separar orações reduzidas
e) separar orações coordenadas assindéticas.

PONTUAÇÃO

01. C	06. A	11. D	16. E	21. C
02. B	07. B	12. C	17. D	22. E
03. B	08. A	13. D	18. D	23. D
04. E	09. B	14. D	19. E	24. A
05. C	10. D	15. A	20. A	25. A

CONCORDÂNCIA NOMINAL

1. Regra Geral

Observe: as crianças dois cachorros

esse problema ótima idéia

O **artigo**, o **pronome**, o **numeral** e o **adjetivo** concordam em gênero e número com o **substantivo** a que se referem. Dessas classes gramaticais, a única que apresenta alguns problemas de concordância é o **adjetivo**.

Definições Básicas

ADJETIVO

➔ ***Expressa uma característica do substantivo.***
➔ ***Refere-se a um substantivo.***
➔ ***Palavra variável***

ADVÉRBIO

➔ **Expressa uma circunstância.**
➔ ***Refere-se a um verbo, a um adjetivo ou um a outro advérbio.***
➔ ***Palavra invariável,***

2. Concordância do Adjetivo

2.1. Adjetivo Anteposto aos Substantivos

➔ Concorda com o mais próximo.

Exs.: Bonitas sandálias e sapatos.
Bonito sapato e sandália.

2.2. Adjetivo Posposto aos Substantivos

➔ Concorda com o mais próximo ou vai para o plural, concordando com ambos.

Exs.: casaco e camisa branca
camisa e casaco branco (ou brancos)

EXERCÍCIO DE AULA:

1. Não podia haver ajuda e facilidade _____. (demasiado)
2. Ficaram patentes a glória e o valor _____. (demasiado)
3. Apresentava a face e os braços _____. (arranhado)
4. _____ apresentava a face e os braços. (arranhado)
5. Apresentava os braços e a face _____. (arranhado)
6. Apresentava _____ os braços e a face. (arranhado)

3. Casos particulares

3.1. Nas expressões **é bom**, **é preciso**, **é proibido**, o adjetivo ficará invariável, quando o sujeito não estiver determinado.

Exs.: Cerveja é bom no inverno e no verão.
É necessário tranqüilidade nos momentos difíceis.
Entrada é proibido.

- Caso o sujeito estiver determinado, haverá flexão normal do adjetivo.

Exs.: A cerveja é boa. A entrada é proibida.

3.2. Anexo, **obrigado**, **quite**, **mesmo**, **próprio**, **incluso**

Exs.: Arquive os documentos anexos.
Muito obrigada, disse ela.
Estou quite com você.
Elas mesmas farão o tema proposto.
Nós próprios cuidaremos do caso.
Queremos ficar sós.
Inclusa segue a cópia do contrato.

3.3. Em anexo, **menos** e **alerta**

Exs.: Em anexo, remetemos os comprovantes.
Tinha menos iniciativa do que eu.
Todos estavam alerta.

3.4. Meio:

Exs.: Ouvi meias verdades.
Era meio-dia e meia.

Exs.: Ela está meio atrasada.
Meio enterradas, viam-se as ferramentas.

3.5. Todo, toda, todo o, toda a

- Todo e toda (sem artigo) significa “qualquer”

Exs.: Todo ser humano merece respeito.
Toda escola tem responsabilidade com o aluno.
“Todo o” e “toda a” (com artigo) significa “inteiro”
Percorri toda a cidade
Todo o prédio soube do fato

- No plural (todos/todas),deve-se colocar o artigo depois:

Exs.: Todos os dias ,ele vem a cidade. Refiro-me a todas as cidades.

3.6. Bastante

Exs.: Recebeu bastantes ofertas. Bastantes pessoas o apoiaram.

- Quando for advérbio, fica invariável.

Exs.: Elas estão bastante cansadas. Comemos bastante.

3.7. ***Dado, visto e outros particípios.***

Exs.: ***Dadas as circunstâncias, não haverá reunião.***
Feitos os cálculos, nada sobrou para o empregado.

4. Nomes de cor.

4.1.O nome de cor, quando originado de um substantivo, não varia, quer se trate de uma palavra simples, quer se trate de uma palavra composta (nome de cor + substantivo)

Exs.: Tapetes vinho
Cortinas areia
Lençóis rosa
Camisas amarelo-limão
Olhos verde-mar

4.2 O nome de cor, quando é adjetivo, varia, quer seja uma palavra simples, quer seja o segundo elemento de uma palavra composta.

Exs.: Faixas azuis
Calções brancos
Paredes amarelas
Calças pretas
Sapatos verde-escuros
Olhos azul-claros
Colcha amarelo-esverdeada
Bandeiras rubro-negras

EXCEÇÕES: as palavras **azul**-marinho e **azul**-celeste são invariáveis.
Ex.: Ela ganhou casacos azul-marinho e comprou luvas azul-celeste.

EXERCÍCIIO DE AULA

1. _____ ao envelope com os valores vai a procuração perdida. (anexo)

2. _____ à pasta plástica solicitada vai a procuração perdida. (em anexo)

3. O caso ficou na dependência de nós _____. (próprio)

4. Cabe às autoridades _____ coibir a violência nos estádios. (mesmo)

5. Devido a _____ razões houve a ruptura no casamento de Joaquim. (bastante)

6. Devido ao susto que tomou, chegou ao trabalho _____ apavorada. (meio)

7. Ele estava _____ neurótico; ela estava _____ desorganizada. (menos/menos)

8. Faltavam _____ alguns minutos para que eles ficassem _____. (só/só)

9. “Muito _____”, disse ela em nome de todas as religiosas do evento. (obrigado)

10. Uma vez que você ficou _____ com ela, nós também ficamos _____. (quite/quite)

11. _____ corpo do rapaz ficou coberto de poeira. (todo/todo o)

12. _____ rapaz sente-se inferiorizado diante de uma rapariga. (todo/todo o)

QUESTÕES
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

1. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:
a) Acabou por causar má impressão no autor as palavras que lhe dirigiu o motorista.
b) Deve-se aos sonegadores de impostos uma boa parcela do desequilíbrio econômico.
c) As três morais com que finalizam o texto não são muito animadoras.
d) Não costumam haver entre os corruptos quem admita a prática da corrupção.
e) Tanto as altas como as baixas esferas da política tem-se mostrado corruptas.

2. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita em:
a) Naquela hora, o advogado chegou a insinuar que algumas das reivindicações de seu cliente já não lhe parecia tão justas como pensava que o fosse.
b) Situações de crianças em risco, em quaisquer que seja os contextos considerados, devem ser levados a sério, sob pena de os possíveis responsáveis serem julgados omissos.
c) Quando percebeu que já havia passado dez dias do recebimento das notas fiscais, lembrou que delas dependia, naquele momento, o envio do projeto em tempo hábil.
d) É necessário, sempre e a todo momento, as mais severas medidas contra os que, imunes aos direitos alheios, atentam contra os bens públicos.
e) Se eles houvessem manifestado interesse, nada impediria que lhes fosse oferecido, dentro das normas legais, o mesmo prazo que a outros foi concedido.

3. A concordância nas frases adaptadas do texto está feita em desrespeito à norma culta na frase:
a) Esses tipos de organização eram mais conhecidos nos presídios do Rio de Janeiro.
b) São fenômenos que não causam surpresa, pois resultam da concentração de criminosos num só lugar.
c) Tratam-se de organizações de criminosos, que atuam livremente nos presídios paulistas.
d) É necessário controlar a atuação dessas organizações, contra as quais nada se pode fazer.
e) Espera-se que não ocorram mais essas rebeliões, organizadas por criminosos, dentro dos presídios.

4. Surgiram ..... de criminosos, que transformaram os presídios em ..... do crime organizado.

As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por
a) facções - quartéis-general
b) facções - quartéis-generais
c) facções - quartel-generais
d) facções - quartéis-generais
e) facções - quartel-generais

5. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na seguinte frase:
a) É uma tolice imaginar-se que não se devam satisfações àqueles que não pertençam ao âmbito do nosso próprio grupo social.
b) Não nos cabem, nos dias que correm, ignorar o fato de que novas atitudes são absolutamente necessárias a uma nova ordem social.
c) A base da cidadania se firmam nos princípios que postulam a inviolabilidade dos direitos básicos de todo cidadão.
d) Assim como nas dos outros países, encontram-se em nossa Constituição, em palavras que não deixam dúvida, o princípio democrático da igualdade.
e) As duas formas em que se apresentam para nós o desafio de acreditar na igualdade são a abertura para os outros e a vigilância quanto às funções do Estado.

6. O verbo indicado entre parênteses adotará obrigatoriamente uma forma do **plural** ao se flexionar na seguinte frase:
a) É irrisório o que nas empresas se (**oferecer**) aos jovens estagiários.
b) Os terrenos novos nos quais (**dever**) se aventurar o jovem de hoje são seu grande desafio.
c) Se não (**haver**) outras razões, a juventude e o entusiasmo deveriam bastar para se valorizar o jovem.
d) Como não se (**valorizar**), num jovem, as qualidades naturais da mocidade, ele sai prejudicado.
e) Quanto aos adolescentes, nenhuma época lhes (**parecer**) tão injusta quanto a nossa.

7. É preciso **corrigir** a forma do plural de uma das palavras da frase:
a) Quaisquer que sejam nossas opções, será difícil tomarmos uma decisão.
b) Nenhum desses salvo-condutos os livrará da detenção.
c) Os distintos caráteres das personagens de um romance devem ser bem definidos.
d) Estão correndo vários abaixo-assinados contra as últimas demissões.
e) Encontrei muitos senões nos documentos que os dois tabeliães expediram.

8. Quanto às normas de concordância verbal e nominal, a frase inteiramente correta é:
a) A onda de explosões e atentados deixaram assustadiços toda a população da metrópole.
b) A única das alegações suas com a qual concordo é a mesma que foi acolhida pelos meus sócios.
c) Quem tem de se fazer merecedor da minha confiança é eles, para que eu lhes dê meu voto com toda a convicção.
d) Muita gente, com o passar dos anos, vão modificando a opinião e tornando-se cada vez mais pessimistas.
e) Não lhes parecem estranho que todo mundo se mostrem nossos aliados, assim, de repente?

9. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:
a) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.
b) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
c) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
d) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.
e) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.

10. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas SOMENTE na frase:
a) Quando se fatigam os corpos, as almas restam mais sossegadas e limpas.
b) O que aflige o autor é os compromissos e os ofícios vãos, com os quais se envolvem permanentemente.
c) Não dura senão um rápido instante os vislumbres de uma vida mais simples.
d) Todas as coisas que se sonha nascem de carências reais.
e) Se houvessem mais coisas simples em nossa vida, não sonharíamos tanto com elas.

11. Para preencher de modo correto a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** em:
a) As normas que num código legal se ..... (**estipular**) devem acompanhar a prática das ações sociais.
b) As recentes alterações que ..... (**haver**) no Código Civil brasileiro são elogiáveis em muitos aspectos.
c) Não nos ..... (**dizer**) respeito definir o que é ou não é legítimo, se não distinguimos entre o que é e o que não é um fato social.
d) Se dos postulados dos códigos ..... (**nascer**) todo direito, a justiça humana seria uma simples convenção.
e) Ao longo das lutas feministas tanta coisa se ..... (**conquistar**) que muitos dispositivos legais se tornaram imediatamente obsoletos.

12. A única frase corretamente construída é:
a) Espero que Vossa Excelência aprecieis o novo código.
b) Se o senhor preferir, aguardarei que termines a leitura integral do código.
c) Se passares os olhos pela nova redação, poderá ver que são pequenas as alterações.
d) Conserva contigo esse exemplar do novo código; não vá perdê-lo, por favor.
e) Se Vossa Senhoria não fizer objeção, levo-lhe ainda hoje a nova redação do código.

13. Com a autoridade que ..... cabe, V.Sa ..... inspecionar os trabalhos da usina que está sob ..... responsabilidade.
a) vos - deve - sua
b) vos - deveis - vossa
c) lhe - deve - vossa
d) vos - deveis - sua
e) lhe - deve - sua

14. As listas de pessoal admitido ..... ser ....., mas penso que não se ..... novos auxiliares.
a) vão - revistos - contratará
b) vai - revisto - contratarão
c) vão - revistos - contratarão
d) vai - revista - contratará
e) vão - revistas - contratarão

15. A frase que está inteiramente de acordo com as normas da concordância verbal é:
a) A corrupção dos povos que saem da infância e da juventude parecem fazer parte do nosso destino histórico, segundo o pessimista Rousseau.
b) Constituem os males da humanidade um desafio invencível para qualquer providência de natureza jurídica.
c) De acordo com Rousseau, devem-se discriminar o que é a vontade geral, diante do que é a vontade de todos.
d) Quanto mais contra-sensos houverem na interpretação de Rousseau, menos compreendido será o filósofo.
e) Nas teses de Rousseau, a reforma dos costumes sempre tiveram mais importância do que quaisquer remédios jurídicos.

16. Para completar corretamente a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** em:
a) Não se ..... (**dever**) atribuir às idéias de Rousseau qualquer grau de ingenuidade.
b) Quando se..... (**administrar**) aos males da humanidade apenas um remédio jurídico, os efeitos são insignificantes.
c) Nunca ..... (**faltar**) às teorias de Rousseau a preocupação com o destino dos povos.
d) O moralismo e o desejo de justiça social de Rousseau sempre o ..... (**estimular**) a pensar criticamente.
e) Foram muitos os pensadores a quem Rousseau ..... (**influenciar**) com suas preocupações morais.

17. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:
a) Caso não haja meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverá de ser ilegítimo.
b) Caso não seja possível meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverão de ser ilegítimos.
c) Caso se contem apenas com meios ilegítimos, não haverá como se possa trilhar caminhos indiscutivelmente éticos.
d) Para que se atendam a finalidades éticas, são imprescindíveis que se contem apenas com meios éticos.
e) Para que se considerem como éticas as ações, pressupõem-se que os meios utilizados sejam legítimos.

18. Para preencher corretamente a lacuna, o verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** na seguinte frase:
a) A menos que se ..... (**perder**) no tempo, essas imagens "higienizadas" testemunharão para sempre a insensibilidade de nossa época.
b) Uma das marcas dessas transmissões jornalísticas ..... (**estar**) nas semelhanças que guardam com as imagens de um jogo eletrônico.
c) Mesmo que não ..... (**criar**) outros efeitos, esse tipo de transmissão já seria nocivo por implicar a banalização da violência.
d) Se tudo o que as câmeras captassem ..... (**chegar**) até nós, sem uma edição maliciosa, nossas reações seriam bem outras.
e) As pessoas a quem se ..... (**dirigir**) esse tipo de telejornalismo são vistas mais como consumidores de entretenimento do que como cidadãos.

19. Quanto à concordância, está inteiramente correta a frase:
a) Não ocorrem aos cientistas imaginar que as explicações dos fenômenos naturais possam ser dadas pelas práticas esotéricas.
b) Se conviessem aos charlatões demonstrar suas crenças em experimentos de laboratório, eles seriam os primeiros a fazê-lo.
c) A todo cientista, seguindo os passos de seus antecessores e submetendo-se aos procedimentos próprios da ciência, cumprem desmascarar as malícias dos charlatões.
d) É desejável que se oponham às "provas" oferecidas pelos charlatões a prática das experiências controladas nos laboratórios.
e) Não se recorra às práticas esotéricas para que se "provem", sem nenhum rigor, "fatos" que não passam de construções da fantasia e da especulação.

20. A concordância está feita corretamente na frase:
a) Divergem as opiniões dos ecologistas a respeito do verdadeiro papel que as comunidades indígenas da Amazônia precisa assumir.
b) É bastante variado os conhecimentos indígenas sobre o uso medicinal de várias plantas da floresta amazônica.
c) Grupos ambientalistas do mundo todo considera objetivo prioritário a preservação da floresta amazônica e de seus recursos naturais.
d) Deve haver garantias de que os costumes tradicionais indígenas sejam preservados, bem como seu conhecimento prático de medicamentos.
e) Políticas desenvolvimentistas precisa serem compatíveis com o uso sustentável da floresta amazônica, pois dela dependem, por exemplo, o ciclo das chuvas.

21. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
a) Deduz-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadão que agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constituem um dever do Estado.
b) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que age com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constitui um dever do Estado.
c) Deduzem-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos é quem agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, devem constituir um dos deveres do Estado.
d) Deduz-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos age com racionalidade; cabe ao Estado cuidar da formação dos adolescentes, tratem-se de infratores ou não.
e) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; quanto ao Estado, estão entre os seus deveres a formação dos adolescentes, infratores ou não.

22. Ambos os verbos indicados entre parênteses adotarão obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencherem, de modo correto, as lacunas da frase:
a) Não se ..... (**dever**) esperar das autoridades policiais qualquer medida que combata na raiz as causas que qualquer um de nós ..... (**poder**) atribuir às omissões da sociedade.
b) Para fatos brutais, como o assassinato do casal de namorados, não ..... (**concorrer**) causa isolada, ou aleatória; o que os ..... (**motivar**) é um conjunto de fatores sociais.
c) Quando a todos ..... (**convir**) eliminar de vez a violência, a todos ..... (**sensibilizar**) a adoção de reformas profundas na vida social.
d) Mesmo se ..... (**vir**) a se reduzir pela metade, os índices de violência ..... (**haver**) de refletir um quadro absolutamente escandaloso.
e) Parece que já não nos ..... (**impressionar**), a nós todos, tal estatística de violências banalizadas; será preciso que nos ..... (**alcançar**), a cada um de nós, a dor da tragédia?

23. A concordância está correta na frase:
a) Respeitar os direitos civis são importantes para o aperfeiçoamento do processo democrático de uma nação.
b) Crimes contra a humanidade, que despertam horror, deve ser totalmente banido da ordem mundial.
c) Parte dos conflitos que surgiram no século passado foi controlada com brutalidade por regimes militares autoritários.
d) Nem sempre a solução que algumas instituições é capaz de oferecer apresentam-se realmente adequadas aos problemas existentes.
e) A única solução possível para resolver conflitos entre nações encontram-se no processo de transformação da ordem mundial.

24. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
a) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
b) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
c) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
d) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
e) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

25. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas **apenas** na frase:
a) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.
b) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.
c) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.
d) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.
e) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.

26. A frase em que há pleno atendimento às normas de concordância verbal é:
a) Deve espantar-nos que sejam consideradas crimes, na Nigéria, atitudes que, entre nós, são passíveis de uma simples censura moral?
b) É possível que venha a ocorrer, imediatamente após o caso de Amina Lawall, julgamentos relativos à mesma infringência das leis muçulmanas.
c) Muitos acreditam que não se deveriam admitir, em nome dos direitos humanos, a aplicação da pena máxima contra desvios de ordem moral.
d) É polêmica a proposta de que se confira a um tribunal internacional poderes para intervir em normas jurídico-religiosas estabelecidas em culturas milenares.
e) Caberiam aos cidadãos ocidentais, cujas leis se estabeleceram em sua própria tradição cultural, o direito de intervirem nos códigos de outros povos?

27. O verbo indicado entre parênteses adotará uma forma do **plural**, ao se flexionar corretamente na seguinte frase:
a) Agissem os membros do tribunal de acordo com os cânones da escola Maliki, (**redundar**) tudo na morte de Amina.
b) É de se perguntar quantos apedrejamentos (**haver**) de ocorrer, caso se observasse o mesmo rigor da lei em relação ao adultério masculino.
c) Por mais razões que (**poder**) haver para se condenar moralmente um adultério, nenhuma delas tem força para torná-lo um crime.
d) Acreditam os observadores que um conflito de interpretações entre juizes muçulmanos e juizes laicos (**ensejar**), provavelmente, uma guerra civil.
e) Aos fanáticos religiosos não (**satisfaz**) que se solucionem casos como esse de um modo político, concessivo, conciliatório.

28. Está de acordo com as normas de concordância verbal a seguinte frase:
a) Aos editores preocupados com o perigo do simplismo cabem recorrer aos expedientes que o evitam.
b) Um daqueles famosos petardos, freqüentes na página de opinião, acabaram sendo disparados no dia seguinte.
c) O respeito aos direitos adquiridos constituem uma das cláusulas pétreas da Constituição.
d) Quando se recorrem a manchetes com duas idéias, permitem-se manifestar-se as contradições.
e) Fatos ou afirmações divergentes, numa mesma manchete, hão de traduzir mais fielmente a complexidade de uma questão.

29. Para que se estabeleça a concordância verbal adequada, é preciso flexionar no **plural** a forma verbal sublinhada na seguinte frase:
a) A inteira observância de preceitos estabelecidos não implica renúncia ao sentido maior da liberdade.
b) Toda aquela gente que se anima nas arquibancadas conhece muito bem as regras que disciplinam o desfile.
c) Quem, entre os brasileiros, cometeria a tolice de afirmar que um desfile de carnaval dispensa todo e qualquer tipo de regra?
d) Cada um dos estrangeiros que os acompanham se deslumbra, intimamente, com nossos desfiles de carnaval.
e) Se a autoridade e o autoritarismo constituísse um par inseparável, não haveria como distinguir entre a democracia e a ditadura.

30. A frase em que a concordância está INCORRETA é:
a) Esperava-se das autoridades responsáveis pela segurança da população, o envio de alimentos e remédios que evitassem uma epidemia.
b) Condições favoráveis de vida são oferecidas à população das cidades, embora existam, ao mesmo tempo, outros problemas a resolver.
c) Existiam no planeta, ao final do século XX, 6,2 bilhões de habitantes, espalhados por regiões que oferecem diferentes possibilidades de ocupação.
d) Os cálculos, estabelecidos com mais seriedade, situam-se num intervalo bem mais admissível, entre 4 e 16 bilhões de habitantes.
e) Tratava-se, no caso, de providências para que fosse oferecido à população os serviços básicos necessários à sua sobrevivência, naquele lugar afastado.

31. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:
a) O pessoal que não quiserem malhar tem agora mais razões para ficar acomodado num sofá.
b) Comprovaram-se que os efeitos dos exercícios físicos e das drogas têm algo em comum.
c) A privação de endorfina e dopamina podem levar a estados depressivos.
d) Existem, além das complicações físicas, a possibilidade de alterações no plano social.
e) Sempre haverá atletas compulsivos, pois sempre existirão pessoas ansiosas.

32. O verbo indicado entre par**ê**nteses adotar**á** obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
a) Foi nos anos 80 que ..... (**ocorrer**) a pesquisa dos estudiosos americanos.
b) ..... (**resultar**) do excesso de exerc**í**cios algumas complica**ções** para a nossa vida.
c) Mesmo quando ..... (**prejudicar-se**) com os excessos, o atleta compulsivo os comete.
d) ..... (**acarretar**) uma s**é**rie de malef**í**cios essa gin**á**stica feita de modo compulsivo.
e) Quando ..... (**praticar**) tantos exerc**í**cios, o atleta compulsivo n**ã**o avalia os efeitos.

33. Estas folhas também ..... ao processo.
a) deve ir anexo
b) deve irem anexo
c) devem ir anexo
d) devem irem anexas
e) devem ir anexas

34. ....., na última hora, as normas que ..... com tanta antecedência.
a) Alterou-se - havia sido estabelecidas
b) Alteraram-se - haviam sido estabelecidas
c) Alterou-se - haviam sido estabelecidas
d) Alteraram-se - havia sido estabelecidas
e) Alterou-se - havia sido estabelecido

35. A concordância está feita em desrespeito à norma culta na frase:
a) Algumas propostas divulgadas pelos candidatos parecem incompatíveis com a realidade nacional, faltando-lhes até mesmo fundamentos que convençam os eleitores.
b) Comentários feitos por candidatos produzem resultados muitas vezes nefastos, com graves ameaças ao regime democrático no País.
c) Todas as vezes em que houve especulações, as exigências do mercado se manifestaram concretamente na queda das bolsas e no aumento da cotação do dólar.
d) Quando se divulgam certos fatos da vida particular dos candidatos, há uma reação, favorável ou não, dos eleitores, o que transparece nas pesquisas.
e) É imprescindível propostas claras dos candidatos aos principais cargos eletivos do País, para que todos possam escolher conscientemente aquele que mais se aproximem de seus ideais.

36. As condições de vida dos grupos humanos ..... especialmente pela existência de um sistema de transporte ..... .
a) é influenciada - eficaz
b) é influenciada - eficazes
c) são influenciado - eficazes
d) são influenciados - eficazes
e) são influenciadas - eficaz

37. A concordância verbal e nominal está feita de maneira inteiramente correta na frase:
a) Foram postas em prática algumas medidas de controle do trânsito, para evitar que surgissem problemas de poluição atmosférica na região.
b) A História mostra que deslocamentos antes impossível de ser realizado passa a ocorrer com a evolução dos meios de transporte.
c) Os veículos abandonados no pátio, após uma revisão e a substituição de algumas peças, voltou a ser usado nas atividades de rotina.
d) Foi claramente reconhecido a necessidade de novas pesquisas cujo objetivo seria descobrir novas fontes, não poluentes, de energia.
e) As cidades garantem, em princípio, melhores condições de vida para a população, que enfrentam, porém, outros problemas, como a violência urbana.

38. A concordância está feita corretamente na frase:
a) Faz parte da culinária brasileira pratos variados preparados com as raízes da mandioca.
b) Desde o período colonial era conhecido dos portugueses a maneira como os índios cultivavam a mandioca.
c) Foram feitas pesquisas visando o consumo da farinha de folha de mandioca, na alimentação de crianças subnutridas.
d) É comum, na culinária brasileira, alimentos de origem indígena e também influenciada pelos escravos africanos.
e) As plantações de trigo no país, subsidiado pelo governo, reduziu o preço da farinha, aumentando o consumo.

39. Levando-se em conta as normas de concordância verbal e nominal, a única frase inteiramente correta é:
a) Se se acrescentar à tribo dos micreiros as tribos dos celuleiros, dos devedeiros etc., haverá de se incorporar à língua portuguesa muitos outros neologismos.
b) Como se não bastassem as dificuldades que muita gente vêm demonstrando no uso do vocabulário tradicional, eis que novas aquisições se fazem necessárias a cada momento, proveniente da tecnologia.
c) A velocidade com que surgem palavras relacionadas aos novos campos tecnológicos fazem com que muitos desanimem, confessando-se inábeis para sua utilização.
d) Estão entre as características do texto a citação de alguns neologismos e o divertido registro de algumas situações em que ocorreu ambivalência de sentido, testemunhadas pelo autor.
e) É costume que se dissemine, sobretudo entre os mais velhos, alguns preconceitos contra o universo dos mais jovens, contra o vocabulário que entre estes se propagam com mais facilidade.

40. O verbo indicado entre parênteses será obrigatoriamente flexionado numa forma do **plural** para integrar, de modo correto, a frase:
a) (**caber**) ..... aos representantes da Assembléia Geral da ONU ponderar as palavras de Einstein.
b) Desde que ..... (**impor**) às potências do Eixo uma dura derrota, o outro lado buscou unificar seus interesses por meio da ONU.
c) Não se ..... (**dever**) imputar a nenhum dos países, individualmente, a responsabilidade pelos malogros da ONU.
d) Einstein acredita que se ..... (**reservar**) aos países da ONU a missão de viabilizar o estabelecimento de um poder supranacional.
e) Uma vez que ..... (**presumir**) a proximidade de novos conflitos, os líderes dos governos acabam entrando numa corrida armamentista.

41. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
a) Mais estímulos houvessem para a nossa vida intelectual, menos tentações sofreríamos de ir buscar a qualquer preço o nosso aperfeiçoamento físico.
b) Costumam-se importar das velhas culturas todo e qualquer valor que supostamente possa justificar os hábitos mais viciosos da nossa época.
c) A expansão desmedida da fisicultura, da ginástica e das dietas vêm criando uma nova ideologia, cujos efeitos a ninguém parece incomodar.
d) Se viessem a ocorrer, no campo da educação e do conhecimento, expansão de valores análoga à do culto ao corpo, o espírito agradeceria.
e) Inclui-se entre os inúmeros efeitos da obsessão pela forma física a busca de produtos de consumo, sobretudo os esportivos e os dietéticos.

42. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a seguinte frase:
a) De diferentes afirmações do texto podem-se depreender que os atos de grande violência não caracterizam apenas os animais irracionais.
b) O motivo simples de tantos atos supostamente cruéis, que tanto impressionaram o autor quando criança, só anos depois se esclareceram.
c) Ao longo dos tempos tem ocorrido incontáveis situações que demonstram a violência e a crueldade de que os seres humanos se mostram capazes.
d) A todos esses atos supostamente cruéis, cometidos no reino animal, aplicam-se, acima do bem e do mal, a razão da propagação das espécies.
e) Depois de paralisadas as lagartas com o veneno das vespas, advirá das próprias entranhas o martírio das larvas que as devoram inapelavelmente.

43. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
a) Não se ..... (**atribuir**) às lagartas a crueldade dos humanos, por depositarem os ovos no interior das vespas.
b) O que ..... (**impelir**) os animais a agirem como agem são seus instintos herdados, e não uma intenção cruel.
c) Não se ..... (**equiparar**) às violências dos machos, competindo na vida selvagem, a radicalidade de que é capaz um homem enciumado.
d) ..... (**caracterizar-se**), em algumas espécies animais, uma modalidade de violência que interpretamos como crueldade.
e) ..... (**ocultar-se**) na ação de uma única vespa os ditames de um código genético comum a toda a espécie.

GABARITO
01. B 02. E 03. C 04. B 05. A 06. D
07. C 08. B 09. C 10. A 11. A 12. E
13. E 14. E 15. B 16. D 17. A 18. A
19. E 20. D 21. B 22. D 23. C 24. A
25. C 26. A 27. B 28. E 29. E 30. E
31. E 32. B 33. E 34. B 35. E 36. E
37. A 38. C 39. D 40. E 41. E 42. E
43. E

PARTE 2
QUESTÕES DE CONCURSOS
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
CONCORDÂNCIA

1. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:
a) Couberam aos bispos manifestar-se sobre a redução da maioridade penal.
b) O que vêm influenciando as pessoas são a força da mídia e a violência dos crimes.
c) Houve muitos projetos apresentados, um dos quais prima pela absoluta radicalidade.
d) Caso se submeta meninos de treze anos ao código penal, condenar-se-á crianças.
e) Num plebiscito, a maioria haverão de se manifestar a favor da redução.

2. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:
a) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.
b) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.
c) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.
d) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.
e) Se não lhes convêm cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.

3. É **injustificável** a forma plural do verbo **haver** no caso da seguinte frase:
a) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.
b) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.
c) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?
d) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?
e) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.

4. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:
a) Não costumam ocorrer, em reuniões de gente interessada na discussão de um problema comum, conflitos que uma boa exposição dos argumentos não possam resolver.
b) Quando há desrespeito recíproco, as razões de cada candidato, mesmo quando justas em si mesmas, acaba por se dissolverem em meio às insolências e aos excessos.
c) O maior dos paradoxos das eleições, de acordo com as ponderações do autor, se verificariam nos caminhos nada democráticos que se trilha para defender a democracia.
d) Quando se torna acirrado, nos debates eleitorais, o ânimo dos candidatos envolvidos, é muito difícil apurar de quem provém os melhores argumentos.
e) Insatisfeitos com o tom maniqueísta e autoritário de que se valem os candidatos numa campanha, os eleitores franceses escolheram o que lhes pareceu menos insolente.

5. O verbo entre parênteses deverá ser flexionado, obrigatoriamente, numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
a) Mesmo que não ..... (**caber**) a vocês tomar a decisão final, gostaria que discutissem bem esse assunto.
b) Eles sabiam que ..... (**urgir**) chegarem à pousada, mas não conseguiram evitar o atraso. c)A nenhum de vocês ..... (**competir**) decidir quem será o novo líder do grupo.
d) Tais decisões não ..... (**valer**) a pena tomar assim, de afogadilho.
e) A apenas um dos candidatos ..... (**restar**) ainda alguns minutos para rever a prova.

6. A concordância está correta na frase:
a) A redução dos elevados índices de mortalidade infantil e de analfabetismo colocam a região Nordeste em um acelerado ritmo de desenvolvimento.
b) Há opiniões de que é pouco explorado, ainda, as terras produtivas existentes na região Nordeste, em que poderiam , por exemplo, ser plantada soja.
c) O turismo é uma das vocações da região nordestina brasileira, que atraem turistas europeus, encantados com a beleza natural das inúmeras praias.
d) O turismo de massa, ampliado pelos pacotes de viagem, se tornaram fonte de divisas para o país, mas resultam, muitas vezes, em desrespeito ao meio ambiente.
e) Investimentos nas áreas turísticas, agrícola e fabril representam oportunidades diferenciadas de geração de empregos e de renda para a população.

7. ...as aparências enganosas de exatidão.
Preenche-se corretamente a lacuna por:
a) Deve ser evitado
b) Deve serem evitadas
c) Deve ser evitadas
d) Devem ser evitado
e) Devem ser evitadas

8. A concordância está feita de acordo com a norma culta em:
a) Ocorre algumas vezes certos problemas que parece ser insolúvel à primeira vista, mas com calma se resolvem.
b) A rotina de vida de muitas pessoas tornam-se uma série interminável de compromissos que os torna sempre mais tensos.
c) Tem sido descoberto, em todo o país, vários casos de trabalhadores submetidos a trabalho sem o respeito à legislação.
d) A utilização de computadores são de fundamental importância para atender a velocidade de informações da vida moderna.
e) Como se tratasse de prazos muito curtos, foram convocados vários funcionários que terminariam os serviços rapidamente.

9. A seguinte frase está plenamente de acordo com as normas de concordância verbal:
a) No poema de Drummond parece repetir-se alguns termos do artigo do autor.
b) O autor e uma colega sua incumbiu-se de enviar uma carta aos amigos do Rio.
c) Na passeata dos estudantes manifestavam-se protestos contra a ditadura.
d) Eram de se esperar que houvessem deturpações dos fatos no noticiário oficial.
e) Depois de ser feito várias cópias, enviei-as aos amigos do Rio.

10. O verbo indicado entre parênteses adotará, obrigatoriamente, uma forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
a) A punição dos abusos ..... (CORRIGIR) essa onda de exageros da imprensa.
b) É degradante a situação a que se .... (EXPOR) alguns suspeitos.
c) É difícil saber qual dos dois "ismos" a que se refere Ceneviva .... (TRAZER) piores conseqüências.
d) Entre os excessos a serem eliminados ..... (ESTAR) o sensacionalismo da imprensa.
e) Em busca de notoriedade, há sempre gente que..... (FAZER) o jogo da má imprensa.

11. É preciso **corrigir** a forma sublinhada na frase:
a) Tanto os bons quanto os maus jornalistas ganharão se forem ao Seminário.
b) As pessoas ficam meia confusas diante dos excessos da imprensa.
c) As meias verdades são às vezes mais perigosas que as mentiras completas.
d) As autoridades ficam meio atrapalhadas quando expostas à opinião pública.
e) Por muito menos razões, as pessoas pobres sofrem severas punições.

12. A concordância está feita corretamente em:
a) Os poucos anos de escolaridade do trabalhador são insuficientes para um bom uso das inovações tecnológicas.
b) O número de postos de trabalho geralmente aumentam quando as empresas elevam a produtividade.
c) Os trabalhadores que perdem o emprego pode ser admitido em novos postos, dependendo do nível de escolaridade.
d) Existe vários efeitos que é resultante da aplicação da tecnologia, capazes de gerar novos empregos.
e) A recuperação de novos postos de trabalho nas empresas são possíveis para candidatos com formação adequada a eles.

13. A frase em que o plural do substantivo composto está INCORRETO é:
a) Os brasileiros não são cucas-frescas, como se pensa.
b) Esses são pontos-chave para evitar o nervosismo.
c) São coletes salvam-vidas contra os fatores de stress.
d) Os chefes são geralmente todo-poderosos no serviço.
e) As causas de sofrimento não são simples lugares- comuns.

Instruções para a questão de número 14.

Assinale, a letra correspondente à alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada.

14. ..... de ..... alguns estudos sobre o stress no trabalho, com resultados semelhantes, não ..... os países.
a) Acabam - ser concluídos - importam
b) Acaba - ser concluído - importam
c) Acaba - ser concluído - importa
d) Acabam - ser concluído - importam
e) Acaba - ser concluídos - importa

15. A concordância está inteiramente correta na frase:
a) É correto as tentativas de aperfeiçoamento das leis que envolvem condenados por crimes considerado hediondo.
b) Existe muitos jovens, envolvidos em ações criminosas, que necessitam de apoio que o ajudem a recuperar-se.
c) Ações criminosas devem ser combatidas com rigor, mas é importante adotar medidas de segurança que previnam sua ocorrência.
d) Seria eficaz, no combate ao crime, medidas que realmente punissem seus autores com penas proporcional aos delitos cometidos.
e) O uso de crianças e jovens em atividades ilegais são comuns, especialmente entre os mais pobres, que o consideram um caminho para sair da miséria.

16. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:
a) Muitos julgam imprescindíveis que se consulte os especialistas para que se avalie com precisão os livros de uma velha biblioteca.
b) Qualquer um dos que entram desprevenidos numa velha biblioteca podem se defrontar com surpresas de que jamais se esquecerá.
c) Mesmo que hajam passado cem anos, as fotos revelam instantâneos de um presente perdido, no qual não se contava com os efeitos do tempo.
d) Nada do que se lê nos grandes livros, mesmo quando extinta a época em que foram escritos, parecem envelhecidos para quem os compreende.
e) Lá estão, como se fosse hoje, a imagem das jovens e sorridentes senhorinhas daqueles tempos, inteiramente alheias ao passar do tempo.

17. O verbo indicado entre parênteses adotará, obrigatoriamente, uma forma no plural, ao se flexionar na seguinte frase:
a) À grande maioria dos livros de uma biblioteca ..... (**caber**) um destino dos mais melancólicos.
b) É comum que livros antigos, na perspectiva de um herdeiro pouco afeito às letras, ... (**representar**) mais um incômodo do que uma dádiva.
c) ..... (**costumar**) haver muitas surpresas para quem se propõe a vasculhar uma antiga biblioteca.
d) Pouca gente, tendo o compromisso de avaliar uma biblioteca, ... (**saber**) separar com rigor os livros valiosos dos que não o são.
e) ..... (**ocorrer**) a muitos imaginar que uma velha biblioteca valerá mais pela quantidade do que pela qualidade dos livros.

18. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
I. Ninguém, entre nós, ... (**habilitar-se**) a tempo de se inscrever no próximo concurso.
II. A quitação de todas as prestações restantes só se ..... (**dar**) se ganharmos a causa.
III. Por mais que nos ..... (**ameaçar**) de recorrer à justiça, nossos fiadores sabem que não nos é possível quitar essa dívida. Atende ao enunciado da questão SOMENTE o que está em

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II.
e) III.

19. A concordância está correta na frase:
a) Alguns proprietários, que perceberam o potencial turístico da região, investiram em projetos voltados para atividades que não prejudiquem o meio ambiente.
b) As maravilhas da geologia, da fauna e da flora do Brasil Central representa um paraíso que não foram feitas para o turismo de massas de visitantes.
c) As visitas a algum santuário ecológico deve ser agendado com antecedência e feito em pequenos grupos de turistas, monitorados por guias treinados.
d) Romarias religiosas e festas folclóricas serve como atração a grande parte de turistas, que deseja visitar a região Centro-Oeste do Brasil.
e) O potencial turístico da região central do país abrangem atividades variadas, que justifica os novos e múltiplos investimentos no setor.

20. A forma correta de plural dos substantivos compostos **mico-leão-dourado** e **ararinha-azul** é
a) micos-leão-dourados e ararinhas-azul.
b) micos-leão-dourado e ararinha-azuis.
c) mico-leões-dourados e ararinha-azuis.
d) mico-leão-dourados e ararinhas-azul.
e) micos-leões-dourados e ararinhas-azuis.

21. Está de acordo com as normas de concordância verbal a seguinte frase:
a) Aos editores preocupados com o perigo do simplismo cabem recorrer aos expedientes que o evitam.
b) Um daqueles famosos petardos, freqüentes na página de opinião, acabaram sendo disparados no dia seguinte.
c) O respeito aos direitos adquiridos constituem uma das cláusulas pétreas da Constituição.
d) Quando se recorrem a manchetes com duas idéias, permitem-se manifestar-se as contradições.
e) Fatos ou afirmações divergentes, numa mesma manchete, hão de traduzir mais fielmente a complexidade de uma questão.

22. Para que se estabeleça a concordância verbal adequada, é preciso flexionar no **plural** a forma verbal sublinhada na seguinte frase:
a) A inteira observância de preceitos estabelecidos não implica renúncia ao sentido maior da liberdade.
b) Toda aquela gente que se anima nas arquibancadas conhece muito bem as regras que disciplinam o desfile.
c) Quem, entre os brasileiros, cometeria a tolice de afirmar que um desfile de carnaval dispensa todo e qualquer tipo de regra?
d) Cada um dos estrangeiros que os acompanham se deslumbra, intimamente, com nossos desfiles de carnaval.
e) Se a autoridade e o autoritarismo constituísse um par inseparável, não haveria como distinguir entre a democracia e a ditadura.

23. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:
a) Agricultura, ecologia e urbanismo são assuntos que não poderiam ninguém dominar com razoável competência.
b) Os talentos para a carreira de jornalista pode ser pesquisado em qualquer curso universitário.
c) Não haveriam razões, segundo Clóvis Rossi, para tornar obrigatório o diploma de jornalista.
d) São tantas as áreas que um jornalista deve cobrir, que lhe seria impossível estudá-las num único curso.
e) Todos os profissionais deveria preocuparem-se com um comportamento ético, e não apenas os jornalistas.

24. Mantém-se corretamente a mesma pessoa gramatical na seguinte frase:
a) O lixo é seu, esse lixo que deixai à beira de sua porta.
b) O lixo é teu, esse lixo que deixa à beira de vossas portas.
c) O lixo é teu, esse lixo que deixas à beira de tua porta.
d) O lixo é de vocês, esse lixo que deixais à beira de suas porta.
e) O lixo é vosso, esse lixo que deixas à beira de suas portas.

25. Para que a concordância verbal se faça corretamente, é preciso flexionar no **singular** a forma verbal sublinhada na frase:
a) Seus protestos de beleza e de dignidade estão no zelo com seu caminhão.
b) Aos homens da cidade devem-se dizer que esse motorista é um herói.
c) O lixo e a imundície constituem o vosso presente.
d) As flores, em vossas mãos sujas, haverão de se impregnar de vossa sujeira.
e) É com a mão suja que recebem alguns as dádivas da vida.

26. "Por visar a questão da violência infantil, alguns dos serviços concentrará obras para inibir a violência dentro de casa, um dos ambientes apontados como principal palco de atos violentos contra crianças e adolescentes."

Sendo comum no falar inculto, descuidado ou desatento do português, o desvio da norma gramatical presente no trecho acima contraria a
a) concordância verbal
b) colocação pronominal
c) regência nominal
d) pontuação
e) acentuação gráfica

27. A concordância está feita de acordo com a norma padrão na frase:
a) As carências a que está exposta boa parte da população dos países em desenvolvimento dão origem a inúmeras favelas, em todos eles.
b) É importante os levantamentos completos das necessidades de uma população favelada, para que se desenvolva projetos que os beneficiem.
c) Para haver maior justiça social, são fundamentais desenvolver programas de capacitação, que prepare as pessoas para o mercado de trabalho.
d) O crescimento das favelas que se disseminou nas grandes cidades são resultado de uma política econômica global, que acentuaram as diferenças sociais.
e) Não existe mais, no mundo atual, possibilidades realistas de um desenvolvimento isolado dos países sul-americanos, que devem unir-se para conseguir seus objetivos.

28. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:
a) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.
b) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
c) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
d) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.
e) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.

29. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:
a) Nenhum de nós haveriam de encontrar dificuldade em propormos, cada um de acordo com seus critérios, uma definição de pobreza.
b) Quem dispuser de recursos suficientes para a aquisição de todos os bens e serviços indicados estarão acima da linha de pobreza.
c) Não se inclui, entre os bens e serviços, viagens de lazer, que, injustamente, não são consideradas essenciais, nesse tipo de cesta básica.
d) Não se sabe exatamente quais bens e serviços compõem essa cesta, quais os produtos a que se deve ter acesso para se situar acima da linha de pobreza.
e) Embora se saiba que muita gente arrecade, com esmolas, mais do que um salário mínimo, consideram- se que estão abaixo da linha de indigência.

30. Para atender às normas de concordância, o verbo indicado entre parênteses adotará obrigatoriamente uma forma do **plural** ao se flexionar na frase:
a) Uma característica que (**costumar**) apresentar os textos jornalísticos é a ênfase em determinado detalhe do fato noticiado.
b) Quase sempre (**tocar**) mais os leitores a violência de um fato do que a violência com que o texto o retrata.
c) Não se (**atribuir**) aos jornalistas a total responsabilidade pelo viés interpretativo das notícias; este já é um atributo da própria linguagem.
d) Tudo aquilo que com palavras se (**instituir**), outras palavras poderão demolir.
e) Não (**dever**) arrefecer os ânimos de um bem-intencionado jornalista a convicção de que suas palavras podem traí-lo.

31. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
a) Cabe aos agentes do Direito todas as iniciativas para corresponder aos anseios populares que vêm se manifestando.
b) Espera-se que não se frustre as expectativas da maioria da classe pobre, que crêem nas justas providências humanas aqui na Terra.
c) O que dos agentes do Direito se espera é que não deixem de corresponder às expectativas de quem conta com suas iniciativas.
d) Por mais que se creiam nas reformas das leis, é preciso garantir que elas sejam bem aplicadas.
e) Somente a força das associações e das iniciativas coletivas é que são capazes de dar representatividade social e política àqueles que não a tem.

32. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado no **plural** para integrar corretamente a frase:
a) Não (**bastar**) aos homens ter fé, para verem resolvidas as questões sociais.
b) Quando a ele se (**impor**) os desafios de uma luta, jamais hesita em enfrentá-los.
c) O respeito aos direitos humanos não (**costumar**) contentar os poderosos.
d) Não se (**oferecer**) aos desvalidos qualquer caminho que não seja o da luta permanente.
e) A insensibilidade com os sofrimentos dos pobres (**acionar**) mais e mais revoltas.

33. A frase em que a concordância está totalmente de acordo com a norma culta é:
a) A juíza reafirmou que deve ser cumpridos todos os prazos, do que dependerá os próximos passos do processo.
b) As decisões de um juiz é passível de revisão, desde que solicitado segundo as normas.
c) Os advogados mais experientes haverão de ser consultados pela família, desde que haja fundos para isso.
d) Dado a importância das revelações feitas pelo rapaz, pode virem a ser imediatamente contestadas pela defesa.
e) Foi solicitado pelo promotor uma séria investigação acerca do fato, mas não está claro as razões do pedido.

34. A concordância nas frases abaixo, adaptadas do texto, está correta em
a) Alguns dados resultantes do Censo 2000 parece incompatível com aqueles que assinalam o aumento do consumo de bens duráveis, no mesmo período.
b) A qualidade de vida dos brasileiros, refletida principalmente na saúde, dependem de aspectos importantes na área de serviços, como a de saneamento básico.
c) Os dados referentes à economia informal não é captados pelas estatísticas, o que geram algumas situações aparentemente contraditórias.
d) Os números iniciais do Censo 2000 mostram que o consumo nas diversas regiões brasileiras são distribuídas de maneira desigual e contrastante.
e) Constituem uma proporção relativamente pequena as famílias brasileiras que podem dar-se ao luxo de serem sustentadas por um único membro.

35. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas **apenas** na frase:
a) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.
b) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.
c) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.
d) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.
e) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.

36. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:
a) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.
b) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.
c) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.
d) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.
e) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.

37. Em razão do desrespeito às normas de concordância verbal, é preciso **corrigir** a seguinte frase:
a) Ainda que não continue a acometê-lo de modo tão regular, como costumava ocorrer, vêm-no prejudicando esses seus destemperos.
b) Se houverem de ser consideradas as desculpas desse faltoso, por que não relevar as dos demais?
c) Apesar de todas as manobras com que tumultuara a sessão, não logrou o grupo oposicionista alcançar os adiamentos que tanto lhe interessavam.
d) Quando já não existir, entre mim e você, mais do que uns instantes de simpatia, não haverá por que continuarmos juntos.
e) Cada um daqueles colegas que de fato demonstraram afeto por mim receberá este livrinho, em que se reavivam as nossas melhores recordações.

38. Na reconstrução de uma frase do texto, **desrespeitou-se** a concordância verbal em:
a) Às economias nacionais não se permite, modernamente, que se desenvolvam de modo autônomo e competente.
b) Ainda não se encontraram, para essas duas tendências contraditórias, quaisquer possibilidades de harmonização.
c) Quando não se está ligado ao progresso da vida moderna, como ocorre com boa parte dos brasileiros, paga-se com as conseqüências do atraso.
d) Devem-se às oscilações dos líderes da economia mundial boa parcela do desequilíbrio da nossa própria economia.
e) Devido à dificuldade de se ajustarem ao ritmo variável da economia mundial, há medidas que, mesmo necessárias, deixamos de tomar.

GABARITO
01. C 02. A 03. A 04. E 05. E 06. E
07. E 08. E 09. C 10. B 11. B 12. A
13. C 14. A 15. C 16. C 17. B 18. A
19. A 20. E 21. E 22. E 23. D 24. C
25. B 26. A 27. A 28. C 29. D 30. A
31. C 32. B 33. C 34. E 35. C 36. D
37. A 38. D

REGÊNCIA VERBAL I

1. PADRÕES FRASAIS.

A) Sujeito + Verbo Intransitivo + ***Adj. Adv.***

B) SUJ. + V.T.D. + O.D. + ***Adj. Adv.***

C) SUJ. + V.T.I. + O.I. + ***Adj. Adv.***

D) SUJ. + V.T.D.I. + O.D. + O.I. + ***Adj. Adv.***

E) SUJ. + V.L. + PREDICATIVO + ***Adj. Adv.***

2. PREDICAÇÃO VERBAL - PASSOS

1) Localizar o sujeito.

2) Verificar se o verbo é de ligação.

3) Verificar se há adjunto adverbial.

3. VERBO TRANSITIVO

São verbos significativos, incapazes, sozinhos, de constituir o predicado, já que, tendo sentido incompleto, exigem um complemento. Subdividem-se em:

3.1. Direto ➔ quando exigem complemento sem preposição obrigatória, denominado objeto direto.

Exs.: Luciana **comprou** livros.
Luciana **ama** Carlos

3.2. Indireto ➔ quando exigem complemento com preposição obrigatória, denominado objeto indireto.

Exs.: Carlos **necessita** de livros.
Luciana **confia** em Carlos

3.3. Direto e indireto ➔ quando possuem dois complementos: um sem preposição (objeto direto), outro com preposição (objeto indireto).

Exs.: Luciana **ofereceu** livros a Carlos.
Carlos **emprestou** os livros para Luciana

3.4. Verbo Intransitivo ➔ São verbos significativos, capazes, sozinhos, de constituir o predicado. Não necessitam de complemento, já que possuem sentido completo.

Exs.: O balão **subiu**.
O cão **desapareceu** desde ontem.

3.5. Verbos de Ligação ➔ São verbos vazios ou quase vazios de significado, que servem como elo de ligação entre o sujeito e um atributo do sujeito denominado predicativo do sujeito.

Exs.: Luciana **é** estudiosa.
Carlos **está** tenso.

QUESTÕES DE CONCURSO

1. (FCC) Na prática, essa mistura gera infinitas possibilidades. (5° parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:
a) A arte, apesar de bela, também não é fácil ...
b) ... quando a estética surgiu na Antigüidade ...
c) ... o traço de união entre arte e ciência reside exatamente nesse ponto.
d) .. que logo abandonaram as cenas sem profundidade do período clássico ...
e) Bem-humorado, brincava com as idéias da matemática ...

2. ... (FCC) eles investem contra carros, casas e, ás vezes, vilas inteiras ... (1° parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:
a) ... ficaram mais agressivos ...
b) Após estudar manadas na Ásia e na África ...
c) ... que a espécie sofre de um distúrbio psicológico bem conhecido entre os seres humanos ...
d) ... que deixa esses animais propensos à depressão e à agressividade excessiva.
e) ... que inclui o homem, o chimpanzé e o golfinho.

3. ...(FCC) as empresas investem no treinamento de seus funcionários.

O mesmo complemento exigido pelo verbo assinalado na frase acima está em:
a) ...quando a produtividade se eleva.
b) ...que perde produtividade.
c) ...depende também da educação.
d) ...o País deu grandes passos no campo quantitativo.
e) ...não há a menor possibilidade.

4. ... (FCC) ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial ... (frase abaixo)

Ocorre que deter ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial não é tão simples.

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:
a) ... o impacto das atividades humanas sobre a natureza é real.
b) A salvação do planeta passaria necessariamente pelo fim do crescimento de economias e populações ...
c) Uma economia... seria movida por fontes renováveis de energia.
d) ... nenhuma mudança terá realmente efeito.
e) ... até metas mais óbvias ... parecem distantes.

5. A Universidade de Campinas, com a realização do seminário “Perspectiva de Mudanças do Padrão Tecnológico da Agricultura”, trouxe valiosa colaboração para os que estudam as migrações demográficas em nosso país.

O sujeito do verbo TROUXE é
a) a realização do seminário
b) valiosa colaboração
c) A Universidade de Campinas
d) o seminário
e) “Perspectiva de Mudanças do Padrão Tecnológico da Agricultura”

6. Qual a predicação verbal do verbo *voar* na frase: “Os pássaros voam na mata”.
a) verbo de ligação
b) verbo transitivo direto
c) verbo transitivo indireto
d) verbo intransitivo
e) nenhum do citados

7. Idem à anterior
"O aluno ficou contente com o resultado dos seus estudos!".

a) verbo de ligação
b) verbo transitivo direto
c) verbo transitivo indireto
d) verbo intransitivo
e) nenhum dos citados

8. Jovens, tenham cuidado com os livros, seus verdadeiros amigos.

A função sintática da palavra ou expressão sublinhada é, respectivamente:
a) sujeito – objeto indireto;
b) sujeito – aposto;
c) vocativo – aposto;
d) vocativo – complemento nominal;
e) aposto – objeto direto.

9. Existem algumas pessoas que já aderiram ao movimento. A função sintática das expressões sublinhadas é, respectivamente,
a) sujeito – objeto indireto
b) sujeito – complemento nominal
c) objeto direto – objeto indireto
d) objeto direto – complemento nominal
e) adjunto adverbial – objeto direto

10. Qual a função sintática desempenhada pelas palavras destacadas?
Respondi ***às questões*** tranqüilamente, pois estava muito seguro.
a) complemento nominal
b) sujeito
c) objeto direto
d) objeto indireto
e) adjunto adverbial

GABARITO

1. D
2. C
3. C
4. D
5. C
6. D
7. A
8. C
9. A
10. D

REGÊNCIA VERBAL II

A regência verbal se ocupa do estudo da relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais).

1. ***A turma do Q.PPPAAAVOR***

1. **Querer**

VTD = desejar:

Ex.: Eu quero a liberdade plena para todos os seres humanos.

VTI = estimar, querer bem, gostar:

Ex.: Quero muito a meus pais.

2. **Pagar e Perdoar**

VTD - OD - coisa:

Ex.: Pagou a dívida.

VTDI - alguma COISA A ALGUÉM:

Ex.: Pagou a dívida ao cobrador.

VTI - OI - A alguém:

Ex.: Pagou ao cobrador.

3. **Proceder**

Proceder = “realizar”, “dar início”:

VTI: Ex.: O juiz procedeu ao inquérito.

4. **Assistir**

VTD = dar assistência:

Ex.: O governo não assistiu os flagelados. = O governo não os assistiu.

VTI = presenciar (prep. A obrigatória):

Ex.: Assistimos ao filme Titanic trinta e quatro vezes. = Assistimos a ele trinta e quatro vezes.

5. **Aspirar**

VTD = cheirar, sorver ...

Ex.: Aspirei durante muito tempo fumaça de óleo diesel.

VTI = ambicionar (prep. A obrigatória):

Ex.: Luís aspira ao cargo = Luís aspira a ele.

6. **Agradar**

VTD = acariciar Ex.: Ela agradou o cão.

VTI = satisfazer Ex.: A proposta agradou ao funcionário.

7. **Visar**

VTD = pôr o visto Ex.: Esqueci-me de visar o cheque.

VTD = apontar, mirar Ex.: Visou o olho esquerdo do mosquito.

VTI = ambicionar: Ex.: Luís visa ao cargo. = Luís visa a ele.

8. **Obedecer**

VTI: Ex.: Obedeça a seus pais. = Obedeça-lhes.

9. **Responder**

Quando houver apenas um objeto, este terá de ser obrigatoriamente OBJETO INDIRETO:

Ex.: Responda a todas questões, marcando apenas uma alternativa.

2. Regência de alguns verbos

2.1. Implicar

No sentido de acarretar é VTD.

Ex.: Passar no concurso implica sacrifícios.

2.2. Preferir

Preferir exige a prep. A :

Ex.: Prefiro o “tchan” da Scheila Carvalho ao da Carla Perez.

2.3. Ir, Voltar, Chegar

Solicitam as preposições A ou DE ou PARA.

Cheguei a casa.

Ex.: Fui ao cinema.

2.4. Morar, Residir, Estar situado

(Residente, Sito)

Solicitam a preposição EM.

Ex.: Moro em um País tropical.

Sito na Rua Palmeira das Missões.

2.5. Esquecer-se, Lembrar-se

Esquecer, Lembrar

Quando pronominais, solicitam a preposição DE.

Esqueça aquilo.

OD

Esqueça-se daquilo que eu te contei.

OI

Esqueceu-se do dinheiro.

EXERCÍCIO DE AULA

1. A resposta dada pelo réu não agradou _____ juiz.

2. O rapaz foi _____ cidade vizinha conhecer alguns parentes de sua mãe.

3. Todos nós assistimos estarrecidos _____ embate entre pai e filho.

4. O pai agradava _____ filha passando a mão nos cabelos da moça.

5. Apesar dos protestos do melhor amigo, ela perdoou _____ erro cometido pelo namorado.

6. O garoto sempre esquecia, por mais que sua mãe reclamasse, _____ material na escola.

7. A troca de gerência implica _____ recuperação de diversos setores antes esquecidos.

8. Estas lições visam _____ estudo da linguagem.

9. As meninas não costumavam obedecer com presteza _____ pai.

10. Não é comum uma moça traída perdoar _____ namorado prontamente.

11. Apesar dos protestos do melhor amigo, ela perdoou _____ erro cometido pelo namorado.

12. As escutas visavam _____ chefe da rebelião.

QUESTÕES

1. Leia atentamente:
"Refiro-me a esta carta e não aquela que recebi ontem."
Na frase acima, a falta de um acento gráfico indica um erro de:

a) pontuação
b) regência nominal
c) regência verbal
d) concordância nominal
e) colocação pronominal

2. Indique a alternativa correta:
a) Preferia brincar do que trabalhar.
b) Preferia mais brincar a trabalhar.
c) Preferia brincar a trabalhar.
d) Preferia brincar à trabalhar.
e) Preferia mais brincar do que trabalhar.

3. Indique a regência que está de acordo com a norma culta:
a) Estes são os recursos que dispomos.
b) Perdôo aos teus erros.
c) Assiste ao debate dos candidatos.
d) Paguei a uma dívida atrasada.
e) Perdoei o amigo que me ofendeu.

GABARITO
1. C
2. C
3. C

3. CUIDADO

Avisar, informar, comunicar, advertir, prevenir ...

quando VTDI (OD - coisa ou pessoa)

(OI - coisa ou pessoa)

Ex.: Avisei o aluno da mudança.

Avisei ao aluno a mudança.

Avisei-o de que era proibido.

Avisei-lhe que era proibido

QUESTÕES

1. Isso ..... autorizava ..... tomar iniciativas.
a) o - à.
b) lhe - de.
c) o - de.
d) o - a.
e) lhe - a.

2. A situação ..... aspiras não é compatível ..... tuas posses.

a) que - para.
b) a que - de.
c) que - de.
d) à que - de.
e) a que - com.

3. Ansiava ..... encontrá-lo, a fim de ..... pelo sucesso.

a) por - cumprimentá-lo.
b) de - cumprimentar-lhe.
c) com - cumprimentá-lo.
d) em - cumprimentar-lhe.
e) para - cumprimentar-lhe.

GABARITO

1. D

2. E

3. A

QUESTÕES FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
REGÊNCIA VERBAL

1. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
a) A CNBB, cuja a cúpula acabou de se manifestar, mostrou-se intransigente por qualquer medida radical que venha a prejudicar os menores infratores.
b) A matéria de que dizem respeito 58 dos projetos tem a ver com a redução da maioridade, na qual os bispos da CNBB posicionaram-se desfavoravelmente.
c) Os projetos de redução de maioridade, cuja tramitação está acelerada, não contam com a simpatia de quem deseja uma política de inclusão dos menores carentes.
d) A força da mídia, à qual nem todos mostram consciência, costuma ser decisiva nos momentos onde a opinião pública está emocionalmente abalada.
e) É um mito imaginar de que basta reduzir a maioridade penal para que os problemas da delinqüência juvenil, que sua existência ninguém nega, sejam definitivamente resolvidos.

2. Os menores infratores constituem, de fato, um problema, mas não nos cabe apenas punir os menores infratores, e sim permitir aos menores infratores que tenham acesso à educação, para que se livrem da condição de menores infratores.

Evitam-se as repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados por, respectivamente:
a) puni-los; permiti-los o acesso; da condição deles
b) puni-los; permitir seu acesso; dessa sua condição
c) punir a eles; permitir-lhes o acesso; dela
d) punir-lhes; permitir-lhes seu acesso; dessa sua condição
e) os punir; permiti-los ao acesso; desta condição

3. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
a) O autor preza a discussão à qual se envolvem os moradores de um condomínio, quando os anima a aspiração de um consenso.
b) A frase de Mitterrand na qual se arremeteu o candidato Giscard não representava, de fato, uma posição com a qual ninguém pudesse discordar.
c) A frase de cujo teor Giscard discordou revelava, de fato, o sentimento de superioridade do qual o discurso de Mitterrand era uma clara manifestação.
d) Os candidatos em cujos argumentos são fracos costumam valer-se da oposição entre o certo e errado à qual se apoiam os maniqueístas.
e) O comportamento dos condôminos cuja a disposição é o consenso deveria servir de exemplo ao dos candidatos que seu único interesse é ganhar a eleição.

4. Gosto da democracia, pratico a democracia, respeito os fundamentos que mantêm em pé a democracia, mas nada disso me impede de associar a democracia às campanhas eleitorais, que negam a democracia.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo- se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por
a) a pratico − mantêm-na em pé − lhe associar − a negam
b) pratico-a − a mantêm em pé − associar-lhe − negam ela
c) a pratico − mantêm ela em pé − a associar − lhe negam
d) pratico-a − a mantêm em pé − associá-la − a negam
e) pratico-a − lhe mantêm em pé − a associar − negam-lhe

5. A expressão **de que** prenche corretamente a lacuna da frase:
a) Continuamos a avaliar ..... seria melhor se você desistisse da eleição.
b) A fonte ..... saciará nossa sede fica no alto daquela encosta.
c) Há sonhos ..... é impossível se desviar, quando se pensa no futuro.
d) Todos os momentos ..... devaneamos ficaram impressos na minha memória.
e) Dos livros ..... me ative nos últimos dias, apenas dois têm grande valor.

6. Em meados dos anos 90, o economista americano Jeremy Rifkin causou polêmica com seu livro **O fim do emprego**, no qual previa que a era do emprego estava com os dias contados.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do sublinhado acima está na frase:
a) ... que a era do emprego estava com os dias contados.
b) Mas nem todos concordam com os prognósticos ...
c) ... que o problema não é tão simples.
d) ... acabou com as limitações de tempo e espaço.
e) ... que perderam seus empregos devido a mudanças na tecnologia.

7. Substituindo-se por um pronome a expressão sublinhada na frase ... desde que as informações recebidas aconselhem essa reconsideração, obtém-se a forma
a) aconselhem-a.
b) aconselhem-lhe.
c) aconselhem-lh'a.
d) aconselhem-na.
e) aconselhem-la.

8. O Conselho Nacional de Justiça precisará de segmentos setoriais... (Frase abaixo)

O Conselho Nacional de Justiça precisará de segmentos setoriais para as justiças autônomas (federal, estadual, trabalhista, militar) e seus problemas.

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:
a) ... tornando-a mais rápida...
b) ... limita a liberdade dos juízes...
c) ... e pode permitir a influência do Executivo...
d) ... se a aplicação for restrita a matérias tributárias...
e) ... mas valem apenas para os advogados privados...

9. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:
a) A epígrafe ..... Drummond se valeu em seu poema foi tirada de um artigo.
b) Foi providencial a ajuda..... uma colega ofereceu ao autor.
c) As versões oficiais, ... nunca inspiram confiança, distorcem os fatos.
d) Muita gente preferiria ..... prevalecesse a versão oficial.
e) A passeata ..... o autor se refere foi dissolvida a bala.

10. Antonio Candido escreveu uma carta, fez cópias da carta e enviou as cópias a amigos do Rio. Substituem de modo correto os termos sublinhados na frase acima, respectivamente,
a) destas - enviou-as
b) daquela - os enviou
c) da mesma - enviou-lhes
d) delas - lhes enviou
e) dela - as enviou

11. ...as empresas investem no treinamento de seus funcionários.

O mesmo complemento exigido pelo verbo assinalado na frase acima está em:
a) ...quando a produtividade se eleva.
b) ...que perde produtividade.
c) ...depende também da educação.
d) ...o País deu grandes passos no campo quantitativo.
e) ...não há a menor possibilidade.

12. O pronome que substitui a expressão grifada está INCORRETO na alternativa:
a) produzir hidrogênio = produzir-lhe
b) substituiria as atividades extrativistas = substituí-lasia
c) taxar atividades industriais = taxá-las
d) tornam a adoção da economia = tornam-na
e) não constituem uma solução = não a constituem

13. ... ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial ... (frase abaixo)

Ocorre que deter ou até mesmo reduzir o crescimento da população mundial não é tão simples.

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:
a) ... o impacto das atividades humanas sobre a natureza é real.
b) A salvação do planeta passaria necessariamente pelo fim do crescimento de economias e populações ...
c) Uma economia... seria movida por fontes renováveis de energia.
d) ... nenhuma mudança terá realmente efeito.
e) ... até metas mais óbvias ... parecem distantes.

14. Todos os anos o Brasil perde com o tráfico uma quantia financeira incalculável... (frase abaixo)

Todos os anos o Brasil perde com o tráfico uma quantia financeira incalculável, além de recursos genéticos irrecuperáveis.

A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima é:
a) Grupos de preocupação ecológica investem na proteção aos recursos naturais do país.
b) Compete à Justiça a aplicação de penalidades aos traficantes de animais silvestres, nos termos da lei.
c) O comércio de animais silvestres é prática ilegal, reprovada por toda a sociedade.
d) Animais silvestres transportados sem o devido cuidado acabam morrendo.
e) Pesquisadores destacam a necessidade de maior proteção aos recursos naturais do país.

15. Para responder a esta questão, considere o fragmento, reproduzido abaixo, de um informe publicitário da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

❖ **QUALIDADE DE VIDA**

Campo Grande é uma das capitais brasileiras que oferece melhor índice de qualidade de vida. Urbanizada, arborizada, sem favelas e com avenidas largas, a Capital do Mato Grosso do Sul registra alto índice de satisfação de seus moradores e empreendedores.

A afirmativa INCORRETA, a partir dos elementos aí existentes, é:
a) Os verbos **oferecer** e **registrar** exigem o mesmo tipo de complemento.
b) ... uma das capitais que oferece − estaria correta também a forma de plural oferecem.
c) As vírgulas separam elementos de mesmo valor no trecho Urbanizada, arborizada, sem favelas ...
d) A vírgula empregada após a expressão **com avenidas largas** pode ser corretamente substituída por um travessão, sem alteração do sentido original.
e) O emprego do pronome possessivo **seus** introduz uma dificuldade de sentido no período, que teria sido evitada com o uso da forma **sua**.

16. É impossível uma escola de jornalismo ensinar todos os assuntos com os quais um jornalista vai **lidar**.

Se, na frase acima, em vez do verbo **lidar** o jornalista Clóvis Rossi tivesse empregado o verbo **tratar**, no lugar da expressão **com os quais** deveria estar a expressão
a) para os quais.
b) a cujos.
c) dos quais.
d) pelos quais.
e) em cujos.

17. O diploma de jornalista é obrigatório, mas há quem veja o diploma de jornalista como uma inutilidade, pois os cursos que oferecem o diploma de jornalista não podem cobrir todas as áreas de atuação. Evitam-se as desnecessárias repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, pelas formas
a) **o veja** e **oferecem-lhe**.
b) **o veja** e **o oferecem**.
c) **lhe veja** e **lhe oferecem**.
d) **veja-o** e **oferecem-o**.
e) **veja ele** e **oferecem ele**.

18. ... não estamos tratando de um fenômeno marginal... (frase abaixo)

Como em algum momento muito próximo a população urbana do mundo vai superar a população rural (é possível que, dada a imprecisão dos censos realizados no Terceiro Mundo, isso já tenha acontecido) e como os favelados vão compor a maioria da população urbana, não estamos tratando de um fenômeno marginal, de maneira nenhuma.

O mesmo tipo de complemento exigido pela forma verbal grifada acima está na frase:
a) ... ninguém nem sequer sabe o tamanho de sua população.
b) ... a população urbana do mundo vai superar a população rural ...
c) ... e como os favelados vão compor a maioria da população urbana ...
d) Embora, é claro, devamos resistir à tentação fácil ...
e) ... pois os favelados são literalmente uma coleção daqueles ...

19. Cada frase abaixo foi reescrita com a substituição do termo grifado por um pronome. Considerando a adequada substituição do pronome e sua devida colocação na frase, de acordo com a norma da gramática prescritiva, há INADEQUAÇÃO em:

a) Na última cena, a avó tocou as faces da menina com carinho.
Na última cena, a avó tocou-lhe as faces com carinho.
b) Pensou em questionar; mas questionamentos, quem admite questionamentos?
Pensou em questionar, mas questionamentos, quem os admite?
c) Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até eles.
Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até si.
d) Eu julgava aqueles produtores realizados por terem vencido o festival.
Eu lhes julgava realizados por terem vencido o festival.
e) Amava-a, a Mariana, à mulher dos seus filhos.
Amava-a, a ela, à mulher dos seus filhos.

20. Na frase Admite-se uma cesta de bens e serviços **à qual todo mundo deveria ter acesso**, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido, por
a) a que todos deveriam ser acessíveis.
b) para a qual todo mundo estaria disponível.
c) cujo alcance fosse possível a todos.
d) de cuja todos pudessem ter acesso.
e) pela qual todo mundo poderia contar.

21. Atentando-se para as normas de regência verbal ou nominal, verifica-se que está correta SOMENTE a frase:
a) Nem mesmo do assunto que ele diz ser um grande especialista ele é capaz de dominar.
b) Há livros em cujo conteúdo pouco se aproveita, o que torna intrigante o sucesso em que desfrutam junto ao público.
c) Não se sabe com que subterfúgios ele se valerá para afastar o subordinado que ele teve uma altercação na semana passada.
d) A proposta a que ele recusa dar seu apoio acabará sendo vitoriosa, a menos que contra ela se insurjam alguns governistas.
e) E aquela sua prima, que ninguém se esquecerá tão cedo, deu-se bem no cargo em que foi transferida?

22. Lê-se numa placa:

Precisa alguém urgente que toca cavaquinho

Uma forma plenamente aceitável, de acordo com as normas da língua escrita, seria:
a) Preciso de alguém que toca cavaquinho com urgência.
b) Precisa-se alguém com urgência de que toque cavaquinho.
c) É preciso alguém urgentemente que toca cavaquinho.
d) Precisa-se com urgência de alguém que toque cavaquinho.
e) Preciso urgentemente quem toque no cavaquinho.

23. Atentando para as normas de regência verbal ou nominal, verifica-se que está correta SOMENTE a frase:
a) O romance que ele fez tanta propaganda não me entusiasmou tanto quanto aquele que ele dissera que não gostara.
b) São freqüentes as vezes que nos deparamos com problemas que não somos capazes de encontrar uma solução.
c) A forma que ele respondeu a minha pergunta deume a certeza que ele estava mentindo.
d) Os argumentos de que ele utilizou na defesa de seu cliente mostraram total desconhecimento ao que seja uma boa estratégia.
e) O ar de preocupação com que ele saiu indicava a gravidade da situação em que se metera e da qual não parecia saber sair.

24. Considerando-se a norma culta da língua, a frase em que a regência está totalmente adequada é:
a) Conciliaram a disponibilidade do depoente com a do advogado.
b) Com a obra de Irnério, o direito romano se espraiou à Europa medieval.
c) Alguns juristas não distinguiram o juz naturale ao jus gentium.
d) A lei foi ampliada com o objetivo de adequar-se com novas situações.
e) A pena incidia contra dois implicados no crime.

25. O Brasil <u>representa</u> 3% do problema mundial. A frase do texto em que o verbo apresenta o mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima é:
a) O Brasil aparece com menos de 1% do movimento...
b) ... o Brasil é hoje o país mais rico do mundo...
c) ... os miseráveis nem entram na equação econômica...
d) Parecem inexpugnáveis.
e) .. eles começaram a vida num patamar inferior.

26. Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.

Caso se substitua, na frase acima, o termo **insegura** por
a) **insatisfeita**, deve seguir-se a expressão **às suas opções morais**.
b) **desorientada**, deve seguir-se a expressão **quanto a suas opções morais**.
c) **desatenta**, deve seguir-se a expressão **por suas opções morais**.
d) **carente**, deve seguir-se a expressão **de cujas opções morais**.
e) **desprovida**, deve seguir-se a expressão **mediante suas opções morais**.

27. As razões ..... ele deverá invocar para justificar o que fez não alcançarão qualquer ressonância ..... membros do Conselho, ... votos ele depende para permanecer na empresa.

Preenchem de modo correto as lacunas da frase acima, respectivamente, as expressões:
a) a que - para com os - de cujos
b) de que - junto aos - cujos os
c) que - diante dos - de quem os
d) às quais - em vista dos - em cujos
e) que - junto aos - de cujos

28. O segmento Trata-se de uma questão... está corretamente completado em
a) cujo o princípio é o respeito ao indivíduo.
b) cujo princípio é o respeito ao indivíduo.
c) aonde o princípio é o respeito ao indivíduo.
d) com a qual o princípio é o respeito ao indivíduo.
e) pela qual o princípio é o respeito ao indivíduo.

29. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. Substituindo-se, na frase acima, as formas **dependem** e **se concentram**, respectivamente, pelas formas **subordinam-se** e **se irradiam**, o segmento sublinhado deverá ser substituído por
a) nos grandes centros onde.
b) aos grandes centros de onde.
c) pelos grandes centros aonde.
d) aos grandes centros em cujos.
e) nos grandes centros por onde.

30. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:
a) A transmissão do programa "Nheengatu", contra a qual parece ter-se insurgido o Ministério das Comunicações, despertou viva polêmica acerca do que vem a ser uma língua nacional.
b) O português e o espanhol, idiomas a cujos vieram somar-se termos indígenas, talvez já tenham merecido alguma contestação quanto ao fato de serem línguas nacionais.
c) D. João IV, em 1727, já manifestava a preocupação em que o predomínio de uma língua estrangeira diante da língua oficial representaria um risco para o processo de colonização.
d) A ilegalidade do programa radiofônico, cuja a língua é o nheengatu, foi aventada pelo Ministério das Comunicações, que recorreu a especialistas para melhor se informar em face da questão.
e) A opinião de Marlei Sigrist, em favor a qual há argumentos antropológicos, é que a divulgação do nheengatu constitui uma forma de resistência cultural, mediante o que devem se engajar os defensores das minorias.

GABARITO

01. C	02. B	03. C	04. D	05. C	06. E	07. D
08. E	09. A	10. E	11. C	12. A	13. D	14. E
15. E	16. C	17. B	18. D	19. D	20. C	21. D
22. D	23. E	24. A	25. E	26. B	27. E	28. B
29. B	30. A					

Classes de Palavras e seus empregos

SUBSTANTIVOS

ADJETIVOS

ARTIGOS

VERBOS

São variáveis.

PRONOMES

NUMERAIS

São variáveis e invariáveis.

ADVÉRBIOS

PREPOSIÇÕES

INTERJEIÇÕES

CONJUNCÕES

São invariáveis.

1. SUBSTANTIVO

Definição tradicional (e suas falhas)

Tradicionalmente, o substantivo é definido como vocábulo que designa os seres (pessoas, animais ou coisas): **TIJOLO, FLORESTA, PINGÜIM**, etc. Contudo, também pode designar qualidade (**HONRAREZ, LEALDADE**) ou **ações** (**SUBTRAÇÃO, VIAGEM, ASSESSORAMENTO**). Ora, isso leva muitos alunos a confundirem estes substantivos de qualidade com o **ADJETIVO** ("é a palavra que exprime qualidade") e os de ação com os **VERBOS** ("é a palavra que designa ação"). Neste caso, você deverá ficar atento para outros fatores que nos possibilitam melhor reconhecer o **substantivo.**

2. ADJETIVO

Todo adjetivo exprime algo atribuível a um **substantivo**: pacote **pesado**, casa **verde**, homem **forte**, atitude **firme**, etc.

Característica flexional: o adjetivo é obrigado a concordar em gênero e número com o substantivo a que se refere.

Exs.: livro **moderno**, obra **moderna**, livros **modernos**, obras **modernas**.

Características morfológicas

Se você examinar os advérbios em -**MENTE**, verá que todos eles são formados na seguinte fórmula:

ADJETIVO + MENTE

3. ADVÉRBIO

Palavra invariável que modifica um verbo, adjetivo ou outro advérbio, indicando uma circunstância.

Hoje, aqui, lentamente.

4. PREPOSIÇÃO

A, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre

5. ARTIGO

Definidos – o, os , a, as

Indefinidos – um, uns, uma, umas

OBS.:

Classes do A

a. Artigo Definido – Acompanha o substantivo feminino.

A moça chegou.

b. Pronome Pessoal Oblíquo – Pode ser substituído por “ela” na linguagem coloquial.

Eu **a** encontrei. Eu encontrei “ela”.

c. Pronome Demonstrativo – Pode ser substituído por ‘’aquela’’.

A que chegou é casada. Aquela que chegou é casada.

d. Preposição – É invariável.

Ele começou **a** cantar.

6. NUMERAL

Cardinal – Indica quantidade. um, dois, três

Ordinal – primeiro, segundo, terceiro

7. INTERJEIÇÃO

Expressa um sentimento.

Ai!, ui!, epa!

8.PRONOMES

Substituem ou acompanham nomes.

Tua dedicação é perceptível a todos.

9. VERBOS

Indicam ação, estado, fato ou fenômeno da natureza. Cláudio passeava pelas ruas do centro. A garota está enferma. Geou muito na serra.

10. CONJUNÇÕES

Ligam orações ou, eventualmente, termos. Compareceu à reunião, embora estivesse doente.

OBSERVAÇÃO: Os conteúdos de pronomes, verbos e conjunções serão estudados dentro dos demais conteúdos.

QUESTÕES DE CONCURSO
CLASSES GRAMATICAIS

01. (Técnico Judiciário – TRT 4ª Região – FAURGS) Assinale, dentre as palavras abaixo, a que pode ser flexionada para o grau superlativo.
a) nobre
b) novela
c) quando
d) perde
e) estes

02. (Contínuo – Prefeitura de Alvorada/RS – FAURGS) A frase em que ambas as palavras sublinhadas, de acordo com o contexto, são classificadas como substantivos é
a) O apelido foi instantâneo.
b) Variava a pronúncia, mas a língua era uma só.
c) Disse o gordo Jorge, que era o que mais implicava com o novato.
d) O pai não viu a sinaleira fechada
e) Mas de onde viera aquela estranha palavra?

03. (Motorista – MP/RS – FAURGS) Assinale a alternativa em que a palavra sublinhada, considerando o contexto que ocorre, **NÃO** é classificada como substantivo.
a) compatriotas famintos
b) produção agrícola
c) evasão escolar
d) novo governo
e) caráter assistencialista

04. (Auxiliar de Perícias – IGP/RS – FAURGS) Assinale a alternativa em que a palavra destacada é da mesma classe gramatical em ambas as frases.
a) Levantou-se, saindo da **mesa**, quando o delegado entrou.
Uma **mesa** de tampo de bronze lavrado foi o móvel mais caro do leilão.
b) Tudo sob **controle**, doutor.
Não suporto que minha mãe me **controle** o dia inteiro.
c) As perícias já foram feitas, e eu mandei desinterditar os **locais**.
Os jogadores **locais** abusaram da violência durante a partida.
d) Botei aqui nestas folhas tudo o que o senhor **precisa** para o registro.
A informação **precisa** só pode ser encontrada no Jornal da Perícia.
e) Botei aqui nestas folhas tudo o que o senhor precisa para o **registro**.
Cometo erros de ortografia sempre que **registro** uma ocorrência.

05. (Advogado – FEBEM/RS – FAURGS) A palavra que **NÃO** pode ser flexionada em gênero, número ou grau é
a) precisava
b) todos
c) apenas
d) sensação
e) o

06. (Assistente Administrativo – SULGÁS – FAURGS) Analise as afirmações abaixo.
I – Quem não gostaria de tomar **um** elixir que garantisse **uma** memória à prova de falhas?
Na frase acima, a palavra **um** está empregada como numeral, já que expressa uma quantidade, diferentemente de **uma**, que é um artigo, pois se antepõe ao substantivo **memória** para determiná-lo, indicando-lhe gênero e número.
II – Praticar exercícios físicos e ter uma dieta saudável, com **pouco** sal e gordura, também ajuda a conservar em bom estado os vasos sangüíneos do cérebro.
Na frase acima, a palavra **pouco** se refere tanto a **sal** quanto a **gordura**.

III – Se for bem treinada, a memória de um idoso pode ser tão boa **quanto** a de um jovem.
Na frase acima a palavra **quanto** poderia ser substituída corretamente por **como**.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

07. (Soldado – Brigada Militar/RS – FAURGS) Considerando o contexto, assinale a alternativa em que todas as palavras pertencem à mesma categoria gramatical.

Embora fortemente arraigada no instrumental populista,a idéia de que o crime é fruto exclusivo de condições sociais **adversas** é tão atraente quanto falsa.

São inúmeras as evidências estatísticas de que muitos adolescentes cometem delinqüências e pequenos furtos.

Por que alguns, e **não** a maioria, passam ao banditismo pesado?

A princípio ninguém **estranha** muito quando os jovens passam a freqüentar a igreja apenas em datas cerimoniais.

Ir à igreja passa **então** a ser uma atividade secundária.

No fundo, no fundo, não existem medidas públicas capazes de mudar os **mecanismos** internos de controle que fazem...

O que a professora afirma, em resumo, é que não há medida tomada por **governos** que seja capaz de impedir que surjam **novos** jovens bandidos...

... livres das carências materiais extremas com que se **acostumou** no Brasil a justificar até os crimes mais bárbaros.

Ao lado do psicológico e do social, o componente econômico pode ser crucial para entender esses ritos de passagem do bem **para** o **mal**.

Diz **ele**: “Se ele percebe que as suas ações não vêm tendo sucesso, **conclui** que não vale.....”

a) embora – então – mal
b) fortemente – adversas – são
c) não – governos – para
d) estranha – acostumou – conclui
e) mecanismos – novos – ele

08. (Advogado – SULGÁS/RS – FAURGS) Assinale a alternativa que apresenta o plural correto para as palavras **difícil** e **mártir**.

a) difices - mártis
b) difíciles - mártirs
c) difíceis - mártires
d) difíceis - martires
e) difícies - mártirs

09. (Advogado – SULGÁS/RS – FAURGS) A palavra que aceita flexão em gênero e em grau é

a) distorcido
b) menos
c) se
d) sempre
e) aparecem

10. Há palavras que dependendo do contexto em que ocorrem, pertencem ora a uma classe gramatical, ora a outra. Este NÃO é o caso de

a) São
b) Vão
c) Escuta
d) Massas
e) Entre

11. (Motorista – FEBEM/RS – FAURGS) Na frase gostariam de ter um manual mágico, a palavra mágico expressa.

a) um tempo.
b) uma ação.
c) um modo.
d) uma qualidade
e) um desejo.

12. (Auxiliar de Contabilidade – BANRISUL/RS – FAURGS) Em ***São, na melhor hipótese, gerentes regionais da grande empresa do império americano. E, na pior hipótese, feitores de escravos,*** as duas frases apresentam estruturas semânticas e sintáticas paralelas, de tal forma que foi possível para o autor omitir, na segunda frase, por semelhança com a primeira

a) um advérbio.
b) um adjetivo.
c) um substantivo.
d) um verbo.
e) uma preposição.

13. (Agente Administrativo II - FAURGS) Na frase ***A coceira de urgências mal resolvidas estilhaça nossa atenção consciente...*** a classe gramatical da palavra **mal** conforme seu emprego nessa frase, é a mesma da palavra em negrito das frases abaixo.

a)... o meu argumento encontre alguma ressonância em sua **própria** experiência.

b) A coceira de urgências mal resolvidas estilhaça nossa atenção consciente, quebrando-a em **mil** pedaços.

c) Isso significa que quem nasce hoje em dia vive em **média** 122 mil horas a mais...

d) Na prática, **porém**, por tudo o que sinto, ouço e observo ao meu redor, o efeito tem sido exatamente o oposto.

e) Se “tempo é dinheiro”, como queria Benjamin Franklin, parece que quanto **mais** ricos ....

14. (Banrisul – Escriturário – FAURGS) Dentre os advérbios abaixo listados, qual deles modifica outro advérbios nas frases abaixo.
a) bem
.... um simples e despretensioso café assume um sentido transcendental quando sorvido **bem** quente, ...
b) eternamente
Vá explicar a um sujeito que vive **eternamente** à beira do mar cristalino, no Nordeste brasileiro, ...
c) perfeitamente
O inverno ilustra **perfeitamente** o caso: como pensar em recolhimento, um livro diante ...
d) mais
E disse **mais**, numa comparação que as mulheres jamais entenderão: que o frio lhe trazia ...
e) mais
O frio gaúcho nos permite pertencer ao restrito clube dos seres humanos que vão ao sol para aquecer-se – para lagartear, **mais** propriamente.

15. (Oficial Ajudante 2003 - Officium) As preposições **De**, **para** e **com**, (destacadas no trecho abaixo) introduzem, respectivamente, idéias de

> ***De*** Roma até a Internet, passando pelas grandes navegações, usamos a tecnologia e a informação ***para*** envolver e conquistar o mundo conhecido. Somos globalizadores.
>
> Nos últimos anos, ***com*** a modernização das relações de produção e de trabalho e com a expansão da economia virtual, alguns segmentos socioeconômicos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento cresceram e lucraram, gerando a onda de desemprego que varreu a praia da velha economia.

a) posse, movimento e causa.
b) origem, finalidade e causa.
c) origem, movimento e simultaneidade.
d) posse, finalidade e simultaneidade.
e) origem, finalidade e adição

16. (Auxiliar Administrativo II – HCPA – FAURGS) Assinale a palavra que aceita flexão de gênero.
a) estudo
b) atividade
c) engrandecimento
d) colaborador
e) material

17. (Oficial Escrevente – FAURGS) Qual das palavras abaixo, retiradas do texto, pode sofrer o mesmo processo flexional ocorrido em **muitíssimo**?
a) presença
b) isso
c) meio
d) conhecido
e) artéria

18. Assinale a única alternativa em que a expressão dos parênteses define corretamente a classe gramatical, na frase, da palavra sublinhada.
a) No ritmo atual da destruição, uma espécie se extingue a cada 20 (pronome) minutos.
b) Há muito para ser feito, mas o tempo é curto (advérbio de modo).
c) Mostrar (verbo substantivado) uma área da Mata Atlântica que tenha se regenerado.
d) Se quiser convencer alguém (pronome pessoal oblíquo) da importância de biodiversidade...
e) ... sendo a nossa melhor (adjetivo) arma.

Observe o fragmento:

> "(...) quando perde o controle e libera seus instintos animais primitivos."

19. Identifique o período em que as palavras sublinhadas têm, respectivamente, a mesma classe de "controle" e "animais" do fragmento proposto.
a) É preciso que você controle os animais.
b) Ele conseguiu manter o controle de suas inclinações animais.
c) O controle dos animais não deve ser descuidado.
d) Há necessidade de que ele controle os impulsos animais.
e) Não há controle dos animais primitivos.

> Desde os seus primeiros dias, o ano de 1919 trouxe uma inusitada excitação às ruas de São Paulo. Era alguma coisa além da turbulência instintiva, que o calor um tanto tardio do verão quase tropical da cidade naturalmente incitada nos seus habitantes. De tal modo que esse novo estado de disposição coletiva era sensível, que os paulistanos em geral, surpresos consigo mesmos, e os seus porta-vozes informais em particular, os cronistas, se puseram a especular sobre ele.

20. (UFRGS) Considere as seguintes afirmativas sobre o uso de artigos no texto.
I. Se suprimíssemos o artigo "os" (l. 01), isso não acarretaria qualquer erro, já que a ocorrência de artigos antes de possessivos não é obrigatória na língua portuguesa.
II. Se substituíssemos o artigo "uma" (l. 02) por "a", isso não acarretaria qualquer alteração no significado, porque ambos desempenham a mesma função semântica e são do mesmo gênero gramatical.
III. Se suprimíssemos o artigo "um" (l. 04), isso não acarretaria qualquer erro, porque no contexto pode-se usar igualmente "um tanto" e "tanto".

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

A famosa “malemolência” ou preguiça baiana não passa de racismo, segundo concluiu uma tese de doutorado defendida na USP. O estudo durou quatro anos.

A tese defendida pela professora de antropologia Elisete Zanlorenzi sustenta que o baiano é tão eficiente quanto o trabalhador das outras regiões do Brasil e contesta a visão de que o morador da Bahia vive em clima de “festa eterna”.

“Pelo contrário, é justamente no período de festas que o baiano mais trabalha. Como 51% da ..... da população atua no mercado informal, as festas são uma oportunidade de trabalho.

Quem se diverte é o turista” diz a autora. Segundo a antropóloga, a objetivo da tese foi descobrir como a imagem da preguiça baiana surgiu e se consolidou. Elisete conclui que a imagem da preguiça se derivou do discurso ..... contra os negros e mestiços, que são 79% da população da Bahia “A elevada porcentagem de negros e mestiços não é uma coincidência. A atribuição da preguiça aos baianos tem um teor racista”.

O estudo mostra que a imagem de povo preguiçoso se enraizou no próprio Estado por meio das elites de origem européia, que consideravam os escravos “indolentes”.

21. (UFRGS) Considere as seguintes afirmações acerca do uso de artigos.
I. O artigo indefinido uma poderia ser substituído pelo definido a, sem que houvesse alteração no sentido da frase em questão.
II. Caso tivéssemos oportunidades aos invés de uma oportunidade, não haveria alteração no sentido global da frase em questão.
III. O artigo definido O poderia ser substituído pelo indefinido Um, sem que houvesse alteração no sentido da frase em questão.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) Apenas II e III.

A notícia saiu No “The Wall Street Journal”: a “ansiedade superou a depressão com problema de saúde mental predominante nos EUA”. Para justificar o absurdo, o autor da matéria recorre a um psicoterapeuta e a um sociólogo. O primeiro descreve “ansiedade como condição dos privilegiados que, livres de ameaças reais, se dão ao luxo de “olhar para dentro” e criar medos irracionais; o segundo diz que “vivemos na era mais segura da humanidade” e, no entanto, “desperdiçamos bilhões de dólares em medos bem mais ampliadas do que seria justificável”. Sem meias palavras, os peritos dizem algo mais ou menos assim: os americanos estão nadando em riqueza e, como não têm do que se queixar, adquiriram o costume neurótico de desentocar medos irracionais para projetá-los no admirável mundo novo ao redor (...).
Os candidatos à ansiedade são, assim, bem mais numerosos e bem menos ociosos do que pensam o psicoterapeuta e o sociólogo.

(Adaptado de: COSTA J.F. A ansiedade da opulência. Folha de São Paulo. 19 de março de 2000.)

22. (UFRGS) Considere as seguintes afirmações acerca do uso de artigos.
I. Caso tivéssemos uma condição em vez de condição, não haveria alteração no sentido global da frase.
II. O artigo indefinido uns poderia substituir o definido os em *os americanos(...)*, sem que houvesse alteração no sentido da frase em questão.
III. As duas ocorrências do artigo definido o anteposto às palavras psicoterapeuta e sociólogo no final do texto poderiam ser substituídas por um indefinido sem mudar o sentido da frase.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

Não existe nada que o homem mais tema do que ser tocado pelo desconhecido. Ele quer saber quem o está agarrando; ele o quer reconhecer ou, pelo menos, classificar. O homem sempre evita o contato com o estranho. De noite ou em locais escuros o terror diante de um contato inesperado pode converter-se em pânico.

23. (UFRGS) O uso do artigo definido na expressão "o homem" pode ser explicado.
a) porque, no caso, trata-se de um ser específico dentro de seu grupo.
b) pela intenção de que o substantivo por ele determinado se refira à totalidade de um grupo.
c)pela ênfase no gênero masculino, que no caso representa um sexo determinado.
d) pelo objetivo de cercar o substantivo "homem" de uma atmosfera afetiva.
e) pela posição sintática da expressão "o homem" na oração.

24. (Assistente Administrativo – FAURGS) Associe as palavras sublinhadas na segunda coluna com as atribuições que a elas são conferidas, enumeradas na primeira coluna.

(1) Acompanha um nome e indica posse.
(2) Nomeia um ser.
(3) Expressa uma qualidade.
(4) Expressa uma ação.
(5) Expressa uma circunstância.

( ) *A palavra humor vem do latim*
( ) *que se movimenta internamente*
( ) *O mau humor, em geral, é maior do que nossa consciência*
( ) *Com bom humor criamos novas soluções*
( ) *modificamos o ambiente*

A seqüência numérica correta, na segunda coluna, de cima para baixo, é
a) 2 - 5 – 1 – 3 – 4.
b) 3 – 4 – 2 – 5 – 1.
c) 4 – 3 – 5 – 1 – 2.
d) 5 – 1 – 4 – 2 – 3.
e) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.

25. O período a seguir apresenta cinco segmentos sublinhados, um dos quais **NÃO** faz parte da classe dos substantivos. Identifique-o, assinalando a letra correspondente:

"Numa aparente contradição à famosa lei da oferta e da procura, o livro no Brasil é caro porque o brasileiro não lê".
a) contradição
b) oferta
c) procura
d) caro
e) brasileiro

CLASSES GRAMATICAIS

01. A	06. D	11. D	16. D	21. B
02. B	07. D	12. D	17. D	22. A
03. C	08. C	13. E	18. E	23. B
04. A	09. A	14. E	19. B	24. A
05. C	10. D	15. B	20. A	25. D

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS

FAMÍLIA DE PALAVRAS

Palavras que possuem o mesmo radical.

RADICAL ou RAIZ

FORMAÇÃO DE PALAVRAS - DERIVAÇÃO E COMPOSIÇÃO

DERIVAÇÃO

1. **Prefixal** ➔ Acréscimo de um prefixo à palavra já existente.

   Exs.: ANTEver, CONter, IMpossível, Ilegal, DESleal.

2. **Sufixal** ➔Acréscimo de um sufixo à palavra já existente.

   Exs.: lealDADE, laranjAL, meninINHO, felizMENTE.

3. **Prefixal e Sufixal** ➔ Acréscimo de um prefixo e um sufixo à palavra já existente.

   Exs.: DESlealDADE, INfelizMENTE.

4. **Parassintética** ➔Acréscimo simultâneo de um prefixo e um sufixo à palavra já existente.

   Exs.: EMpobrECER, AmanhECER, DESalmADO

5. **Regressiva** ➔Perda de elemento de uma palavra já existente. Ocorre, geralmente, de um verbo para substantivo.

   Exs.: cantar – o canto
   chorar – o choro
   vender – a venda

6. **Imprópria** ➔Muda-se a classe gramatical sem alterar a forma da palavra.

   Fez um ***ai*** meio estranho.

COMPOSIÇÃO

Formação de uma palavra nova através da união de dois ou mais vocábulos primitivos. Assim, temos:

1. **Justaposição** ➔Formação de uma palavra composta sem que ocorrra perda de Elementos.

   Exs.: guarda + chuva = guarda-chuva
   pé + de + moleque = pé-de-moleque
   passa + tempo = passatempo
   gira + sol = girassol

2. Aglutinação ➔Formação de uma palavra composta com perda de elementos.

Exs.: plano + alto = planalto
água + ardente = aguardente
perna + alta = pernalta

Indique o processo de formação das palavras abaixo por meio do seguinte código:

1- Prefixação
2- derivação regressiva
3- Sufixação
4- derivação imprópria
5- prefixação e sufixação
6- composição por justaposição
7- parassíntese
8- composição por aglutinação

(__) Coordenar

(__) O resgate

(__) Horroroso

(__) Reter

(__) Subterrâneo

(__) Irrealidade

(__) Clonagem

(__) Empobrecer

(__) Desconectar

(__) Transformações

(__) Cavalo-marinho

(__) O debate

(__) Empacotado

(__) Desenvolvido

(__) Detestável

QUESTÕES DE CONCURSO
FORMAÇÃO DE PALAVRAS

1. A formação do vocábulo destacado na expressão "o **canto** das sereias" é:
a) composição por justaposição
b) derivação regressiva
c) derivação sufixal
d) palavra primitiva
e) derivação prefixal

2. Com o mesmo radical da palavra "***passíveis***" é formada a palavra.
a) passado
b) inultrapassável
c) capacidade
d) impassibilidade
e) pacífico.

3. Com o mesmo radical da palavra ***díspares*** é formada a palavra:
a) discreto
b) ímpar
c) disparar
d) aparar
e) disperso

4. Neste texto, o autor cria a palavra biprofissional para nomear o fenômeno a respeito do qual seu texto versará. Para tanto, ele utiliza um mecanismo produtivo de formação de palavras em língua portuguesa - a prefixação. Quanto à prefixação, é correto afirmar que

a) as palavras ***preconceito***, ***impossibilidade*** e ***transformar*** são também resultados de sua aplicação.
b) as palavras ***reforça***, ***subgerente*** e ***repentinamente*** são também resultado de sua aplicação.
c) a palavra ***sempre*** poderia ser tomada como base para sua aplicação, da mesma forma como o autor tomou ***profissional***, dando origem a um novo item no vocabulário da língua portuguesa.
d) sua aplicação às palavras ***polêmica*** e ***carreira*** exigiria alteração na pronúncia da palavra, deslocando a tonicidade de uma sílaba para outra.
e) na adição de ***sub*** a ***agência***, o prefixo constituiria uma sílaba isolada, à semelhança de subalterno.

5. Considere as seguintes afirmações sobre as palavras ***balaio-de-gatos*** e ***camisa-de-força***.
I. Elas são formadas a partir de palavras já existentes na língua portuguesa.
II. Elas têm o significado de todo determinado pela soma do significado das partes.
III. Elas fazem o plural pelo acréscimo de –s apenas ao último membro.

Quais estão corretas?

a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

6. Em qual das palavras abaixo **não** há prefixo igual a da palavra indesejada.
a) Incontinente
b) Irregular
c) Impossível
d) Irritação
e) Infalível

7. Todas as palavras iniciaram-se por um mesmo prefixo, exceto:
a) infeliz
b) ilegal
c) imperfeito
d) indígena
e) ingrato

8. Todas as palavras abaixo possuem o mesmo prefixo, com exceção de:
a) insinuações
b) indireta
c) incompetentes
d) incapazes
e) inconscientemente

9. Considere as seguintes afirmações sobre a formação de palavra do texto.
I. As palavras ***contradição*** e ***tradicional*** contêm a mesma raiz
II. As palavras ***exclusão*** e ***inclusão*** contêm prefixos que são antônimos.
III. As palavras ***infiéis*** e ***fidelidade*** têm a mesma raiz.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

10. Os prefixos das palavras expressam idéias opostas, exceto na alternativa:
a) intrínseco – extrínseco
b) promover – regredir
c) anteceder – pospor
d) diálogo – transformação
e) subestimar – superestimar

11. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela em que ocorrem dois prefixos que dão idéia de negação.
1) impune, acéfalo
2) pressupor, ambíguo
3) anarquia, decair
4) importar, soterrar
5) ilegal , refazer

12. O prefixo indica duplicidade em:
a) êxodo
b) antídoto
c) compor
d) revisar
e) díptero

13. No texto há palavras cuja formação ocorreu pelo acréscimo de um sufixo que transforma adjetivos em substantivos. Assinale a alternativa em que esse processo de formação pode ser identificado.
a) comportamento
b) moradia
c) homogeneidade
d) organização
e) tendências

14. Todas as palavras abaixo, que aparecem no texto, contém o mesmo sufixo. Assinale a alternativa em que a palavra contém, na sua estrutura, outro sufixo além do que é comum a todas:
a) explicação
b) concepção
c) formação
d) conscientização
e) percepção

15. Relacionam-se, pela origem, a verbos existentes na Língua portuguesa, todos os substantivos abaixo, à exceção de:
a) deterioração
b) compensações
c) mergulhadores
d) estofamento
e) metrópoles

16. Relacionam-se a verbos existentes na Língua Portuguesa as palavras abaixo, à exceção de
a) entrevistado
b) ordinária
c) perguntas
d) diálogo
e) funcionamento

17. Abaixo são feitas três afirmações sobre a formação de palavras do texto.
I. As palavras ***justificável*** e ***admirável*** são adjetivos formados a partir de verbos.
II. As palavras ***irracionais*** e ***indispensáveis*** apresentam o mesmo prefixo.
III. Nas palavras ***mental*** e ***sexual***, o sufixo utilizado forma adjetivos a partir de substantivos.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

18. As palavras ***molheira***, ***saleiro*** e ***sujeira*** são formadas pela adição de um mesmo sufixo ao radical. Assinale a alternativa que Não apresenta o mesmo sufixo.
a) roupeiro
b) queira
c) mosqueteiro
d) fofoqueira
e) lixeira

19. Existem, em Língua Portuguesa, palavras que embora pertencendo à mesma família, apresentando pequenas diferenças no radical. É o caso de um dos substantivos abaixo, que, em relação a um adjetivo da mesma família, apresenta diferença de consoantes do seu radical. Qual é esse substantivo?
a) grupos
b) incerteza
c) esforço
d) probabilidade
e) êxito

20. Considere as seguintes afirmações sobre a formação de palavras no texto.
I. O prefixo contido na palavra ***invencível*** é o mesmo que se encontra, em formas variantes, nas palavras ***inferir, irromper, irrigar.***
II. A palavra ***hipérboles*** contém o mesmo prefixo que a palavra ***hipermercado.***
III. As palavras ***melodioso*** e ***melódica*** são adjetivos derivados de um mesmo substantivo, como o é também a palavra ***melodista.***
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) Apenas II e III.

21. A partir da palavra “Lapa”, foram criadas as cinco palavras da coluna da esquerda, utilizando-se sufixos correntes na Língua Portuguesa; na coluna da direita, foram listados três significados.

1. lapófilo ( ) aquele que estuda a lapa
2. lapólatra ( ) aquele que odeia a lapa
3. lapético ( ) aquele que é amigo da lapa
4. lapólogo
5. lapófobo

A numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo, para associar as duas colunas, é:
a) 4 – 5 - 1
b) 4 – 2 - 3
c) 1 – 5 - 2
d) 1 - 2 - 3
e) 3 – 1 - 4

21. Assinale a alternativa em que está classificada **corretamente** a palavra ***bom-tom*** do ponto de vista de sua formação.
a) Derivação imprópria.
b) Parassintetismo.
c) Composição por aglutinação.
d) Derivação regressiva.
e) Composição por justaposição.

22. Analise as afirmativas sobre a formação das palavras do texto.
I. A palavra ***informação*** contém sufixo formador de substantivo a partir de verbo.
II. Em ***bebível***, o sufixo significa passível de.
III. As palavras ***crônica-síntese*** e ***semi-aberto*** são compostas por aglutinação.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?
a) Apenas a I.
b) Apenas a II.
c) Apenas a III.
d) Apenas a I e a II.
e) I, II, III.

23. As palavras da seqüência “caótica, desregrada, imperfeita e ilógica” são formadas, respectivamente, por
a) derivação, derivação, derivação, composição.
b) derivação, derivação, composição, composição.
c) composição, derivação, derivação, derivação.
d) derivação, composição, derivação, composição.
e) derivação, derivação, derivação, derivação.

24. A alternativa cuja palavra apresenta um prefixo com o mesmo significado que o prefixo da palavra “contraditório” é
a) antebraço.
b) adjunto.
c) anticaspa.
d) combinação.
e) anteporta.

25. **(FAUGRS)** Associe as colunas, conforme as palavras tenham sido formadas com o acréscimo de prefixo (partícula antes do núcleo de sentido da palavra), sufixo (partícula depois do núcleo de sentido da palavra) ou sem nenhum dos dois.
(P) Prefixo
(S) Sufixo
(N) Nenhum

( ) desaboliu
( ) noivinha
( ) libertino
( ) testa

A alternativa que preenche correta e respectivamente os parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é
a) P – S – N – P
b) P – S – S – N
c) S – N – P – P
d) S – P – S – N
e) N – P – P – S

26. (FDRH)
Leia as afirmações abaixo, relativas à estrutura de algumas palavras do texto.

I - A palavra **subjetiva** pertence à mesma família de palavras de **sujeição**.
II - Na palavra **vivência** encontramos um sufixo que forma substantivos abstratos a partir de verbos.
III – A palavra **opressiva** pertence à mesma família de palavras de um verbo da segunda conjugação.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

27. (FAURGS) As palavras abaixo apresentam sufixo em sua estrutura, à exceção de
a) futebol
b) comentarista
c) virada
d) sombrio
e) esportivas

28. **(FAUGRS)** A palavra **sinaleira** é derivada de **sinal**. A alternativa que apresenta uma outra palavra também derivada é
a) região
b) língua
c) hospital
d) palavra
e) novato

29. (UFRGS) A palavra ***geoarqueóloga*** é composta por três radicais eruditos. Na posição final encontra-se o radical **–logo**, que significa 'aquele que estuda'.

Abaixo, na coluna da esquerda, estão listadas cinco palavras compostas com dois radicais eruditos; na da direita, os sentidos possíveis dos radicais finais de três dessas palavras. Associe adequadamente a coluna da direita à da esquerda.

1 - ególatra ( ) aquele que cultua
2 - enófilo ( ) aquele que tem aversão a
3 - enófobo ( ) aquele que descreve
4 - filantropo
5 - geógrafo

a) 1-2-3.
b) 1-3-5.
c) 2-3-4.
d) 2-4-5.
e) 3-4-5.

30. **(FAUGRS)** Abaixo são feitas três afirmações sobre a formação de palavras do texto.

I – As palavras **étnica,** e **etólogos** contêm o mesmo radical.

II – As palavras **inegável**, **inflexibilidade** e **imutáveis** são todas formadas com o mesmo prefixo.

III – Tanto a palavra **instigante** quanto a palavra **ardiloso** apresentam um sufixo que forma adjetivos derivados de substantivos.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III
e) I, II e III

31. **(FAUGRS)** O adjetivo que pertence a uma família de palavra onde **NÃO** ocorre um verbo formado com o sufixo**–izar** é
a) objetiva
b) econômico
c) eterno
d) consciente
e) responsável

32. **(Offcium)** Na Língua Portuguesa, as siglas têm mais de uma forma possível de leitura oral, sendo que de maneira geral, o uso consagra uma forma de leitura para cada sigla particular. Dentre as siglas abaixo, qual – de acordo com o uso consagrado – **não** é lida pela mesma regra de leitura oral utilizada na leitura das outras?
a) TSE
b) IPVA
c) BRDE
d) ABNT
e) DETRAN

33. **(Officium)** Assinale a alternativa em que todos os substantivos pertencem a famílias de palavras em que ocorrem adjetivos terminados em **–al**.
a) tradições – consenso – razão
b) tradições – premência – mercado
c) grupos – razão – utopia
d) premência – grupos – hierarquias
e) consenso – utopia – mercado

34. **(Officium)** Além do radical **glob-**, a palavra **globalização** tem outros elementos formadores. Leia a descrição de possíveis elementos que dela fariam parte.
I - Um sufixo que geralmente forma adjetivos a partir de substantivos.
II - Um sufixo que geralmente forma verbos.
III - Um sufixo que geralmente forma substantivos derivados de verbos, denotando resultado da ação.

Quais desses elementos estão presentes na citada palavra?
a) Apenas I
b) Apenas III
c) Apenas I e II
d) Apenas II e III
e) I, II e III

35. **(FAURGS)** Considere as seguintes afirmações sobre a estrutura de palavras do texto.
I - As palavras **imaginativas**, **imagináveis** e **imaginário** pertencem à mesma família.
II - Originado de um verbo o adjetivo **indecifrável** tem sufixo e prefixo em sua estrutura.
III - A partir da palavra **categoria**, forma-se de um verbo por meio do mesmo sufixo que ocorre em **tirania**.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

36. **(FAURGS)** Todas as palavras abaixo são formadas por sufixo, À EXCEÇÃO DE
a) francês
b) somente
c) exaustivos
d) corredores
e) valor

37. **(OFFICIUM)** O sufixo presente na palavra **marginais** também ocorre em adjetivos derivados dos substantivos abaixo, à exceção de
a) lei
b) ocasiões
c) territórios
d) rigor
e) empresário

38. **(OFFICIUM)** Quando as palavras são formadas a partir de uma mesma raiz, dizemos que elas pertencem a uma mesma família. Considere, nesse sentido, os seguintes grupos de palavras empregadas no texto.
I - criatividade, criativo e criar
II - independência e persistência
III - inconformismo e conformistas

Quais deles contêm palavras que pertencem a uma mesma família?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

39. **(OFFICIUM)** Sobre a palavra ***inatingível***, são feitas as três afirmações abaixo.
I – Trata-se de uma palavra que não apresenta variação de gênero gramatical.
II – Contém um prefixo que significa movimento para dentro.
III – Apresenta um sufixo que deriva adjetivos de verbos.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas I e II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

40. **(OFFICIUM)** As palavras **gigantismo** e **negativos**, se analisadas do ponto de vista morfológico, têm como característica comum o fato de ambas
a) apresentarem prefixo.
b) serem derivadas de verbo.
c) serem derivadas de adjetivo.
d) apresentarem desinência de pessoa.
e) apresentarem sufixo.

41. **(OFFICIUM)** Considere as seguintes afirmativas sobre formação de palavras.

I – Embora praticamente não a utilizem, os falantes da língua portuguesa podem compreender o significado da palavra **achamento** a partir de suas partes constitutivas: o radical do verbo achar e o sufixo que o acompanha.
II – A derivação da palavra **cabralino** transforma um nome próprio em um adjetivo através de acréscimo de um sufixo.
III– As palavras **inaceitável, incorporado** e **intolerância** apresentam o mesmo prefixo.

Quais são corretas?

a) Apenas I
b) Apenas I e II
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

A. O conhecimento de radicais gregos e latinos pode nos auxiliar em várias atividades da vida diária, como, por exemplo, na identificação dos órgãos a cujas doenças alguns remédios se destinam. Suponhamos que determinado laboratório lance uma série de remédios e utilize, de forma correta, os radicais referentes a várias partes do corpo humano para denominar esses novos medicamentos.

Os nomes dos supostos remédios seriam:

a) Gastrivol
b) Hematovol
c) Cardiovol
d) Hepatovol
e) Cefalovol

42. **(UFRGS)** Selecione o remédio para dores de cabeça.

43. **(UFGRS)** Selecione o remédio para doenças do fígado.

44. **(UFRGS)** A partir da palavra “Lapa”, foram criadas as cinco palavras da coluna da esquerda, utilizando-se sufixos correntes na Língua Portuguesa; na coluna da direita, foram listados três significados.

1. lapófilo ( ) aquele que estuda a lapa
2. lapólatra ( ) aquele que odeia a lapa
3. lapético ( ) aquele que é amigo da lapa
4. lapólogo
5. lapófobo

A enumeração correta da coluna da direita, de cima para baixo, para associar as duas colunas, é:
a) 4 – 5 - 1
b) 4 – 2 – 3
c) 1 – 5 - 2
d) 1 - 2 - 3
e) 3 – 1 – 4

45. **(UFRGS)** Considere as seguintes afirmações sobre a derivação de algumas palavras do texto.

I. As palavras Renascimento, rechonchudas e preconceituosos são formadas, simultaneamente, por prefixo e sufixo.
II. Podemos inferir que o significado do elemento comum de antropologia e antropofagia é "cultura".

III. Em antropofágica, há um sufixo cuja função é transformar um substantivo em adjetivo.
Quais estão corretas?

a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e II
e) I, II e III

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS

01. B	06. D	11. A	16. B	21. A	25. B	30. B	35. E	40. E	45. C
02. D	07. D	12. E	17. E	21. E	26. B	31. A	36. E	41. B	
03. B	08. A	13. C	18. B	22. D	27. A	32. E	37. D	42. E	
04. A	09. D	14. D	19. D	23. E	28. E	33. A	38. D	43. D	
05. A	10. D	15. E	20. E	24. C	29. B	34. E	39. C	44. A	

GABARITO

a) enraizar (7)
b) satisfazer (1)
c) aridez (3)
d) rosa-claro (6)
e) pontiagudo (8)
f) a busca (2)
g) amável (3)
h) desconhecimento (5)
i) prever (1)
j) o castigo (2)
k) preocupação (5)
l) anoitecer (7)
m) subumano (1)
n) sexta-feira (6)
o) o falar (4)

Exercícios de sufixos

a) Discutível (6)
b) estudante (1)
c) realizar (4)
d) julgamento 1)
e) felicidade(2)
f) Rigidez(2)
g) Afastamento(1)
h) Admirável(6)
i) prazeroso(3)
j) dormitório(1)
k) ampliação(1)
l) horizontal(3)
m) bondoso(3)
n) perfeitamente(5)
o) utilizar(4)
p) fidelidade(2)
q) gostoso(3)
r) bebedor(1)
s) bebedouro (1)
t) mental(3)
u) beleza(2)
v) caracterização(1)
w) orbital(3)
x) fortemente (5)
y) homogeneidade(2)
z) escassez(2)
aa) sortudo(3)
bb) demissão(1)

ORTOGRAFIA

Uso dos porquês

POR QUE → equivale a “pelo qual” ou as variações dessa expressão: pelos quais, pela qual e pelas quais. Também ocorre quando se pode acrescentar as palavras “razão” ou “motivo”.

Ex.: Não sei por que (razão) ela não veio.
A situação por que (pela qual) passaste não foi fácil.

POR QUÊ → assim como o porquê acima, pode-se acrescentar a palavra “razão” ou “motivo”, o acento é justificado por anteceder um ponto (final ou de interrogação).

Ex.: Eles não foram ao jogo e não sabemos por quê. (motivo)
Poucos estudam. Por quê? (razão)

PORQUE → é uma conjunção, equivalendo a “pois”.

Ex.: Não saiam da aula, porque o professor já vem.

PORQUÊ → é um substantivo, equivalendo a “razão”, “motivo” e normalmente aparece antecedida de palavra determinante (artigo, por exemplo).
Ex.: Dê-me ao menos um porquê para sua atitude.
É importante o uso dos porquês.

ANOTAÇÕES:

EXERCÍCIO DE AULA

1. Todos ignoramos _____ ocorreu aquele desastre.
2. _____ não pretendes recebê-lo em tua casa?
3. Os experimentos não deram certo _____?
4. O presidente reuniu todos os ministros _____ haveria mudanças drásticas.
5. Neste verão faremos a viagem _____ tanto anseia.
6. O diretor executivo do clube deixou o cargo sem explicar _____ pediu demissão.
7. Em algum momento ele contará o _____ de ter sido tão grosseiro.
8. Tudo o que estiver ao meu alcance farei _____ tenhas um futuro feliz.
9. Ele partiu sem dizer _____, na verdade, tinha vindo.
10. Não há um _____ para tamanho desespero.

1. Complete com os porquês.

a) Esta é a pior fase _____ passei.
b) Não concluí o trabalho, _____ tive um compromisso.
c) Filosofar é procurar os _____ de tudo.
d) Ficou furiosa e ninguém entendeu _____.
e) Não saíste comigo _____ estás zangado?
f) Todos nos empenhamos _____ queríamos a vitória.
g) Qual o _____ da sua revolta?
h) As cidades _____ passamos eram muito pobres.
i) Ficaremos aqui _____ ele precisa da nossa ajuda.
j) Um _____ pode ser escrito de quatro modos.
l) Não há _____ pensarmos nisso agora.
m) São grandes as transformações _____ está passando a sociedade brasileira.
n) _____ caminhos estávamos andando, ninguém sabe.
o) Pense bem, _____ é fácil enganar-se.
p) O ministro explicou _____ concordava com a medida.
q) Eis a razão _____ o progresso é pequeno.
r) Não há _____ pensarmos nesse assunto agora.
s) A obra foi interrompida _____?
t) Não importa saber _____ brigaram as duas famílias.
u) Indaga-se, em vão, o _____ de tantas experiências.
v) Estranhamos todos; _____ não vieste?
x) Vá cedo ao teatro, _____ há poucos lugares.
z) Estranhei a maneira _____ ele reagiu.

2. Empregue os porquês.

a) Pode sair briga, _____ os ânimos estão exaltados. ‘
b) Se não fui, não é _____ me tenha esquecido.
c) _____ eles estão voltando? Será _____ os professores entraram em greve?
d) São nobres as causas _____ lutamos.
e) Ele, ultimamente, anda muito triste, mas ninguém sabe _____.
f) Ninguém atinava com o _____ daquela ocasião.
g) São grandes as transformações _____ a sociedade está passando.
h) Estou aflito, _____ ela disse que voltaria logo.
i) Se sabem tanto, _____ não obtêm notas melhores?
j) Já descobri as razões _____ me ocultaram o fato.
k) Querem, certamente, saber o _____ de minha decisão.
l) E _____ você mesma não falou com ele?
m) Pense bem, _____ é fácil enganar-se.
n) A crise _____ estamos passando há de acabar logo.
o) Eles vivem brigando. _____?
p) Não há _____ se lastimar.
q) Acho que Pedro está doente, _____ está magro, pálido.
r) _____ você não foi à festa? Será _____ não queria rever sua ex-namorada?

EMPREGO DE PRONOMES

Os pronomes pessoais **eu** e **tu** só podem ser empregados na função de SUJEITO (e, raramente, como predicativos ou vocativos).

- Os pronomes **mim** e **ti** exercem as demais funções.

Veja:
A garota trouxe o livro para mim.
A garota trouxe o carro para eu examinar.
Para mim, ficar em casa aos sábados é o fim do mundo.
Para mim resolver esses testes é muito fácil. Sei que não é fácil para ti.

1. Assinale a alternativa que contém uma expressão freqüente na linguagem coloquial, mas considerada incorreta na norma culta.
a) O problema com você, Hobbes, é que nunca diz nada!
b) Essa é a diferença entre eu e o resto do mundo.
c) Meu dia está arruinado.
d) Eu descobri que isso preserva em muito uma amizade.
e) Eu não!

2. Assinale a série de pronomes que completa adequadamente as lacunas do seguinte período:
Os desentendimentos entre _____ e _____ advêm de uma insegurança que a vida estabeleceu para _____ traçar um caminho que vai de _____ a _____.
a) mim – ti – eu – mim – ti
b) eu – tu – eu – mim – tu
c) mim – ti – mim – mim – tu
d) eu – ti – eu – mim – ti
e) eu - ti – mim – mim – tu

3. Assinale a alternativa certa.
Tudo foi feito para _____ dizer a verdade, porque entre _____ havia uma rixa.
a) mim, eu e você
b) mim, mim e você
c) eu, mim e você
d) eu, eu e você
e) mim, você e eu

4. Assinale a alternativa em que o pronome pessoal está empregado corretamente
a) Este é um problema para mim resolver
b) Entre eu e tu não há problemas.
c) A questão deve ser resolvida por eu e você
d) Para ti, escalar montanhas parece fácil.
e) Quando voltei a si, não sabia onde me encontrava.

5. O tempo não será suficiente para ..... datilografar o relatório. Pedirei ao chefe que divida a tarefa entre..... .
a) eu – eu e ti
b) mim – eu e tu.
c) mim – mim e tu
d) eu – mim e ti
e) mim – mim e ti

6. Das alternativas abaixo, apenas uma preenche de modo correto as lacunas das frases. Assinale-a.
Quando saíres, avisa-nos que iremos .....
Meu pai deu um livro para ..... ler.
Não se ponha entre ..... e ela.
Mandou um recado para você e .....

a) contigo, eu, eu, eu
b) com você, mim, mim, mim
c) consigo, mim, mim, eu
d) consigo, eu mim, mim
e) contigo, eu, mim, mim

7. Escolha a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase a seguir.
Era para ..... falar ..... ontem, mas não ..... encontrei em parte alguma.

a) mim – contigo – lhe
b) mim – consigo – o
c) eu – com ele – lhe
d) mim – consigo – lhe
e) eu – com ele – o

8. Assinale a alternativa correta.
Quando é para ..... escrever sobre o teu ponto de vista, a questão deve ser resolvida entre ..... .
a) eu – eu e tu
b) eu – mim e ti
c) mim – mim e ti
d) eu – eu e ti
e) mim – mim e ti

9. Assinale a alternativa errada.
a) Não é difícil para mim convencê-lo a ceder.
b) Eles reservaram os melhores quartos para si.
c) Sem mim e ti, pouco se faria nesse escritório.
d) Se der para eu falar, pretendo fazê-lo.
a) Espere um pouco, quero falar consigo.

10. Assinale a opção onde o pronome pessoal está empregado incorretamente.
a) Para mim, cumprimentá-la seria uma ofensa.
b) Entre eu e ela já não há mais nada.
c) Viram-nos, mas não os chamaram.
d) Permitiu-lhe, a ele, fazer a ronda.
e) Aquele era o carro para mim; comprá-lo com que dinheiro?

11. O seguinte período apresenta algumas lacunas:
"Ela ficou em casa ..... dois, para conversar ..... sobre o livro, mas disse ao meu irmão que era difícil para ..... ler aquele livro sozinho, porque as letras eram pequenas demais para ..... ler, sem forçar meus olhos hipermetropes."
Os pronomes de 1ª pessoa que completam adequadamente as lacunas são, respectivamente:
a) conosco – conosco – mim – mim
b) conosco – conosco – eu – eu
c) com nós – conosco – eu – mim
d) conosco – com nós – eu – eu
e) com nós – conosco – mim – eu

12."entre um cão e um homem."; a forma correta da construção da preposição ENTRE seguida de pronomes pessoais é:
a) entre mim e tu;
b) entre eu e ela;
c) entre ela e eu;
d) entre ti e eu;
e) entre mim e ti.

13. Assinale a alternativa correta.
Quando é para ..... escrever sobre o teu ponto de vista, a questão deve ser resolvida entre ..... .
a) eu – eu e tu
b) eu – mim e ti
c) mim – mim e ti
d) eu – eu e ti
e) mim – mim e ti

Gabarito

01. B	06. E	11. E
02. A	07. E	12. E
03. C	08. B	13. B
04. D	09. E	
05. D	10. B	

COLOCAÇÃO DE PRONOMES OBLÍQUOS

I. Próclise

Os pronomes oblíquos átonos (me, te, se, nos, vos, o, a, lhe) ficarão **antes** do verbo quando houver, antes do verbo, algumas dessas palavras:

1. Advérbios (sobretudo os de negação):

Nunca me ajudaste, não te devo nada.
Já o encontrei brigando na rua.
Ainda o víamos, apesar da distância.

2. Conjunções subordinativas:

Se me vires abraçado com mulher feia, aparta, que é briga.
Queriam que eu te avisasse para que te prevenisses.

3. Pronomes relativos:

Já me devolveste o dinheiro que te emprestei?
Essa é a praia onde nos conhecemos.

4. Pronomes interrogativos:

Quem te propôs esse negócio?
Que lhe parece isso, meu caro amigo?

5. Pronomes indefinidos:
Ninguém me ama, ninguém me quer.
Todos te querem bem, embora não o percebas.

II. Mesóclise

Os pronomes oblíquos átonos podem ficar no meio do verbo, se este estiver conjugado no futuro do presente ou futuro do pretérito e não for obrigatória a próclise.

Convidá-la-íamos para a festa, se a víssemos a tempo.

Convidá-la-emos.

III. Ênclise

Os pronomes oblíquos átonos devem ficar após o verbo quando

a) o verbo estiver no início do período:
Recomendaram-me o garoto.
Convidei-a para a festa.

b) for necessário preservar a harmonia:
Continuo a vê-la; tu continuas a amá-la.

EXERCÍCIO DE AULA

1. Ninguém aproximou-se do homem que fora atropelado.
2. Caso defenda-nos, o advogado será bem recompensado.
3. Sempre se atrasava, nos fazendo esperar por horas.
4. O presidente se encontrará com o embaixador americano.
5. Assim que nos conhecemos, tornamo-nos amigos.
6. Quem avisou-o a respeito do perigo que corria?
7. No Natal, dar-lhe-emos um presente caríssimo.
8. Nunca ofendê-la-ia com palavras rudes.
9. O presidente jamais se encontrará com o embaixador russo.
10. Vestia-se com simplicidade, por isso sentia-se bem em qualquer lugar.

QUESTÕES

1. Assinale a frase correta quando à colocação do pronome:

a) Nunca apresenta-se corretamente.
b) Sempre lembrar-se-á de ti.
c) As flores que me foram entregues são lindas.
d) Alguém falou-se das belezas da Bahia.
e) Me chamou a atenção a elegância da jovem.

2. Assinale a frase correta

a) Isto abalou-me profundamente.
b) Embora falassem-me, não acreditei.
c) Que acompanhe-te!
d) Em se dizendo ouvinte do programa.
e) Darei-te o remédio de hora em hora.

3. Assinale a frase incorreta

a) Venha cá jantar amanhã, me disse ela.
b) Agora é muito tarde; depois lhe direi.
c) Em se falando de esportes, o futebol polariza os comentários.
d) Existiu ali um arsenal onde se guardava pólvora.
e) Como me sinto feliz agora.

4. Assinale a frase incorreta

a) Ao vê-la, senti-me derrotado.
b) Nada foi inventado, estou-lhe contando a pura verdade.
c) Compreendi que não nos entendíamos
d) Diria-se que ela escava cansada.
e) Receberam-me ontem.

5. Assinale a frase incorreta:

a) O lugar para onde nos mudamos é aprazível.
b) É importante que nos venha visitar.
c) Arruma-te de uma vez!
d) Aquilo incomoda-a.
e) Contei-lhe o caso.

6. Assinale a frase incorreta:

a) Não me explicou nem me falou.

b) Quem te acompanhará nesta viagem?

c) Ambos se olharam, permanecendo em silêncio.

d) Se me devolveram o livro, farei a pesquisa.

e) Fi-lo porque qui-lo.

7. Considere as afirmações:

I – No trecho ***Agora entendo-a*** *de acordo com a norma culta deveria ser* ***Agora a entendo****.*

II – No trecho ***ao pé da letra: trata-se*** *de acordo com a norma culta deveria ser* ***ao pé da letra: se trata***

III – No trecho ***quando corrigi-la*** *de acordo com a norma culta deveria ser* ***quando a corrigir****.*

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

8. Marque a opção que pode preencher corretamente as lacunas da seguinte afirmativa: Em “Dir-se-á que, até certo ponto, a felicidade se constrói”, segundo a norma culta, é um caso de ..... obrigatória por se tratar de um verbo no ....., em ..... de período.

a) Mesóclise – futuro do presente – início.

b) Próclise – futuro do presente – início.

c) Próclise – imperativo positivo – começo.

d) Ênclise – presente do subjuntivo – início.

e) Mesóclise – futura do subjuntivo – princípio.

9. “É bem provável que freqüentadores de museus não procurem **essa instituição**.”

Substituindo-se a expressão em negrito na frase acima pelo pronome que lhe é correspondente, obtém-se:

a) não lhe procurem;

b) não a procurem;

c) não procurem-a;

d) não procurem-lhe;

e) não procurem-na.

GABARITO

1.C 2.D 3.A 4.D 5.D 6.E 7.C 8.A 9.B

A PREPOSIÇÃO E OS PRONOMES RELATIVOS.

Não se deve esquecer que, no padrão culto, é preciso manter a regência determinada pelo verbo quando seu complemento ou modificador é um pronome relativo.

Exemplos:

Ela gosta de esporte.
Esse é o esporte **de** que ela gosta.
Ele tem direito a essa herança.
Essa é a herança a que ele tem direito.

O Pronome cujo

= > Liga dois substantivos.

=> Estabelece idéia de posse.

Esta é a moça cuja voz ouviste há pouco.

ATENÇÃO: Não existe cujo o, cuja a, cujos os, cujas as.

Complete com o pronome CUJO.

1. Aí está o livro _____ páginas inspiraram tantos heróis.
2. Aí está o livro_____ páginas se inspiraram tantos heróis.
3. Aí está o livro_____ páginas tiraram os testes.
4. Essas são as pessoas _____ apoio podemos contar.
5. Eis o amigo _____ casa estivemos hospedados.
6. Esse é o chefe _____ ordens devemos obedecer.
7. Essas são as pessoas _____ lealdade mais confiamos.
8. Finalmente encontramos o líder _____ idéias lutaremos.

Respostas
1. cujas 2. em cujas 3. de cujas 4. com cujo 5. em cuja 6. a cujas 7. em cuja 8. por cujas

Questões
1. O período que tem melhor redação, considerando a correção e a clareza, é:
a) Visitou o autor do poema que tanto admirava, para pedir-lhe explicações.
b) Visitou o autor do poema que qual tanto admirava, para pedir-lhe explicações.
c) Visitou o autor cujo poema tanto admirava, para pedir-lhe explicações.
d) Visitou o autor cujo o poema tanto admirava, para pedir-lhe explicações.
e) Visitou o autor cujo seu poema tanto admirava, para pedir-lhe explicações.

2. Assinale a alternativa em que a palavra **cujo** completa corretamente a lacuna da frase.
a) Selecione um programa _____ conteúdo seja de fato educativo.
b) Indique uma escola _____ o professor usa a televisão como recurso didático.
c) Convença um menino _____ seu programa preferido não é aconselhável.
d) Desconfie do político _____ defende a volta da censura.
e) Rememore a época _____ o Canal X transmita concertos dominicais.

GABARITO
1. C 2. A

Emprego dos Pronomes O e LHE

Objeto Direto: O, A, OS, AS ou termo não preposicionado.

Objeto Indireto: LHE(S) ou termo preposicionado.

Verbos Terminados em R, S e Z com Pronomes O, OS, A, AS

Quando a forma verbal termina em **R, S** e **Z**, essas consoantes desaparecem, e os pronomes oblíquos assumem as formas LO, LA, LOS, LAS.

amá-la

recebê-lo

fi-lo

qui-lo

Verbos Terminados em M, ÃO e ÕE com Pronomes O, OS, A, AS

Quando a forma verbal termina em M, ÃO e ÕE, devemos acrescentar ao pronome oblíquo o N.

Venderam-no.

Põe-no aqui.

Exercícios

Faça a transformação correta:
Modelo:
Comprei **o carro** - comprei-o
a) Vesti **a roupa** - _____
b) Obedece **aos mais velhos -**_____
c) Subir **o morro**- _____
d) Fazem **os testes** - _____
e) Carregas **a apostila** - _____
f) Põe **o regulamento** no armário -_____
g) Dão **o almoço** - _____
h) Fiz **a lição**- _____

Respostas

a) Vesti-la
b) Obecece-lhes.
c) Subi-lo.
d) Fazem-nos.
e) Carrega-la.
f) Põe-no no armário.
g) Dão-no.
h) Fi-la

QUESTÕES PRONOMES – FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

1. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:
a) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
b) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
c) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
d) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
e) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

2. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:
a) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
b) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
c) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
d) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselhamentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
e) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

3. O segmento grifado está substituído pelo pronome correspondente, de modo INCORRETO, somente na expressão:
a) ... iria provocar efeitos devastadores provocá-los
b) ... pessoas perderiam seu ganha-pão perdê-lo-iam
c) ... que discute as grandes tendências que as discute
d) ... representar um aumento do trabalho representar- lhe
e) ... ampliando seu ambiente virtual de trabalho ampliando-o

4. O segmento ... num quadro extremamente variado... está INCORRETAMENTE completado em:
a) no qual ocorre um intercâmbio permanente.
b) onde ocorre um intercâmbio permanente.
c) em cujo âmbito ocorre um intercâmbio permanente.
d) em que ocorre um intercâmbio permanente.
e) de cujo âmbito ocorre um intercâmbio permanente.

5. ... pois, caso não os respeitem, o direito perece. (Parágrafo abaixo)
Não há modo de assegurar a celeridade dos processos sem a disciplina eficaz. Os prazos já existem na lei, mas valem apenas para os advogados privados, pois, caso não os respeitem, o direito perece. Os juízes, os membros do Ministério Público e os integrantes da advocacia pública são favorecidos por regras que lhes permitem intervir no processo segundo o ritmo que lhes convenha. A razoabilidade da duração dos processos não decorre do número de recursos possíveis, mas do andamento lento entre os atos dos juízes, da máquina oficial e da inexistência do controle da produtividade dos agentes públicos.

O pronome grifado acima substitui corretamente, considerando-se o contexto,
a) os prazos.
b) os processos.
c) os juízes.
d) os direitos.
e) os advogados privados.

6. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
a) O advogado cujo é muito conhecido desenvolverá um tema polêmico.
b) É preciso distinguir os bons jornalistas com àqueles que só querem a fama.
c) Deverá despertar polêmica a palestra cujo tema dá título ao texto.
d) O papel de que a imprensa deve exercer é o de informar com isenção.
e) As pessoas cuja a conduta é honesta nada têm a temer.

9. Diante das fotos antigas, olhamos as fotos para captar dessas fotos a magia do tempo que repousa nessas fotos.
Evitam-se as abusivas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:
a) olhamo-lhes - captá-las - lhes repousa
b) as olhamos - captar-lhes - nelas repousa
c) olhamo-las - as captar - repousa nas mesmas
d) olhamo-las - captar-lhes - nelas repousa
e) olhamo-as - lhes captar - lhes repousa

10. A expressão **de cujo** preenche adequadamente a lacuna da frase:
a) É um político ..... nome está associado a histórias de estelionato.
b) É um romance ..... mérito mesmo o leitor exigente pode estar seguro.
c) Visitei todas as cidades ..... itinerário previ no meu plano de viagem.
d) O pretendido aumento, ... estávamos esperançosos, acabou não saindo.
e) Que país é este, ...progresso nem os otimistas têm confiança?

11. ... cujas belezas naturais despertaram os fazendeiros para as oportunidades do turismo. (frase abaixo)
Para preservar seus delicados santuários ecológicos, o Centro-Oeste mantém rigorosas políticas de controle do turismo, com roteiros demarcados e visitação limitada. Assim é feito em Bonito, município situado na Serra da Bodoquena, cujas belezas naturais despertaram os fazendeiros para as oportunidades do turismo.

O termo grifado na frase acima está corretamente substituído pelo pronome correspondente em
a) lhes despertaram.
b) despertaram eles.
c) despertaram-lhes.
d) despertaram-los.
e) os despertaram.

12. O tráfico de animais silvestres constitui prática ilegal. Para coibir a prática ilegal, as autoridades responsáveis montam barreiras nas estradas, o objetivo dessas barreiras é impedir as tentativas de exportar os animais silvestres.
Para tornar o segmento acima inteiramente correto, é preciso substituir os trechos grifados pelos pronomes correspondentes, na ordem,
a) coibir-a - cujo o objetivo - exportá-los.
b) coibir ela - onde o objetivo - exportar-lhes.
c) coibir-na - onde o objetivo - exportá-los.
d) coibi-la - cujo objetivo - exportá-los.
e) coibi-la - que o objetivo - exportar-lhes.

Atenção: Para responder às questões de números 13 e 14, considere o fragmento, transcrito abaixo, como parte de um convite enviado a uma Autoridade.

Enviamos ..... o convite para a cerimônia de inauguração do nosso Espaço Cultural, no próximo sábado.
Esperamos contar com a ..... presença nesse evento, tão importante para nossa cidade.

A ....., Senhor Leonardo Pataca

13. Se o convite estiver sendo enviado ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, as lacunas estarão corretamente preenchidas por
a) a V. Exa. - sua - Sua Excelência
b) a V. Exa. - vossa - Sua Excelência
c) a V. Exa. - sua - Vossa Excelência
d) a vós - sua - Sua Senhoria
e) a vós - vossa - Vossa Senhoria

14. Se o convite estiver sendo enviado ao Prefeito de sua cidade, as lacunas estarão corretamente preenchidas por
a) a V. Exa. - sua - Sua Excelência
b) a V. Sa. - vossa - Vossa Senhoria
c) a Sua Sa. - vossa - Vossa Excelência
d) a V. Sa. - sua - Sua Senhoria
e) a Sua Sa. - vossa - Vossa Senhoria

15. As duas primeiras manchetes **de que** Alberto Dines faz referência mostram bem o modo **com que** se pode falsear uma declaração.

Para corrigir o período acima, as duas expressões destacadas devem ser substituídas, respectivamente, por
a) **a cujas** e **em que**.
b) **em que** e **de que**.
c) **que** e **que**.
d) **a que** e **como**.
e) **à que** e **no qual**.

16. A força de um desfile carnavalesco está tanto na euforia dos que participam do desfile carnavalesco quanto na dos espectadores que assistem ao desfile carnavalesco, lembrando ainda que a observância dos limites que dão forma ao desfile carnavalesco é uma de suas atrações.

Para evitar as abusivas **repetições** do texto acima, é preciso substituir os elementos sublinhados por, respectivamente,

a) dele participam - lhe assistem - o dão forma.
b) nele participam - assistem-no - o dão forma.
c) lhe participam - o assistem - lhe dão forma.
d) nele participam - lhe assistem - dão-no forma.
e) dele participam - a ele assistem - lhe dão forma.

17. Está correta a construção da seguinte frase:
a) É esse o motorista o qual o seu caminhão é limpo toda manhã.
b) Esse é o motorista que o caminhão dele é limpo toda manhã.
c) Eis o motorista cujo caminhão é limpo toda manhã.
d) É esse o motorista que seu caminhão é limpo toda manhã.
e) Eis o motorista o qual caminhão é limpo toda manhã.

18. Apenas em uma frase estará correta a substituição do elemento sublinhado pelo elemento que vem entre parênteses. Essa frase é:
a) A vida o obrigou a catar lixo e imundície (a catar a esses).
b) Vi chegar o caminhão (chegá-lo).
c) Fazia o seu carro ficar rebrilhando (Fazia-lhe).
d) Esse motorista, que limpa seu caminhão, não é um conformado (limpa ele).
e) Ele aceita a sua missão (Ele a aceita).

19. Embora sua população seja composta de trabalhadores marginalizados ... (início da frase abaixo)
Embora sua população seja composta de trabalhadores marginalizados, desempregados e ex-camponeses, as favelas não formam um simples excedente: elas são incorporadas à economia global de diversas maneiras, com alguns de seus moradores trabalhando como assalariados informais ou autônomos, sem acesso à saúde ou à previdência (a principal fonte de aumento das favelas é a inclusão dos países de Terceiro Mundo na economia global, com importações alimentares baratas dos países do Primeiro Mundo, devastando as agriculturas locais).
Considerando-se o contexto, é correto afirmar que o pronome grifado na frase acima refere-se à população
a) urbana do mundo.
b) rural do Terceiro Mundo.
c) de Lagos, na África.
d) de países do Primeiro Mundo.
e) das favelas nas megalópoles do Terceiro Mundo.

20. Nas alternativas abaixo, o segmento grifado aparece substituído pelo pronome correspondente, de maneira INCORRETA, em:
a) que marcou o último terço do século passado = que o marcou.
b) importaria sublinhar, primeiramente, o processo de globalização = importaria sublinhá-lo.
c) Esse processo ostenta, entre outras características, o fato = ostenta-o.
d) convertendo as pessoas em mera engrenagem = convertendo- as.
e) gerando esta terrível condição da atualidade = gerando- lhe.

21. Vê esses discos? Não, não empresto esses discos a ninguém. Sinto-me tão apegado a esses discos ... Quero esses discos sempre perto de mim.
Evitam-se as abusivas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente:
a) empresto-os - apegando a eles - os quero
b) os empresto - apegando a eles - quero-os
c) lhes empresto – a eles apegado - quero-lhes
d) os empresto - apegando-lhes - quero-os
e) empresto-os - apegando a eles - quero-lhes

22. Não se sabe ao certo quis motivos levaram ele a renunciar; pediram para mim apurar os fatos, mas até agora não dei com nenhuma justificativa satisfatória.
A frase acima ficará inteiramente correta substituindo-se
a) levaram ele por o levaram, e para mim apurar por para eu apurar.
b) Não se sabe por Não se sabem, e pediram para mim por pediram-me.
c) para mim apurar por para eu apurar, e não dei com por não relevei.
d) levaram ele por levaram-lhe, e para mim apurar por para eu apurar.
e) Não se sabe por não se sabem, e levaram ele por ele se deixou levar.

23. É crescente a importância do aparelho jurídico. Muita gente **atribui ao aparelho jurídico** a tarefa de bem responder a tudo o que se **espera do aparelho jurídico**. Se não **dermos crédito ao aparelho jurídico**, acreditaremos em quê? Evitam-se, de modo correto, as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:

a) lhe atribui - dele espera-se - o dermos crédito
b) atribui-lhe - dele se espera - lhe dermos crédito
c) o atribui - dele se espera - dermos-lhe crédito
d) atribui-lhe - dele espera-se - dermos-lhe crédito
e) o atribui - se espera dele - o dermos crédito

24. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:
a) A esperança de que a Divina Providência tudo resolve, da qual muita gente se agarra, nem sempre leva a bons resultados.
b) Está na justiça de um Deus reparador, na qual muitos não põem em dúvida, a esperança de tantos marginalizados.
c) Os sofrimentos das classes populares, com cujos muitos se identificam, devem estimular profundas reformas sociais.
d) As iniciativas coletivas, em cuja força todos os cidadãos devem confiar, são cada vez mais numerosas.
e) As justas providências humanas, das quais cabe aos agentes do Direito tomar, são aguardadas ansiosamente por muitos.

25. A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que tirou do fato. A narradora provocou seus ouvintes com a história, a história tinha um fim imprevisível.

Evitando-se as repetições, uma nova redação do texto acima, totalmente correta, é:
a) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que tirou-lhe. Provocou-lhes com a história que o fim era imprevisível.
b) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que lhe tirou. Provocou-os com a história a qual o fim era imprevisível.
c) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que deles tirou. Ela provocou-lhes com a história de que o fim era imprevisível.
d) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões tiradas a eles. Os provocou com a história cujo o fim era imprevisível.
e) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que dele tirou. Ela os provocou com a história, cujo fim era imprevisível.

26. ... sem que se leve em conta sua existência. (parágrafo abaixo)
Há razões de sobra, além do óbvio constrangimento moral, para tentar de vez minorar esse problema. Do ponto de vista econômico, a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno. Mas a verdade cruel é que, nas contas macroeconômicas, a questão da miséria absoluta é apenas um detalhe. A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e pouco consome. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. Teoricamente, a economia pode muito bem funcionar sem que se leve em conta sua existência.

A expressão grifada substitui corretamente, no texto,
a) a equação econômica.
b) a presença dos miseráveis.
c) a economia brasileira.
d) a constatação de uma verdade cruel.
e) a força do mercado interno.

27. Há um excesso de leis, e quando há leis em excesso deve-se reconhecer nessas leis o vício da excessiva particularização, excessiva particularização que só revela a fragilidade dos princípios morais.

Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por
a) as há - reconhecer nelas - a qual.
b) há as mesmas - reconhecê-las - a qual.
c) há elas - reconhecer-lhes - cuja.
d) as há - reconhecer a elas - cuja.
e) há estas - reconhecê-las - onde.

28. O Brasil é rico em matérias-primas, mas não basta possuirmos matérias-primas, o desejável é que pudéssemos processar as matérias-primas, industrializar essas matérias-primas e auferir todo o lucro potencial embutido nessas matérias-primas.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo- se, de modo correto, os elementos sublinhados, **respectivamente**, por:
a) as possuirmos - processá-las - industrializá-las - nelas embutido
b) lhes possuirmos - processá-las - industrializá-las - embutido-lhes
c) possuirmo-las - lhes processar - lhes industrializar - nelas embutido
d) as possuirmos - as processar - industrializar-lhes - nelas embutidas
e) possuí-las - processar-lhes - industrializar-lhes - embutido-lhes

GABARITO PRONOMES

01. E	02. D	03.D
04. E	05. A	06.C
09. D	10. B	11. E
12. D	13. A	14. A
15. D	16. E	17. C
18. E	19. E	20. E
21. B	22. A	23. B
24. D	25. E	26. B
27. A	28. A	

VOZES DO VERBO

A. ATIVA ➔ quando o sujeito pratica a ação indicada pelo verbo.

Ex.: O vendaval destelhou as casas.

B. PASSIVA ➔ quando o sujeito sofre (ou recebe) a ação indicada pelo verbo.

Ex.: As casas foram destelhadas pelo vento.

C. REFLEXIVA ➔ quando o sujeito pratica e sofre a ação indicada pelo verbo.

Ex.: A moça se feriu com um canivete.

1. PASSAGEM DA VOZ ATIVA PARA PASSIVA

Exemplo.

OS QUUATRO PASSOS:

1)

2)

3)

4)

1.1. SE HOUVER OUTROS TERMOS?

No dia de natal, com muito carinho, Paulo enviou para a noiva um buquê de flores e um cartão.
No dia de natal, com muito carinho, um buquê de flores e um cartão foram enviados por Paulo para a noiva.

CONCLUSÃO ➔ Outros termos que eventualmente houver na oração permanecem.

1.2. SE TIVERMOS FORMAS VERBAIS COMPOSTAS?

Pedrinho devia estar distribuindo os convites.
Os convites deviam estar sendo distribuídos por Pedrinho.

CONCLUSÃO ➔ Apenas o último componente da forma verbal composta é desdobrado. Os demais permanecem, com eventuais adaptações de concordância.

1.3. E OS PRONOMES PESSOAIS

Tu me convidarás.
Eu serei convidado por ti.

CONCLUSÃO ➔ Os pronomes passam do caso reto para o oblíquo vice-versa, sempre que isso for necessário.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Uma oração só pode passar para a voz passiva quando tiver objeto direto.
Observe as frases:
1) Não podemos continuar a agir assim.
2) Nas últimas semanas, a garota parecia preocupada.
3) Naquela casa, costumam ocorrer coisas estranhas.

Conclusão: Como não há objeto direto, nenhuma pode ser passada para voz passiva.

EXERCÍCIO DE AULA

1. A imprensa italiana veiculou grandes fofocas.

_____

2. Os traficantes perdoaram a dívida do rapaz.

_____

3. Eles cumpriram o contrato assinado.

_____

4. Os europeus têm lido muitos jornais.

_____

5. As meninas haverão aprendido uma importante lição.

_____

6. Os jovens devem aprender coisas úteis.

_____

7. As pessoas podem desejar um futuro glorioso.

_____

8. A menina deverá conseguir um bom emprego.

_____

9. Os meninos devem estar cantando alguma bela música.

_____

10. Poderá ter o remédio curado todos os doentes?

_____

QUESTÕES – VOZES VERBAIS
BANCAS - RS

1. Considere as seguintes propostas de transformações.

I – Orestes Barbosa publicou dez livros em vida. Escreveu crônicas, poesias, letras de música e até um romance.

Crônicas, poesias, letras de música e até um romance foram escritos por Orestes Barbosa.

II– Este verso traz o sentimento e o retrato de uma sociedade que continua atual.

Uma sociedade atual é trazida pelo sentimento e retrato deste verso.

III– Esse verso será sempre cantado pelos intérpretes da música popular devido à força da criação de...

Os intérpretes da música popular sempre cantarão esse verso.

Quais estão corretas?
a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) Apenas I e III
e) I, II e III

02. Na frase **Bem cedo, portanto, descobri a diferença entre os que têm e os que não têm e são humilhados** – qual dos verbos abaixo em negrito conforme se encontra empregado nas frases abaixo podem sofrer transformação como a sofrida pelo verbo humilhar na segunda ocorrência da frase acima.
a) **era** – Eu queria a bicicleta, e meu pai, que **era** barbeiro, achou que aquilo era dinheiro jogado fora.
b) **vendi** – **Vendi** jornais e garrafas, engraxei sapatos e, quando finalmente consegui comprar a bicicleta, ela já era mais importante.
c) **rasgavam** – Camisas, calças, meias, cuecas **rasgavam** e desbotavam com incrível facilidade.
d) **continua** – No fim dos anos cinqüenta, comprei uma camisa Lacoste (que **continua** boa até hoje mas não é mais um símbolo de dinheiro) e a primeira coisa que fiz foi apanhar uma gilete e liberar o jacarezinho preso no peito.
e) **soube** – Nunca **soube** de nenhum grande artista ou revolucionário que vivesse para amealhar fortuna à custa dos outros.

3. A voz passiva correta de **um processo de indiferenciação tem marcado a programação da tevê** é
a) A programação da tevê era marcada por um processo de indiferenciação.
b) A programação da tevê é marcada por um processo de indiferenciação.
c) A programação da tevê tem sido marcada por um processo de indiferenciação.
d) A programação da tevê foi marcada por um processo de indiferenciação.
e) A programação da tevê tinha sido marcada por um processo de indiferenciação

4. Qual das orações abaixo poderia ser passada para a voz passiva e, nesse caso, apresentaria agente da passiva?
a) o progresso tecnológico, médico e econômico tem permitido vitórias espetaculares diante do eterno desafio de ganhar e poupar tempo.
b) o efeito dessas conquistas parece ser justamente o contrário do esperado.
c) O superávit objetivo resulta em déficit subjetivo.
d) A esperança média de vida ao nascer no mundo passou de cerca de 53 anos em 1960 para 67 anos atualmente.
e) A conseqüência lógica de todas essas maravilhas objetivas deveria ser uma sensação de alívio, uma atitude mais pródiga e generosa no uso do tempo.

5. A forma passiva analítica correta da frase **A essa atuação discricionária some-se a expectativa social**.
a) Seja somada a essa atuação discricionária a expectativa social.
b) Soma-se, a essa atuação discricionária, a expectativa social.
c) Somem-se a atuação discricionária e a expectativa social.
d) A essa atuação discricionária é somada a expectativa social.
e) Sejam somadas essa atuação discricionária e a expectativa social

6. Leia os segmentos abaixo, retirados do texto.
I - O elevador é singelo e sensaborão.
II - Não haveria arranha-céus.
III – Os prédios altos adensaram as cidades.
IV - Aos bem-postos reserva-se o prestígios do "elevador social".

Quais poderiam ser passados para a voz passiva analítica?
a) Apenas I e II
b) Apenas II e III
c) Apenas III e IV
d) Apenas I, II e III
e) Apenas I, II e IV

7. Como fica na voz ativa a oração:
"Vias expressas são construídas umas sobre as outras.."?
a) Construíam-se vias expressas...
b) Foram construídas vias expressas...
c) Construíram vias expressas...
d) Constroem-se vias expressas...
e) Constroem vias expressas...

8. "Os meninos são detidos pelos policiais" A construção passiva sintética correspondente à expressão sublinhada é:
a) Detém-se os meninos.
b) Detêm-se os meninos.
c) Detiveram-se os meninos.
d) Deter-se-ão os meninos.
e) Detêm-se aos meninos.

9. Observe as orações sublinhadas abaixo.
- A proposta seria que os pivetes fossem convidados pelas escolas para ouvir palestras educativas.
- É o que faria qualquer pai o mãe nessas situação.
- O autor sugere que sejam oferecidos aos pivetes tênis, brinquedos e revistas.

As orações sublinhadas têm os verbos, respectivamente, nas vozes:
a) ativa, passiva e passiva.
b) passiva, ativa e ativa.
c) ativa, passiva e ativa.
d) passiva, passiva e ativa.
e) passiva, ativa e passiva.

10. Ocorre correspondência de sentido entre as frases na alternativa:
a) A roda não teria sido inventada se não houvesse pesquisas.
Não teriam inventado a roda se não houvesse pesquisas.
b) Opiniões polêmicas eram definidas pelos cientistas.
O cientista defendeu opiniões polêmicas.
c) As normas devem ser transformadas em lei.
As normas devem transformar as leis.
a) A ciência pode investigar todos os campos.
Todos os campos podem investigar a ciência.
b) A ética deve disciplinar as ações.
As ações deveriam disciplinar a ética.

11. A frase que apresenta condições de ser apassivada é:
a) A tecnologia desprestigiou socialmente os discípulos de Hipócrates.
b) Não é de se estranhar a recente eclosão de inúmeras terapêuticas alternativas.
c) A medicina desenvolve-se dentro de sistemas econômico-sociais.
d) Políticos, economistas, engenheiros sanitários e jornalistas são mais responsáveis pela saúde pública do que os médicos.
e) A Medicina não é neutra, pois depende de sistemas econômico-sociais.

12. Transpondo para a voz passiva a oração "O tempo foi gastando o tecido daquelas velhas roupas", obtém-se a forma verbal.....
a) estava sendo gasto.
b) foi sendo gasto.
c) acabaram sendo gastas.
d) foram gastas.
e) era gasto.

13. Transpondo para a voz ativa a frase "Os projetos estavam sendo revistos por um grupo de arquitetos", obtém-se a forma verbal..... .
a) seriam revistos.
b) estava revendo.
c) estão a rever.
d) devem rever.
e) iam revendo.

14. "Os ensaios estão sendo traduzidos por uma equipe competente." Passando a oração anterior para a voz ativa, sem que se altere o tempo e o modo do verbo, obtém-se a forma verbal
a) serão traduzidos.
b) traduziu.
c) está traduzindo.
d) vão traduzir.
e) é traduzida.

15. Transportando para a voz ativa a frase: "O vaso de samambaia está sendo regado diariamente pelas crianças", obtém-se a forma verbal:
a) estão regando
b) regam
c) têm regado
d) é regado
e) regarão

16. Passando para a voz ativa a frase: "os livros seriam postos em um líquido desinfetante pelos cientistas", obtém-se a forma verbal:
a) vão por
b) fomos pôr
c) põem-se
d) vão ser postos
e) poriam

17. Caso apassivássemos o verbo da oração **"Você o põe no carrinho"**, obteríamos
a) carrinho você o põe.
b) carrinho é posto na frente por você.
c) Ele havia sido posto por você no carrinho.
d) Você o pusera no carrinho.
e) Ele é posto por você no carrinho.

18. A alternativa que apresenta a voz ativa correspondente a "A reportagem que está sendo gravada lembra livros que foram escritos por Jorge Amado" é:
a) A reportagem que estão gravando lembra livros que Jorge Amado escreveu.
b) A reportagem que gravaram lembra livros que Jorge Amado escrevia.
c) A reportagem que gravam lembra livros que Jorge Amado escrevia.
d) A reportagem que gravavam lembra livros que Jorge Amado escrevia.
e) A reportagem que está gravada lembra livros de Jorge Amado.

19. A oração "O alarma tinha sido disparado" está na voz passiva. Assinale a alternativa que apresenta a forma verbal ativa correspondente:
a) disparara
b) disparar-se-ia
c) fora disparado
d) tinham disparado
e) tinha disparado

20. Considere as orações abaixo:
I. É visível a cisão entre a música de alto repertório e a música de mercado.
II. Os dois tipos de música falam a tipos de público desiguais.
III. A música das massas marca o pulso rítmico e a repetição.
IV. Novas dimensões de tempo instauradas com a música de concerto contestam a escuta linear.

Quais delas podem ser passadas para a voz passiva
a) Apenas I e III.
b) Apenas II e IV.
c) Apenas III e IV.
d) Apenas I, III e IV.
e) Apenas II, III e IV.

21. Observe as sentenças abaixo, retiradas ou adaptadas do texto.
I - Desta permanente preocupação decorre a sua presença em todas as nossas manifestações artísticas.
II - A morte está presente na música, na escultura, nas múltiplas modalidades da arte literária.
III- O homem imaginou lendas inacreditáveis.

Quais delas apresentam condições para serem passadas para a voz passiva.
a) Apenas II
b) Apenas III
c) Apenas I e III
d) Apenas II e III
e) I, II e III

22. Só não é possível voz passiva em
a) Os brasileiros defendem a idéia de uma democracia social.
b) Conflitos sociais não transpõem os abismos estratificados.
c) Esse abismo não conduz a conflitos tendentes à transposição dos estratos sociais.
d) Os privilegiados ignoram ou ocultam as mazelas sociais.
e) Os brasileiros raramente percebem os profundos abismos cruciais a seu desenvolvimento.

23. "Se os advogados tivessem esgotado os recursos, o juiz não teria surpreendido as pessoas presentes."
Passando para o voz passiva, os verbos devem assumir as formas da alternativa:
a) tivesse sido esgotado – teriam sido surpreendidas
b) tiver sido esgotados – terão surpreendido
c) tivessem sido esgotados – teriam sido surpreendidas
d) têm-se esgotado – terá sido surpreendidas
e) tivessem esgotado – teria sido surpreendidas.

24. Transpondo para a voz passiva a frase “Talvez nem conhecêssemos o sentido da palavra "ilusão", a forma verbal resultante será
a) tivesse sido conhecido.
b) seria conhecido.
c) fossem conhecido.
d) tivéssemos conhecido.
e) fosse conhecido.

25. “Efetivamente se queimaram alguns livros...”. A forma verbal equivalente a sublinhada está em:
a) queimou
b) eram queimados
c) foram queimados
d) foi queimado
e) tinham queimado

VOZES VERBAIS

01. D	06. C	11. A	16. E	21. B
02. B	07. E	12. B	17. E	22. C
03. C	08. B	13. B	18. A	23. C
04. A	09. E	14. C	19. D	24. E
05. A	10. A	15. A	20. C	25. C

DISCURSO DIRETO E DISCURSO INDIRETO

I. Características:

1) Características do DISCURSO DIRETO:

2) Características do DISCURSO INDIRETO:

II. Transposição do Discurso Direto para o Discurso indireto:

1) A transformação dos tempos verbais:

→ Presente:

Presente no Discurso Direto	
Pretérito perfeito no Discurso Direto	
Futuro do presente no Discurso Direto	
Imperativo no Discurso Direto	

a) João disse: “Sou o dono da marcenaria”.

_____

b) Antônio contou: “Faço as perguntas que julgo cabíveis”.

_____

c) Paula afirmou: “Aluguei um imóvel no centro da cidade”.

_____

d) Carlos disse: “Realizei um projeto dificílimo e fiquei satisfeito com o resultado”.

_____

e) Antônia antecipou: “Viajarei para Miami e estudarei em uma universidade americana”.

_____

f) O pai manou: “Faça a lição de casa agora”.

_____

g) Ele ordenou: “Dirija de maneira adequada”.

_____

2) A transposição de outras partículas:

Este, esta, isto, esse, essa, isso	
Aqui	
Hoje	
Ontem	
Amanhã	
No ano passado	
No ano que vem	
No século passado	

a) Eu disse: “Esta sala está empestada de gente louca”.

_____

b) João afirmou: “Comerei isto em poucos minutos”.

_____

a) Eu contei: “Aqui é difícil trabalhar”.

_____

b) Carla disse: “Estou aqui”.

_____

a) Ele afirmou: “Hoje visito o pai de Júlia”.

_____

b) João disse: “Carlos ontem ficou decepcionado com a namorada”.

_____

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

O CONTEXTO

AFIRMAÇÃO x INFERÊNCIA

SENTENÇA CORRETA

É óbvio que nenhum país, mesmo dos mais evoluídos, pretende que seus habitantes sejam socialmente iguais, mesmo porque as potencialidades e o espírito de luta de cada um, fatores importantes para a ascensão social, variam muito. Quando dizemos, portanto, que a igualdade é uma das características essenciais do regime democrático, referimo-nos à igualdade de direitos, graças à qual o indivíduo pode concorrer com seu semelhante a qualquer função social indiscriminadamente.

SEGUNDO O TEXTO:

a) Ao nos referirmos às características de um regime democrático, temos de mencionar, necessariamente, a igualdade social como uma delas.
b) Não basta dar ao indivíduo apenas o direito de concorrer com o outro; é preciso proporcionar-lhe, também, educação e oportunidade.
c) Jamais haverá uma comunidade cujos indivíduos sejam socialmente iguais.
d) Todo país em que os indivíduos não forem iguais perante a lei não pode ser considerado democrático.
e) Somente nos países democráticos as potencialidades e o espírito de luta de cada um são variáveis.

A imaginação criadora que, sob o nome de fantasia, se constitui numa peculiaridade da infância e de boa parte da juventude é uma das atividades mais nobres e fecundas da mente humana. Nem seria preciso lembrar que ela é um dos processos fundamentais do desenvolvimento da inteligência. Cabe-lhe responder não apenas pelos mais belos triunfos da arte, mas também pelos grandes achados da ciência. Desestimulá-la é, pois, secar a fonte da poesia, tolher o homem de viajar além de suas limitações naturais e, talvez, estancar o progresso.

a) Sem limitar a imaginação e a fantasia, não é possível desenvolver a inteligência, a qual, por sua vez, é a base dos grandes achados científicos.
b) A imaginação criadora é a mais fecunda atividade da mente humana.
c) A fantasia é uma peculiaridade exclusiva da infância.
d) Infelizmente, o progresso tem colaborado, através da invenção dos psicotrópicos, para estimular boa parte da juventude a viagens que a levam, ilusoriamente, acima de suas limitações naturais.
e) Tolher a fantasia infantil é matar a fonte do senso poético.

TESTES

Texto 1

Em toda parte, o verdadeiro criador da cultura não é o ambiente físico; é o homem, com seus valores indestrutíveis. A roupagem externa da cultura, sua expressão original, esta sim é determinada pela paisagem natural.

De acordo com o texto

a) O homem não consegue destruir seus valores, nem o ambiente que o cerca pode mudar-lhe a personalidade
b) É o ambiente físico que determina os valores indestrutíveis do ser humano.
c) O homem não consegue esquivar-se da influência do meio em que vive: os valores humanos são profundamente alterados por ele.
d) As peculiaridades regionais são o reflexo da invariabilidade dos valores humanos.
e) É o homem que cria a cultura, ainda que essa, externamente, guarde as marcas do ambiente físico.

Texto 2

A sociedade tecnológica prescinde, por definição, dos grandes homens. Ela precisa, realmente, de homens condicionados, capazes de responder, por via de reflexos, às exigências de sua dinâmica.

De acordo com o texto
a) A sociedade tecnológica, que é muito dinâmica, prescinde dos grandes homens, porque esses são muito passivos e, portanto, não possuem reflexos condicionados.
b) Os grandes homens não conseguem compreender a dinâmica da sociedade tecnológica, razão por que ela os relega a segundo plano.
c) Quanto mais previsíveis forem os homens, menos eles interessam à sociedade tecnológica.
d) A sociedade tecnológica requer homens submissos à sua rígida organicidade.
e) A sociedade tecnológica necessita de homens criativos, exigentes, com reflexos rápidos e com espírito crítico.

Texto 3

Muito cedo compreendi que, quando uma personagem toma o freio nos dentes e dispara, deixando-me para trás, é porque está muito viva. Dou-lhe carta de alforria e começo a divertir-me com as surpresas que seu comportamento me proporciona.

De acordo com o texto
a) O romancista diverte-se com as tentativas de sua personagem em livrar-se do seu freio.
b) Muitas vezes, o romancista sente suas personagens como seres independentes e surpreende-se com suas ações.
c) O autor liberta suas personagens, para poder divertir-se com o comportamento delas.
d) O autor liberta sua personagem quando sente que conseguirá freá-la.
e) As personagens nada têm do seu autor: cedo, todas elas pedem carta de alforria.

Texto 4

Procurando analisar com imparcialidade meus romances anteriores, eu percebia o quão pouco, na sua essência e na sua existência, eles tinham a ver com o Rio Grande do Sul. Tendiam para um cosmopolitismo sofisticado, que me levara a descrever a provincianíssima Porto Alegre de 1934 como uma metrópole tentacular e turbulenta que recendia a gasolina queimada e asfalto

De acordo com o texto
a) A Porto Alegre retratada naqueles romances não tinha personalidade própria: era apenas uma grande metrópole.
b) O autor preferia que a sua Porto Alegre fosse atualmente uma metrópole provinciana.
c) O autor encarava então sua terra com parcialidade, como se ela tivesse usos e costumes particulares.
d) A Porto Alegre verdadeira daquela época era uma metrópole que se desenvolvia em todas as direções e nada tinha de particularmente gaúcho.
e) O autor acha que a Porto Alegre de 1934 era uma cidade única no mundo, devido a sua peculiaridade de metrópole tentacular.

Atenção: As questões de números 01 a 5 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O governo inglês divulgou recentemente o que é até agora o mais detalhado estudo sobre custos e riscos econômicos do aquecimento global e sobre medidas que poderiam reduzir as emissões de gases do efeito estufa, na esperança de evitar algumas de suas piores consequências. Ele deixa claro que o problema não é mais se podemos nos dar ao luxo de fazer algo sobre o aquecimento global, mas sim se podemos nos dar ao luxo de não fazer nada.

Esse relatório propõe uma agenda que custaria apenas o equivalente a 1% do consumo mundial, mas evitaria riscos que custariam cinco vezes mais. Os custos são mais altos do que em estudos anteriores porque levam em conta que o processo de aquecimento é bastante complexo e não-linear, com a possibilidade de que possa ganhar ritmo muito mais alto do que se imaginava, além de ser muito maior do que o previsto anteriormente. O estudo talvez esteja subestimando significativamente os custos: por exemplo, a mudança do clima pode fazer desaparecer a Corrente do Golfo – de particular interesse para a Europa – e provocar doenças.

Já em 1995 havia sinais evidentes de que a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera tinha aumentado acentuadamente desde o início da era industrial, de que a atividade humana contribuíra significativamente para esse aumento e de que ele teria efeitos profundos sobre o clima e o nível dos mares. Mas poucos previram a rapidez com que a calota de gelo do Ártico parece derreter. Mesmo assim, alguns sugerem que, já que não estamos seguros da extensão do problema, pouco ou nada devemos fazer. A incerteza deve, porém, levar-nos a agir hoje mais resolutamente, e não menos.

Um efeito global pode ser enfrentado com uma mudança tributária globalmente consensual. Isso não quer dizer aumento geral de tributação, mas simplesmente a substituição em cada país de algum imposto comum por outro, específico, sobre atividades poluidoras. Faz mais sentido tributar coisas más do que coisas boas, como a poupança e o trabalho. A boa notícia é que há muitas formas pelas quais melhores incentivos poderiam reduzir as emissões. Mudanças de preços que mostrem os verdadeiros custos sociais da energia extraída de combustíveis fósseis devem estimular inovação e conservação. Pequenas alterações práticas, multiplicadas por centenas de milhares de pessoas podem fazer uma enorme diferença. Por exemplo, plantar árvores em volta das casas ou mudar a cor de telhados em clima quente, para que reflitam a luz do sol, podem produzir uma grande economia na energia consumida pelo ar condicionado.

Só temos um planeta e devemos cuidar dele. O aquecimento global é um risco que simplesmente não podemos mais ignorar.

(Adaptado de Joseph E. Stiglitz. **O Globo**, Opinião, 19 de novembro de 2006)

1. A ideia central do texto encontra-se na

(A) preocupação com os altos custos sociais que estão embutidos na energia obtida de combustíveis fósseis, em todo o planeta.

(B) proposição de uma necessária ação efetiva consensual no sentido de reduzir práticas que alimentem o aquecimento global.

(C) defesa da criação de impostos, especificamente sobre combustíveis fósseis, no sentido de diminuir seu consumo em alguns países.

(D) constatação, cada vez mais evidente, de que o nível dos mares continua subindo, em virtude das alterações climáticas em todo o globo.

(E) previsão de medidas a serem tomadas, em todo o planeta, para finalmente deter o ritmo em que se amplia o aquecimento global.

2. ... *se podemos nos dar ao luxo de fazer algo sobre o aquecimento global, mas sim se podemos nos dar ao luxo de não fazer nada.* (1º parágrafo)

É correto inferir da afirmativa acima que ela

a) explicita, por ideias opostas entre si, o desacordo existente entre cientistas e as pessoas comuns, quanto às terríveis consequências do aquecimento global.

b) indica, de maneira irônica, a irresponsabilidade de alguns estudiosos que propõem o abandono de medidas destinadas a reduzir o efeito estufa.

c) esclarece, por meio de um trocadilho, o impasse criado no mundo todo pelos altos custos de estudos anteriores, de poucos resultados.

d) conclui, de forma pessimista, por uma posição comodista a respeito da inutilidade da ação humana quanto aos efeitos do aquecimento global.

e) contém, num jogo de palavras, uma crítica à ausência de providências objetivas e eficazes para controlar o efeito estufa.

3. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre as frases:
a) ... e sobre medidas que poderiam reduzir as emissões de gases do efeito estufa, na esperança de evitar algumas de suas piores consequências.
b) Esse relatório propõe uma agenda que custaria apenas o equivalente a 1% do consumo mundial, mas evitaria riscos que custariam cinco vezes mais.
c) Mas poucos previram a rapidez com que a calota de gelo do Ártico parece derreter.
d) ... já que não estamos seguros da extensão do problema, pouco ou nada devemos fazer.
e) A incerteza deve, porém, levar-nos a agir hoje mais resolutamente, e não menos.

4. Considere o 4º parágrafo do texto. A frase que constitui **um argumento** utilizado pelo autor na defesa de sua proposta é:
a) Um efeito global pode ser enfrentado com uma mudança tributária globalmente consensual.
b) Isso não quer dizer aumento geral de tributação, mas simplesmente a substituição em cada país de algum imposto comum por outro, específico, sobre atividades poluidoras.
c) Faz mais sentido tributar coisas más do que coisas boas, como a poupança e o trabalho.
d) A boa notícia é que há muitas formas pelas quais melhores incentivos poderiam reduzir as emissões.
e) Por exemplo, plantar árvores em volta das casas ou mudar a cor de telhados em clima quente, para que reflitam a luz do sol, podem produzir uma grande economia na energia consumida pelo ar condicionado.

5. – *de particular interesse para a Europa* – (2º parágrafo)
Os travessões isolam, no contexto,
a) esclarecimento da importância da afirmativa anterior.
b) enumeração de fatos recorrentes.
c) repetição enfática de um termo anterior.
d) oposição necessária ao exemplo anterior.
e) especificação de um termo técnico no contexto.

REDAÇÃO OFICIAL

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL

1. Impessoalidade

⇒ _____

⇒ _____

⇒ _____

2. Padrão Culto da Língua

⇒ _____

⇒ _____

⇒ _____

3. Clareza

⇒ _____

⇒ _____

⇒ _____

4. Concisão

⇒ _____

⇒ _____

⇒ _____

5. Formalidade / Uniformidade

⇒ _____

⇒ _____

II. NORMAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE A REDAÇÃO OFICIAL

1. Artigos de Documentos oficiais

a) Deve ser designado pela forma abreviada ou por extenso?

_____

b) Quando deve ser numerado de maneira ordinal?

_____

c) Quando deve ser numerado de maneira cardinal?

_____

2. Incisos

_____

3. Parágrafos

a) Quando deve ser designado por extenso?

_____

b) Nos demais casos, usa-se a abreviatura ou o símbolo?

_____

4. Alíneas

_____

5. Translineação

a) Evitar isolamento de vogais

_____

b) Translineação de compostos hifenizados

_____

c) Evitar comicidade

_____

6. Siglas

a) Na primeira referência feita, deve constar o nome completo que originou a sigla, seguido pela própria sigla, posta preferencialmente entre parênteses, ou, ainda, entre travessões.

O Conselho Nacional de Trânsito (CONATRAN) adverte...

Nas demais alusões, pode constar apenas a sigla.

b) Podemos translinear as siglas:

_____

7. Grafia de Numerais

a) Quando grafar por extenso?

_____

b) Quando grafar em algarismos?

_____

_____

8. Datas

a) Devem ser escritas por extenso, sem que o número relativo ao dia seja antecedido pelo zero. A colocação de um zero antes do numeral que refere o dia é permitida, no entanto, quando se procura evitar possíveis fraudes em documentos passíveis de tal atitude.

b) O primeiro dia do mês deverá ser seguido pelo símbolo de número ordinal.

c) A indicação do ano, ao contrário do que acontece com as leis, não deve conter sinal de ponto entre a casa do milhar e a casa da centena.

III. OS PRONOMES DE TRATAMENTO

1. Formas de cortesia que devem ser evitadas

a) Digníssimo

b) Ilustríssimo

c) Doutor e Professor

2. Emprego dos Pronomes de Tratamento

Vossa Excelência, para as seguintes autoridades:

a) do Poder Executivo: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado; Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal; Oficiais-Generais das Forças Armadas; Embaixadores; Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial; Secretários de Estado dos Governos Estaduais; Prefeitos Municipais.

b) do Poder Legislativo: Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

c) do Poder Judiciário: Ministros dos Tribunais Superiores; Membros de Tribunais; Juízes; Auditores da Justiça Militar.

O **vocativo** a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é ***Excelentíssimo Senhor***, seguido do cargo respectivo:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As demais autoridades serão tratadas com o **vocativo Senhor**, seguido do cargo respectivo:

Senhor Senador,
Senhor Juiz,
Senhor Ministro,
Senhor Governador,

Vossa Magnificência é empregado por força da tradição, em comunicações dirigidas a reitores de universidade. Corresponde-lhe o vocativo **Magnífico Reitor**.

Vossa Santidade, em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é **Santíssimo Padre**,

Vossa Eminência* ou *Vossa Eminência Reverendíssima, em comunicações aos Cardeais. Corresponde-lhe o vocativo **Eminentíssimo Senhor Cardeal** ou **Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal.**

Vossa Excelência Reverendíssima é usado em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos; ***Vossa Reverendíssima*** ou ***Vossa Senhoria Reverendíssima*** para Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos. ***Vossa Reverência*** é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos.

3. Concordância

a) Com “Vossa”, concordância verbal com a segunda ou com a terceira pessoa?

_____

Ex: _____

b) Há concordância com o gênero?

_____

Ex: _____

c) Vossa Excelência x Sua Excelência

Vossa Excelência = _____

Sua Excelência = _____

_____

4. Endereçamento

No envelope, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por *Vossa Excelência*, terá a seguinte forma:

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Ministro de Estado da Justiça
70064-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal
Senado Federal
70165-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível
Rua ABC, nº 123
01010-000 – São Paulo. SP

Vossa Senhoria é empregado para as demais autoridades e para particulares. O vocativo adequado é Senhor Fulano de Tal. No envelope, deve constar do endereçamento:

Ao Senhor
Fulano de Tal
Rua ABC, nº 123
12345-000 – Curitiba. PR

5. Fechos para Comunicações Oficiais

O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria nº 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial:

a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: **Respeitosamente**.

b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: **Atenciosamente**.

Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no *Manual de Redação* do Ministério das Relações Exteriores.

6. Identificação do Signatário

Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte:

(espaço para assinatura)
NOME
Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

(espaço para assinatura)
NOME
Ministro de Estado da Justiça

Para evitar equívocos, recomenda-se não deixar a assinatura em página isolada do expediente. Transfira para essa página ao menos a última frase anterior ao fecho.

IV. O PADRÃO OFÍCIO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o *ofício*, o *aviso* e o *memorando*. Com o fito de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que chamamos de *padrão ofício*. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora busquemos as suas semelhanças.

1. Partes do documento no *Padrão Ofício*

O *aviso*, o *ofício* e o *memorando* devem conter as seguintes partes:

a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede**:

Exemplos:

Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME

b) **local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita:

Exemplo:

Brasília, 15 de março de 1991.

c) **assunto**: resumo do teor do documento

Exemplos:

Assunto: **Produtividade do órgão em 2002**.
Assunto: **Necessidade de aquisição de novos computadores.**

d) **destinatário:** o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o *endereço*.

e) **texto**: nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

→ introdução, que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação. Evite o uso das formas: "*Tenho a honra de*", "*Tenho o prazer de*", "*Cumpre-me informar que*", empregue a forma direta;

→ desenvolvimento, no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma idéia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;

→ conclusão, em que é reafirmada ou simplesmente reapresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Já quando se tratar de mero encaminhamento de documentos a estrutura é a seguinte:

→ introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é *encaminhar*, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula:

> *"Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminho, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."*
>
> ou
>
> *"Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."*

→ desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

f) **fecho** (v. *2.2. Fechos para Comunicações*);

g) **assinatura** do autor da comunicação; e

h) **identificação do signatário** (v. *2.3. Identificação do Signatário*).

2. Forma de diagramação do padrão ofício

Os documentos do *Padrão Ofício* devem obedecer à seguinte forma de apresentação:

a) deve ser utilizada fonte do tipo *Times New Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações, e 10 nas notas de rodapé;

b) para símbolos não existentes na fonte *Times New Roman* poder-se-á utilizar as fontes *Symbol* e *Wingdings*;

c) é obrigatório constar a partir da segunda página o número da página;

d) os ofícios, memorandos e anexos destes poderão ser impressos em ambas as faces do papel. Neste caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (*"margem espelho"*);

e) o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,5 cm de distância da margem esquerda;

f) o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 3,0 cm de largura;

g) o campo destinado à margem lateral direita terá 1,5 cm;

h)deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco;

i) não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento;

j) a impressão dos textos deve ser feita na cor preta em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações;

l) todos os tipos de documentos do *Padrão Ofício* devem ser impressos em papel de tamanho *A-4*, ou seja, 29,7 x 21,0 cm;

m) deve ser utilizado, preferencialmente, o formato de arquivo *Rich Text* nos documentos de texto;

n) dentro do possível, todos os documentos elaborados devem ter o arquivo de texto preservado para consulta posterior ou aproveitamento de trechos para casos análogos;

o) para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira:

tipo do documento + número do documento + palavras-chaves do conteúdo

Ex.: ***"Of. 123 - relatório produtividade ano 2002"***

Legislação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III- a dignidade da pessoa humana;

IV-os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V -o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV-promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII- repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III- ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV-é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V -é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X -são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII -a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV- constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII -o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII -o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII -a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III- fundo de garantia do tempo de serviço;

IV-salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI -irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

a) (Revogada).

b) (Revogada).

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III- o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV- durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V- as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI- é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII- o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII- a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX- a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII- a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX– somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX- depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III- a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal."

§ 9º - O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§ 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11 - Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12 - Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º - Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º - Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III- voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III- cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 - O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17 - Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18 - Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19 - O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20 - Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

§ 21 - A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Anotações:

LEI Nº 8.112/90 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Capítulo Único

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

Do Provimento

Disposições Gerais

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º - As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

V - readaptação;

VI - reversão;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

Da Nomeação

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

Do Concurso Público

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Da Posse e do Exercício

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º - Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º - É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º - O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.

§ 3º - À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

§ 4º - O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

§ 1º - Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º - É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no **caput**.

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º - O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais.

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V- responsabilidade.

§ 1º - 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 2º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º - O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

§ 4º - Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

§ 5º - O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Da Estabilidade

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (prazo 3 anos - vide EMC nº 19)

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Da Transferência

Art. 23.(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Da Readaptação

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Da Reversão

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;

e) haja cargo vago.

§ 1º - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º - O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º - No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º - O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º - O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo.

§ 6º - O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 26. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Da Reintegração

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Da Recondução

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3º do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Da Vacância

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - promoção;

IV e V - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

VI - readaptação;

VII - aposentadoria;

VIII - posse em outro cargo inacumulável;

IX - falecimento.

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Da Remoção e da Redistribuição

Da Remoção

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III- a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

Da Redistribuição

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V -mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º - A redistribuição ocorrerá *exofficio* para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º - A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos.

§ 3º - Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

§ 4º - O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

Da Substituição

Art. 38. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 1º - O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

§ 2º - O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Art. 39. O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

Anotações:

Dos Direitos e Vantagens

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º - A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

§ 2º - O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

§ 3º - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4º - É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5º - Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Art. 42. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Art. 43. (Revogado pela Lei nº 9.624, de 2.4.98)(Vide Lei nº 9.624, de 2.4.98)

Art. 44. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subseqüente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º - Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º - Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 48. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Das Vantagens

Art. 49. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

§ 1º - As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º- As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Art. 50. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Das Indenizações

Art. 51. Constituem indenizações ao servidor:

I - ajuda de custo;

II - diárias;

III - transporte.

IV - auxílio-moradia.

Art. 52. Os valores das indenizações estabelecidas nos incisos I a III do art. 51, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Da Ajuda de Custo

Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.

§ 1º - Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

§ 2º - À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.

Art. 54. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.

Art. 55. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 56. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Parágrafo único. No afastamento previsto no inciso I do art. 93, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.

Art. 57. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

Das Diárias

Art. 58. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º - Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e servidores brasileiros considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da sede, hipóteses em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional.

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no **caput**.

Da Indenização de Transporte

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Do Auxílio-Moradia

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo servidor.

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor;

II - o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional;

III - o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação;

IV - nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia;

V - o servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes;

VI - o Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3º, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor;

VII - o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, aonde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período; e

VIII - o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.

IX - o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.

Parágrafo único. Para fins do inciso VII, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão relacionado no inciso V.

Art. 60-C. O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo de 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos, o pagamento somente será retomado se observados, além do disposto no caput deste artigo, os requisitos do caput do art. 60-B desta Lei, não se aplicando, no caso, o parágrafo único do citado art. 60-B.

Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado.

§ 1º - O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.

§ 2º - Independentemente do valor do cargo em comissão ou função comissionada, fica garantido a todos os que preencherem os requisitos o ressarcimento até o valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.

Das Gratificações e Adicionais

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;

II - gratificação natalina;

III- (Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

IV-adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

V -adicional pela prestação de serviço extraordinário;

VI - adicional noturno;

VII - adicional de férias;

VIII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.

IX - gratificação por encargo de curso ou concurso.

Da Retribuição pelo Exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento

Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.

Parágrafo único. Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o inciso II do art. 9º.

Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o **caput** deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.

Da Gratificação Natalina

Art. 63. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 64. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 65. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 67.(Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001, respeitadas as situações constituídas até 8.3.1999)

Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas

Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 71. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Art. 72. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 73. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 74. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

Do Adicional Noturno

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinqüenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 73.

Do Adicional de Férias

Art. 76. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

Art. 76-A. A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual:

I - atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II - participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV - participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.

§ 1º - Os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata este artigo serão fixados em regulamento, observados os seguintes parâmetros:

I - o valor da gratificação será calculado em horas, observadas a natureza e a complexidade da atividade exercida;

II - a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais;

III - o valor máximo da hora trabalhada corresponderá aos seguintes percentuais, incidentes sobre o maior vencimento básico da administração pública federal:

a) 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), em se tratando de atividades previstas nos incisos I e II do caput deste artigo;

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), em se tratando de atividade prevista nos incisos III e IV do caput deste artigo.

§ 2º - A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso somente será paga se as atividades referidas nos incisos do caput deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, na forma do § 4º do art. 98 desta Lei.

§ 3º - A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Das Férias

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º e 2º - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º - O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

§ 4º - A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

§ 5º - Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.

Art. 79. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

Art. 80. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez, observado o disposto no art. 77.

Das Licenças

Disposições Gerais

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

V - para capacitação;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista.

§ 1º - A licença prevista no inciso I do caput deste artigo bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, observado o disposto no art. 204 desta Lei.

§ 2º - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.

Art. 82. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44.

§ 2º - A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º - O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º - A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º - A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2º - No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 85. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Da Licença para Atividade Política

Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Da Licença para Capacitação

Art. 87. Após cada qüinqüênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o **caput** não são acumuláveis.

Art. 88 e 89(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 90. (VETADO).

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites:

I - para entidades com até 5.000 associados, um servidor;

II - para entidades com 5.001 a 30.000 associados, dois servidores;

III - para entidades com mais de 30.000 associados, três servidores.

§ 1º - Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

§ 2°- A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

Dos Afastamentos

Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II - em casos previstos em leis específicas.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.

§ 2º - Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem.

§ 3º - A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

§ 4º - Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

§ 5º - Aplica-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 6º - As cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independem das disposições contidas nos incisos I e II e §§ 1º e 2º deste artigo, ficando o exercício do empregado cedido condicionado a autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exceto nos casos de ocupação de cargo em comissão ou função gratificada.

§ 7º - O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1º - No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2º - O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - A ausência não excederá a 4 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2º - Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores da carreira diplomática.

§ 4º - As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata este artigo, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento.

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Do Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no País

Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensuem instituição de ensino superior no País.

§ 1º - Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2º - Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 3º - Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 4º - Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5º - Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4º deste artigo, deverá ressarcir o órgão ou entidade, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6º - Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no § 5º deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º - Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei, o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo.

Das Concessões

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de :

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º - Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º - As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 44.

§ 4º - Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do caput do art. 76-A desta Lei.

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

Do Tempo de Serviço

Art. 100. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas.

Art. 101. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III- exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;

IV- participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento;

V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII- missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento;

VIII - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo;

c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento;

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;

f) por convocação para o serviço militar;

IX-deslocamento para a nova sede de que trata o art. 18;

X -participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica;

XI - afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

Art. 103. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I - o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

II - a licença para tratamento de saúde de pessoal da família do servidor, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias em período de 12 (doze) meses.

III - a licença para atividade política, no caso do art. 86, § 2º;

IV - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal;

V -o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social;

VI - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;

VII- o tempo de licença para tratamento da própria saúde que exceder o prazo a que se refere a alínea "b" do inciso VIII do art. 102.

§ 1º - O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.

§ 2º - Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

§ 3º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

Do Direito de Petição

Art. 104. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 105. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 106. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 107. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 109. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 111. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 114. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 115. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Do Regime Disciplinar

Dos Deveres

Art. 116. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Das Proibições

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III- recusar fé a documentos públicos;

IV- opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V- promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos:

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses.

Da Acumulação

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 119. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Das Responsabilidades

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Das Penalidades

Art. 127. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV- cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 128. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º - Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;

III- julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciação em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 163 e 164.

§ 3º - Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 3º do art. 167.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V desta Lei.

Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 136. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 132, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 138. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 139. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 140. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III- pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV- pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III- em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Do Processo Administrativo Disciplinar

Disposições Gerais

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§1º e 2º - (Revogado pela Lei nº 11.204, de 2005)

§ 3º - A apuração de que trata o **caput**, por solicitação da autoridade a que se refere, poderá ser promovida por autoridade de órgão ou entidade diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade, mediante competência específica para tal finalidade, delegada em caráter permanente ou temporário pelo Presidente da República, pelos presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, no âmbito do respectivo Poder, órgão ou entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração.

Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Do Afastamento Preventivo

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Anotações:

Do Processo Disciplinar

Art. 148. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 149. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º - A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 150. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 151. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Art. 152. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Do Inquérito

Art. 153. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 154. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 155. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 157. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 158. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 159. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 157 e 158.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 160. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 162. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 163. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 164. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 165. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 166. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Do Julgamento

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 141.

§ 4º - Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art. 168. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 169. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 142, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV.

Art. 170. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 171. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 172. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 173. Serão assegurados transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Da Revisão do Processo

Art. 174. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 175. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 176. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 177. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 149.

Art. 178. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 179. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 180. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 181. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 141.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 182. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Da Seguridade Social do Servidor

Disposições Gerais

Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

§ 1º - O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.

§ 2º - O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, inclusive para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere, ainda que contribua para regime de previdência social no exterior, terá suspenso o seu vínculo com o regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhes assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime de previdência.

§ 3º - Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.

§ 4º - O recolhimento de que trata o § 3º deve ser efetuado até o segundo dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos, aplicando-se os procedimentos de cobrança e execução dos tributos federais quando não recolhidas na data de vencimento.

Art. 184. O Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;

II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;

III- assistência à saúde.

Parágrafo único. Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidos em regulamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

a) aposentadoria;

b) auxílio-natalidade;

c) salário-família;

d) licença para tratamento de saúde;

e) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;

f) licença por acidente em serviço;

g) assistência à saúde;

h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias;

II - quanto ao dependente:

a) pensão vitalícia e temporária;

b) auxílio-funeral;

c) auxílio-reclusão;

d) assistência à saúde.

§ 1º - As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores, observado o disposto nos arts. 189 e 224.

§ 2º - O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

Do Auxílio-Natalidade

Art. 196. O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

§ 1º - Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinqüenta por cento), por nascituro.

§ 2º - O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

Do Salário-Família

Art. 197. O salário-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II - o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo;

III- a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 198. Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário-mínimo.

Art. 199. Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo único. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 200. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 201. O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 202. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 203. A licença de que trata o art. 202 desta Lei será concedida com base em perícia oficial.

§ 1º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 2º - Inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, e não se configurando as hipóteses previstas nos parágrafos do art. 230, será aceito atestado passado por médico particular.

§ 3º - No caso do § 2º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de recepcionado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade.

§ 4º - A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por junta médica oficial.

§ 5º - A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Lei, será efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia.

Art. 204. A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

Art. 205. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1º.

Art. 206. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido a inspeção médica.

Art. 206-A. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento.

Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença-Paternidade

Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 208. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art. 209. Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

Art. 210. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

Parágrafo único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 211. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 212. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 213. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 214. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Da Pensão

Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no art. 42.

Art. 216. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º - A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou revertem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º - A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I - vitalícia:

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;

d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;

e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor;

II - temporária:

a) os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;

c) o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;

d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.

§ 1º - A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "d" e "e".

§ 2º - A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d".

Art. 218. A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§ 1º - Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

§ 2º - Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 3º - Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 219. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 220. Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

Art. 221. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III- desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 222. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III- a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;

IV- a maioridade de filho, irmão órfão ou pessoa designada, aos 21 (vinte e um) anos de idade;

V- a acumulação de pensão na forma do art. 225;

VI - a renúncia expressa.

Parágrafo único. A critério da Administração, o beneficiário de pensão temporária motivada por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a concessão do benefício.

Art. 223. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;

II - da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 224. As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no parágrafo único do art. 189.

Art. 225. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

Do Auxílio-Funeral

Art. 226. O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

§ 1º - No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 2º - (VETADO).

§ 3º - O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 227. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 228. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.

Do Auxílio-Reclusão

Art. 229. À família do servidor ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes valores:

I - dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II - metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.

§ 1º - Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2º - O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Da Assistência à Saúde

Art. 230. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nesta Lei em que seja exigida perícia, avaliação ou inspeção médica, na ausência de médico ou junta médica oficial, para a sua realização o órgão ou entidade celebrará, preferencialmente, convênio com unidades de atendimento do sistema público de saúde, entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, ou com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 2º - Na impossibilidade, devidamente justificada, da aplicação do disposto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade promoverá a contratação da prestação de serviços por pessoa jurídica, que constituirá junta médica especificamente para esses fins, indicando os nomes e especialidades dos seus integrantes, com a comprovação de suas habilitações e de que não estejam respondendo a processo disciplinar junto à entidade fiscalizadora da profissão.

§ 3º - Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam a União e suas entidades autárquicas e fundacionais autorizadas a:

I - celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente celebrados e publicados até 12 de fevereiro de 2006 e que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, sendo certo que os convênios celebrados depois dessa data somente poderão sê-lo na forma da regulamentação específica sobre patrocínio de autogestões, a ser publicada pelo mesmo órgão regulador, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, normas essas também aplicáveis aos convênios existentes até 12 de fevereiro de 2006;

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III - (VETADO)

§ 4º - (VETADO)

§ 5º - O valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde.

Do Custeio

Art. 231. (Revogado pela Lei nº 9.783, de 28.01.99)

Capítulo Único

Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Arts. 232 a 235. (Revogado pela Lei nº 8.745, de 9.12.93)

Capítulo Único

Das Disposições Gerais

Art. 236. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 237. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 238. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 239. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 242. Para os fins desta Lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente.

Capítulo Único

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.

§ 1º - Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

§ 2º - As funções de confiança exercidas por pessoas não integrantes de tabela permanente do órgão ou entidade onde têm exercício ficam transformadas em cargos em comissão, e mantidas enquanto não for implantado o plano de cargos dos órgãos ou entidades na forma da lei.

§ 3º - As Funções de Assessoramento Superior - FAS, exercidas por servidor integrante de quadro ou tabela de pessoal, ficam extintas na data da vigência desta Lei.

§ 4º - (VETADO).

§ 5º - O regime jurídico desta Lei é extensivo aos serventuários da Justiça, remunerados com recursos da União, no que couber.

§ 6º - Os empregos dos servidores estrangeiros com estabilidade no serviço público, enquanto não adquirirem a nacionalidade brasileira, passarão a integrar tabela em extinção, do respectivo órgão ou entidade, sem prejuízo dos direitos inerentes aos planos de carreira aos quais se encontrem vinculados os empregos.

§ 7º - Os servidores públicos de que trata o **caput** deste artigo, não amparados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão, no interesse da Administração e conforme critérios estabelecidos em regulamento, ser exonerados mediante indenização de um mês de remuneração por ano de efetivo exercício no serviço público federal.

§ 8º - Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados a título de indenização prevista no parágrafo anterior.

§ 9º - Os cargos vagos em decorrência da aplicação do disposto no § 7º poderão ser extintos pelo Poder Executivo quando considerados desnecessários.

Art. 244. Os adicionais por tempo de serviço, já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei, ficam transformados em anuênio.

Art. 245. A licença especial disciplinada pelo art. 116 da Lei nº 1.711, de 1952, ou por outro diploma legal, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts. 87 a 90.

Art. 246. (VETADO).

Art. 247. Para efeito do disposto no Título VI desta Lei, haverá ajuste de contas com a Previdência Social, correspondente ao período de contribuição por parte dos servidores celetistas abrangidos pelo art. 243.

Art. 248. As pensões estatutárias, concedidas até a vigência desta Lei, passam a ser mantidas pelo órgão ou entidade de origem do servidor.

Art. 249. Até a edição da lei prevista no § 1º do art. 231, os servidores abrangidos por esta Lei contribuirão na forma e nos percentuais atualmente estabelecidos para o servidor civil da União conforme regulamento próprio.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo.

Art. 251. (Revogadopela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

Art. 252. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subseqüente.

Art. 253. Ficam revogadas a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e respectiva legislação complementar, bem como as demais disposições em contrário.

Anotações:

REGIMENTO GERAL DA UFRGS

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regimento Geral disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Superior, das Unidades Universitárias e demais órgãos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Art. 2º - A administração universitária, sob a coordenação e supervisão da Reitoria, far-se-á pela articulação entre esta, as Unidades Universitárias e demais órgãos da Universidade.

DA ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOSDIFERENTES ÓRGÃOS DA UNIVERSIDADE

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Do Conselho Universitário (CONSUN)

Art. 3º - O CONSUN, órgão máximo, normativo, deliberativo e de planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tem sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e regulados neste Regimento Geral.

Art. 4º - O número de representantes das categorias discente, docente e dos servidores técnico-administrativos no CONSUN será definido nos termos dos parágrafos deste artigo, e obedecerá, quanto à forma de indicação, aos critérios fixados neste Regimento Geral.

§1º - A representação da categoria discente, com mandato de 1 (um) ano, será em número de 9 (nove).

§2º - A representação da categoria docente, com mandato de 2 (dois) anos, será em número de 18 (dezoito).

§3º - A representação da categoria dos servidores técnico-administrativos, com mandato de 2 (dois) anos, será em número de 9 (nove).

Art. 5º - As representações previstas no artigo 11, inciso VI, do Estatuto, terão mandato de 1 (um) ano.

§1º - As entidades escolhidas para indicar a representação acima serão definidas, a cada 2 (dois) anos, por decisão do CONSUN.

§2º - As entidades escolhidas indicarão seus titulares e respectivos suplentes.

Art. 6º - Os membros do CONSUN terão suplentes definidos na forma dos incisos abaixo:

I - Os Diretores serão substituídos, em seus impedimentos temporários, pelo Vice-Diretor, e, nos impedimentos deste, pelo membro do Conselho da Unidade mais antigo no magistério superior da UFRGS e, em caso de igualdade de condições, pelo mais antigo no magistério superior;

II - Os Presidentes das Câmaras do CEPE serão substituídos, em seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente ou pelo membro mais antigo no magistério superior da Universidade e, em caso de igualdade de condições, pelo mais antigo no magistério superior;

III- Os representantes discentes, docentes e de servidores técnico-administrativos terão suplentes regularmente eleitos, em número idêntico ao de representantes titulares;

IV-O Presidente do Hospital Universitário da UFRGS será substituído, em seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente Médico.

Art. 7º - O exercício das competências do CONSUN, definidas no Estatuto, observará os seguintes procedimentos:

I - o Plano de Gestão encaminhado pelo Reitor será aprovado de acordo com as diretrizes da Universidade estabelecidas pelo CONSUN;

II - o acompanhamento da execução do Plano de Gestão far-se-á de forma continuada, sem prejuízo da análise do Relatório Anual da Reitoria submetido ao CONSUN pelo Reitor;

III- a análise dos Planos de Ação e Relatórios das Unidades, sistematizados pela Reitoria, será precedida de parecer de comissão do CONSUN e atentará à sua conformidade com o Plano de Gestão;

IV- a gestão patrimonial e financeira obedecerá ao disposto no Título XII deste Regimento Geral;

V- a apreciação de recursos pelo CONSUN dar-se-á apenas nas hipóteses previstas no artigo 197 deste Regimento Geral;

VI-o CONSUN regulará seu funcionamento, inclusive a estrutura de suas comissões, em regimento próprio internamente aprovado;

VII- a aprovação dos Regimentos, por maioria absoluta dos membros do CONSUN, terá por princípio básico a adequação dos mesmos aos dispositivos constantes do Estatuto e deste Regimento Geral;

VIII- o CONSUN poderá avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse da Universidade, pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros;

IX-as reuniões do CONSUN serão abertas a qualquer membro da comunidade universitária, salvo quando, pela natureza da pauta, o CONSUN deliberar em contrário;

X- a votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida por pelo menos 1/5 (um quinto) dos presentes, nem esteja expressamente prevista;

XI- os membros do CONSUN terão direito apenas a 1 (um) voto nas deliberações, sempre exercido pessoalmente, sendo que, além do voto comum, terá o Presidente do CONSUN, nos casos de empate, o voto de qualidade;

XII- nenhum membro do CONSUN poderá votar em assunto de seu interesse individual ou do cônjuge, companheiro(a), ou colateral até o 3º (terceiro) grau por consanguinidade ou afinidade.

§1º - O CONSUN poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou responsabilidade da Universidade.

§2º - Na hipótese prevista no artigo 28 do Estatuto, o CONSUN apreciará o ato, considerando, além da urgência e do interesse da Universidade, o mérito da matéria.

Art. 8º - Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento Geral, serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria de votos favoráveis, presente a maioria absoluta dos membros.

§1º - Atinge-se a maioria absoluta a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros do órgão.

§2º - As reuniões de caráter solene serão públicas e realizadas independentemente de quorum.

Art. 9º - Os Conselheiros serão individualmente convocados às reuniões do CONSUN, por escrito, pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com pauta definida.

Parágrafo único - Juntamente com a convocação do Presidente, serão distribuídas cópias da ata de reunião anterior e dos pareceres ou projetos a serem apreciados.

Art. 10 - Na falta ou impedimento eventual do Reitor, a presidência será exercida pelo Vice-Reitor e, na ausência deste, pelo membro docente do CONSUN mais antigo no magistério superior da UFRGS ou, em igualdade de condições, pelo mais antigo no magistério superior.

Art. 11 - O comparecimento, inclusive da representação estudantil, às reuniões do CONSUN tem precedência em relação a qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa e extensão na Universidade.

Parágrafo único - Perderá o mandato o membro representante que, sem motivo justificado, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas.

Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Art. 12 - O CEPE, órgão técnico com funções previstas no Estatuto e de supervisão em matéria de ensino, pesquisa e extensão, tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Estatuto e neste Regimento Geral.

Art. 13 - Cada Câmara do CEPE elegerá seu Presidente e Vice-Presidente, dentre seus membros docentes, em votação secreta.

Parágrafo único - O Presidente, em seus impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

Art. 14 - Para a eleição dos 12 (doze) membros docentes de cada Câmara, o Reitor convocará os Coordenadores das respectivas comissões, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em chamada única.

Art. 15 - Para a formação do Plenário do CEPE, a eleição dos representantes e dos suplentes das Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão será feita pela própria Câmara.

Parágrafo único - O número de suplentes corresponderá à metade dos representantes titulares.

Art. 16 - O número de representantes das categorias docente e dos servidores técnico-administrativos no Plenário do CEPE será em número igual ao estabelecido para a representação discente.

§1º - A representação da categoria discente, com mandato de 1 (um) ano, será em número de 7 (sete) e obedecerá, quanto à forma de indicação, aos critérios fixados neste Regimento Geral.

§2º - A representação das categorias docente e de técnico-administrativos, com mandato de 2 (dois) anos, obedecerá, quanto à forma de indicação, aos critérios fixados neste Regimento Geral.

§3º - Os representantes discentes, docentes e técnico-administrativos terão suplentes regularmente eleitos, em número idêntico ao de representantes titulares.

Art. 17 - O CEPE regulará seu funcionamento, inclusive a estrutura de suas comissões, em regimento próprio.

Art. 18 - O CEPE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor ou por solicitação de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos seus membros.

Parágrafo único - Aplicam-se ao CEPE os procedimentos previstos nos incisos V, IX, X, XI, XII e parágrafos 1º e 2º do artigo 7º e nos artigos 8º, 9º, 10 e 11 deste Regimento Geral.

Do Conselho de Curadores (CONCUR)

Art. 19 - O CONCUR tem sua composição, competência e funcionamento definidos e regulados no Estatuto e neste Regimento Geral.

Art. 20 - A composição do CONCUR obedecerá às disposições abaixo:

I - os membros integrantes do corpo docente da Universidade serão eleitos pelo CONSUN a cada 2 (dois) anos;

II- o membro do corpo discente, com mandato de 1 (um) ano, será indicado pelo Diretório Central de Estudantes;

III- o representante do Ministério da Educação e do Desporto, com mandato de 2 (dois) anos, será indicado por aquele órgão, mediante solicitação do Reitor;

IV-o representante das organizações da comunidade, com mandato de 2 (dois) anos, será indicado pela organização definida pelo CONSUN a cada 2 (dois) anos.

Art. 21 - Além das competências previstas no Estatuto da Universidade, cabe ao CONCUR emitir parecer técnico sobre a Proposta Orçamentária, alterações no Orçamento-Programa e solicitações de recursos.

Art. 22 - O CONCUR poderá solicitar aos órgãos da administração, por via hierárquica, as informações que julgar necessárias ao exercício de suas atribuições, estabelecendo prazos para o seu atendimento. 27

Art. 23 - Os balanços gerais da Universidade deverão ser apresentados ao CONCUR até 45 (quarenta e cinco) dias após o término do exercício financeiro a que se referirem.

§1º - O CONCUR, após examinar os balanços gerais, emitirá parecer conclusivo sobre os mesmos, encaminhando-o à Reitoria, para deliberação do CONSUN.

§2º - O CONSUN determinará providências que entenda devam ser tomadas em face do parecer conclusivo do CONCUR, não lhe cabendo decisão sobre o mérito do referido parecer.

Art. 24 - A contratação de auditoria externa, obedecidas as prescrições legais, contará com recursos anualmente especificados no orçamento do CONCUR.

Da Reitoria

Art. 25 - A Reitoria, dirigida pelo Reitor, é o órgão executivo da Administração Superior que coordena e supervisiona todas as atividades administrativas da Universidade.

Art. 26 - A Reitoria compreende: o Gabinete do Reitor; as Pró-Reitorias; a ProcuradoriaGeral; os Órgãos Suplementares e os Órgãos Especiais de Apoio.

Parágrafo único - Salvo autorização expressa do CONSUN, solicitada e concedida caso a caso, os titulares dos órgãos da Reitoria serão escolhidos dentre os integrantes do quadro de servidores ativos da Universidade, sendo suas designações ou nomeações, bem como as de outras funções previstas no Estatuto, feitas pelo Reitor de acordo com os dispositivos fixados neste Regimento Geral e nos regimentos dos respectivos órgãos, quando houver.

Art. 27 - Os serviços de assistência à Comunidade Universitária, Restaurantes Universitários, Creche, Casas de Estudantes, Colônias de Férias e outros que venham a ser criados, serão regulamentados no Regimento Interno da Reitoria.

Anotações:

Do Reitor

Art. 28 - O Reitor é a autoridade superior da Universidade e seu representante legal em todos os atos e efeitos judiciais ou extrajudiciais.

§1º - O mandato do Reitor, exercido em regime de dedicação exclusiva, será de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período imediato.

§2º - O Professor investido nas funções de Reitor ficará desobrigado do exercício das demais atividades docentes, sem prejuízo dos vencimentos, gratificações e vantagens.

§3º- O Reitor não poderá, sob pena de perda do mandato, afastar-se do cargo por período superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

Art. 29 - O Reitor exercerá as competências definidas no Estatuto, disciplinadas, quando for o caso, por este Regimento Geral.

§1º - O Plano de Gestão será encaminhado ao CONSUN para parecer e aprovação no prazo máximo de 6 (seis) meses, após a posse do Reitor.

§2º - O Reitor estará autorizado a efetuar transposições orçamentárias, ad referendum do CONSUN, até o limite de 20 % (vinte por cento) das dotações orçamentárias não referentes a pessoal, após a aprovação do orçamento da Universidade nos termos do Estatuto.

§3º - O Relatório Anual da Universidade, que compreende o Relatório Anual da Reitoria e os relatórios das Unidades e demais órgãos, sistematizados pela Reitoria, será encaminhado, para 28 conhecimento, ao CEPE e para exame, ao CONSUN até o mês de junho do ano seguinte ao do exercício a que se referir.

Art. 30 - O Reitor exercerá também as seguintes atribuições:

I - propor ao CONSUN a estrutura e a competência dos órgãos que compõem a Reitoria;

II - presidir aos atos de colação de grau em todos os cursos e à entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios conferidos pelo CONSUN, podendo delegar tais atribuições a dirigentes de Unidades Universitárias;

III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da Administração Superior;

IV - salvo o disposto no parágrafo único do artigo 41 deste Regimento Geral, presidir e coordenar os trabalhos dos Órgãos Especiais de Apoio, podendo delegar tal atribuição;

V - empossar os Diretores das Unidades em sessão pública;

VI - nomear ou designar e empossar os dirigentes de repartições administrativas, de Órgãos Suplementares, e, quando for o caso, de Órgãos Especiais de Apoio;

VII - praticar, por proposta fundamentada pelos órgãos competentes, os atos relativos a admissão, vida funcional, exoneração ou demissão do pessoal docente e técnico- administrativo da Universidade;

VIII - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente;

IX - conferir graus, expedir diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;

X - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Reitor.

Art. 31 - No caso de rejeição de veto do Reitor por um dos Conselhos Superiores, será adotado o seguinte procedimento:

I - a proposição será reencaminhada ao Reitor para assinatura, no prazo de 5 (cinco) dias;

II - não sendo a proposição assinada nesse prazo pelo Reitor, será a mesma assinada pelo membro docente mais antigo no magistério da UFRGS pertencente ao Conselho que a manteve, excetuados o Reitor e o Vice-Reitor.

Do Vice-Reitor

Art. 32 - Ao Vice-Reitor compete:

I - substituir o Reitor nos afastamentos temporários e impedimentos eventuais;

II - desempenhar as funções que a ele forem delegadas pelo Reitor.

Art. 33 - O Vice-Reitor disporá de pessoal de apoio para auxiliá-lo na execução dos encargos sob sua responsabilidade.

Do Gabinete do Reitor

Art. 34 - O Gabinete do Reitor tem por finalidade prestar ao Reitor assistência técnica e administrativa.

Parágrafo único - O Gabinete do Reitor contará com um Chefe de Gabinete, pessoal técnico-administrativo, bem como servidores colocados à sua disposição.

Das Pró-Reitorias

Art. 35 - As Pró-Reitorias serão constituídas de assessoria especializada e de auxiliares.

§1º - Os assessores e auxiliares serão designados por indicação do respectivo Pró-Reitor.

§2º - Quando conveniente, serviços específicos poderão ser comuns a mais de uma Pró-Reitoria.

Art. 36 - O Regimento Interno da Reitoria definirá as Pró-Reitorias, dentro dos limites legais, sendo suas atribuições básicas:

I - formular diagnósticos dos problemas da Instituição nas respectivas áreas;

II - elaborar as propostas de política de atuação nas respectivas áreas;

III- coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de cada área.

Parágrafo único - No mínimo a metade das Pró-Reitorias ocupar-se-á das atividades de ensino de graduação, de ensino de pós-graduação, de pesquisa e de extensão.

Anotações:

Da Procuradoria-Geral

Art. 37 - A Procuradoria-Geral tem por finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial da Universidade, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do Poder Público.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições da Procuradoria-Geral serão definidas no Regimento Interno da Reitoria.

Dos Órgãos Suplementares

Art. 38 - Os Órgãos Suplementares destinam-se a cumprir objetivos especiais de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de assistência.

Parágrafo único - É vedada aos Órgãos Suplementares a responsabilidade pelo ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, de graduação e de pós-graduação.

Art. 39 - A Universidade manterá os seguintes Órgãos Suplementares:

I - Biblioteca Central;

II - Centro de Processamento de Dados;

III - Centro de Teledifusão Educativa;

IV - Centro Nacional de Supercomputação;

V - Cinema e Teatro;

VI - Editora;

VII- Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados;

VIII - Museu;

IX - Centro de Microscopia Eletrônica;

X - Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural – IpaHC.

§1º - Os Órgãos Suplementares poderão ser criados, modificados ou extintos, por iniciativa da Reitoria e aprovação do CONSUN.

§2º - Os Órgãos Suplementares terão direção própria, vinculação definida e obedecerão a regimentos aprovados pelo CONSUN.

§3º - Cabe ao Reitor designar ou nomear os Diretores de Órgãos Suplementares.

Dos Órgãos Especiais de Apoio

Art. 40 - Os Órgãos Especiais de Apoio destinam-se a cumprir objetivos especiais de coordenação e integração com as comunidades interna e externa à UFRGS.

Art. 41 - A Universidade manterá o Parque Científico e Tecnológico como Órgão Especial de Apoio, sem prejuízo de outros órgãos que vierem a ser criados.

§1º - Os Órgãos Especiais de Apoio poderão ser criados, modificados ou extintos, por iniciativa da Reitoria e aprovação do CONSUN.

§2º - Os Órgãos Especiais de Apoio, com vinculação definida, terão Diretor, designado ou nomeado pelo Reitor, quando assim previsto em sua constituição.

DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Art. 42 - O hospital universitário da UFRGS é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), dotado de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, funcionando de acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pelo CONSUN, e cabendo-lhe:

I - servir de campo para a formação e aperfeiçoamento de profissionais em áreas da saúde, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II - atuar junto ao sistema de saúde, prestando assistência hospitalar e ambulatorial à comunidade, respeitadas as condições de seu Estatuto;

III- contribuir para a educação em saúde da população.

DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 43 - São Unidades Universitárias as Faculdades, as Escolas e os Institutos Centrais, todos de igual hierarquia.

Art. 44 - As Unidades Universitárias que compõem a UFRGS, sem prejuízo de outras que vierem a ser criadas, são as seguintes:

- Faculdade de Farmácia;

- Escola de Engenharia;

- Faculdade de Medicina;

- Faculdade de Odontologia;

- Faculdade de Direito;

- Instituto de Artes;

- Faculdade de Ciências Econômicas;

- Faculdade de Agronomia;

- Faculdade de Veterinária;

- Instituto de Química;

- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;

- Escola de Enfermagem;

- Faculdade de Arquitetura;

- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação;

- Instituto de Física;

- Instituto de Matemática;

- Escola de Educação Física;

- Faculdade de Educação;

- Instituto de Biociências;

- Instituto de Letras;

- Instituto de Geociências;

- Instituto de Informática;

- Instituto de Psicologia;

- Escola de Administração;

- Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

Art. 45 - As Unidades Universitárias estabelecerão, em seus Regimentos Internos, a respectiva estrutura acadêmico-administrativa, sujeita às normas gerais do Estatuto e deste Regimento Geral.

Parágrafo único - Além do ensino de graduação, do ensino de pós-graduação, da pesquisa e da extensão, as Unidades Universitárias colaborarão, quando necessário, com o ensino fundamental, ensino médio e educação profissional mantidos pela Universidade.

Do Conselho das Unidades Universitárias

Art. 46 - O Conselho da Unidade tem sua composição, competências e funcionamento definidos pelo Estatuto, por este Regimento Geral e pelo Regimento Interno da Unidade.

Art. 47 - O Conselho da Unidade é o órgão de deliberação superior da Unidade Universitária, competindo-lhe supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito dessa.

Art. 48 - Cabe ao Conselho da Unidade, além do previsto no Estatuto:

I - supervisionar as atividades dos Departamentos, compatibilizando-as quando for o caso;

II - reconhecer, pelo voto secreto e favorável de 2/3 (dois terços) dos membros, o notório saber de postulante à inscrição em concurso de Professor Titular;

III- deliberar sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes, após pronunciamento dos Departamentos envolvidos;

IV- manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de servidores técnico-administrativos;

V- avocar, no seu âmbito, pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, o exame e a deliberação sobre matéria de interesse geral da Unidade;

VI-definir a composição de Comissões Examinadoras de concursos públicos para o preenchimento de vagas no corpo docente, a partir de nomes indicados pelo Departamento;

VII- promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, o processo de escolha do Diretor e do Vice-Diretor, que incluirá consulta à sua comunidade;

VIII- propor a destituição do Diretor e do Vice-Diretor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, em sessão especialmente convocada para esse fim;

IX - pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou responsabilidade da Unidade.

Art. 49 - Aplicam-se aos Conselhos das Unidades os procedimentos previstos nos incisos V, IX, X, XI e XII, do artigo 7º e nos artigos 8º, 9º, 10 e 11 deste Regimento Geral.

Da Direção das Unidades

Art. 50 - O Diretor é a autoridade superior da Unidade, competindo-lhe a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a execução das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das deliberações do Conselho da Unidade.

§1º - O mandato do Diretor e do Vice-Diretor deverá ser exercido em regime de dedicação exclusiva ou de 40 horas e será de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período imediato.

§2º - O professor investido nas funções de Diretor ficará desobrigado do exercício das demais atividades docentes, sem prejuízo dos vencimentos, gratificações e vantagens.

§3º - O Diretor não poderá, sob pena de perda do mandato, afastar-se do cargo por período superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

Art. 51 - O Diretor poderá tomar decisões ad referendum do Conselho da Unidade em situações de urgência e no interesse da Unidade.

§1º - O Conselho da Unidade apreciará o ato na primeira sessão subsequente, e a não ratificação do mesmo, a critério do Conselho, poderá acarretar a nulidade e ineficácia da medida, desde o início da sua vigência.

§2º - O Conselho da Unidade apreciará o ato considerando, além da urgência e do interesse, o mérito da matéria.

Art. 52 - A forma de eleição do Diretor e do Vice-Diretor será definida pelo Conselho da Unidade, de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo CONSUN.

Dos Departamentos

Art. 53 - Os Departamentos das Unidades Universitárias, compreendendo Plenário, Colegiado e Chefia, têm suas finalidades e competências definidas no Estatuto e disciplinadas neste Regimento Geral.

§1º - O Departamento poderá constituir um Colegiado quando o número de seus docentes for superior a 20 (vinte), sendo sua composição definida no Regimento Interno da Unidade.

§2º - O número de membros docentes no Colegiado será no mínimo de 8 (oito) e no máximo de 16 (dezesseis).

§3º - O mandato dos docentes membros do Colegiado será de 2 (dois) anos, coincidindo com o período do mandato do Chefe do Departamento e do Chefe Substituto.

§4º - A representação discente no Plenário e no Colegiado, quando existente, será de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Art. 54 - Compete ao Plenário ou ao Colegiado, quando existente, além do previsto no Estatuto:

I - atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração;

II - propor ao Conselho da Unidade a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho destes;

III- deliberar sobre pedidos de afastamento de docentes;

IV- designar os representantes do Departamento nas instâncias previstas no Regimento Interno da Unidade;

V- indicar ao Conselho da Unidade nomes para a composição de Comissões Examinadoras de concursos destinados ao preenchimento de vagas no corpo docente;

VI- manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e contratos, bem como sobre a realização de congressos e atividades similares, a serem executados no âmbito do Departamento ou com sua colaboração;

VII- examinar o relatório anual das atividades do Departamento elaborado pela chefia;

VIII- promover a avaliação do desempenho dos docentes e do desenvolvimento das disciplinas do Departamento.

Art. 55 - O plenário do Departamento poderá ser convocado pelo Chefe, por solicitação do Colegiado ou de 1/3 (um terço) dos membros do Departamento.

Art. 56 - Compete ao Chefe do Departamento, além do previsto no Estatuto:

I - elaborar o Relatório Anual das atividades do Departamento;

II - atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração, quando o Plenário ou o Colegiado não o fizer.

Art. 57 - O Chefe do Departamento, durante seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais, será substituído pelo Chefe Substituto, e na falta deste, pelo membro mais antigo no magistério superior da UFRGS no Colegiado, quando existente, ou no Departamento.

Das Comissões de Graduação

Art. 58 - Os cursos de graduação serão coordenados por Comissões de Graduação, que exercerão as competências definidas no Estatuto, neste Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade.

Art. 59 - O número de representantes de cada Comissão de Graduação será definido no Regimento Interno da Unidade.

Art. 60 - Os Departamentos da Unidade à qual o curso se vincule terão maioria de representantes na Comissão, exceto no caso de cursos em parceria.

Parágrafo único - Os Departamentos que ministram as disciplinas de formação especial poderão ter mais de um representante na Comissão, obedecida a proporcionalidade das cargas horárias dessas disciplinas, para atender à condição constante neste artigo, e na forma prevista no Regimento Interno da Unidade.

Art. 61 - As Comissões de Graduação serão constituídas por uma representação permanente formada pelos Departamentos da Unidade a que o curso se vincule, responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e por outra, formada sob o critério de rodízio, pelos demais Departamentos responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e pela representação discente na proporção de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

§1º - Por decisão da Comissão de Graduação, homologada pelo Conselho da Unidade, poderão integrar a representação permanente, definida no caput, Departamento ou Departamentos não pertencentes à Unidade a que o curso se vincule.

§2º - A escolha dos Departamentos que integrarão a representação formada sob o critério de rodízio ocorrerá em reunião convocada e presidida pelo Presidente da Câmara de Graduação com a participação dos respectivos Chefes de Departamentos.

Anotações:

§3º - No caso dos cursos em parceria, a composição permanente da Comissão de Graduação será paritária entre as unidades parceiras, cabendo aos respectivos Regimentos Internos estabelecer a necessária adequação.

Art. 62 - Os representantes dos Departamentos nas Comissões de Graduação serão eleitos, por voto secreto, pelos seus Plenários.

Art. 63 - O mandato dos membros das Comissões de Graduação será de 2 (dois) anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que será de 1 (um) ano, permitida uma recondução, em ambos os casos.

Art. 64 - O funcionamento das Comissões de Graduação obedecerá às seguintes normas:

I - as Comissões reunir-se-ão quando convocadas pelos seus Coordenadores ou por solicitação de l/3 (um terço) de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - o não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Graduação, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato, declarada, de ofício, por seu Coordenador.

Art. 65 - O Coordenador e o Coordenador Substituto de cada Comissão de Graduação serão eleitos por voto secreto, pelos membros da Comissão, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 66 - São atribuições das Comissões de Graduação, além do fixado no Estatuto:

I - supervisionar o ensino das disciplinas integrantes do currículo do respectivo curso;

II - deliberar sobre a organização curricular do respectivo curso, sujeita à homologação do CEPE;

III - manifestar-se nos casos de recusa de matrícula ou desligamento de alunos do respectivo curso;

IV - atuar como instância final nos casos de recurso interposto em matéria de atribuição de conceito, nos termos do artigo 136 deste Regimento Geral;

V - elaborar, ouvidos os Departamentos, os horários das disciplinas, observado o disposto no artigo 133.

Art. 67 - Cabe ao Coordenador da Comissão de Graduação, além do fixado no Estatuto:

I - participar da eleição de representantes para a Câmara de Graduação;

II - enviar Relatório Anual para o Conselho da Unidade;

III - representar o respectivo curso nas situações que digam respeito às suas competências fixadas no Estatuto, neste Regimento Geral e no Regimento Interno da Unidade;

IV - no caso de cursos em parceria, o Relatório Anual deverá ser encaminhado aos Conselhos de ambas as Unidades parceiras.

Dos Conselhos e das Comissões de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 68 - Os cursos de pós-graduação serão coordenados por Conselhos e Comissões de Pós-Graduação, que exercerão as competências definidas no Estatuto, neste Regimento Geral e as demais a eles atribuídas pelo Conselho da Unidade.

Parágrafo único - As atividades de pesquisa relativas às dissertações (Mestrado) e teses (Doutorado) desenvolvidas em cursos de pós-graduação serão coordenadas pelos Conselhos e Comissões de Pós-Graduação stricto sensu.

Art. 69 - O Conselho de Pós-Graduação será constituído por todos os professores permanentes do curso e pela representação discente na proporção de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Art. 70 - O Conselho de Pós-Graduação reunir-se-á sempre que convocado pelo Coordenador do curso ou por solicitação de 1/3 (um terço) dos seus membros, e deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros.

Art. 71 - A Comissão de Pós-Graduação será constituída por professores portadores do título de Doutor ou equivalente, em número estipulado pelo Regimento do curso, e pela representação discente na proporção de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Parágrafo único - Os membros da Comissão de Pós-Graduação terão mandato de 2 (dois) anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que será de 1 (um) ano, permitida, em ambos os casos, uma recondução.

Art. 72 - O funcionamento das Comissões de Pós-Graduação obedecerá às seguintes normas:

I - as Comissões reunir-se-ão quando convocadas por seu Coordenador ou por solicitação de l/3 (um terço) de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - o não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Pós-Graduação, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato, declarada, de ofício, por seu Coordenador.

Art. 73 - A administração de cada curso de pós-graduação ficará a cargo de um Coordenador, que presidirá o Conselho e a Comissão de Pós-Graduação respectivos, articular-se-á com os Departamentos correspondentes para a realização de atividades de ensino e orientação.

Art. 74 - O Coordenador e o Coordenador Substituto serão eleitos, por voto secreto, dentre os professores orientadores permanentes, pelos membros do Conselho do curso, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 75 - Cabe ao Coordenador do curso, além do fixado no Estatuto:

I - representar o respectivo curso nas situações que digam respeito às suas competências fixadas no Estatuto, neste Regimento Geral e no Regimento Interno da Unidade;

II - elaborar o projeto de orçamento para o curso, segundo diretrizes e normas dos órgãos superiores da Universidade;

III- participar da eleição de representantes para a Câmara de Pós-Graduação;

IV- articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pós-graduação;

V- enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

Das Comissões de Pesquisa

Art. 76 - As atividades de pesquisa serão coordenadas por Comissão de Pesquisa, que exercerá as competências definidas no Estatuto, neste Regimento Geral e as demais a ela atribuídas pelo Conselho da Unidade.

Art. 77 - A Comissão de Pesquisa da Unidade será constituída por docentes e técnicoadministrativos, preferencialmente portadores do título de Doutor ou equivalente, que desenvolvam atividades de pesquisa na Unidade, e pela representação discente na proporção de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Art. 78 - O número de integrantes da Comissão de Pesquisa da Unidade será definido no Regimento Interno da Unidade.

Art. 79 - Os representantes nas Comissões de Pesquisa serão eleitos mediante voto secreto por aqueles que exerçam atividades de pesquisa, aprovadas pela instância competente da Unidade.

Art. 80 - O mandato dos membros das Comissões de Pesquisa será de 2 (dois) anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que será de 1 (um) ano, permitida uma recondução, em ambos os casos.

Art. 81 - O funcionamento das Comissões de Pesquisa obedecerá às seguintes normas:

I - as Comissões reunir-se-ão quando convocadas pelos seus Coordenadores ou por solicitação de l/3 (um terço) de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - o não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Pesquisa, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato, declarada, de ofício, por seu Coordenador.

Art. 82 - O Coordenador e o Coordenador Substituto serão eleitos por voto secreto pelos membros da Comissão, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 83 - Cabe ao Coordenador da Comissão de Pesquisa, além do fixado no Estatuto:

I - participar da eleição de representantes para a Câmara de Pesquisa;

II - articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa;

III- enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

Das Comissões de Extensão

Art. 84 - As atividades de extensão serão coordenadas por Comissão de Extensão, que exercerá as competências definidas no Estatuto, neste Regimento Geral e as demais a ela atribuídas pelo Conselho da Unidade.

Art. 85 - A Comissão de Extensão da Unidade será constituída por representantes docentes de seus Departamentos, que desenvolvam atividades de extensão; pela representação dos servidores técnico-administrativos que desenvolvam atividades de extensão; e pela representação discente na proporção de 1 (um) aluno para cada 5 (cinco) docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Art. 86 - O número de integrantes da Comissão de Extensão da Unidade será definido no Regimento Interno da Unidade.

Art. 87 - Os representantes dos Departamentos na Comissão de Extensão serão eleitos mediante voto secreto, pelo seu Plenário ou, quando houver, pelo Colegiado respectivo.

Art. 88 - O mandato dos membros da Comissão de Extensão será de 2 (dois) anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que será de 1 (um) ano, permitida uma recondução, em ambos os casos.

Art. 89 - O funcionamento das Comissões de Extensão obedecerá às seguintes normas:

I - as Comissões reunir-se-ão quando convocadas pelos seus Coordenadores ou por solicitação de l/3 (um terço) de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - o não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Extensão, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato, declarada, de ofício, por seu Coordenador.

Art. 90 - O Coordenador e o Coordenador Substituto serão eleitos por voto secreto pelos membros da Comissão, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 91 - Cabe ao Coordenador da Comissão de Extensão, além do fixado no Estatuto:

I - participar da eleição de representantes para a Câmara de Extensão;

II - articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de extensão;

III- enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

Dos Órgãos Auxiliares

Art. 92 - Aos Órgãos Auxiliares das Unidades Universitárias caberão as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno da Unidade.

Art. 93 - Os Órgãos Auxiliares terão Diretor e Diretor Substituto escolhidos na forma prevista no Regimento Interno da Unidade.

Art. 94 - Poderão ter destaque orçamentário os Órgãos Auxiliares com participação superior a 4 % (quatro por cento), em relação às rubricas correspondentes do orçamento da Universidade, quer no orçamento de pessoal, quer no de outras despesas de custeio, quer ainda no patrimônio imobilizado.

Anotações:

Parágrafo único - Excepcionalmente, por solicitação da Unidade, poderá ser concedido destaque orçamentário ao Órgão Auxiliar que obtiver parecer favorável da Pró-Reitoria responsável pelo planejamento da Universidade e aprovação do Conselho Universitário.

Art. 95 - Os Órgãos Auxiliares com destaque orçamentário terão Conselho Diretor escolhido na forma prevista no Regimento Interno da Unidade.

Art. 96 - Os Órgãos Auxiliares, sem prejuízo de outros que vierem a ser criados, são os seguintes:

- Centro de Ecologia, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário;

- Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica, vinculado ao Instituto de Geociências;

- Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, com destaque orçamentário;

- Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, vinculado à Escola de Administração, com destaque orçamentário;

- Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica, vinculado ao Instituto de Geociências;

- Centro de Estudos Linguísticos e Literários, vinculado ao Instituto de Letras;

- Centro de Investigação de Gondwana, vinculado ao Instituto de Geociências;

- Centro de Pesquisas em Odontologia Social, vinculado à Faculdade de Odontologia, com destaque orçamentário;

- Centro de Tecnologia, vinculado à Escola de Engenharia;

- Centro Olímpico, vinculado à Escola de Educação Física;

- Estação Experimental Agronômica, vinculada à Faculdade de Agronomia, com destaque orçamentário;

- Hospital de Clínicas Veterinárias, vinculado à Faculdade de Veterinária, com destaque orçamentário;

- Observatório Astronômico, vinculado ao Instituto de Física;

- Serviço de Pesquisa e Preparação Profissional, vinculado à Faculdade de Direito;

- Laboratório de Pesquisa do Exercício, vinculado à Escola de Educação Física;26

- Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário;

- Centro de Reprodução e Experimentação de Animais de Laboratório, vinculado ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde;

- Estação Biológica da UFRGS, vinculada ao Instituto de Biociências;

- Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos, vinculado ao Instituto de Química;

- Clínica de Atendimento Psicológico, vinculada ao Instituto de Psicologia;

- Centro de Empreendimentos em Informática, vinculado ao Instituto de Informática;

- Centro Polar e Climático, vinculado ao Instituto de Geociências.

DOS INSTITUTOS ESPECIALIZADOS

Art. 97 - Os Institutos Especializados, sem prejuízo de outros que vierem a ser criados, são os seguintes:

- Instituto de Pesquisas Hidráulicas;

- Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Parágrafo único - Aplica-se aos Institutos Especializados, no que couber, o disposto no Estatuto e neste Regimento Geral para as Unidades Universitárias.

Anotações:

DOS CENTROS DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Art. 98 - Os Centros de Estudos Interdisciplinares serão constituídos de acordo com o Estatuto, obedecidas as condições de funcionamento expressas neste Regimento Geral.

Art. 99 - A criação e extinção dos Centros de Estudos Interdisciplinares, previstas no Estatuto, serão aprovadas pelo CONSUN, com a concordância das Unidades envolvidas e do CEPE.

§1º - A proposta de criação deve conter objetivos, justificativa, plano de atividades, recursos humanos, físicos, materiais e financeiros disponíveis, e o anteprojeto de regimento interno do Centro.

§2º - Quando da criação, o CONSUN autorizará o funcionamento por um período de 3 (três) anos.

§3º - A proposta de renovação, por períodos de até 3 (três) anos, acompanhada de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, com a concordância das Unidades envolvidas e do CEPE, deverá ser submetida à aprovação do CONSUN.

§4º - Poderá ser concedido destaque orçamentário ao Centro que obtiver parecer favorável da Pró-Reitoria responsável pelo planejamento da Universidade e aprovação do Conselho Universitário.

Art. 100 - O Regimento Interno dos Centros de Estudos Interdisciplinares disporá sobre a participação de docentes, discentes e técnicos vinculados ou não à Universidade.

Art. 101 - Os Centros de Estudos Interdisciplinares poderão sediar cursos de pósgraduação, por manifestação do CEPE e aprovação do CONSUN.

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 102 - A UFRGS poderá constituir órgãos responsáveis por ministrar educação básica.

§1º - Os órgãos previstos no caput, vinculados à Reitoria, definirão em seus respectivos Regimentos Internos a estrutura didática e administrativa necessárias ao seu funcionamento, obedecidos o Estatuto e o Regimento Geral da UFRGS.

§2º - A educação básica na UFRGS será ministrada pelo Colégio de Aplicação, sem prejuízo de outros órgãos que vierem a ser criados.

Art. 103 - Os órgãos previstos no artigo anterior terão destaque orçamentário.

Art. 104 - O Diretor e o Vice-Diretor dos órgãos previstos no artigo 102 serão escolhidos na forma do disposto no artigo 52 deste RGU, sendo seus cargos providos pelo Reitor, com mandato de 4 (quatro) anos.

DO ENSINO

DO REGIME DIDÁTICO

Das Disposições Gerais

Art. 105 - O ensino na Universidade será ministrado nas seguintes modalidades de cursos:

a) graduação;

b) pós-graduação stricto sensu: mestrado e doutorado;

c) pós-graduação lato sensu: especialização e aperfeiçoamento;

d) extensão.

Art. 106 - A Universidade poderá manter, também, cursos de ensino fundamental, ensino médio e educação profissional para servir de laboratório à formação de profissionais do magistério respectivo, ao desenvolvimento da pesquisa sobre educação nesses níveis.

Art. 107 - Caberá aos Departamentos a responsabilidade pelos recursos humanos docentes necessários ao desenvolvimento do ensino, articulando-se com as Comissões de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

Art. 108 - O ensino de graduação e pós-graduação será ministrado seguindo o Calendário Escolar da Universidade nos dois períodos quadrimestrais.

Parágrafo único - Por proposta fundamentada do Conselho da Unidade, a respectiva Câmara poderá autorizar atividades de ensino, avaliação e recuperação em épocas distintas das estabelecidas no Calendário Escolar.

Art. 109 - O ensino será organizado sob a forma de disciplinas e ministrado na modalidade de cursos ou outros conjuntos sistematizados de disciplinas ou atividades.

§1º - Uma disciplina caracteriza-se como programação particular de conteúdos integrantes de uma área definida do conhecimento, a ser ministrada em determinado período de tempo, atendendo ao Calendário Escolar da Universidade e correspondendo a determinado número de créditos.

§2º - As disciplinas poderão integrar conteúdos de diferentes áreas de conhecimento, atendendo aos princípios da interdisciplinaridade, através de programação articulada entre Departamentos, um dos quais deverá ser o responsável administrativo pela disciplina.

§3º - A Comissão de Graduação dos cursos oferecidos na forma de parceria entre duas Unidades corresponsáveis ficará a ambas subordinada, cabendo a uma Unidade o preenchimento da função de Coordenador e, à outra, o de Coordenador Substituto, alternadamente.

§4º - O Coordenador e o Coordenador Substituto na hipótese do parágrafo anterior, integrarão os respectivos Conselhos de Unidade.

§5º - No diploma correspondente ao curso de graduação oferecido na modalidade de parceria constarão a identificação das Unidades corresponsáveis e as assinaturas dos respectivos Diretores.

Art. 110 - A cada disciplina corresponderá determinado número de créditos, de acordo com sua carga horária estabelecida na grade curricular do curso, correspondendo cada crédito a 15 (quinze) horas-aula.

§1º - Hora-aula é a unidade de carga horária, comum a todas as disciplinas da Universidade, para efeito de crédito.

§2º - Carga horária de uma disciplina é a soma total de horas-aula destinadas às atividades didáticas, integradas no plano da disciplina, desenvolvidas sob a supervisão de professor responsável, em aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, inclusive fora do âmbito da Universidade.

§3º - As Comissões de Graduação, juntamente com os Departamentos, poderão, em caráter excepcional, propor ao CEPE disciplinas com uma relação entre créditos e carga horária diferenciada do estabelecido no caput deste artigo.

Art. 111 - Cada disciplina corresponderá a, no mínimo, 15 (quinze) horas-aula, observado o disposto neste Regimento Geral.

Parágrafo único - Por proposta das Comissões de Graduação e Conselho da Unidade, e com homologação do CEPE, poderão ser programadas, no período letivo regular, disciplinas bimestrais e, excepcionalmente, disciplinas com distribuição temporal diferenciada.

Art. 112 - Compete ao CEPE estabelecer as normas específicas de organização dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão, bem como daqueles referentes à educação básica.

Art. 113 - A Universidade, nos termos de Resolução do CEPE, poderá promover a revalidação ou reconhecimento de diplomas estrangeiros, bem como a validação ou aproveitamento de estudos de um para outro curso, quando idênticos ou equivalentes.

Do Calendário Escolar

Art. 114 - O ano acadêmico na Universidade compreenderá dois períodos letivos regulares, com um mínimo de 108 (cento e oito) dias úteis cada um, podendo haver, nos termos do parágrafo único do artigo 108, um período letivo especial, com duração de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 8 (oito) semanas.

Art. 115 - O Calendário Escolar, proposto pela Reitoria e homologado pelo CEPE, estabelecerá datas e prazos para a efetivação dos atos escolares.

Parágrafo único - Excetuados os casos previstos no parágrafo único do artigo 108, todas as atividades de ensino, avaliação e recuperação serão concluídas antes da data prevista no Calendário Escolar para divulgação e remessa dos conceitos ao órgão competente.

Art. 116 - As férias escolares anuais serão distribuídas em dois períodos, entre os períodos letivos regulares, totalizando, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias.

Da Matrícula e da Transferência

Art. 117 - O número de vagas para a matrícula inicial nos cursos de graduação será o definido, anualmente, para o processo seletivo de ingresso na Universidade, nos termos do Estatuto e deste Regimento Geral.

Art. 118 - A matrícula nos cursos de graduação, assim como sua renovação, obedecerá às normas próprias fixadas pelo CEPE e será requerida pelo estudante à Pró-Reitoria competente, que a realizará sob orientação das Comissões de Graduação, por disciplina, conjunto de disciplinas ou série, nos prazos fixados no Calendário Escolar.

Art. 119 - A matrícula e, quando houver, sua renovação nos cursos de educação básica, de extensão e de pós-graduação obedecerão às normas próprias fixadas pelo CEPE.

Art. 120 - O CEPE, por iniciativa da Comissão de Graduação, ouvidos o Conselho da Unidade e a Pró-Reitoria competente, determinará, anualmente, o número de vagas em cada curso de graduação para a matrícula inicial dos alunos ingressantes via processo seletivo especial.

Art. 121 - O número de vagas e as condições de ingresso para os cursos de pós-graduação serão definidos, periodicamente, pelos mesmos.

Art. 122 - O número de vagas e as condições de ingresso para os cursos de ensino fundamental, ensino médio e educação profissional serão definidos pelo CEPE, por proposta dos mesmos.

Art. 123 - É assegurado ao aluno o direito de trancamento de matrícula por período letivo regular, até o máximo de quatro, ocorrendo readmissão automática após o término do prazo de cada trancamento.

Parágrafo único - Os processos de trancamento de matrícula e readmissão de aluno de pósgraduação stricto sensu deverão ser avaliados pela respectiva Comissão de Pós-Graduação, deacordo com o previsto no Regimento Interno do curso.

Art. 124 - A readmissão do estudante nos casos de perda de matrícula, caracterizando abandono, fica condicionada ao pronunciamento da Comissão respectiva, obedecendo às disposições do CEPE sobre a matéria.

Parágrafo único - O abandono por dois períodos letivos regulares consecutivos, ou por três períodos intercalados, acarretará desligamento definitivo do aluno do curso.

Art. 125 - Outras condições de desligamento e recusa de matrícula serão definidas pelo CEPE.

Art. 126 - A matrícula requerida por aluno transferido dependerá da existência de vaga e do cumprimento das exigências estabelecidas pelo CEPE, ressalvadas as exceções previstas em lei.

DO ENSINO DA GRADUAÇÃO

Da Estruturação e do Currículo dos Cursos

Art. 127 - Por decisão do Conselho da Unidade e respeitadas as normas estabelecidas pelo CEPE, o ensino, no âmbito de cada curso, será organizado na modalidade de disciplinas isoladas em seriação aconselhada ou na modalidade de curso seriado.

§1º - Na modalidade de disciplinas isoladas em seriação aconselhada, o currículo estabelecerá a cadeia de pré-requisitos para matrícula em cada disciplina, constituindo uma sequência de observância não compulsória, sendo exigida, para colação de grau, a integralização do número de créditos estipulado no currículo pleno do respectivo curso.

§2º - Na modalidade de curso seriado, o currículo será constituído por tantas etapas quantos forem os semestres ou anos exigidos para a conclusão do curso, sendo a aprovação em todas as disciplinas de uma etapa, requisito para matrícula na seguinte, aplicando-se o instituto de dependência, nos termos estabelecidos por resolução do CEPE.

Art. 128 - Integram o currículo dos cursos de graduação disciplinas obrigatórias, eletivas e facultativas, sendo:

I - disciplinas obrigatórias, aquelas tidas como imprescindíveis à formação que a Universidade visa a proporcionar;

II - disciplinas eletivas, aquelas de livre escolha do aluno, dentro de cada um dos elencos oferecidos pelo curso, necessárias à integralização do número total de créditos do currículo;

III - disciplinas facultativas, aquelas de livre escolha do aluno, dentro de um elenco oferecido pelo curso, cujos créditos não integralizam o currículo.

Art. 129 - Caberá aos Departamentos das Unidades Universitárias a responsabilidade de ministrar as disciplinas dos diferentes cursos da Universidade, sendo-lhes vedado recusar-se a ministrar disciplinas obrigatórias constantes na grade dos respectivos semestres ou etapas; excepcionalmente ser-lhes-á facultado recusar-se, com prévia justificativa aprovada pelo Conselho da Unidade e homologada pela Câmara respectiva, a ministrar disciplina eletiva ou facultativa constante da grade curricular do curso de graduação por eles atendido; também excepcionalmente ser-lhes-á facultado, em caso de necessidade, o oferecimento de disciplina obrigatória de diferente semestre ou etapa.

Parágrafo único - Para fins de atribuição das tarefas docentes e elaboração dos planos de trabalho, o ensino de graduação terá precedência sobre as demais atividades.

Art. 130 - Cabe às Comissões de Graduação organizar os currículos dos seus cursos e à Câmara de Graduação, a correspondente homologação.

§1º - O currículo será expresso em número total de horas correspondentes a número específico de créditos.

§2º - A duração dos cursos de graduação será expressa em número inteiro de períodos letivos regulares, correspondendo ou à sequência curricular aconselhada ou à seriação definida.

Art. 131 - A Universidade publicará, periodicamente, o Catálogo Geral dos Cursos de Graduação, no qual constarão a caracterização das disciplinas e a grade curricular de cada curso.

Da Verificação do Aproveitamento Escolar

Art. 132 - O ensino de cada disciplina será ministrado de acordo com os planos apresentados pelos professores responsáveis pelas disciplinas, elaborados pelos Departamentos e avaliados pelas Comissões de Graduação.

§1º - O plano de ensino de cada disciplina deverá incluir, além da súmula, o número de créditos, os respectivos pré-requisitos, os objetivos, o conteúdo programático na forma de unidades ou sequências, a metodologia, as experiências de aprendizagem, o sistema de verificação do aproveitamento e a bibliografia básica.

§2º - O plano de ensino de cada disciplina será apresentado no primeiro dia de aula e ficará à disposição dos alunos no Departamento.

§3º - Disciplina ministrada em várias turmas, atendida por mais de um professor, será coordenada por um professor responsável, indicado a cada período letivo pelo Departamento, a fim de estabelecer plano único de ensino e garantir a unidade em sua execução.

Art. 133 - Compete à Pró-Reitoria respectiva compatibilizar os horários e locais de oferecimento das disciplinas dos vários cursos, respeitando a conveniência didático-pedagógica dos mesmos.

Art. 134 - É obrigatória a frequência dos alunos às atividades didáticas, considerando-se reprovado aquele que, ao término do período letivo, houver deixado de frequentar mais de 25 % (vinte e cinco por cento) da carga horária prevista no plano da disciplina.

Art. 135 - Caberá ao professor de cada disciplina apresentar as conclusões sobre o desempenho do aluno no período letivo, adotando, no relatório de conceitos, que será encaminhado pelo Departamento à correspondente Pró-Reitoria, os seguintes códigos:

A - Conceito Ótimo;

B - Conceito Bom;

C - Conceito Regular;

D - Conceito Insatisfatório;

FF - Falta de Frequência.

§1º - O CEPE disciplinará as situações em que possa ser concedido ao aluno completar as exigências previstas no plano de uma disciplina, quando se tratar de deficiências parciais suscetíveis de recuperação em curto prazo, assegurando, em qualquer caso, que o registro definitivo do aproveitamento do aluno se faça com suficiente antecedência em relação ao início da matrícula do período seguinte.

§2º - A não informação de conceito em qualquer disciplina fica restrita aos casos previstos em lei, devidamente comprovados, cabendo ao Departamento encaminhar ao órgão competente, juntamente com o Relatório de Conceitos, ofício individualizado indicando a circunstância e a justificativa para a não informação.

§3º - O aluno que houver obtido conceito final: Ótimo (A), Bom (B) ou Regular (C), fará jus ao número correspondente de créditos da disciplina.

Art. 136 - O aluno poderá solicitar revisão do conceito final que lhe for atribuído, até setenta e duas horas após a publicação do mesmo pelo Departamento correspondente, através de requerimento fundamentado, dirigido à chefia do Departamento.

Parágrafo único - Da decisão do professor caberá, exclusivamente por motivo de interpretação ou descumprimento de formalidade ou procedimento previstos no Estatuto, neste Regimento Geral ou no Plano de Ensino, recurso ao Departamento e, da decisão deste, como instância final, recurso à Comissão de Graduação do curso.

Art. 137 - Com autorização prévia da Comissão de Graduação, alunos de graduação poderão cursar disciplinas pré-especificadas, em outras instituições de ensino superior, com deveres de frequência e aproveitamento, para complementar a sua formação, mediante solicitação da Unidade a que o curso se vincule, cabendo ao CEPE regulamentar a matéria.

Parágrafo único - No caso dos cursos em parceria, a Unidade a que competirá a solicitação será a circunstancialmente responsável pela coordenação do curso.

Art. 138 - A inobservância, por parte do docente, dos deveres contidos no Calendário Escolar que implique em prejuízo para o aluno, suscitará a aplicação das penas previstas na legislação em vigor.

Da Seleção e do Ingresso

Art. 139 - O processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, definido pelo CEPE, será realizado por órgão específico.

Art. 140 - A Universidade propiciará, a cada período letivo, de acordo com normas estabelecidas pelo CEPE e em função das vagas existentes, outras formas de ingresso de estudantes, tais como transferência interna, transferência voluntária, permanência em curso, readmissão, reingresso de diplomado, alunos-convênio e alunos especiais.

§1º - A admissão de alunos especiais em disciplinas isoladas ou conjunto de disciplinas especificamente organizadas dos currículos vigentes ensejará a obtenção de certificado de frequência, ou, em casos especiais, certificado de aproveitamento, segundo critérios definidos pelas Comissões de Graduação respectivas.

§2º - É vedada a transferência voluntária para os dois semestres finais do curso pretendido.

Art. 141 - A Universidade poderá admitir alunos visitantes, com deveres de frequência e aproveitamento, por solicitação de outra instituição de ensino superior em que o aluno esteja matriculado regularmente, para matrícula em disciplinas pré-especificadas, para complementar sua formação, cabendo ao CEPE regulamentar a matéria.

DA PÓS-GRADUAÇÃO

Do Ensino

Art. 142 - Os cursos de pós-graduação stricto sensu que conferem os graus de Mestre e de Doutor têm por objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino, de pesquisa e correlatas.

Art. 143 - O ensino de pós-graduação stricto sensu compreende dois níveis independentes e conclusivos, Mestrado e Doutorado, não constituindo o primeiro, necessariamente, pré-requisito para o segundo.

Art. 144 - O ensino de pós-graduação stricto sensu compreende disciplinas, seminários, pesquisas e outras atividades a serem definidas nos Regimentos dos cursos, segundo normas estabelecidas pelo CEPE.

Art. 145 - A obtenção do grau de Mestre exige a apresentação de dissertação ou outro tipo de trabalho de pesquisa conclusivo, compatível com as características da área de conhecimento e previsto no Regimento do curso.

Art. 146 - A obtenção do título de Doutor exige exame de qualificação que evidencie a amplitude e a profundidade do conhecimento do candidato, bem como defesa de tese, que represente trabalho original, importando em significativa contribuição para o conhecimento do tema.

Art. 147 - Em caráter excepcional, por proposição dos respectivos Conselhos de PósGraduação dos cursos de doutorado, poderão ser concedidos títulos de Doutor, diretamente por defesa de tese, a candidatos de alta qualificação, após exame dos seus títulos e trabalhos pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 148 - Os docentes e orientadores deverão ser portadores do título de Doutor ou equivalente, dedicar-se à pesquisa, ter produção científica continuada, ser aprovados pela Comissão de Pós-Graduação, para posterior homologação da Câmara de Pós-Graduação.

Art. 149 - Compete ao orientador:

I - orientar o pós-graduando na organização de seu plano de estudo e pesquisa e assisti-lo continuadamente em sua formação pós-graduada;

II - propor à Comissão de Pós-Graduação a composição das Bancas Examinadoras.

Art. 150 - Os cursos de especialização e aperfeiçoamento destinar-se-ão a diplomados em cursos de graduação, os primeiros objetivando preparar especialistas em setores restritos de estudos; e os últimos, aperfeiçoar conhecimentos e técnicas de trabalho.

Da Seleção e do Aproveitamento

Art. 151 - A seleção para ingresso nos cursos de pós-graduação será realizada segundo as normas definidas pelo regimento de cada curso.

Art. 152 - As disciplinas dos cursos de pós-graduação serão expressas em número total de horas correspondentes a número específico de créditos.

§1º - A cada 15 (quinze) horas-aula corresponderá 1 (um) crédito, sendo a atribuição de créditos a outras atividades compatíveis com as características da área de conhecimento definida pelo Regimento do curso.

§2º - Não serão atribuídos créditos pela dissertação ou tese.

§3º - Os prazos de validade dos créditos serão estabelecidos no Regimento do curso. 48

Art. 153 - Caberá ao professor de cada disciplina apresentar as conclusões sobre o desempenho dos pós-graduandos, utilizando os seguintes códigos:

A - Conceito Ótimo;

B - Conceito Bom;

C - Conceito Regular;

D - Conceito Insatisfatório;

FF - Falta de Frequência.

§1º - O pós-graduando que houver obtido conceito final: Ótimo (A), Bom (B) ou Regular (C), fará jus ao número correspondente de créditos da disciplina.

§2º - O Regimento do curso estabelecerá as exigências mínimas de aproveitamento global para a conclusão do curso.

Art. 154 - Os cursos de Mestrado e de Doutorado exigirão um número mínimo de créditos estabelecido pelo CEPE, podendo ser computados para o Doutorado, segundo o regimento de cada curso, créditos obtidos no Mestrado.

Parágrafo único - Em casos especiais, a critério da Comissão de Pós-Graduação, durante a realização do Mestrado, será permitida a alteração da inscrição para Doutorado, com o aproveitamento de créditos já obtidos.

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

DO CORPO DOCENTE

Art. 165 - A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com atribuições e constituição previstas em lei, no Estatuto e neste Regimento Geral, destina-se a assessorar os órgãos da Administração Superior da Universidade na formulação e execução das políticas referentes ao pessoal docente, terá a seguinte composição:

I - 8 (oito) representantes dos docentes da educação superior, eleitos por voto secreto entre seus pares, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária, salvo a hipótese prevista no parágrafo 1º deste artigo;

II - 1 (um) representante docente da educação básica, eleito por voto secreto entre seus pares;

III- 1 (um) representante discente.

§1º - Cada representante terá seu respectivo suplente, igualmente eleito, que o substituirá nas faltas e impedimentos, completando seu mandato no caso de vacância.

§2º - A CPPD elegerá um Presidente e um Vice-Presidente, dentre os representantes docentes da educação superior.

§3º - O mandato dos membros docentes será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§4º - O mandato discente será de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Art. 166 - O ingresso na carreira do magistério será por concurso público de provas e títulos, ocorrendo, dados os pressupostos de titulação previstos na legislação, sempre no nível inicial de cada classe.

Art. 167 - Os docentes terão progressão funcional de nível, dentro da mesma classe do magistério, por avaliação do desempenho acadêmico, consideradas as atividades docentes de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Art. 168 - Os docentes terão progressão funcional de classe, por titulação ou avaliação de desempenho acadêmico, exceto para a classe de Professor Titular.

Art. 169 - São atribuições do corpo docente as atividades de ensino de graduação e pósgraduação, respeitadas as exigências de titulação específicas, de pesquisa, de extensão e de administração universitária, constantes dos Planos de Ação das Unidades e de programas elaborados pelos Departamentos ou de atos emanados de órgãos competentes.

Art. 170 - Somente os integrantes da carreira do magistério do quadro de pessoal da Universidade são elegíveis para cargos, funções ou representações docentes.

DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Art. 171 - A Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA), com atribuições e constituição previstas em lei, destina-se a assessorar os órgãos da Administração Superior da Universidade na formulação e execução das políticas referentes ao pessoal técnicoadministrativo, terá a seguinte composição:

I - 2 (dois) representantes de cada grupo ocupacional (Nível de Apoio, Nível Intermediário e Nível Superior), eleitos por seus pares, em votação secreta, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

II - 2 (dois) servidores técnico-administrativos do órgão de pessoal da UFRGS, indicados pelo Reitor, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

III- 1 (um) representante discente, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

§1º - Cada membro da CPPTA terá um suplente, escolhido da mesma forma que o titular e na mesma época, competindo-lhe substituir o respectivo membro titular em suas faltas ou impedimentos e suceder-lhe em caso de vacância.

§2º - A CPPTA elegerá um Presidente e um Vice-Presidente dentre seus membros técnico-administrativos.

Art. 172 - A progressão funcional dos servidores técnico-administrativos obedecerá à legislação específica.

DO REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Art. 183 - O regime disciplinar a que se refere o Estatuto é o previsto na legislação em vigor.

DA RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS

Art. 196 - De ato ou decisão de autoridade ou órgão da Universidade cabe, por iniciativa do interessado, pedido de reconsideração, fundamentado na alegação de não consideração de elementos passíveis de exame quando da decisão.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de ciência pessoal do ato ou decisão, ou de sua divulgação oficial por edital afixado em local público e visível ou publicação em órgão de comunicação interno ou externo à Universidade.

Art. 197 - Salvo disposição expressa no Estatuto, neste Regimento Geral ou contida em regulamentação sobre matéria específica, de ato ou decisão de autoridade ou órgão da Universidade caberá recurso para instância superior, na forma seguinte:

I - Recurso ordinário:

1) para o Plenário ou, quando existir, para o Colegiado do Departamento, contra decisão de professor ou de Chefe de Departamento.

2) para o Conselho da Unidade contra decisão:

a) de Departamento, proferida por seu Chefe, Plenário ou Colegiado;

b) de Comissões de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão ou de seus Coordenadores, em matéria de competência do Conselho da Unidade;

c) de Órgão Auxiliar, proferida por seu Diretor;

d) do Diretor ou do Vice-Diretor da Unidade.

3) para as Câmaras respectivas, contra decisão das Comissões de Graduação, PósGraduação, Pesquisa e Extensão, em matéria da competência daquelas.

4) para o CEPE, em matéria de sua competência, contra decisão:

a) de Conselho da Unidade;

b) do Reitor ou do Vice-Reitor;

c) de suas Câmaras.

5) para o CONSUN, nas demais matérias, contra decisão de Conselho da Unidade, do Reitor ou do Vice-Reitor, e contra decisão originária do CEPE.

II - Recurso extraordinário para o CONSUN, contra decisão em grau de recurso do CEPE, por motivo de ilegalidade quanto à forma ou ao mérito.

§1º - Para os efeitos deste artigo, os atos praticados por delegação serão considerados de responsabilidade do delegante.

§2º - Será de 30 (trinta) dias o prazo para a interposição dos recursos previstos neste artigo, contados a partir da data de ciência pessoal do ato ou da decisão pelo interessado, ou da sua divulgação oficial por edital afixado em local público e visível ou publicação em órgão de comunicação interno ou externo à Universidade.

§3º - Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior e no parágrafo único do artigo 196 deste Regimento Geral, será válido o recibo aposto em Aviso de Recebimento Postal.

Art. 198 - O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se, da execução imediata do ato ou decisão recorrida, puder resultar sua ineficácia, com prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de provimento.

Parágrafo único - A autoridade ou órgão a que se recorre, este por sua presidência, deverá fundamentar o recebimento com efeito suspensivo.

Art. 199 - Recebido o recurso, deverá a instância decidir no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Vencido o prazo acima referido, o recurso entrará automaticamente em pauta, com ou sem parecer, precedendo todos os demais processos.

Art. 200 - Proferida a decisão definitiva, será o processo devolvido à autoridade ou órgão competente para o respectivo cumprimento.

Art. 201 - A autoridade ou membro de órgão colegiado responsável pelo ato ou decisão recorridos ficará impedido de participar de deliberação sobre os mesmos em instância superior.

§1º - Excetua-se do impedimento previsto no caput deste artigo a presidência da instância superior.

§2º - O quorum exigido para deliberação será automaticamente ajustado pela exclusão dos membros impedidos.

Anotações:

Noções de Administração

CETEC

UFRGS

Assistente em Administração

Professor: Ricardo Conzatti
Administrador – Especialista - Mestre em Administração
Professor PUCRS e FARGS
ricardo.conzatti@gmail.com

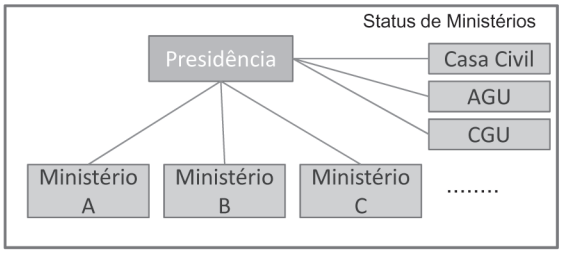
Aprovado em inúmeros concursos.
(INMETRO (1º), DNIT (3º), MPE-RS (4º), UERGS (2º), PLANEJAMENTO-ESTADO-RS (13º), ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA RS (13º), TCE-SP (2º primeira fase)

Conteúdo Programático:

- Ministérios e respectivas áreas de competência
- Administração de Recursos Humanos
  - Conceito e áreas de RH
  - Funções do Administrador de RH
  - Recrutamento e Seleção de Pessoas
  - Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas
  - Benefícios Sociais
- Conceito e tipos de estrutura organizacional
- Relações humanas
- Desenvolvimento de equipes de trabalho
- Desempenho profissional

MINISTÉRIOS e suas áreas de competências

PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA CENTRALIZADA



PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DESCENTRALIZADA

UFRGS IBGE Banco do Brasil

Correios Caixa Econômica Federal

outras

PODER LEGISLATIVO

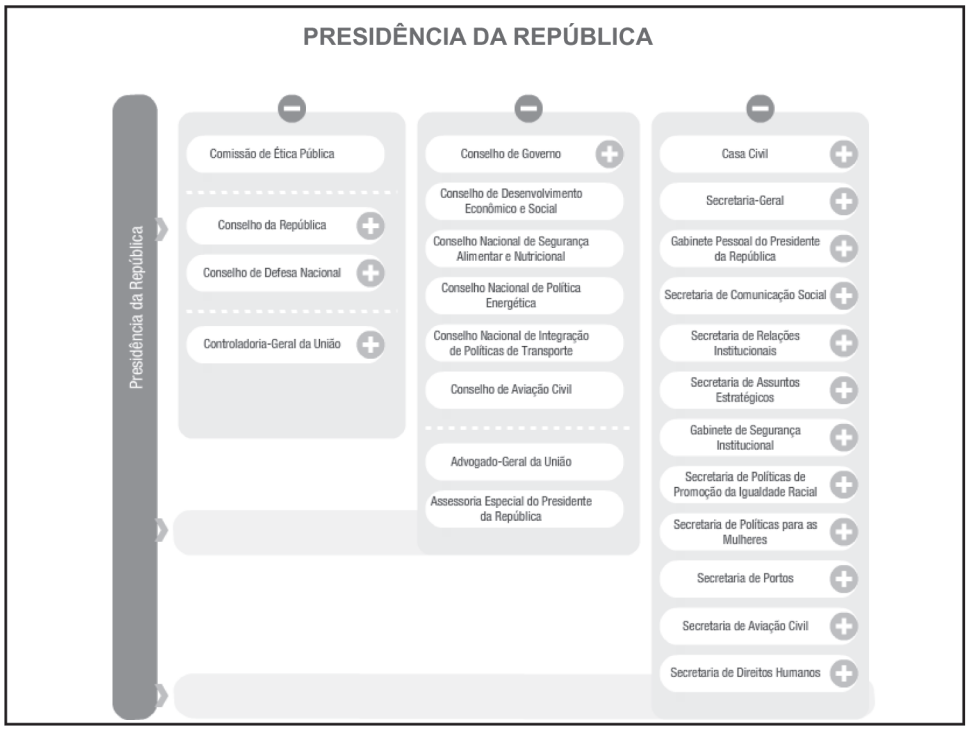
PODER JUDICIÁRIO

MINISTÉRIOS e suas áreas de competências

Advocacia-Geral da União
http://www.agu.gov.br
Banco Central do Brasil
http://bcb.gov.br
Casa Civil da Presidência da República
http://www.casacivil.gov.br
Controladoria Geral da União
http://www.cgu.gov.br
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
http://www.gsi.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
http://www.agricultura.gov.br
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
http://mct.gov.br
Ministério da Cultura
http://www.cultura.gov.br
Ministério da Defesa
http://www.defesa.gov.br
Ministério da Educação
http://www.mec.gov.br
Ministério da Fazenda
http://www.fazenda.gov.br
Ministério da Integração Nacional
http://integracao.gov.br
Ministério da Justiça
http://portal.mj.gov.br
Ministério da Pesca e Aquicultura
http://www.mpa.gov.br
Ministério da Previdência Social
http://www.previdencia.gov.br
Ministério da Saúde
http://www.saude.gov.br
Ministério das Cidades
http://www.cidades.gov.br
Ministério das Comunicações
http://www.mc.gov.br
Ministério das Relações Exteriores
http://www.itamaraty.gov.br
Ministério de Minas e Energia
http://www.mme.gov.br
Ministério do Desenvolvimento Agrário
http://www.mda.gov.br
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
http://www.mds.gov.br
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
http://www.mdic.gov.br
Ministério do Esporte
http://www.esporte.gov.br
Ministério do Meio Ambiente
http://www.mma.gov.br
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
http://www.planejamento.gov.br
Ministério do Trabalho e Emprego
http://www.mte.gov.br
Ministério do Turismo
http://www.turismo.gov.br
Ministério dos Transportes
http://www.transportes.gov.br
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
http://www.sae.gov.br
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
http://www.aviacaocivil.gov.br/
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
http://www.secom.gov.br
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
http://www.direitoshumanos.gov.br
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
http://www.portaldaigualdade.gov.br
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
http://www.sepm.gov.br
Secretaria de Portos da Presidência da República
http://www.portosdobrasil.gov.br
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
http://www.relacoesinstitucionais.gov.br
Secretaria-Geral da Presidência da República
http://www.secretariageral.gov.br

Fonte:
http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios



EVOLUÇÃO DO RH E FUNÇÕES

Evolução do RH

MODO TRADICIONAL	MODO GERENCIAL
• Empregados isolados no cargo	• Colaboradores agrupados em equipes
• Horário rigidamente estabelecido	• Metas negociadas e compartilhadas
• Preocupação com normas e regulamentos	• Preocupação com resultados
• Dependência da chefia	• Interdependência entre colegas e equipes
• Ênfase na especialização	• Ênfase na ética e responsabilidade - visão gerencial
• Mão-de-Obra	• Inteligência e talento

AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DE PESSOAS / RH

DE		PARA
• Operacional e Burocrático	→	• Estratégico
• Policiamento e Controle	→	• Parceria e Compromisso
• Curto Prazo e Imediatismo	→	• Longo Prazo
• Administrativo	→	• Consultivo
• Foco na Função	→	• Foco no Negócio
• Foco Interno e Introvertido	→	• Foco Externo e no cliente
• Reativo e Solucionador de Problemas	→	• Proativo e Preventivo
• Foco na Atividade e nos Meios	→	• Foco nos Resultados e nos Fins

AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DE PESSOAS / RH

ANTES	AGORA
• Concentração na função RH	• Apoio no *core business* da área
• Especialização das Funções	• Gerenciamento de Processos
• Vários níveis hierárquicos	• Enxugamento e *dowsizing*
• Introversão e isolamento	• *Benchmarking* e extroversão
• Rotina operacional e burocrática	• Consultoria e visão estratégica
• Preservação da cultura organizacional	• Inovação e mudança cultural
• Ênfase nos meios e procedimentos	• Ênfase nos objetivos e resultados
• Busca de eficiência interna	• Busca da eficácia organizacional
• Visão voltada para o presente e o passado	• Visão voltada para o futuro e destino
• Administrar recursos humanos	• Assessorar na gestão com pessoas
• Fazer tudo sozinha	• Ajudar os gerentes e equipes
• Ênfase nos controle operacionais	• Ênfase na liberdade e participação

Século XX	Século XXI
• Estabilidade, previsibilidade	• Melhoria contínua, descontinuidade da mudança
• Porte e escala de produção	• Velocidade e responsividade
• Comando e controle de cima para baixo	• *Empowerment* e liderança de todos
• Rigidez organizacional	• Organizações virtuais e flexibilidade permanente
• Controle por meio de regras e hierarquia	• Controle por meio da visão e dos valores
• Informações em segredo	• Informações compartilhadas
• Racionalidade e análise quantitativa	• Criatividade e intuição
• Necessidade de certeza	• Tolerância à ambigüidade
• Reativo e avesso ao risco	• Proativo e empreendedor
• Orientado para o processo	• Orientado para os resultados
• Autonomia e independência corporativa	• Interdependência e alianças estratégicas
• Integração vertical	• Integração virtual
• Foco na organização inteira	• Foco no ambiente competitivo
• Busca de consenso	• Contenção construtiva
• Orientação para o mercado nacional	• Foco internacional
• Vantagem competitiva sustentável	• Vantagem colaborativa e reinvenção da vantagem
	• Hiperconcorrência por mercados futuros

Eras	Era Industrialização Clássica	Era da Industrialização Neoclássica	Era da Informação
Períodos	1900-50	1950-1990	Após 1990
Estrutura Organizacional Predominante	Burocrática, funcional, piramidal, centralizadora, rígida e inflexível. Ênfase nos órgãos	Mista, matricial, com ênfase na departamentalização por produtos ou serviços ou unidades estratégicas de negócios.	Fluida, ágil e flexível, totalmente descentralizada. Ênfase nas redes de equipes multifuncionais.
Cultura Organizacional Predominante	Teoria X, foco no passado nas tradições e nos Valores conservadores. Ênfase no status quo. Valorização da tradição e da experiência.	Transição. Foco no presente e no atual. Ênfase na adaptação ao ambiente. Valorização da renovação e da revitalização.	Teoria Y. Foco no futuro e no destino. Ênfase na mudança e na inovação. Valorização do conhecimento e da criatividade.
Ambiente Organizacional	Estático, previsível, poucas e gradativas mudanças. Poucos desafios ambientais.	Intensificação e aceleração das mudanças ambientais.	Mutável, imprevisível, turbulento, com grandes e intensas mudanças.
Modos de lidar Com as pessoas	Pessoas como fatores de produção inertes e estáticos. Ênfase nas regras e controles rígidos para regular as pessoas.	Pessoas como recursos organizacionais que devem ser administrados. Ênfase nos objetivos organizacionais para dirigir as pessoas.	Pessoas como seres humanos proativos e inteligentes que devem ser impulsionados. Ênfase na liberdade e no comprometimento para motivar as pessoas.
Administração De Pessoas	**Relações Industriais**	**Administração de Recursos Humanos**	**Gestão de Pessoas**

Era Industrialização Clássica 1900-50	Era da Industrialização Neoclássica 1950-1990	Era da Informação Após 1990
• Início da industrialização e formação do proletariado • Transformação das oficinas em fábricas • Estabilidade, rotina, manutenção e permanência • Adoção das estruturas tradicionais e da departamentalização funcional e divisional • Modelo mecanístico, burocrático. Estruturas altas e largas amplitudes de controle • Necessidade de ordem e rotina	• Expansão da industrialização e do mercado de candidatos • Aumento do tamanho das fábricas e do comércio mundial • Início do dinamismo do ambiente: instabilidade e mudança • Adoção de estruturas híbridas e de novas soluções organizacionais • Modelo menos mecanístico, estruturas baixas e amplitude de controle mais estreita • Necessidade de adaptação	• Mercado de serviços ultrapassa o mercado industrial • Adoção de unidades de negócios para substituir grandes organizações • Extrema dinamismo, turbulência e mudança • Adoção de estruturas orgânicas e adhocráticas • Modelos orgânicos, ágeis, flexíveis, mutáveis • Necessidades de mudança
Depto de Pessoal Depto de Relações industriais Pessoas como Mão-de-obra	Depto de RH Depto de Gestão de Pessoas Pessoas como Recursos Humanos	Equipes De Gestão de Pessoas Pessoas como Parceiros

OS OBJETIVOS DO RH e de seus administradores

- ajudar a organização a alcançar seus objetivos e a realizar sua missão
- proporcionar competitividade à organização
- proporcionar à organização empregados bem treinados e bem motivados
- aumentar a auto-atualização e a satisfação dos empregados no trabalho
- desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho
- administrar a mudança
- manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável

A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA GESTÃO DE PESSOAS
e a função dos administradores de RH

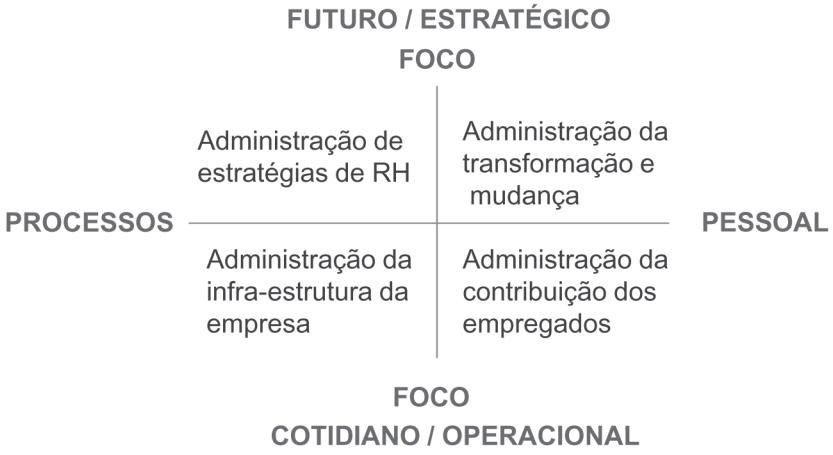
- ALAVANCAR O CAPITAL HUMANO DAS ORGANIZAÇÕES, A FIM DE CRIAR / AUMENTAR O VALOR DE SEU CAPITAL INTELECTUAL.
- ALINHAR AS DECISÕES E AÇÕES RELATIVAS À RH COM AS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA ORGANIZAÇÃO.
- ATUAR EFETIVAMENTE NOS PROCESSOS DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL
- AUXILIAR NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DIRETRIZES, POLÍTICAS, INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO EM TODOS OS NÍVEIS DA ORGANIZAÇÃO.
- AJUSTAR OS SEUS PROCESSOS NO SENTIDO DE AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS E INDIVIDUAIS, BUSCANDO PROPICIAR AOS FUNCIONÁRIOS MOTIVAÇÃO, COMPROMENTIMENTO E REALIZAÇÃO PROFISSIONAL.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS: O MODELO DE MÚLTIPLOS PAPÉIS PARA O RH

Livro: Os campeões dos Recursos Humanos, com David Ulrich

- Integração do estratégico com o operacional
- Integração de metas qualitativas com metas quantitativas
- Atendimento ao curto e ao longo prazo

MODELO DE MÚLTIPLOS PAPÉIS PARA A GESTÃO DE RH



ADMINISTRAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE RH

- Ajuste das estratégias de RH à estratégia empresarial como um todo;
- Parceria estratégica;
- Desenvolvimento de um diagnóstico organizacional;
- Transformação das estratégias empresariais em ações prioritárias em RH.

ADMINISTRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA EMPRESA

- Concepção e desenvolvimento de processos eficientes para:
  - contratar,
  - treinar e avaliar,
  - premiar e promover,
  - gerir o fluxo de funcionários na organização
- Busca pela eficiência administrativa
- Melhoria contínua dos processos

ADMINISTRAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

- Busca por um maior envolvimento, comprometimento e competência dos funcionários;
- Defensor dos funcionários dedicando tempo e presença pessoal a eles;
- Promoção e desenvolvimento de ações que busquem dos funcionários a contribuição esperada pela empresa.

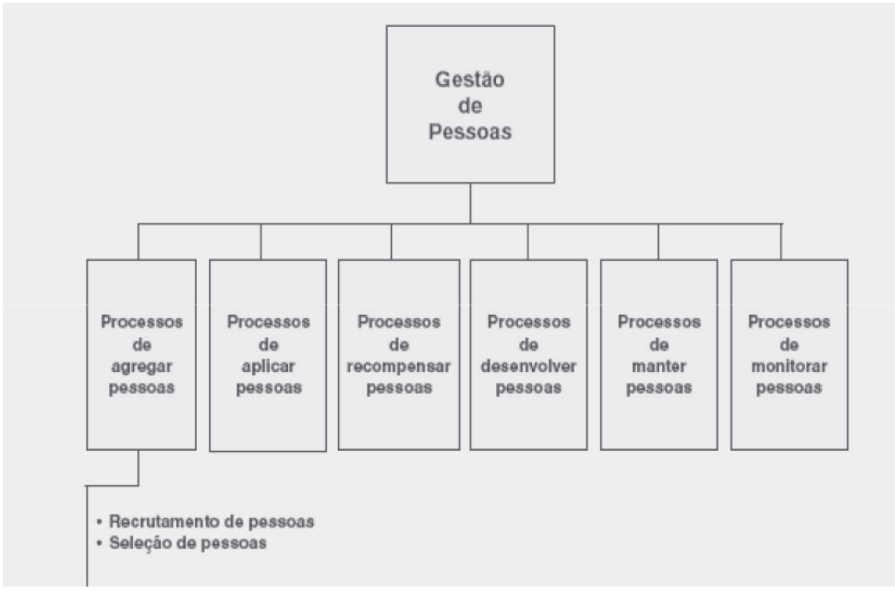
ADMINISTRAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO E DA MUDANÇA

- Identificar possibilidades de mudança e implementá-las;
- Auxiliar a organização a livrar-se da cultura antiga e adaptar-se à nova;
- O agente da mudança:
  - identifica, estrutura e soluciona problemas
  - constrói relações de confiança
  - cria e executa planos de ação

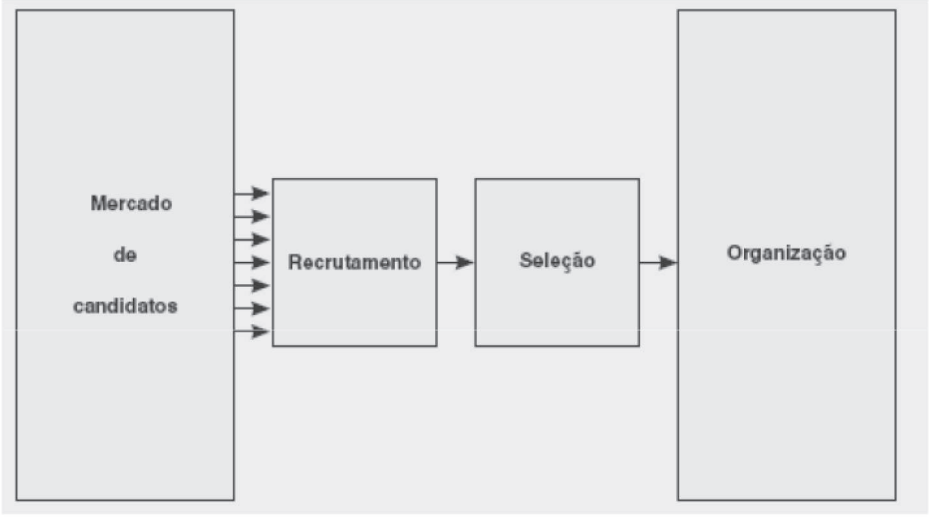
O RH COMO PARCEIRO EMPRESARIAL

- O RH como Parceiro Empresarial deve atuar de forma efetiva e eficaz em todos os papéis do RH
- O Parceiro Empresarial deve ser:
  - Parceiro Estratégico
  - Especialista Administrativo
  - Defensor dos Funcionários
  - Agente da Mudança

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



O recrutamento e seleção como partes do processo de agregar pessoas



RECRUTAMENTO

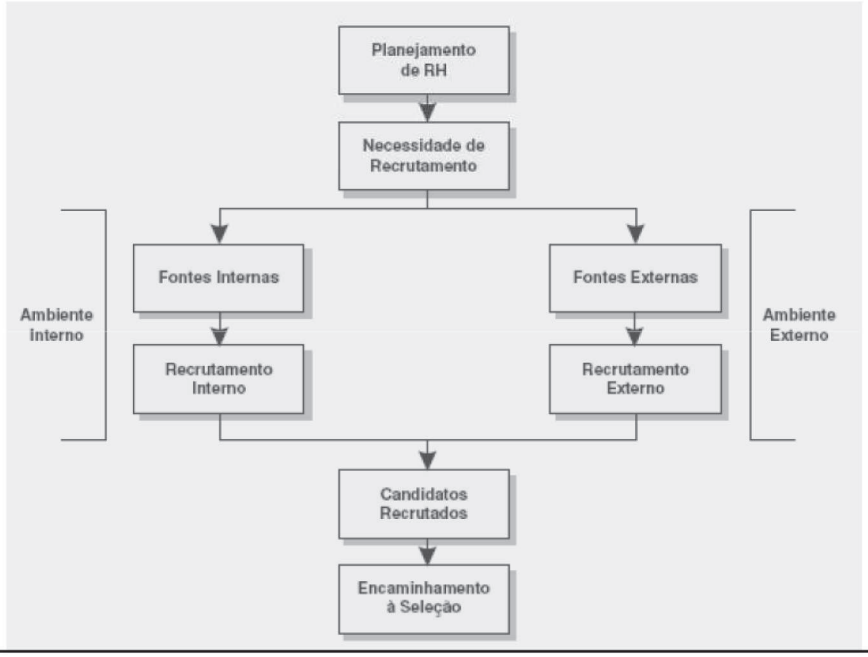
- **Recrutamento** é um conjunto de atividades desenhadas para atrair candidatos qualificados para uma organização.

- **Recrutamento** é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa a atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. É basicamente um sistema de informação, por meio do qual a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos as oportunidades de emprego que pretende preencher.

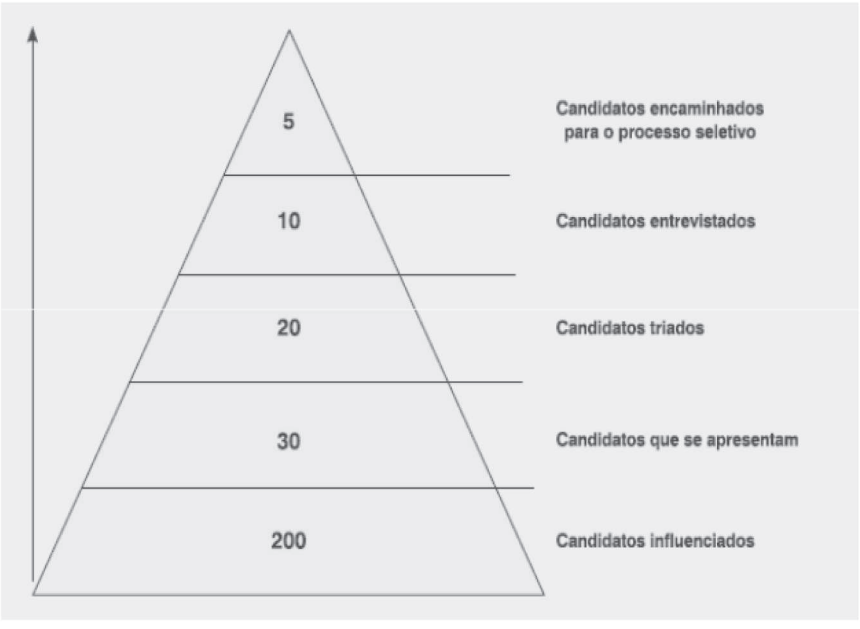
- **Recrutamento** é o processo de atrair um conjunto de candidatos para um particular cargo. Ele deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-lo. O mercado do qual a organização tenta buscar os candidatos pode ser interno, externo ou uma combinação de ambos. Em outras palavras, a organização deve buscar candidatos dentro dela, fora dela ou em ambos os contextos.

- **Recrutamento** é o conjunto de políticas e ações destinadas a atrair e agregar talentos à organização para dotá-la das competências necessárias ao seu sucesso.

As alternativas de recrutamento de pessoas.



A pirâmide seletiva do recrutamento.



O RECRUTAMENTO requer um cuidadoso planejamento, que constitui uma sequencia de 3 fases:

1 – O que a organização precisa em termos de pessoas;

2 – O que o *mercado de RH* pode oferecer

3 - Quais as Técnicas de recrutamento a aplicar.

Daí, as 3 etapas do processo de RECRUTAMENTO

1 – pesquisa interna de necessidades

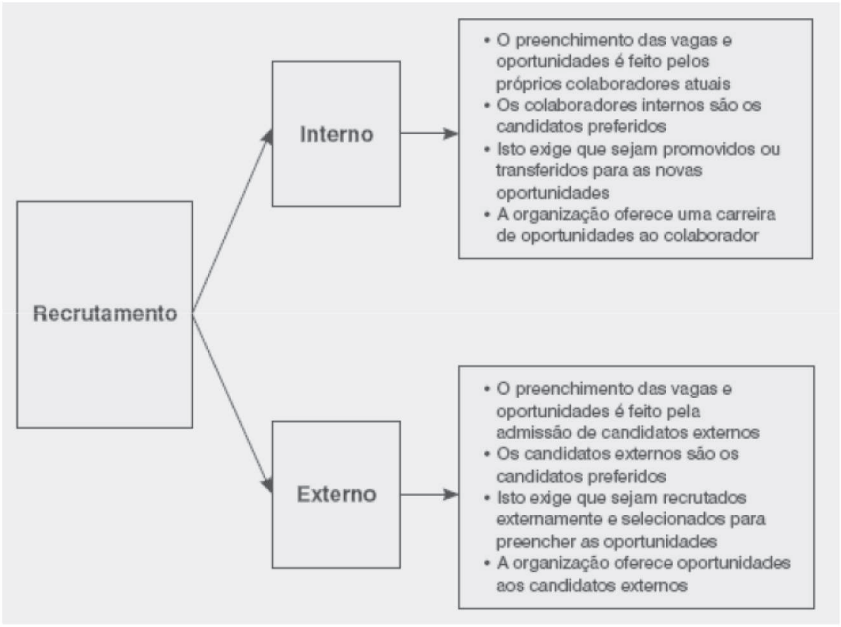
2 – pesquisa externa do mercado

3 - Definição das técnicas de recrutamento a utilizar

TÉCNICAS DE RECRUTAMENTO

- Consulta aos arquivos de candidatos
- Apresentação de candidatos por parte dos funcionários da empresa
- Cartazes ou anúncios na portaria da empresa
- Contatos com sindicatos e associações de classe
- Contatos com universidades e escolas, agremiações, diretórios acadêmicos, centro de integração empresa-escola
- Conferências e palestras em universidades e escolas
- Contatos com outras empresas que atuam no mercado
- Viagens de recrutamento em outras localidades
- Anúncios em jornais e revistas
- Internet
- Agências de recrutamento
- Head-Hunters
- Agências de recolocação

MEIOS / FONTES DE RECRUTAMENTO



RECRUTAMENTO INTERNO

O recrutamento interno tem vantagens e desvantagens. Vejamos:

Prós:
1. Aproveita melhor o potencial humano da organização.
2. Motiva e encoraja o desenvolvimento profissional dos atuais funcionários.
3. Incentiva a permanência e a fidelidade dos funcionários à organização.
4. Ideal para situações de estabilidade e pouca mudança ambiental.
5. Não requer socialização organizacional de novos membros.
6. Probabilidade de melhor seleção, pois os candidatos são bem conhecidos.
7. Custa financeiramente menos do que fazer recrutamento externo.

Contras:
1. Pode bloquear a entrada de novas idéias, experiências e expectativas.
2. Facilita o conservantismo e favorece a rotina atual.
3. Mantém quase inalterado o atual patrimônio humano da organização.
4. Ideal para empresas burocráticas e mecanísticas.
5. Mantém e conserva a cultura organizacional existente.
6. Funciona como um sistema fechado de reciclagem contínua.

RECRUTAMENTO EXTERNO

O recrutamento externo tem suas vantagens e desvantagens.

Prós:
1. Introduz sangue novo na organização: talentos, habilidades e expectativas.
2. Enriquece o patrimônio humano, pelo aporte de novos talentos e habilidades.
3. Aumenta o capital intelectual ao incluir novos conhecimentos e destrezas.
4. Renova a cultura organizacional e a enriquece com novas aspirações.
5. Incentiva a interação da organização com o MRH.
6. Indicado para enriquecer mais intensa e rapidamente o capital intelectual.

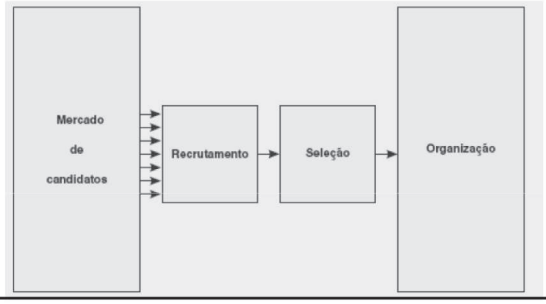
Contras:
1. Afeta negativamente a motivação dos atuais funcionários da organização.
2. Reduz a fidelidade dos funcionários ao oferecer oportunidades a estranhos.
3. Requer aplicação de técnicas seletivas para escolha dos candidatos externos. Isso significa custos operacionais.
4. Exige esquemas de socialização organizacional para os novos funcionários.
5. É mais custoso, oneroso, demorado e inseguro que o recrutamento interno.

DIFERENÇAS

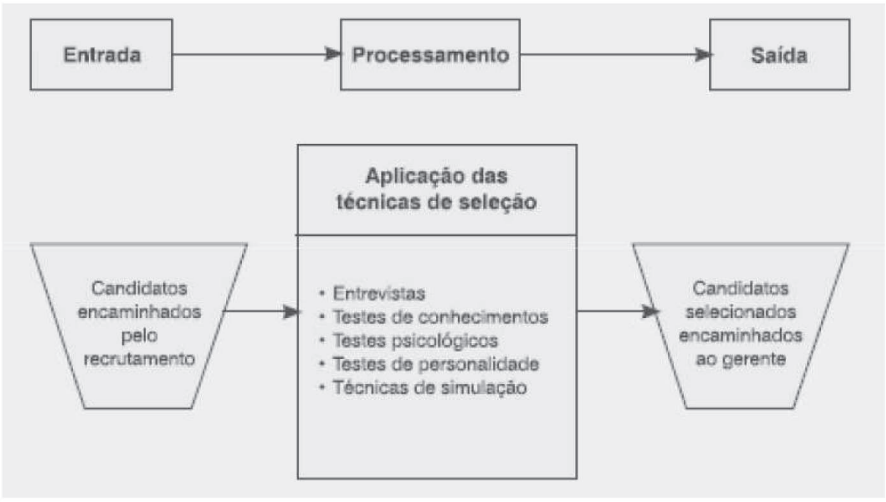
Recrutamento interno	Recrutamento externo
• Os cargos vagos são preenchidos por funcionários, que são selecionados e promovidos dentro da organização	• Os cargos vagos são preenchidos por candidatos externos que são selecionados e ingressam na organização
• Os candidatos são recrutados internamente dentro dos quadros da própria organização	• Os candidatos são recrutados externamente no mercado de recursos humanos
• Os candidatos já são conhecidos pela organização, passaram por testes de seleção, passaram por programas de treinamento e foram avaliados quanto ao seu desempenho	• Os candidatos são desconhecidos pela organização e precisam ser testados e avaliados pelo processo seletivo
• As oportunidades de emprego melhor são oferecidas aos próprios funcionarios, que podem subir a postos melhores e desenvolver sua carreira profissional dentro da organização	• As oportunidades de emprego são oferecidas ao mercado, cujos candidatos podem disputá-las

SELEÇÃO

- **Seleção** é o processo de escolher o melhor candidato para o cargo.
- **Seleção** é o processo pelo qual uma organização escolhe de uma lista de candidatos a pessoa que melhor alcança os critérios de seleção para a posição disponível, considerando as atuais condições de mercado.
- **Seleção** é a obtenção e uso da informação a respeito de candidatos recrutados externamente para escolher qual deles deverá receber a oferta de emprego.
- **Seleção** é um processo decisório baseado em dados confiáveis para agregar talentos e competências capazes de contribuir no longo prazo para o sucesso da organização.



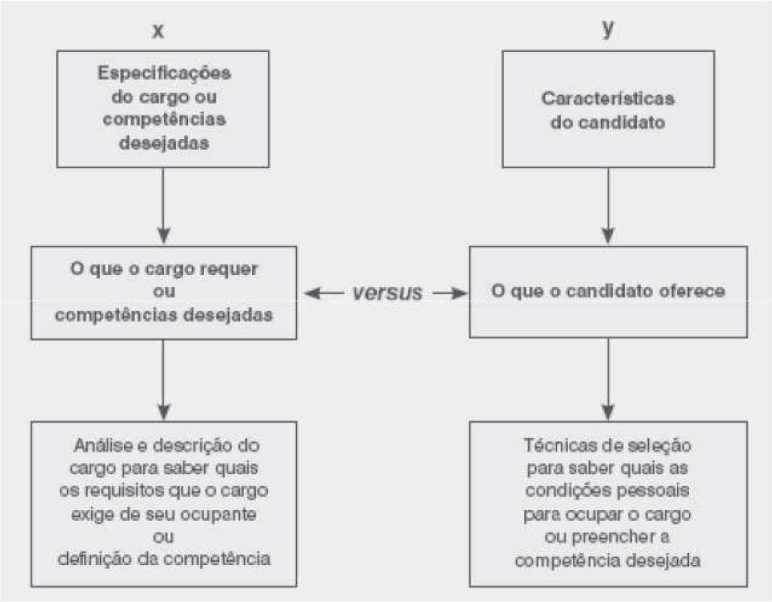
O processo de seleção de pessoal.



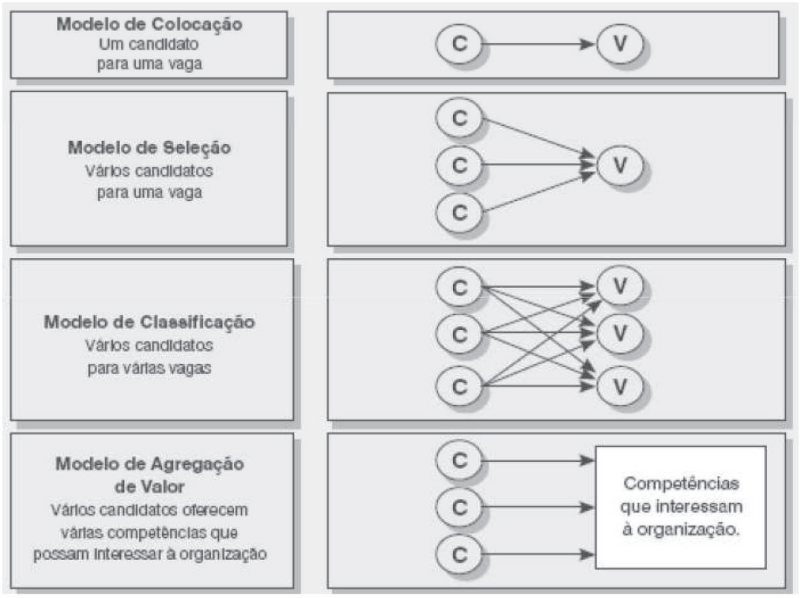
SELEÇÃO COMO RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF

Responsabilidade de linha	Função de *staff*
• Decidir quanto ao preenchimento do cargo vago através da emissão da Requisição de Empregado (RE) • Decidir quanto às características básicas dos candidatos • Entrevistar os candidatos • Avaliar e comparar os candidatos através dos resultados das entrevistas e das demais técnicas de seleção • Decidir a respeito da aprovação ou rejeição dos candidatos • Escolher o candidato final ao cargo	• Verificar o arquivo de candidatos e/ou executar o processo de recrutamento • Fazer as entrevistas de triagem dos candidatos que se apresentam • Desenvolver técnicas de seleção mais adequadas • Preparar e treinar os gerentes nas técnicas de entrevistar candidatos • Aplicar testes psicométricos ou de personalidade, se necessário • Assessorar os gerentes no processo seletivo, se necessário

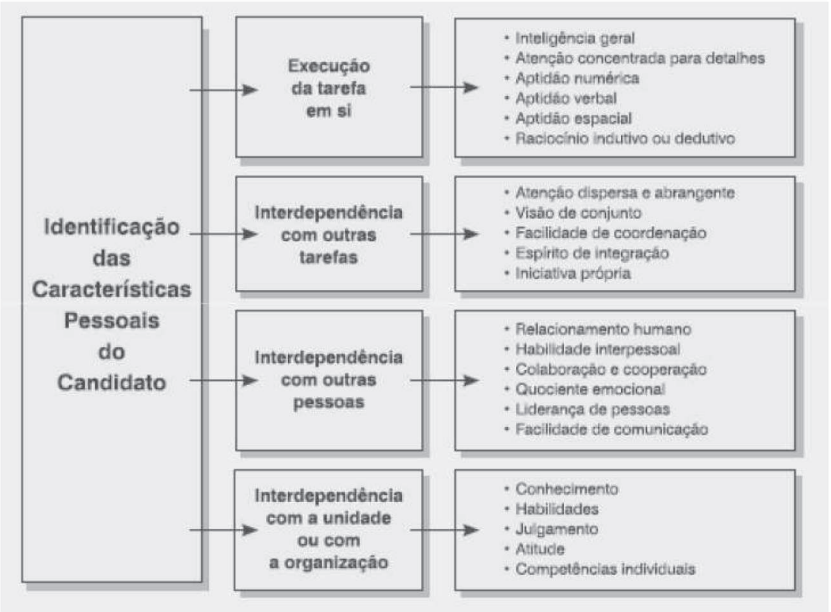
SELEÇÃO DE PESSOAL COMO UMA COMPARAÇÃO



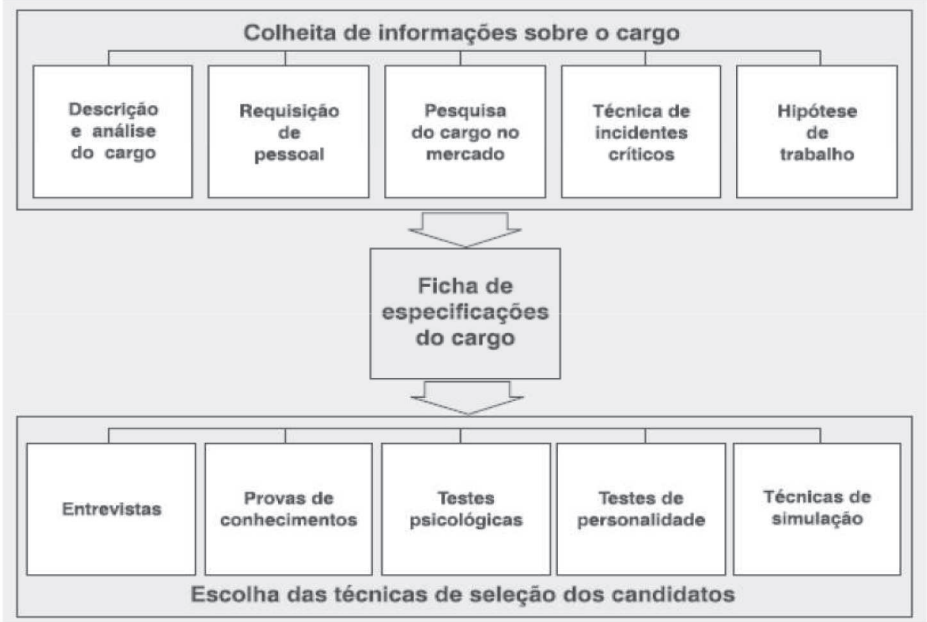
MODELO DE COLOCAÇÃO, SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR



IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO CANDIDATO



INFORMAÇÕES SOBRE O CARGO COMO BASE DO PROCESSO SELETIVO



CINCO CATEGORIAS DE TÉCNICAS DE SELEÇÃO DE PESSOAL

Entrevista de seleção	• Entrevista dirigida (com roteiro preestabelecido) • Entrevista livre (sem roteiro definido)
Provas de conhecimentos ou de capacidade	• Gerais: • Cultura geral; • Línguas • Específicas: • Conhecimentos técnicos; • Cultura profissional
Testes psicológicos	• Testes de aptidões: • Gerais; • Específicas
Testes de personalidade	• Expressivos: • PMK • Projetivos: • *Rorscharch*; • Teste da árvore; • TAT • Inventários: • de motivação; • de interesses
Técnicas de simulação	• Psicodrama, dinâmica de grupo • Dramatização (*Role Playing*)

Definições sobre **Benefícios**

- *Benefícios constituem pagamentos financeiros* indiretos oferecidos aos funcionários. Incluem saúde e segurança, férias, pensões, planos de educação, descontos em produtos da companhia etc.1

- *Benefícios sociais são as facilidades, conveniências,* vantagens e serviços sociais que as empresas oferecem aos seus empregados, no sentido de poupar-lhes esforços e preocupações. Constituem a chamada remuneração indireta concedida a todos os empregados, como uma condição de emprego, independente do cargo ocupado, em conjunto com a chamada remuneração direta que é o salário específico para o cargo ocupado, em função da avaliação do cargo ou do desempenho do ocupante.2

- *Benefícios representam a compensação financeira* indireta, através de recompensas e serviços proporcionados pela organização, além dos salários, como: pagamentos legalmente impostos pela previdência social, seguros, planos de aposentadoria, pagamento por tempo não trabalhado, bônus baseados no desempenho, e partes dos custos de serviços relacionados com alimentação, transporte etc.3

- *Benefícios são recompensas não-financeiras, baseadas* no fato de pertencer à organização e que são oferecidas para atrair e manter os colaboradores.4

Origens dos **Benefícios**

1. Competição entre as organizações na disputa de talentos humanos, seja para atraí-los ou para mantê-los.

2. Uma nova atitude das pessoas quanto aos benefícios sociais.

3. Exigências dos sindicatos e dos contratos coletivos de trabalho.

4. Exigências da legislação trabalhista e previdenciária.

5. Impostos atribuídos às organizações, que passaram a representar meios lícitos de deduções de suas obrigações tributárias.

6. Necessidade de contribuir para o bem-estar dos colaboradores e da comunidade.

Tipos de BENEFÍCIOS SOCIAIS

- **Quanto a sua EXIGIBILIDADE**
- **Quanto a sua NATUREZA**
- **Quanto aos seus OBJETIVOS**

Quanto sua EXIGIBILIDADE

Os planos de benefícios podem ser classificados em legais ou espontâneos, conforme a sua exigibilidade legal.

▪ ***Benefícios legais.*** São os benefícios exigidos pela legislação trabalhista ou previdenciária, ou ainda por convenção coletiva entre sindicatos. Os principais benefícios legais são:

- Férias
- 13º salário
- Aposentadoria
- Seguro de acidentes do trabalho
- Auxílio doença
- Salário família
- Salário maternidade
- Etc.

Alguns desses benefícios são pagos pela organização, enquanto outros são pagos pelos órgãos previdenciários.

▪ ***Benefícios espontâneos.*** São os benefícios concedidos por mera liberalidade das empresas, já que não são exigidos por lei, nem por negociação coletiva. São também chamados benefícios marginais (*fringe benefits*) ou benefícios voluntários. Incluem:

- Gratificações
- Refeições subsidiadas
- Transporte subsidiado
- Seguro de vida em grupo
- Empréstimos aos funcionários
- Assistência médico-hospitalar diferenciada mediante convênio
- Complementação de aposentadoria ou planos de seguridade social
- Etc.

Quanto a sua NATUREZA

Os planos de benefícios podem ser classificados em monetários ou não-monetários, conforme sua natureza.

▪ ***Benefícios monetários.*** São os benefícios concedidos em dinheiro, geralmente através da folha de pagamento e gerando encargos sociais deles decorrentes. Os principais benefícios financeiros são:

- Férias
- 13o salário
- Gratificações
- Complementação do salário nos afastamentos prolongados por doença
- Etc.

▪ ***Benefícios não-monetários.*** São os benefícios não financeiros oferecidos na forma de serviços, vantagens ou facilidades para os usuários, como:

- Refeitório
- Assistência médico-hospitalar
- Assistência odontológica
- Serviço social e aconselhamento
- Clube ou grêmio
- Transporte de casa para a empresa e viceversa
- Horário móvel ou flexível
- Etc.

Quanto aos seus OBJETIVOS

Os planos de benefícios podem ser classificados em assistenciais, recreativos e supletivos, quanto aos seus objetivos.

▪ ***Benefícios assistenciais.*** São os benefícios que visam a prover o funcionário e sua família de certas condições de segurança e previdência em casos de imprevistos ou emergências. Incluem:

- Assistência médico-hospitalar
- Assistência odontológica
- Assistência financeira através de empréstimos
- Serviço social
- Complementação da aposentadoria ou planos de previdência social
- Complementação do salário, em afastamentos prolongados por doença
- Seguro de vida em grupo ou de acidentes pessoais
- Creche para filhos de funcionários
- Etc.

▪ ***Benefícios recreativos.*** São os serviços e benefícios que visam a proporcionar ao funcionário condições físicas e psicológicas de repouso, diversão, recreação, higiene mental ou lazer. Em alguns casos, esses benefícios se estendem também à família do funcionário. Incluem:

- Grêmio ou clube
- Áreas de lazer nos intervalos de trabalho
- Música ambiente
- Atividades esportivas e comunitárias
- Passeios e excursões programadas
- Etc.

Algumas atividades recreativas envolvem objetivos sociais, visando ao fortalecimento da organização informal.

▪ ***Planos supletivos.*** São serviços e benefícios que visam proporcionar aos funcionários certas facilidades, conveniências e utilidades para melhorar sua qualidade de vida. Incluem:

- Transporte
- Restaurante no local de trabalho
- Estacionamento privativo
- Horário móvel de trabalho
- Agência bancária no local de trabalho
- Etc.

1. Objetivos Individuais

Os benefícios procuram atender às necessidades individuais das pessoas, proporcionando uma vida pessoal, familiar e de trabalho mais tranqüila e produtiva. Visam proporcionar condições para que cada pessoa possa desligar-se das preocupações cotidianas e concentrar-se nas atividades do trabalho para satisfazer necessidades mais elevadas. Nesse sentido, o plano de benefícios é oferecido para atender a um leque diferenciado de necessidades dos funcionários. Dentro dessa concepção de atendimento das necessidades humanas, os serviços e benefícios sociais deveriam constituir um esquema integrado capaz de satisfazer os fatores higiênicos (insatisfacientes) e alguns dos fatores motivacionais (satisfacientes).

2. Objetivos Econômicos

Os benefícios devem funcionar como um elemento de atração e de retenção de pessoal. Neste sentido, os benefícios visam a:

- Reduzir a fadiga física e psicológica das pessoas.
- Apoiar o recrutamento de pessoal e atrair candidatos.
- Reduzir a rotatividade do pessoal e fixar as pessoas na empresa.
- Reduzir o absenteísmo.
- Melhorar a qualidade de vida das pessoas.

3. Objetivos Sociais

Os benefícios procuram preencher deficiências, lacunas ou carências da previdência social, do sistema educacional e dos demais serviços prestados pelo governo ou pela comunidade, como transporte, segurança etc.

Princípios do **Retorno do Investimento** e da **Mútua Responsabilidade**

O desenho de um plano de benefícios sociais deve levar em conta dois critérios importantes: o princípio do retorno do investimento e o princípio da mútua responsabilidade.

1. *O princípio do retorno do investimento* salienta que todo benefício deve ser concedido aos funcionários desde que traga algum retorno à organização. Esse retorno pode ser avaliado em termos de aumento da produtividade, elevação do moral, melhoria da qualidade, retenção de talentos ou qualquer outro indicador. Em uma economia de livre iniciativa, a organização também deve se beneficiar de todo benefício oferecido ao pessoal. Isso significa que todo benefício deve trazer alguma contribuição à organização, no sentido de compensá-lo ou reduzi-lo, trazendo algum retorno.

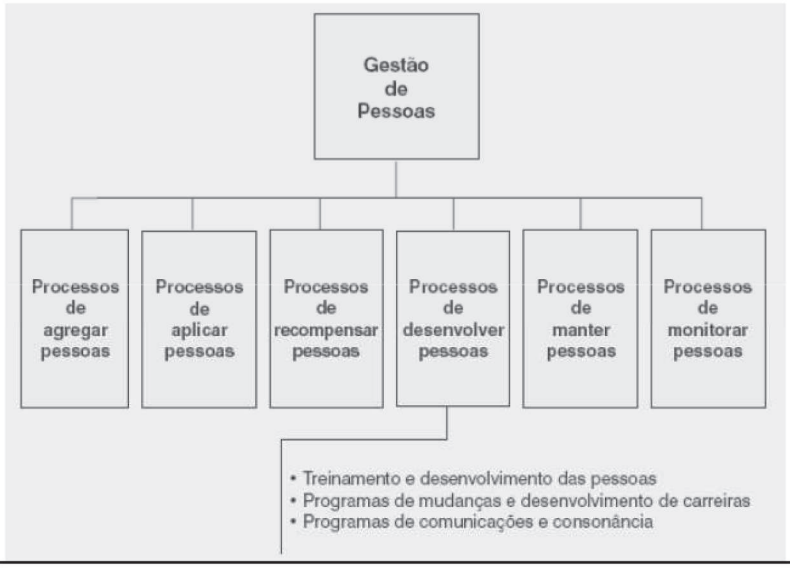
2. *O princípio da mútua responsabilidade* salienta que o custeio dos benefícios sociais deve ser compartilhado entre a organização e os funcionários beneficiados. Ou, pelo menos, a concessão de um benefício deve repousar na solidariedade das partes envolvidas. A mútua responsabilidade é característica das pessoas que cooperam entre si para promover um propósito de interesse comum. Alguns pacotes de benefícios são totalmente pagos pela organização, como o serviço social, o pagamento de horas não-trabalhadas etc. Outros são rateados, isto é, são pagos em proporções, que variam, entre a organização e o funcionário, como refeições, transporte, assistência educacional etc. Outros, ainda, são pagos totalmente pelos funcionários, como seguro de vida em grupo, cooperativa de consumo ou convênio com supermercados etc.

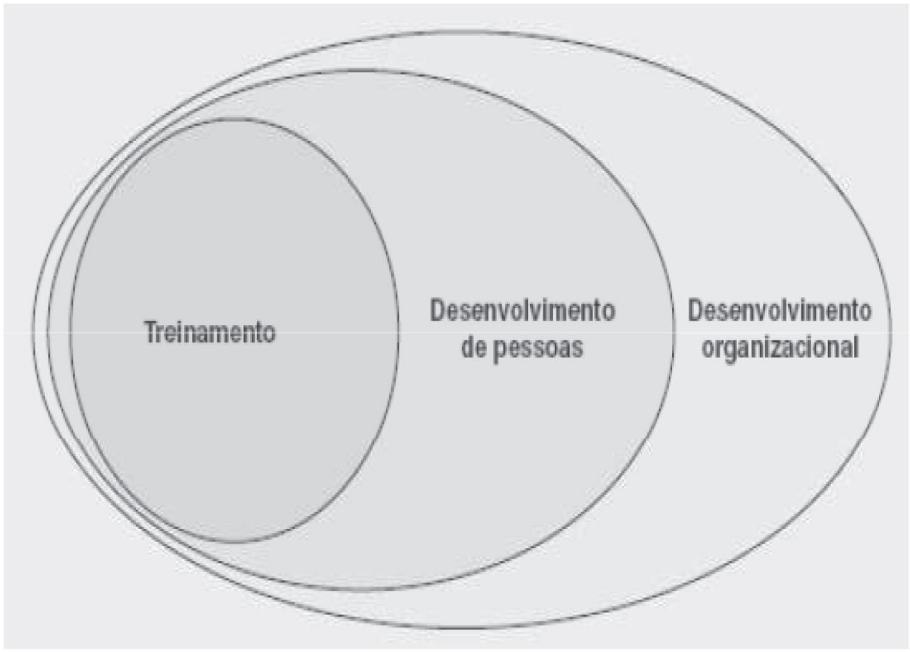
BENEFÍCIOS FLEXÍVEIS

Prós:
1. Os funcionários escolhem o pacote que melhor satisfaça às suas necessidades pessoais.
2. Os benefícios flexíveis ajudam a empresa a adaptar- se às necessidades mutáveis de uma força de trabalho mutável.
3. Aumentam o envolvimento dos funcionários e suas famílias e melhoram a compreensão dos benefícios.
4. Planos flexíveis permitem a introdução de novos benefícios a um custo menor. A nova opção é meramente adicionada como mais uma em uma ampla variedade de elementos a serem escolhidos.
5. Limitam os custos e a organização tem a melhor forma de aplicação do seu dinheiro. Os funcionários escolhem dentro dessa limitação.

Contras:
1. Os funcionários podem fazer escolhas inadequadas e sentirem-se não-cobertos para emergências previsíveis.
2. Os custos e a carga administrativa aumentam.
3. A seleção é adversa – os funcionários escolhem apenas os benefícios que usam. A conseqüente utilização elevada de um benefício pode aumentar o seu custo.

TREINAMENTO





CONCEITOS DE TREINAMENTO

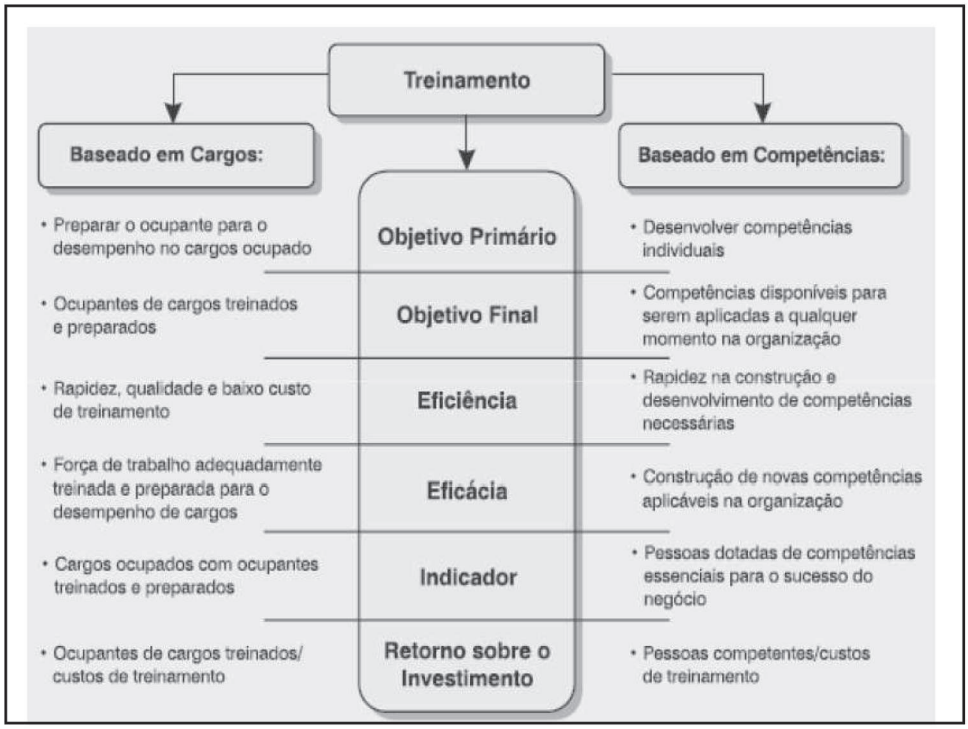
- **Treinamento** é o processo de desenvolver qualidades nos recursos humanos para habilitá-los a serem mais produtivos e contribuir melhor para o alcance dos objetivos organizacionais. O propósito do treinamento é aumentar a produtividade dos indivíduos em seus cargos influenciando seus comportamentos.

- **Treinamento** é o processo de ensinar aos novos empregados as habilidades básicas que eles necessitam para desempenhar seus cargos.

- **Treinamento** é o processo sistemático de alterar o comportamento dos empregados na direção do alcance dos objetivos organizacionais. O treinamento está relacionado com as atuais habilidades e capacidades exigidas pelo cargo. Sua orientação é ajudar os empregados a utilizar suas principais habilidades e capacidades para serem bem-sucedidos.

- **Treinamento** é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar um cargo. O treinamento pode envolver uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes ou comportamento. Isso significa mudar aquilo que os empregados conhecem, como eles trabalham, suas atitudes perante o seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor.

- **Treinamento** é o processo educacional de curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada, por meio do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e competências em função de objetivos previamente definidos.


Treinamento
Baseado em Cargos:
Baseado em Competências:
• Preparar o ocupante para o desempenho no cargos ocupado
Objetivo Primário
• Desenvolver competências individuais
• Ocupantes de cargos treinados e preparados
Objetivo Final
• Competências disponíveis para serem aplicadas a qualquer momento na organização
• Rapidez, qualidade e baixo custo de treinamento
Eficiência
• Rapidez na construção e desenvolvimento de competências necessárias
• Força de trabalho adequadamente treinada e preparada para o desempenho de cargos
Eficácia
• Construção de novas competências aplicáveis na organização
• Cargos ocupados com ocupantes treinados e preparados
Indicador
• Pessoas dotadas de competências essenciais para o sucesso do negócio
• Ocupantes de cargos treinados/ custos de treinamento
Retorno sobre o Investimento
• Pessoas competentes/custos de treinamento

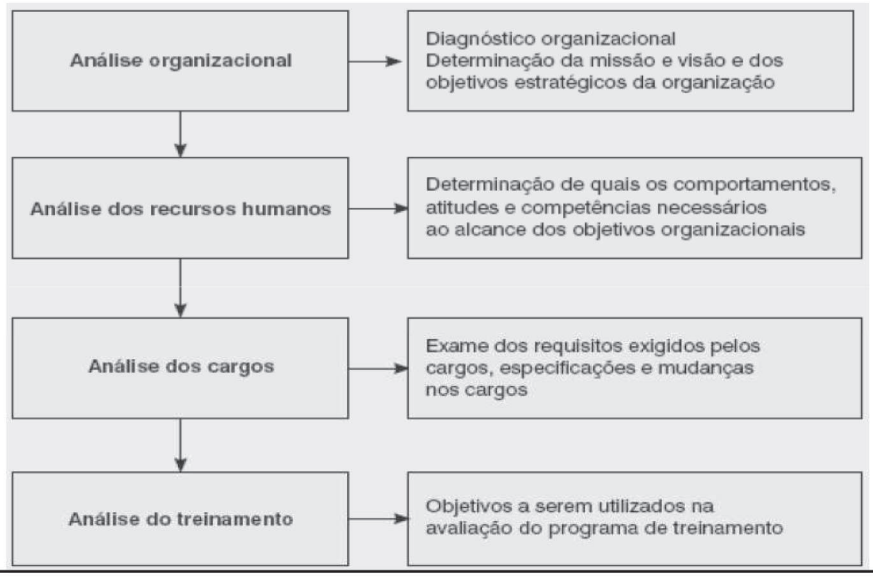
MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO
Treinamento
Transmissão de informações
Aumentar o conhecimento das pessoas:
• Informações sobre a organização, seus produtos/serviços, políticas e diretrizes, regras e regulamentos e seus clientes.
Desenvolvimento de habilidades
Melhorar as habilidades e destrezas:
• Habilitar para a execução e operação de tarefas, manejo de equipamentos, máquinas, ferramentas.
Desenvolvimento de atitudes
Desenvolver/modificar comportamentos:
• Mudança de atitudes negativas para atitudes favoráveis, de conscientização e sensibilidade com as pessoas, com os clientes internos e externos.
Desenvolvimento de conceitos
Elevar o nível de abstração:
• Desenvolver idéias e conceitos para ajudar as pessoas a pensar em termos globais e amplos.

CICLO/ETAPAS DO TREINAMENTO

PROCESSO DE TREINAMENTO

Necessidades a satisfazer	Desenho do treinamento	Condução do treinamento	Avaliação dos resultados
Diagnóstico da situação	**Decisão quanto à estratégia**	**Implementação ou ação**	**Avaliação e controle**
• Objetivos da organização • Competências necessárias • Problemas de produção • Problemas de pessoal • Resultados da avaliação do desempenho	Programação do treinamento: • Quem treinar • Como treinar • Em que treinar • Onde treinar • Quando treinar	• Condução e aplicação do Programa de Treinamento através de: – Gerente de linha – Assessoria de RH – por ambos – por terceiros	• Monitoração do processo • Avaliação e medição de resultados • Comparação da situação atual com a situação anterior • Análise do custo/benefício

1 PASSOS NO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO - LNT



1 INDICADORES DE NECESSIDADE DE TREINAMENTO

Além dos métodos de levantamento de necessidades, existem indicadores que apontam necessidades futuras (*a priori*) e passadas (*a posteriori*), a saber:

Indicadores a priori. São eventos que, se acontecerem, provocarão futuras necessidades de treinamento, facilmente previstas, como:

1. Expansão da empresa e admissão de novos empregados
2. Redução do número de empregados
3. Mudança de métodos e processos de trabalho
4. Substituições ou movimentação de pessoal
5. Absenteísmo, faltas, licenças e férias de pessoal
6. Mudanças nos programas de trabalho ou de produção
7. Modernização dos equipamentos e novas tecnologias
8. Produção e comercialização de novos produtos ou serviços

Indicadores a posteriori. São os problemas provocados por necessidades de treinamento ainda não atendidas, como:

1. Problemas de produção, como:
  1. Baixa qualidade de produção
  2. Baixa produtividade
  3. Avarias freqüentes em equipamentos e instalações
  4. Comunicações deficientes
  5. Elevado número de acidentes no trabalho
  6. Excesso de erros e de desperdício
  7. Pouca versatilidade dos funcionários
  8. Mau aproveitamento do espaço disponível

2. Problemas de pessoal, como:
  1. Relações deficientes entre o pessoal
  2. Número excessivo de queixas
  3. Mau atendimento ao cliente
  4. Comunicações deficientes
  5. Pouco interesse pelo trabalho
  6. Falta de cooperação
  7. Erros na execução de ordens

2 PROGRAMAÇÃO DO TREINAMENTO

2 TECNOLOGIA EM TREINAMENTO

A tecnologia de treinamento refere-se aos recursos didáticos, pedagógicos e instrucionais utilizados no treinamento. A tecnologia da informação está influenciando os métodos de treinamento e reduzindo custos operacionais. Novas técnicas de treinamento estão se impondo às tradicionais, como:

1. **Recursos audio-visuais**: imagens visuais e informação em áudio são poderosas ferramentas de comunicação. O videocassete, o CD-ROM e o DVD (*Digital Video Disc*) permitem gravar programas de treinamento para vários locais diferentes e em qualquer ocasião.

2. **Teleconferência**: é o uso de equipamento de áudio e vídeo para permitir que pessoas participem em reuniões, mesmo quando distantes entre si ou da localidade do evento.

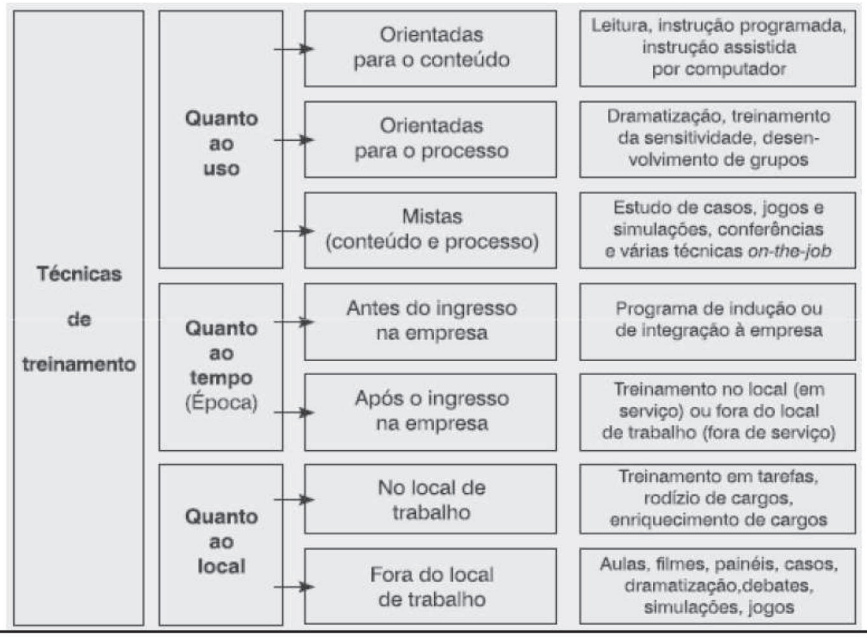
3. **Comunicações eletrônicas**: a TI permite comunicações interativas entre pessoas fisicamente distantes através do correio de voz (*voice mail*) dentro da rede de telefones de uma empresa.

4. **Correio eletrônico**: o *e-mail* é uma forma de comunicação eletrônica que permite às pessoas comunicarem-se com outras através de mensagens eletrônicas através de computadores ligados à Internet e redes internas baseadas na Internet (Intranets).

5. **Tecnologia de multimidia**: é a comunicação eletrônica que integra voz, vídeo e texto, codificados digitalmente e transportados por redes de fibras óticas.

6. **Treinamento a distância**: ou e-learning ou treinamento virtual – é o treinamento através da Internet e pode ser feito a qualquer hora e em qualquer lugar a um custo baixíssimo.

2 TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE TREINAMENTO



4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO TREINAMENTO

A avaliação dos programas de treinamento pode ser feita em quatro níveis:

1. Avaliação no nível organizacional:
- **1.** Aumento da eficácia organizacional
- **2.** Melhoria da imagem da empresa
- **3.** Melhoria do clima organizacional
- **4.** Melhor relacionamento entre empresa e funcionários
- **5.** Melhor atendimento ao cliente
- **6.** Facilidade de mudanças e inovação
- **7.** Aumento da eficiência
- **8.** Envolvimento dos gerentes nas práticas de Treinamento

2. Avaliação no nível de recursos humanos:
- **1.** Redução da rotatividade e absenteísmo do pessoal
- **2.** Aumento da eficácia individual e grupal dos empregados
- **3.** Elevação dos conhecimentos das pessoas
- **4.** Mudanças de atitudes e comportamentos das pessoas
- **5.** Aumento da competência das pessoas
- **6.** Melhoria da qualidade de vida no trabalho (QVT)

3. Avaliação no nível dos cargos:
- **1.** Adequação das pessoas aos requisitos exigidos pelos cargos
- **2.** Melhoria do espírito de grupo e da cooperação
- **3.** Aumento da produtividade
- **4.** Melhoria da qualidade
- **5.** Redução do índice de acidentes no trabalho
- **6.** Redução do índice de manutenção de máquinas e equipamentos

4. Avaliação no nível de treinamento:
- **1.** Alcance dos objetivos do treinamento
- **2.** Retorno dos investimentos efetuados em treinamento

Conceitos e tipo de estrutura organizacional

Estrutura organizacional

Segundo Cury (2006):

Estrutura organizacional "é o arranjo dos elementos constitutivos de uma organização, ou seja, é a forma mediante a qual estão integrados e se apresentam os elementos componentes de uma empresa."

"A estrutura de uma organização é o agrupamento das funções de acordo com um certo padrão de autoridade."

A análise da estrutura envolve, segundo Peter Drucker, 3 variáveis: análise das ATIVIDADES, DECISÕES e RELAÇÕES.

Estrutura organizacional

"Compreende a disposição das diversas unidades que compõem uma empresa – departamentos, divisões, seções, etc. – e as relações entre superiores e subordinados. A estrutura não deve envolver apenas o ESQUELETO, o ARCABOUÇO, mas todo o organismo da empresa, como DEVERES, RESPONSABILIDADES, os SISTEMAS DE AUTORIDADES e de COMUNICAÇÕES existentes na organização".

Segundo Robbins (2005):
"Define como as TAREFAS são formalmente divididas, agrupadas e coordenadas."

TRÊS FUNÇÕES BÁSICAS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Realizar os objetivos e metas da organização;
- Regulamentar e minimizar as influências dos interesses individuais em detrimento das exigências organizacionais;
- Estrutura de poder e de decisões.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo Robbins (2000), seis são os elementos fundamentais que um gerente deve se questionar para projetar uma estrutura organizacional: **especialização do trabalho**, **departamentalização**, **cadeia de comando**, **amplitude de controle**, **centralização e descentralização**, **formalismo.**

1 – Características básicas das organizações formais modernas

- **Divisão do Trabalho**
- **Especialização**
- **Hierarquia**
- **Distribuição da Autoridade e Responsabilidade**
- **Racionalismo**
- **Amplitude administrativa (de controle)**
- **Departamentalização**

1 – Características básicas das organizações formais modernas

Divisão do Trabalho;
Com a divisão do trabalho, levou-se a padronização e simplificação de atividades, maior especialização e detalhamento das tarefas, melhor aproveitamento do trabalho especializado através da departamentalização, enfim, maior produtividade do pessoal, maior eficiência da organização e redução dos custos de produção.

Especialização;
É conseqüência da divisão do trabalho. A idéia era aumentar a eficiência e diminuir os custos de produção. Simplificando as tarefas, tornando-as simples e repetitivas, que requeriam poucas experiências e escassos conhecimentos prévios, reduzindo o período de aprendizagem e facilitando-se as substituições de operários (Adm. Científica).

1 – Características básicas das organizações formais modernas

Hierarquia;
Divide a organização em camadas, escalas ou níveis de autoridade, tendo os superiores certo tipo de autoridade sobre os inferiores. Surge, daí, o princípio escalar ou princípio da hierarquia.

Distribuição da autoridade e da responsabilidade;
Cada nível hierárquico que está acima dos demais níveis tem maior peso nas decisões. Fayol dizia que a "autoridade é o direito de dar ordens e o poder de exigir obediência".
Diz-se que a responsabilidade é delegada a subordinados, embora, na realidade, o que se delega é a autoridade e não a responsabilidade.

Racionalismo.
O princípio básico desta forma de conceber uma organização é que, dentro de limites toleráveis, os seus membros comportar-se-ão racionalmente, isto é, com as normas lógicas de comportamentos prescritas para cada um deles.

Tipos de Estrutura Organizacionais

A – Organização Linear

B – Organização Funcional

C – Organização Linha-Staff

D - Comissões

E- Matricial

F – Em Rede

A - Organização Linear

"É a forma tradicional **mais simples** e mais antiga. Tem suas origens nos antigos **exércitos** e organização **eclesiásticas** nos tempos medievais.

Tem como base o princípio da **autoridade linear** ou também chamado de **princípio escalar**. Há uma **hierarquização da autoridade**, na qual cada subordinado presta contas **exclusivamente ao seu superior direto e imediato**, fazendo com que uma informação que venha do nível mais baixo tenham de passar pelos superiores das diversas escalas hierárquicas até chegar ao nível mais alto da organização. O princípio escalar ou cadeia escalar é uma conseqüência do princípio da **unidade de comando**.

A denominação **"linear"** deve-se ao fato de que, entre superior e subordinado, existem **linhas diretas e únicas de autoridade e responsabilidade**. É uma organização simples e conformação piramidal".

Características

- Autoridade linear ou única
- Linhas formais de comunicação
- Centralização de decisões
- Aspecto piramidal

A - Organização Linear

Vantagens

- Estrutura simples e de fácil compreensão;
- Delimitação nítida e clara das responsabilidades;
- Facilidade de implantação;
- É bastante estável;
- É o tipo de organização mais indicado para pequenas empresas.

Desvantagens

- A estabilidade e constância das relações formais podem levar à rigidez e à inflexibilidade;
- A autoridade linear no comando único e direto pode tornar-se autocrática;
- A organização linear enfatiza e exagera a função de chefia e de comando;
- A unidade de comando torna o chefe um generalista;
- À medida que a empresa cresce, a organização linear conduz inevitavelmente ao congestionamento das linhas formas de comunicação, em especial na cúpula da organização;
- As comunicações, por serem lineares, tornam-se indiretas, demoradas, sujeitas a intermediários e a distorções no seu tráfego.

Esfera de Aplicação da organização linear

- Pequenas empresas;
- Estágios iniciais de uma empresa;
- Tarefas padronizadas, rotineiras e com raras modificações;
- Quando a empresa investe mais em consultoria externa ou obter serviços externos;

Organização Linear foi o modelo defendido por Henri Fayol para as organizações de sua época.

B - Organização do tipo Funcional

A Organização Funcional é o tipo de estrutura organizacional que aplica o princípio funcional ou **princípio da especialização das funções para cada tarefa.**

O princípio funcional **separa, distingue e especializa.**

"À medida que o negócio cresce e se desenvolve, a empresa entra no campo da competição e da produção em massa e aumenta consideravelmente a necessidade de contar com órgãos altamente especializados capazes de propiciar inovações rápidas e substanciais. Essa flexibilidade indispensável à organização competitiva e inovadora é um dos principais pontos fracos da estrutura linear".

O tipo de estrutura funcional foi consagrado por Frederick W. Taylor. Ele tinha a preocupação de não haver uma série exagerada de comunicações / procedimentos na estrutura hierárquica para se realizar, por exemplo, o conserto de uma máquina quebrada.

Características

- **Autoridade funcional ou dividida**

Cada operário reporta-se a muitos superiores concomitantemente, porém reporta-se a cada um deles somente nos assuntos da especialidade de cada um.

- **Linhas diretas de comunicação**

As comunicações entre os órgãos existentes na organização são efetuadas diretamente, sem necessidade de intermediação.

- **Descentralização das decisões**

Não é a hierarquia, mas a especialidade que promove as decisões.

- **Ênfase na especialização**

Cada órgãos ou cargo contribui com a sua especialidade para a organização.

B - Organização do tipo Funcional

Vantagens

• Proporciona o máximo de especialização nos diversos órgãos ou cargos da organização;
• Permite a melhor supervisão técnica possível;
• Desenvolve comunicações diretas, sem intermediação, mais rápidas e menos sujeitas a distorções de transmissão;
• Separa as funções de planejamento e de controle das funções de execução.

Desvantagens

• Diluição e conseqüente perda de autoridade de comando
• Subordinação múltipla;
• Tendência à concorrência entre os especialistas;
• Tendência à tensão e a conflitos dentro da organização;
• Confusão quanto aos objetivos.

Esfera de Aplicação da organização funcional

•"Quando a organização, por ser pequena, tiver uma equipe de especialistas bem entrosada, que se reporta a um dirigente eficaz e é orientada para objetivos comuns muito bem-definidos e colocados";
•"Quando em determinadas circunstâncias, e tão somente, a organização delegar, durante um certo período, autoridade funcional a algum órgão especializado sobre os demais órgãos, a fim de implantar alguma rotina ou procedimento ou a fim de avaliar e controlar alguma atividade."

C - Organização tipo *Linha-Staff*

"É a combinação dos tipos de organização linear e funcional, buscando incrementar as vantagens desses dois tipos de organização e reduzir as suas desvantagens"

Critérios de distinção entre Linha e *Staff*

- **relacionamento com os objetivos da organização;**
  Linha = direta Staff = Indireta
- **tipo de autoridade**
  Linha = Poder de Decidir e executar
  Staff = Poder de assessorar, de consultoria (autoridade funcional)

Principais funções do *Staff*

- Prestação de serviços;
- Consultoria e Assessoria;
- Monitoração;
- Planejamento e Controle.

C - Organização tipo *Linha-Staff*

Características

- Fusão da estrutura linear com a estrutura funcional;
- Coexistência entre as linhas formais de comunicação e as linhas diretas de comunicação;
- Separação entre órgãos operacionais (executivos) e órgãos de apoio (assessores).

Vantagens

- Assegura assessoria especializada e inovadora, mantendo o princípio de autoridade única;
- Atividade conjunta entre os órgãos de linha e *staff*.

Desvantagens

- Possibilidade de conflitos entre a assessoria e os demais órgãos e vice-versa;
- Dificuldade na obtenção e manutenção do equilíbrio dinâmico entre linha e *staff.*

Esfera de Aplicação da organização linha-*staff*

Constitui-se a mais amplamente aplicada e utilizada forma de organização. Talvez não seja muito interessante para pequenas empresas, visto o alto custo e a desnecessidade muitas vezes de serviços mais especializados.

D - COMISSÕES

"É um grupo de pessoas ao qual, como um grupo, se atribui um assunto para ser estudado. É esta característica de ação em grupo que distingue a comissão dos outros instrumentos administrativos". Newman, Wilinam H. Ação Administrativa

"um grupo de pessoas especificamente designadas para desempenhar um ato administrativo" Newman, Wilinam H. – Ação Administrativa.

Recebem um número variado de outros nomes, como: conselhos, comitês, grupos de trabalho, juntas, etc.

Características

•A comissão não é um órgão da estrutura organizacional; não é propriamente um órgão;
•As comissões podem assumir vários tipos: formais, informais, temporais, relativamente permanentes.
•As comissões devem nascer de uma necessidade, devem receber pessoas apropriadas para o assunto em pauta, objetivos e responsabilidades claramente definidos, devem compensar seu custo, deve ter um número relativamente pequeno de membros (6 a 15, por exemplo), deve basear-se na cooperação de seus membros, deve ter uma agenda bem-preparada e escalonada, devem oferecer oportunidade de participação de todos seus membros.

D - COMISSÕES

Vantagens
- Tomadas de decisões e julgamentos grupais;
- Coordenação;
- Transmissão de informações;
- Restrições à delegação de autoridade;
- Consolidação de autoridade

Desvantagens
- Possível perda de tempo na tomada de decisões;
- Custo em tempo e em dinheiro;
- Absorção de tempo útil em numerosos participantes;
- Substituição do administrador;
- Divisão de responsabilidades;
- Exigem um presidente ou coordenador excepcionamente eficiente.

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

A **Departamentalização Matricial** ou **Organização Matricial**, é um tipo híbrido de Departamentalização, no qual equipes compostas por pessoas de diversas especialidades, são reunidas com o objetivo de realizar tarefas com características temporárias. Ela evoluiu a partir da Departamentalização Funcional tradicional, aliada a dinamicidade das estruturas de projeto ou produto.

Benefícios:

- **Foco claramente definido no projeto ou produto**
- **Flexibilização da equipe de trabalho**
- **Adaptabilidade as necessidades gerenciais e fatores externos**
- **Possibilidades para o desenvolvimento da equipe**

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

Foco claramente definido no projeto ou produto. O projeto ou produto tem foco claro e prioridade, porque tem sua própria organização e gerência independentes. A maioria das vantagens de uma estrutura puramente voltada para projetos, só são totalmente absorvidas pelo uso da Departamentalização Matricial, onde a estrutura funcional existe primariamente para apoiá-los. Esta estrutura facilita o cumprimento de prazos e do orçamento.

Flexibilização da equipe de trabalho. A formação das equipes de trabalho em organizações matriciais é facilitada, porque pessoas e recursos de diferentes áreas funcionais, estão disponíveis sem que se faça necessária uma nova atribuição de cargos, o que otimiza o uso da força de trabalho, pois o profissional ou está trabalhando em um projeto ou produto, ou está dedicado as tarefas do seu órgão funcional. Além disto, em organizações que utilizam-se da Departamentalização Matricial, há o aproveitamento de recursos técnicos escassos, pois estes ficam disponíveis para uma ampla gama de projetos, o que impacta na minimização dos custos.

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

Adaptabilidade as necessidades gerenciais e fatores externos. Pelo uso das Matrizes Funcional, Balanceada e de Projetos, temos a adaptabilidade da organização a uma ampla gama de projetos e produtos, alguns que requerem forte apoio dos gerentes de linha e outros que requerem gerenciamento independente. A estrutura matricial pode se adaptar mais rapidamente as constantes mudanças tecnológicas e de mercado do que as estruturas tradicionais ou puramente funcionais. Isto se dá principalmente pelo contato entre as pessoas, onde a iniciativa e o pensamento criativo são incentivados e excedem as responsabilidades funcionais.

Possibilidades para o desenvolvimento da equipe. A Departamentalização Matricial enfatiza o trabalho em equipe, onde as pessoas serão preparadas para novos desafios e responsabilidades, os quais não seriam comumente oferecidos em uma organização puramente funcional. Estas pessoas podem ter contato com novas áreas técnicas, desenvolver habilidades de gerenciamento, e passar por um leque de experiências que mantém o interesse e motivação no trabalho. Definitivamente, esta vivência leva a empregados mais eficientes, com alto grau de independência e flexibilidade, e pelo fato das pessoas tornarem-se mais responsáveis pela qualidade do seu próprio trabalho em grupos orientados a projetos, a produtividade corporativa é aprimorada.

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

Desvantagens

As desvantagens e conflitos potenciais resultantes da Departamentalização Matricial, devem ser entendidos e solucionados de forma que não representem impedimento para os grandes benefícios oferecidos por este modelo. Os problemas mais frequentemente relatados por organizações que adotam a Departamentalização Matricial, incluem:

Conflitos Internos.

Os conflitos entre as prioridades das gerências funcionais e de projetos ou produtos, são inevitáveis. A questão de "quem está no comando?", afeta o trabalho rotineiro tanto dos departamentos funcionais como dos departamentos de projetos ou produtos. A divisão dos relacionamentos de autoridade e responsabilidade nas organizações matriciais são inerentemente complexas. Na Departamentalização Matricial não há lugar para gerentes intratáveis e autocráticos com uma visão estreita das responsabilidades organizacionais.

Relação de comando e autoridade complexos.

Alguns autores consideram que a grande desvantagem da estruturação matricial da organização, está na possibilidade de dupla subordinação, o que resulta na ambiguidade do comando, o que pode gerar conflito de interesses entre as chefias funcionais, com as de projeto ou produtos. Não há unidade de comando na organização matricial, uma clara violação aos princípios de gerenciamento tradicionais. Os membros da equipe são frequentemente pegos entre demandas conflitantes entre os gerentes funcionais e de projetos. O desconforto e a incerteza de ter mais do que um chefe ao mesmo tempo, não pode ser descrita para alguém que nunca passou por esta situação. É claro, que se dois chefes são adequadamente orientados e mantém entre si comunicação franca, muitas destas dificuldades podem ser resolvidas ou eliminadas. Também faz-se necessário que a administração da organização defina claramente a gerência e atribua-lhe as competências necessárias.

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

Complexo sistema de compensação dos empregados.

Na Departamentalização Matricial, a qual gerente compete a avaliação da performance do empregado, ou fazer sua recomendação para promoções e aumentos de salário? Se as responsabilidades e autoridades para recompensas não são claramente identificadas, o empregado pode ter a sensação de falta de reconhecimento. Portanto, é importante definir uma forma de recompensar os membros envolvidos nas equipes matriciais, e que ambas as responsabilidades (funcionais e de projetos/produtos), sejam levadas em conta para a avaliação de sua performance.

Resistência ao fim da organização matricial.

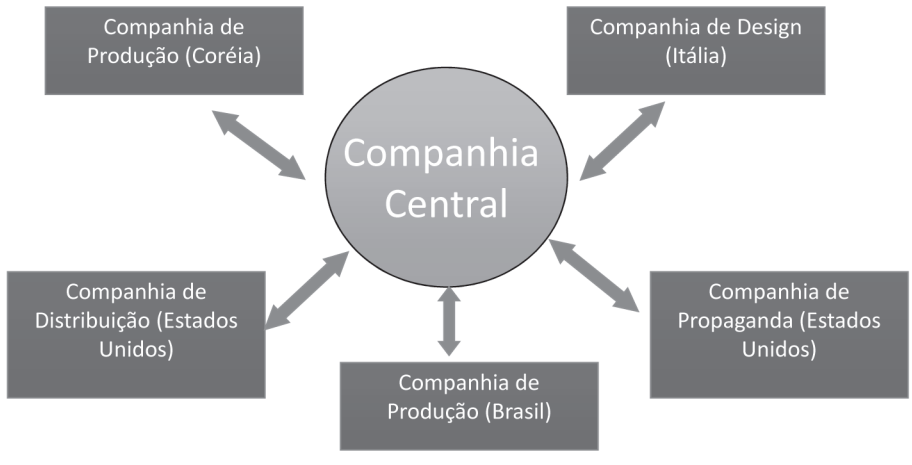
Por sua característica de temporariedade e pela dinâmica oferecida por novos projetos, os membros da equipe podem preferir seu papel no projeto, às suas responsabilidades na estrutura funcional, criando um interessante desafio motivacional para os gerentes. Pela identificação de seus membros com suas tarefas, os projetos matriciais frequentemente encontram resistência ao encerramento.

E - ORGANIZAÇÃO MATRICIAL

ÀREAS FUNCIONAIS

Produtos	Gerente de PRODUÇÃO	Gerente de VENDAS	Gerente de RH	Gerente FINANCEIRO
Gerente de PRODUTO A	PRODUÇÃO A	VENDAS A	RH A	FINANCEIRO A
Gerente de PRODUTO B	PRODUÇÃO B	VENDAS B	RH B	FINANCEIRO B
Gerente de PRODUTO C	PRODUÇÃO C	VENDAS C	RH C	FINANCEIRO C
Gerente de PRODUTO D	PRODUÇÃO D	VENDAS D	RH D	FINANCEIRO D
Gerente de PRODUTO E	PRODUÇÃO E	VENDAS E	RH E	FINANCEIRO E

F – EM REDES



Tipos de DEPARTAMENTALIZAÇÃO

- **FUNÇÕES;**
- **PRODUTOS OU SERVIÇOS;**
- **LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA;**
- **CLIENTES;**
- **fases do PROCESSO (processamento);**
- **PROJETOS**

Relações Humanas

ALVES, Janaina Ferreira. **Comunicação Interpessoal e Aspectos Comportamentais**. 1ª ed. Rio de Janeiro; Faculdade Machado de Assis – MBA Executivo.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Ed. Campus. Rio de Janeiro: 2003.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Forças que Impulsionam

- Empatia
- Motivação
- Iniciativa
- Competência
- Apoio

Forças que Restringem

- Vaidade
- Apatia
- Dependência
- Timidez
- Manipulação

Relação Interpessoal

- Percepções e valores pessoais
- Colaboradores problemáticos
- Feedback aos colaboradores
- Conflitos
- Delegação
- Aconselhamento

ALVES, Janaina Ferreira. **Comunicação Interpessoal e Aspectos Comportamentais**. 1ª ed. Rio de Janeiro; Faculdade Machado de Assis – MBA Executivo.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Ed. Campus. Rio de Janeiro: 2003.

percepção e valores pessoais

As pessoas agem segundo suas percepções, e não segundo a realidade. Considerando que essas percepções podem ser distorcidas, as pessoas freqüentemente interpretam mal os eventos e as atividades. Quando os gerentes desejam explicar ou prever o comportamento de uma pessoa, devem compreender a percepção do mundo desta pessoa: como ela organiza e interpreta as impressões sensoriais para dar sentido ao seu ambiente.

Diversos fatores que moldam ou distorcem a percepção podem residir no **observador**, no **objeto**, ou **alvo da percepção**; ou **no contexto** no qual se dá a percepção (Chiavenato, 2002).

Considerando que os funcionários reagem a percepções e não à realidade, o fato de a avaliação de um funcionário feita por um gerente ser realmente objetiva é menos relevante do que aquilo que os funcionários percebem como fato. Portanto, os gerentes devem prestar muita atenção ao modo como os funcionários percebem seus cargos e as práticas gerenciais. As atitudes dos funcionários podem servir de alerta sobre problemas potenciais por influenciarem o comportamento.

Colaboradores Problemáticos

Nem todos os parceiros apresentam sinais de excelência em sua atividade na organização. A gestão de pessoas também precisa levar em conta os parceiros que apresentam problemas e necessitam de ajuda para resolvê-los.

Os principais sintomas de um funcionário problemático são:

1. Elevado absenteísmo, maior nas 2as e 6as feiras, antes e após feriados.
2. Faltas não justificadas.
3. Faltas freqüentes.
4. Atrasos e saídas antecipadas.
5. Alterações com colegas.
6. Negligências que provocam problemas a outros funcionários.
7. Julgamento precário de situações e decisões erradas no trabalho.
8. Muitos acidentes estranhos no trabalho.
9. Danos e paradas de máquinas devido a negligências.
10. Envolvimentos com a lei, como multas no trânsito, embriaguez etc.
11. Má aparência pessoal

FEEDBACK ao colaborador

1. O *feedback deve ser mais específico do que geral. Evite declarações vagas do tipo:* "você fez um ótimo trabalho".

2. Mantenha o *feedback impessoal. Se quiser dizer que alguém é rude, cite o* comportamento nunca critique a pessoa: "Você me interrompeu duas vezes com perguntas não urgentes quando sabia que eu estava numa conversa importantíssima com um cliente".

3. Mantenha o *feedback voltado para a meta do receptor. Evite descarregar sobre a* outra pessoa questões que estão "presas no peito". Esse *feedback prejudica sua* credibilidade.

4. Dê *feedback na hora certa. Forneça feedback sobre o comportamento tão logo seja* possível. Um funcionário que comete um erro acata mais facilmente sugestões ao final do dia que durante uma sessão de avaliação de desempenho meses depois.

5. Assegure-se de que haja entendimento. Mantenha o *feedback claro e conciso e leve* o receptor a reformular o conteúdo do seu *feedback.*

6. Dirija o *feedback negativo para o comportamento que o receptor possa controlar.* Criticar o atraso de um funcionário porque esqueceu de colocar o relógio para despertar é coerente, porém

Habilidades de Administração de Conflitos

O que é administração de conflitos?

O conflito pode ter conseqüências positivas, como, por exemplo, manter os grupos de trabalho viáveis, autocríticos e criativos. A administração de conflitos requer a conservação de um nível ótimo de conflitos em um grupo. Pouco conflito cria estagnação. Muito conflito cria rupturas.

Por que a administração de conflitos é importante?

Um estudo sobre executivos de nível médio e superior revelou que a média dos gerentes gasta 20% de seu tempo lidando com conflitos.

Desenvolvendo habilidades para a resolução eficaz de conflitos

Embora os gerentes possam mudar de acordo com a situação, seus estilos básicos indicam o modo mais provável como tenderão a se comportar e o tratamento que adotam com mais freqüência.

Seja ponderado na escolha dos conflitos que deseja controlar - Nem todo conflito vale seu tempo e esforço para solucioná-lo. Além disso, alguns conflitos podem ser simplesmente incontroláveis. Dessa forma, os gerentes não devem se deixar seduzir pela crença ingênua de que podem solucionar eficazmente todos os conflitos.

Avalie os participantes do conflito - Conhecer os participantes promove sucesso na administração dos conflitos.

Avalie a fonte do conflito - O conflito brota de três fontes: diferenças de comunicação, diferenças estruturais e diferenças pessoais. Diferenças de comunicação brotam de dificuldades semânticas, mal-entendidos e ruídos nos canais de comunicação. Uma vez que as organizações são horizontalmente diferenciadas pela especialização e departamentalização e verticalmente diferenciadas pela criação de níveis hierárquicos, a diferenciação estrutural pode criar conflitos. A terceira fonte de conflito são as diferenças pessoais: as idiossincrasias e os sistemas de valores pessoais.

Conheça suas opções - Os gerentes podem utilizar cinco opções de resolução de conflitos: abstenção, acomodação, imposição, conciliação e colaboração. Nem todo conflito exige ação decisiva. Às vezes, a abstenção (evitar ou ocultar o conflito) é a melhor solução. Os gerentes utilizam a acomodação para manter relações harmoniosas, colocando as necessidades e preocupações dos outros acima das suas. Na imposição, os gerentes tentam satisfazer suas próprias necessidades às custas da outra parte. Um acordo exige que cada uma das partes abra mão de alguma coisa de valor. Colaboração é a solução final em que todos saem ganhando, todas as partes tentam satisfazer seus interesses.

Habilidades de Delegação

O que é delegação?
Delegação é a atribuição de autoridade para que outra pessoa realize atividades específicas. Ao contrário da tomada de decisões participativa onde há um compartilhamento da autoridade, os subordinados tomam suas próprias decisões.

Barreiras à delegação.
Os gerentes não delegam por cinco razões (Robbins, 2000):

1. Os gerentes pensam estar abrindo mão de poder e controle quando delegam.
2. Muitos gerentes acham que delegar é abdicar.
3. Muitos gerentes não têm confiança em seus subordinados ou temem ser criticados por seus erros.
4. Muitos gerentes tendem a fazer as coisas que são interessantes, rápidas e fáceis.
5. Muitos gerentes são inseguros e temem que a delegação possa corroer seu próprio cargo.

Habilidades de Aconselhamento

Aconselhamento é a discussão de um problema com um funcionário visando sua solução ou ajudar o funcionário a lidar melhor com ele. Aconselhar não é a mesma coisa que treinar. O treino está voltado a questões de habilidade, ao passo que aconselhar diz respeito a problemas pessoais.

Tipos de aconselhamento
Que quantidade de direção um gerente deve prover durante uma sessão de aconselhamento? A resposta a esta pergunta revela três tipos de aconselhamento: diretivo, participativo e não-diretivo.

- **Aconselhamento Diretivo. Esta técnica abrange os gerentes que ouvem os problemas** do funcionário, decidem o que deve ser feito e dizem ao funcionário o que ele deve fazer. Neste caso, o gerente está no controle.

- **Aconselhamento Não-Diretivo. Este estilo se baseia na crença de que as pessoas** conseguem resolver seus próprios problemas com a ajuda de um ouvinte solidário. Embora os gerentes ouçam, a palavra final é do funcionário.

- **Aconselhamento Participativo. Esta abordagem é o meio termo entre o** aconselhamento diretivo e o não diretivo. O gerente é um ouvinte ativo e oferece observações e conselho. O aconselhamento participativo é congruente com a concepção de que os gerentes, em lugar de chefiar as pessoas, delegam-lhes poder.

Habilidades de Delegação

O que é delegação?
Delegação é a atribuição de autoridade para que outra pessoa realize atividades específicas. Ao contrário da tomada de decisões participativa onde há um compartilhamento da autoridade, os subordinados tomam suas próprias decisões.

Barreiras à delegação.
Os gerentes não delegam por cinco razões (Robbins, 2000):

1. Os gerentes pensam estar abrindo mão de poder e controle quando delegam.
2. Muitos gerentes acham que delegar é abdicar.
3. Muitos gerentes não têm confiança em seus subordinados ou temem ser criticados por seus erros.
4. Muitos gerentes tendem a fazer as coisas que são interessantes, rápidas e fáceis.
5. Muitos gerentes são inseguros e temem que a delegação possa corroer seu próprio cargo.

Trabalho em Equipe: Definições

- ✓ “Conjunto ou grupo de pessoas que se aplicam uma tarefa ou trabalho.”
- ✓ “Conjunto ou grupo de pessoas que partilham de um mesmo objetivo.”
- ✓ “Conjunto ou grupo de pessoas que ao desenvolver uma tarefa ou trabalho, almejam um objetivo único, obtido pelo consenso/negociação.”
- ✓ “Conjunto ou grupo de pessoas que tem objetivos comuns e está engajado em alcança-los de forma compartilhada.”
- ✓ “Conjunto ou grupo de pessoas com habilidades complementares, comprometidas umas com as outras pela missão comum, objetivos comuns (obtidos pela negociação entre os atores sociais envolvidos) e um plano de trabalho bem definido”

Trabalho em Equipe

Fonte: Marcelo Egéa. Sócio-Diretor da SerTotal RH Assessoria - www.sertotal.com

C omunicação interpessoal produtiva

O bjetivo comum e tomada de decisão efetiva

M obilidade na liderança

U nidade com divisão de papéis

M oral e Clima Elevados

Comunicação Interpessoal produtiva

Comunicação é o ato de dar e receber informações, compartilhar ideias, pensamentos, opiniões e sentimentos (verbal ou não-verbalmente), de maneira aberta e sem barreiras.

É um elemento fundamental para a criatividade grupal e alicerce de qualquer processo interativo saudável.

Objetivo comum e tomada de decisão efetiva

É a noção clara sobre quais são os objetivos a serem cumpridos, assim como os indicadores para medir seu avanço e alcance.

Tomada de Decisão é o processo de escolher uma direção para agir. A tomada de decisão efetiva considera a natureza da tarefa, a qualidade da decisão, o tempo disponível e o comprometimento necessário para a implementação.

Não importa se ela é autocrática, pela maioria, minoria, por consenso ou unanimidade, mas sim a sua efetividade no momento e na tarefa em questão.

Mobilidade na Liderança

Liderança é um processo de influência e pode ser assumido por qualquer membro da equipe.

As funções da liderança incluem tanto a ênfase nas tarefas quanto no bem-estar e confiança entre os membros da equipe (como os membros trabalham em conjunto).

Unidade com divisão de papéis

Uma Equipe deve sentir-se unida através do processo de complementaridade que existe entre seus membros.

A Divisão de Papéis refere-se a como os membros da equipe dividem as funções, tanto para execução das tarefas quanto para a manutenção da unidade e clima positivo.

Inclui a valorização mútua das competências diferentes como fundamentais para o resultado global. É fortemente influenciada pelo respeito e reconhecimento do espaço e papel desenvolvido por cada um dentro da equipe.

Moral e Clima elevados

Clima e Moral referem-se à atmosfera que existe dentro de uma equipe, principalmente nos momentos difíceis e que exigem esforço do conjunto.

Também, a identidade, padrões culturais, ritos e símbolos que reforçam a unidade. O clima nos dá referências sobre a saúde e o estágio de desenvolvimento da equipe.

A avaliação sobre o clima nem sempre vem de uma observação objetiva dos comportamentos entre eles, mas sim da observação e escuta atenta das interações e hábitos entre os membros, tanto no nível verbal como no não-verbal.

Moral e Clima elevados

Estes elementos correspondem ao COMO uma equipe trabalha e indicam sua competência para trabalhar de maneira integrada. Não podem ser confundidas com as dificuldades da tarefa em si, que exigem conhecimentos e habilidades técnicas e específicas. Ambas precisam estar presentes para que o desempenho seja superior.

O fato é que, na maioria das vezes, existe uma preocupação excessiva com as questões técnicas e mínima com a competência de trabalho em equipe. Talvez por isso as experiências sejam tão frustrantes.

TRABALHO DE EQUIPE

Chiavenato, Idalberto. Comportamento Organizacional. Ed. Elsevier.

Conceito de Grupo

Grupo é um sistema organizado de dois ou mais indivíduos inter-relacionados, de modo que o sistema cumpra alguma função e que haja um conjunto de relações de **papéis** padrão entre os membros e um conjunto de **normas** que regule sua função e a função de cada um dos seus membros.

Grupos podem ser:

Formais (grupos de comando, de tarefa, com prazo definido, ou **Informais** (grupos de amizade, de interesse, coalizões)

GRUPOS E EQUIPES

Chiavenato, Idalberto. Comportamento Organizacional. Ed. Elsevier.

Estágio do desenvolvimento de um grupo

1. Formação
2. Tormenta
3. Normalização
4. Desempenho
5. Interrupção

ESTRUTURA DO GRUPO

1. **Liderança Formal**
2. **Papel**
3. **Desempenho do Papel**
    1. Identidade do papel
    2. Percepção de papel
    3. Expectativa de papel
    4. Conflito de papéis
4. **Normas**
    1. Normas de aparência
    2. Normas de desempenho
    3. Normas de organização social
    4. Normas de alocação de recursos
5. **Status**
6. **Tamanho**
7. **Composição**
8. **Coesão**

EFICIÊNCIA E EFICÁCIA GRUPAL

Do ponto de vista da **eficiência**, o grupo fica quase sempre em segundo lugar na comparação com os indivíduos. A tomada de decisão grupal consome mais tempo do que o processo individual para resolver o problema. A exceção fica por conta das situações em que para conseguir a mesma quantidade de entradas diversas, o indivíduo tomador de decisão consome mais tempo fazendo pesquisas ou falando com pessoas.

Do ponto de vista da **eficácia**, as decisões grupais oferecem maior acuracidade. As pesquisas mostram que, na média, os grupos alcançam decisões de melhor qualidade que os indivíduos. Se a eficácia for medida em termos de rapidez, os indivíduos são melhores. Se for medida em termo de criatividade, os grupos se mostram mais eficazes. Se for medida em grau de aceitação da solução final, o grupo sai na frente.

TOMADA DE DECISÃO EM GRUPO

PONTOS FORTES

• Os grupos geram informações e conhecimento mais complexos;
• Os grupos oferecem maior diversidade de pontos de vista;
• Os grupos geram decisões de melhor qualidade;
• Os grupos aumentam a aceitação de uma solução;

PONTOS FRACOS

• As decisões em grupo consomem mais tempo;
• O grupo faz pressões para obter conformidade;
• As discussões podem ser dominadas por alguém ou por um subgrupo;
• As decisões grupais sofrem de ambiguidade da responsabilidade.

EQUIPES

GRUPOS # EQUIPES

O desempenho de um grupo de trabalho é uma função daquilo que os membros fazem como indivíduos. O desempenho de uma equipe inclui resultados individuais e o que chamamos de produto do trabalho coletivo.

DIFERENÇAS

O grupo tem um forte e único líder, enquanto a equipe tem papéis compartilhados;
O grupo de trabalho tem uma responsabilidade individualizada, enquanto a equipe tem uma responsabilidade individual e mútua;

DIFERENÇAS

• O **grupo** tem um forte e único líder, enquanto a **equipe** tem papéis compartilhados;

• O **grupo** de trabalho tem uma responsabilidade individualizada, enquanto a **equipe** tem uma responsabilidade individual e mútua;

• O propósito do **grupo** de trabalho é o mesmo da organização, enquanto a **equipe** tem um propósito específico;

• O **grupo** de trabalho tem produtos de trabalho individualizados, enquanto a **equipe** tem produtos de trabalho coletivos;

• O **grupo** de trabalho utiliza reuniões eficientes, enquanto a **equipe** encoraja reuniões aberta e constantes e direcionadas para a solução de problemas;

• O **grupo** de trabalho mede a eficácia de maneira indireta – como desempenho financeiro dos negócios globais, enquanto a **equipe** me desempenho de maneira direta pela avaliação dos produtos de trabalho coletivos;

EQUIPES

Quanto ao propósito:

•Resolução de problemas;
•Apresentação de sugestões;
•Discussão de inovações;
•Reengenharia de processos;
•Desenvolvimento de produtos;
•Avaliação de processos;
•Outros propósitos desejados pela organização.

Quanto a estrutura:

- Gerenciada
- Autogerenciada

Quanto ao tipo:

- Funcional Cruzada;
- Virtual
- Autogerenciada;
- Força-tarefa

Quanto a duração:

- Permanente
- Temporária
- *Ad Hoc*

Como desenvolver e gerenciar equipes eficazes

Características:

• Objetivos claros e entendidos por todos os membros;

• Habilidades relevantes de cada membro para que a equipe possua todas as habilidades necessárias à tarefa a ser executada;

• Confiança mútua entre os membros;

• Compromisso unificado em relação aos objetivos e aos meios para alcançá-los;

• Boa comunicação interna entre os membros;

• Habilidades de negociação para o alcance de consenso interno e de aceitação externa;

• Liderança renovadora capaz de impulsionar e alavancar as pessoas;

• Apoio interno dos membros e externo de todas as partes da organização.

Para melhorar o desempenho do Trabalho de Equipe:

a) Dizer claramente o que se espera da equipe;

b) Enaltecer o valor do trabalho em equipe;

c) Estabelecer confiança na equipe, estimulando-a, orientando-a para a execução de um trabalho factível;

d) Dar feedback;

e) Dar recompensas e reconhecimento pelo bom desempenho

VANTAGENS DO TRABALHO EM EQUIPE

- Melhor tratamento das informações
- Redução da ansiedade nas situações de incerteza
- Maior geração de idéias
- Interpretação menos rígida dos fatos e situações
- Maior probabilidade de evitar erros de julgamento
- Simplificação da supervisão e das comunicações interpessoais
- Maior aceitação do resultado oferecido pela equipe
- Tendência de maior qualidade nos resultados

Desempenho profissional,

baseado livro de Idalberto Chiavenato: Adm. RH

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- *Avaliação do desempenho* é o processo que mede o desempenho do funcionário. O desempenho do funcionário é o grau em que ele alcança os requisitos do seu trabalho.

- *Avaliação do desempenho* é o processo de rever a atividade produtiva passada para avaliar a contribuição que os indivíduos fizeram para o alcance dos objetivos do sistema administrativo.

- *Avaliação do desempenho* é a identificação, mensuração e administração do desempenho humano nas organizações. A identificação se apóia na análise de cargos e procura determinar quais as áreas de trabalho que se deve examinar quando se mede o desempenho. A mensuração é o elemento central do sistema de avaliação e procura determinar como o desempenho pode ser comparado com certos padrões objetivos. A administração é o ponto-chave de todo sistema de avaliação. A avaliação deve ser mais do que uma atividade orientada para o passado, ou seja, deve estar orientada para o futuro para poder alcançar todo o potencial humano da organização.

- *Avaliação do desempenho* constitui a maneira pela qual os fornecedores internos e clientes internos avaliam as competências individuais de uma pessoa com a qual mantêm relacionamentos de trabalho e fornecem dados e informações a respeito de seu desempenho e competências individuais para a sua melhoria contínua.

MOTIVOS PARA SE AVALIAR PESSOAS

As principais razões pelas quais as organizações estão preocupadas em avaliar o desempenho de seus colaboradores são:

1. Recompensas: A avaliação do desempenho proporciona um julgamento sistemático para justificar aumentos salariais, promoções, transferências e, muitas vezes, demissões de funcionários. É a avaliação por mérito.

2. *Retroação:* A avaliação proporciona conhecimento a respeito de como as pessoas com quem o colaborar interage percebem seu desempenho, atitudes e suas competências.

3. *Desenvolvimento:* A avaliação permite que cada colaborador saiba exatamente quais são seus pontos fortes (aquilo em que poderá aplicar mais intensamente no trabalho) e pontos frágeis (aquilo que deverá ser objeto de melhoria através do treinamento ou desenvolvimento pessoal).

4. *Relacionamento:* A avaliação permite que cada colaborador possa melhorar seu relacionamento com as pessoas ao seu redor – gerente, pares, subordinados – ao saber como avaliam seu desempenho.

5. *Percepção:* A avaliação proporciona meios para que cada colaborador conheça saiba como as pessoas ao seu redor pensam a seu respeito. Isso melhora sua autopercepção e sua percepção do entorno social.

6. *Potencial de desenvolvimento:* A avaliação proporciona meios para conhecer em profundidade o potencial de desenvolvimento de seus colaboradores a fim de definir programas de T&D, sucessão, carreiras etc.

7. *Aconselhamento:* A avaliação oferece informações ao gerente ou ao especialista de RH sobre como fazer aconselhamento e orientação aos colaboradores.

BENEFÍCIOS da avaliação do desempenho

A avaliação do desempenho deve proporcionar benefícios para a organização e para as pessoas. Para tanto, ela precisa atender às seguintes linhas básicas (6):

1. A avaliação deve cobrir não somente o desempenho dentro do cargo ocupado, como também o alcance de metas e objetivos. Desempenho e objetivos devem ser tópicos inseparáveis da avaliação do desempenho.

2. A avaliação deve enfatizar o indivíduo no cargo e não a impressão a respeito dos hábitos pessoais observados no trabalho. A avaliação deve concentrar-se em uma análise objetiva do desempenho e não em uma avaliação subjetiva de hábitos pessoais. Empenho e desempenho são coisas distintas.

3. A avaliação deve ser aceita por ambas as partes: avaliador e avaliado. Ambos devem estar de acordo que a avaliação deve trazer algum benefício para a organização e para o funcionário.

4. A avaliação do desempenho deve ser utilizada para melhorar a produtividade do indivíduo dentro da organização, tornando-o melhor equipado para produzir com eficácia e eficiência (7).

FRAGILIDADES da avaliação de desempenho

Os pontos fracos do processo de avaliação do desempenho são:

1. Quando as pessoas envolvidas na avaliação do desempenho a percebem como uma situação de recompensa ou de punição pelo desempenho passado.

2. Quando a ênfase do processo repousa mais sobre o preenchimento de formulários do que sobre a avaliação crítica e objetiva do desempenho.

3. Quando as pessoas avaliadas percebem o processo como injusto ou tendencioso. A iniqüidade prejudica profundamente o processo de avaliação.

4. Quando os comentários desfavoráveis do avaliador conduzem a uma reação negativa e de não-aceitação por parte do avaliado.

5. Quando a avaliação é inócua, isto é, quando está baseada em fatores de avaliação que não conduzem a nada e não agregam valor a ninguém.

Eficiência do trabalho

é a capacidade do administrador de **obter bons produtos como produtividade e desempenho, utilizando a menor quantidade de recursos possíveis**, como tempo, mão-de-obra e material, ou mais produtos utilizando a mesma quantidade de recursos.

Sendo assim, através deste conceito, temos que um **administrador eficiente é aquele que realiza uma tarefa da melhor forma possível.** Assim sendo, pode-se produzir algo interessante ao mercado, mas, se a produção deste produto não for feita com eficiência, muitas vezes o resultado final não será apropriado.

Eficácia do trabalho

é a capacidade de **fazer aquilo que é preciso, que é certo para se alcançar determinado objetivo**, escolhendo os melhores meios e produzir um produto adequado ao mercado. A eficiência envolve a forma com que uma atividade é feita, **a eficácia se refere ao resultado** da mesma.

Como exemplo de distinção entre os conceitos, temos a produção de um produto com eficiência, isto é, rapidamente e com baixos custos, mas que não é adequado, por exemplo, ao contexto e à situação econômica das pessoas. Nesse caso, temos eficiência, mas não eficácia. De acordo com Paulo Sandroni, em 1996, que resume bem essa idéia: “Fazer a coisa certa de forma certa é a melhor definição de trabalho eficiente e eficaz”.

Resultados Atingidos
Situação ideal - Excelência
alta
EFICAZ e INEFICIENTE
Atingiu os resultados desejados, porém com alto desperdício.
Ex.
EFICAZ e EFICIENTE
Atingiu os resultados Desejados e aproveitou bem os recursos.
Ex.
Eficácia
INEFICAZ e INEFICIENTE
NÃO atingiu os resultados desejados e ainda Teve um alto desperdício.
Ex.
INEFICAZ e EFICIENTE
NÃO atingiu os resultados desejados, porém Utilizou bem os recursos.
Ex.
baixa
Eficiência
alta
Utilização Recursos

Exercícios

EXERCÍCIOS

1) Prova: CESPE - 2008 - INSS - Analista do Seguro Social
Disciplina: Administração Geral | Assuntos: Organizações, Sistemas e Métodos;

Uma empresa pública em processo de reestruturação elaborou um documento contendo um desenho gráfico que mostra a disposição de cada integrante da empresa e sua vinculação a uma área específica. Nesse documento, ficou evidente que a autoridade é funcional e fundamentada em projetos e também que existe uma integração entre as diversas áreas funcionais.

Acerca dessa situação e à luz dos fundamentos, escolas e metodologias de estruturas organizacionais, julgue os itens a seguir, marcando (c) ou (e).

( ) A estrutura organizacional de uma empresa deve descrever relações formais de hierarquia e amplitude de controle.
( ) A estrutura organizacional descrita no documento do caso em questão é a estrutura matricial.
( ) Dentro da estrutura organizacional dessa empresa, deve-se considerar tanto os aspectos verticais como os horizontais.
( ) Sabendo-se que, antes da reestruturação, a empresa em apreço possuía uma estrutura organizacional em que a autoridade era única e centralizada, com aspecto piramidal, pode-se afirmar que, naquela situação, tratava-se de uma estrutura funcional.

2) (FCC/TRT 8ª/2010/ANALISTA JUDICIÁRIO – Administrativo)
Ao definir a estrutura organizacional de uma empresa, seus administradores devem considerar seis elementos básicos:
a) tecnologia; produto/serviço; análise do trabalho; agrupamento de funções; custos e número de níveis de comando.
b) divisão do trabalho; produtividade; segmento de negócio; tecnologia; distribuição das equipes e localização geográfica.
c) mão de obra necessária; características dos clientes; amplitude do negócio; concentração do trabalho; funções essenciais e agrupamento das tarefas.
d) especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização/descentralização e formalização.
e) foco do negócio; público alvo; mão de obra especializada; amplitude de controle; divisão de poder e distribuição geográfica.

3) Prova: CESPE - 2008 - INSS - Analista do Seguro Social
( ) Em um treinamento, entre os tipos de mudança de comportamento esperados, a transmissão de informações é encarada como o tipo mais difícil e complexo.
( ) A responsabilidade pelo treinamento é atribuição da área técnica voltada para a educação empresarial. Cabe ao gerente de linha, em caráter excepcional e sem responsabilidade formal, auxiliar este setor técnico na referida tarefa.
( ) Para o levantamento de necessidades de treinamento, são utilizados como subsídios dados e informações decorrentes de resultados de avaliação de desempenho, problemas de pessoal e de produção.

4) Prova: CESPE - 2009 - CEHAP PB - Administrador
Com relação à política de desenvolvimento de recursos humanos, assinale a opção incorreta.
a) Constitui objetivo de um treinamento a mudança de atitude por parte das pessoas visando um clima mais satisfatório dentro das organizações.
b) Denomina-se levantamento de necessidades de treinamento o diagnóstico das carências dos colaboradores no tocante ao suprimento de mais conhecimentos para a execução de suas atividades.
c) Denomina-se *coaching* o relacionamento entre os líderes e os liderados dentro de uma organização.
d) Atualmente, o ensino a distância experimenta uma redução expressiva devido à necessidade de as organizações promoverem um contato mais próximo entre seus colaboradores.

5) Prova: CESPE - 2008 - STF - Analista Judiciário - Área Administrativa
Marque C ou E, para os itens abaixo.
( ) Uma das desvantagens do recrutamento interno é conhecida como o princípio de Peter: se administrado incorretamente, leva a organização a promover continuamente seus empregados ou servidores, elevando-os até a posição ou função em que demonstram o máximo de sua incompetência
( ) As avaliações de desempenho possibilitam a aferição da eficácia das funções do setor de pessoal de uma organização. Permitem aos administradores avaliar, entre outros aspectos, a adequação das políticas de recrutamento e seleção, a validade das atividades de treinamento e aperfeiçoamento, e a justeza das decisões sobre promoções e transferências

6) Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

Os conhecimentos e o desempenho dos empregados e administradores devem ser continuamente aperfeiçoados. A satisfação dessa exigência envolve atividades de treinamento e desenvolvimento e também avaliações de desempenho para propósitos de *feedback* a fim de motivar as pessoas para o melhor desempenho possível. *Idem*, *ibidem*, p. 286 (com adaptações). A respeito do tema do texto acima, assinale a opção correta.

a) Diferentemente do desenvolvimento, o treinamento tem como foco ensinar aos empregados habilidades e competências mais amplas para o desempenho de funções futuras.
b) A busca de consenso entre empregados e seus supervisores acerca das metas organizacionais é uma característica da moderna avaliação de desempenho.
c) Na avaliação de desempenho, deve-se evitar a participação dos subordinados, por serem eles mais propensos a fornecer informações influenciadas por insatisfações resultantes da relação com seus superiores.
d) A avaliação de desempenho deve ter como foco o desempenho técnico do empregado no cargo ocupado, evitando-se analisar o comportamento do indivíduo no ambiente de trabalho, tarefa esta que é de competência do responsável pelo regime disciplinar.

7) CESPE – RTJ – DFT – 2008 - Analista Judiciário - Administração
Julgue os itens a seguir, certo ou errado, que versam acerca de noções de administração de recursos humanos.
a) Na fase de diagnóstico das necessidades de treinamento, a utilização da análise das tarefas permite a identificação das áreas que necessitam de ações de treinamento.
b) Escolha forçada, avaliação por resultados, escalas gráficas, pesquisa de campo e avaliação 360 graus são métodos de avaliação de desempenho.
c) Tanto em organizações públicas quanto no setor privado, a atividade de recrutamento deve ocorrer posteriormente à seleção dos candidatos aptos para os cargos disponíveis.
d) Em relação ao recrutamento externo, o recrutamento interno tem entre suas vantagens a rapidez no processo e o menor custo para a organização.
e) Durante o processo de seleção, as características do cargo devem ser definidas de acordo com as qualificações dos candidatos disponíveis.

8) CESPE – PGE – PA - Administrador
Acerca dos estudos sobre administração de pessoal e recursos humanos, julgue os itens a seguir.
I - O recrutamento e a seleção podem ser realizados com base em três alternativas: interno, externo e misto. A esse respeito, é correto afirmar que promoções, transferências e ascensão funcional são formas de recrutamento interno.
II - Insatisfação dos funcionários acerca da diferença de remuneração entre eles sem que estejam presentes maiores responsabilidades, produtividade, conhecimento ou habilidades é indicativo de desequilíbrio externo da remuneração.
III- Os termos treinamento e desenvolvimento muitas vezes se confundem. A esse respeito, é correto afirmar que desenvolvimento é o processo de aprendizagem voltado para a execução de tarefas.
IV- Desenvolvimento, esforço e comportamento são perspectivas de análise do processo de avaliação de desempenho.

A quantidade de itens certos é igual a

1. 2. 3. 4.

9) ESAF – Analista Tributário – Receita Federal
O trabalho em equipe pressupõe que a (o):
a) equipe trabalhe, simultaneamente, no mesmo *locus*.
b) líder delegue responsabilidade.
c) líder seja sempre democrático.
d) crítica seja evitada.
e) diversidade seja respeitada.

10) Comunicação e relacionamento interpessoal
Prova: ESAF - 2009 - Receita Federal - Analista Tributário
Sobre o tema 'comunicação organizacional', é correto afirmar que:
a) quando operada em fluxo descendente, a comunicação é considerada formal.
b) redigir com clareza é condição suficiente para que a comunicação seja bem-sucedida.
c) o uso do melhor canal disponível elimina a ocorrência de ruídos.
d) a comunicação informal deve ser evitada e desprezada.
e) tanto o emissor quanto o receptor são fontes de comunicação.

Marque C para Correto e E para errado os itens abaixo.
11) Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário
Tendo em vista aspectos gerais das organizações, julgue os itens que se seguem.
( ) Muito utilizada em tarefas complexas, devido a seu perfil de descentralização, a comunicação formal tem sido cada vez mais utilizada em organizações que passam por processos de flexibilização organizacional.
( ) A comunicação é capaz de influenciar os indivíduos na busca dos objetivos organizacionais e fazer com que eles se comprometam com a organização.
( ) O compartilhamento de informações em estrutura de rede descentralizada, com livre fluxo de comunicação em todas as direções, é recomendável para equipes que executam tarefas rotineiras e de baixa complexidade.

12) Prova: CESPE - 2011 - FUB - Secretário Executivo - Específicos
A respeito de comunicação empresarial, julgue o item.
( ) Uma das grandes barreiras à comunicação interpessoal diz respeito aos aspectos semânticos da linguagem, ou seja, aos diferentes sentidos que as pessoas associam às palavras de outrem, o que pode causar desentendimentos decorrentes de interpretações equivocadas.

13) Prova: CESPE Acerca das relações humanas no trabalho, julgue os próximos itens.
( ) Competência interpessoal é a habilidade de lidar eficazmente com outras pessoas de forma adequada às necessidades de cada uma e à exigência da situação.
( ) A competência interpessoal é revelada na relação indivíduo- indivíduo e nas relações indivíduo-grupo, englobando, assim, atitudes individuais e coletivas que jamais são indissociáveis.

14) Prova: FCC - 2011 - TRT - 24ª REGIÃO (MS) - Técnico Judiciário - Área Administrativa
Na competência interpessoal grupal, são fatores trabalhados:
a) a busca do autoconhecimento e conscientização, as habilidades de percepção, diagnose e comunicação para expressão verbal e emocional, para dar e receber *feedback.*
b) as motivações, os objetivos pessoais, a problemática de interrelação, de afetividade e intimidade.
c) as motivações e objetivos individuais, grupais e organizacionais, e a problemática de diferenciação e integração de subsistemas.
d) as motivações e objetivos comuns ao conjunto e a vários subconjuntos, bem como questões sobre poder, autoridade, controle e influência social.
e) a interdependência de subsistemas e o trabalho em equipe, para o desempenho organizacional como um todo.

15) Prova: UFF - 2009 - UFF - Assistente Administrativo
A capacidade de entender, liderar e trabalhar com pessoas, compreendendo suas necessidades, interesses e atitudes, é uma habilidade:
a) técnica;
b) conceitual;
c) de liderança;
d) de resolução de conflitos;
e) interpessoal.

16) Prova: CESPE - 2010 - DPU - Agente Administrativo
Acerca das equipes de trabalho e do comportamento das pessoas nesse contexto, assinale a opção correta.
a) Garante-se a qualidade do relacionamento na equipe quando pelo menos alguns dos membros do grupo possuem competência interpessoal inata.
b) O sistema de comunicação e de feedback individual e grupal possibilita a positiva interação entre os membros da equipe e viabiliza a sinergia.
c) Devido ao próprio padrão de comportamento, as pessoas agem, em grupo ou individualmente, sempre da mesma forma, independentemente do ambiente em que estejam.
d) O simples fato de as pessoas trabalharem em grupo gera, na equipe, sentimentos de satisfação e harmonia, pois a interação entre pessoas de diferentes perfis e comportamentos implica apoio mútuo.
e) Em razão de sua vivência em sociedade, os indivíduos são capazes não só de prever, mas também de interpretar as reações das outras pessoas, o que impede que haja distorções no relacionamento interpessoal nos grupos.

17) Prova: FCC - 2009 - TJ-AP - Analista Judiciário -
No intuito de melhorar a comunicação interpessoal e intergrupal numa organização de grande porte deve-se
a) aperfeiçoar os fluxos descendentes e formais de comunicação escrita para melhorar a imagem da direção.
b) centralizar os fluxos ascendentes e informais de comunicação oral visando elevar o controle gerencial.
c) estimular os fluxos horizontais de comunicação informal e oral entre todos os funcionários em torno de metas e projetos.
d) incentivar a comunicação formal e escrita entre os altos dirigentes dos setores de marketing e RH.
e) reduzir os fluxos laterais de comunicação formal e informal para impedir as chamadas "centrais de boatos".

18) Prova: FCC - 2010 - Sergipe Gás S.A. - Assistente Administrativo
As interferências que podem prejudicar a comunicação interpessoal são:
a) descrédito no assunto, pronunciar as palavras corretamente e evitar estereótipos.
b) diferenças profissionais, evitar julgamentos e respeitar opiniões diferentes
c) diferenças culturais, pressão do tempo e falta de interesse no assunto.
d) ouvir com atenção, praticar a empatia e a assertividade.
e) diferenças de idade, agressividade e colocar-se no lugar do outro.

19) Prova:FCC - 2009 - TRT - 3ª- Analista Judiciário. É um requisito essencial da competência interpessoal nas organizações:
a) o desenvolvimento da autopercepção como base da percepção das situações interpessoais.
b) o conhecimento aprofundado das teorias sobre o comportamento humano em organizações.
c) uma longa experiência na área de RH em situações de atendimento direto com os funcionários.
d) formação completa em curso de gestão de pessoas e de gestão de competências.
e) longa experiência em gestão de RH e em avaliação de desempenho em organizações.

20) Prova: FCC - 2009 - TRT - 3ª Região (MG) - Analista Judiciário Competência interpessoal é a habilidade de

a) utilizar o poder do conhecimento para fazer as pessoas se comportarem de acordo com os seus objetivos.
b) separar claramente os aspectos emocionais dos aspectos técnicos nos conflitos interpessoais, procurando neutralizar os primeiros e ressaltar os segundos.
c) resolver os conflitos de percepção interpessoais utilizando técnicas de brainstorming.
d) envolver todos no processo de decisão por meio de processos de gestão participativa.
e) desenvolver acurada percepção da situação, de suas variáveis relevantes e suas respectivas inter-relações.

Orçamento Público

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1 Considerações Iniciais

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFCs) representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem-se as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância.

O orçamento público surgiu para atuar como instrumento de controle das atividades financeiras do governo. Entretanto, para real eficácia desse controle, faz-se mister que a constituição orgânica do orçamento se vincule a determinadas regras ou princípios orçamentários.

Os princípios orçamentários são aquelas regras mais fundamentais e que funcionam como norteadoras da prática orçamentária. São um conjunto de premissas, linhas norteadoras que devem ser observadas durante cada etapa da elaboração orçamentária. Visam aumentar a consistência e a estabilidade do sistema orçamentário. Por isso, são as bases nas quais se deve orientar o processo orçamentário e são impositivos no orçamento público, apesar de não terem caráter absoluto, por apresentarem exceções.

Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, são estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina.

Segundo Francisco Glauber Lima Mota, princípios são preceitos fundamentais e imutáveis de uma doutrina, que orientam procedimentos e que indicam a postura a ser adotada diante de uma realidade[1].

De acordo com SANCHES (1997), princípio orçamentário é "um conjunto de proposições orientadoras que balizam os processos e as práticas orçamentárias, com vistas a dar-lhe estabilidade e consistência, sobretudo ao que se refere a sua transparência e ao seu controle pelo Poder Legislativo e demais instituições da sociedade...".

A Lei 4320/64 de 17/03/1964, que estatui normas de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito federal, estabeleceu em seu artigo 2º os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

"Art. 2º A lei de orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, ***obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade****", grifo nosso.*

Além dos princípios acima citados, há outros, abaixo descritos, que estão inseridos na Constituição Federal ou mencionados pela doutrina.

!! NÃO ESQUEÇA !!
São regras impositivas que norteiam (orientam) a elaboração da lei orçamentária anual (LOA)
Derivam: da Constituição Federal, de leis infraconstitucionais e da doutrina
Só existem 3 princípios expressos na Lei n° 4.320/6 4 (*"Art. 2º A lei de orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo,* ***obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade****")*

1.2. Princípios orçamentários inerentes à Lei Orçamentária Anual (LOA)

1.2.1) Legalidade

Todas as leis orçamentárias, PPA, LDO e LOA e também créditos adicionais são encaminhados pelo Poder Executivo para discussão e aprovação pelo Congresso Nacional.

O art. 5 da Constituição determina em seu inciso II que "*ninguém será obrigado a fazer ou deixa de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*".

Atendendo a esse princípio, devem ser aprovados pelo Poder Legislativo, cabendo ainda a esse poder, fiscalizar a execução dos orçamentos.

Segundo Sanches (2004, p. 274-275), "princípio orçamentário clássico, segundo o qual a arrecadação de receitas e a execução de despesas pelo setor público deve ser precedida de expressa autorização do Poder Legislativo."

O princípio se acha legitimado pelo art. 165, inciso III, da Constituição, que dispõe:

[1] Mota, Francisco Glauber Lima. Curso Básico de Contabilidade Pública, p.21.

Art. 165. “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I -
II - ...
III - Os orçamentos anuais.

Também no art. 167, inciso I, está evidenciada a vedação de se iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

O inciso I ao art. 167 da CF é uma aplicação do princípio da legalidade:

(...) é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária..

Conforme observa Silva (1973, p.153), “o princípio da legalidade em matéria orçamentária tem o mesmo fundamento do princípio da legalidade geral, segundo o qual a administração se subordina aos ditames da lei”. Constitui exigência constitucional expressa que leis de iniciativa do Presidente da República estabelecerão: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais (art. 165)...”.

!! ATENÇÃO NAS QUESTÕES DE CONCURSOS !!

O princípio da legalidade é amplo e genérico. Quando a questão falar de elaboração de leis e exame de leis pelo legislativo, está se referindo ao princípio de legalidade.

!! EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA !!

► **ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS PARA ATENDER DESPESAS IMPREVISÍVEIS E URGENTES** (**Art. 167, §3º da CF**)
Este tipo de crédito é aberto por medida provisória ou decreto, instrumentos à disposição do chefe do Poder Executivo, conforme o caso!!!!

1.2.2) Princípio da Reserva Legal

A iniciativa para propor a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual é do Poder Executivo, segundo a Constituição Federal. Essa exclusividade de matéria orçamentária é denominada de reserva legal.

1.2.3) Anualidade ou periodicidade

Estabelece que o orçamento deve ter vigência limitada no tempo, um ano. De conformidade com este princípio, as previsões de receita e despesa devem referir-se, sempre a um período limitado de tempo. Ao período de vigência do orçamento denomina-se exercício financeiro. No Brasil, de acordo com o artigo 34 da Lei 4320/64, o exercício financeiro coincide com o ano civil: 1° de janeiro a 31 de dezembro. Este princípio impõe que o orçamento dever ser elaborado e aprovado para a execução em um período determinado de tempo (geralmente um ano, no caso brasileiro). Segundo o art. 34º da Lei nº 4.320/64:

(...) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Observe que o princípio está relacionado ao intervalo de tempo de 12 meses, de 1º de janeiro e 31 de dezembro.

Esse princípio está consagrado na legislação brasileira por meio da Constituição Federal (art. 165, inciso III) e Lei nº 4.320/64 (arts. 2º e 34).

Constituição Federal de 1988

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
[...]
III - os orçamentos anuais.

Lei n°4.320/64

Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e **anualidade**.
[...]
Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Vários artigos do texto constitucional remetem à anualidade, como o § 1º do art. 167:

> *"§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade".*

A CF/88 determina que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Essa determinação consagra o princípio da anualidade, onde determina que, em princípio, a LOA deverá conter os investimentos cuja duração seja de um ano, exceto quando estiverem previstos no PPA.

Observe a literalidade do comando constitucional (art. 167, § 1º):

1ª. Todo investimento com prazo de execução previsto para até um ano, ou seja, que não ultrapasse um exercício financeiro **deverá** constar na LOA;

2ª. Caso haja necessidade de realizar determinado gasto e o investimento não estiver inserido na LOA, poderá ser incluído no ano de execução do orçamento através de projeto de lei especial, de iniciativa do Presidente da República e aprovação do Congresso Nacional, essa lei especial altera a LOA;

3ª. Se o investimento tiver previsão de duração superior a um exercício financeiro, além de constar na LOA, deverá estar previsto no PPA;

4ª. Caso o investimento não conste no PPA, poderá ser incluído no ano de execução do orçamento através de projeto de lei especial, de iniciativa do Presidente da República e aprovação do Congresso Nacional, essa lei especial altera a lei do PPA.

!! EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA ANUALIDADE !!

► ***AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ADICIONAIS: ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS COM VIGÊNCIA PLURIANUAL, CRÉDITOS REABERTOS OU PRORROGADOS.***

Constituição Federal de 1988, art. 167, § 2º:

*(...) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados**, salvo** se o ato de autorização for promulgado **nos últimos quatro meses daquele exercício**, caso, em que, reabertos nos limites de seus saldos, **serão** incorporados ao orçamento do exercício subseqüente.*

1.2.4) Unidade ou Totalidade

Estabelece que todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária.

No âmbito de cada ente (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), em cada exercício financeiro, deve existir somente uma lei orçamentária anual.

Em conformidade com esse princípio, não deve haver orçamentos paralelos, as propostas orçamentárias de todos os órgãos e Poderes devem estar contidas numa só lei orçamentária, isto é, o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento e não mais que um para dado exercício financeiro. Deve ser aprovado por uma só lei. Visa-se com esse princípio eliminar a existência de orçamentos paralelos.

Esse princípio está consagrado na legislação brasileira por meio da Constituição Federal (art. 165, §5º) e Lei nº 4.320/64 (art. 2º).

Constituição Federal de 1988

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

[...]

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Esses orçamentos (fiscal, de investimento e da seguridade social) são partes integrantes de todo e estão contidos numa só lei orçamentária, ou seja, não são orçamentos distintos. Assim sendo, o orçamento é **uno**, uma única peça para os três Poderes, sendo que cada ente da federação (União, Estados, DF e Municípios) possui competência para planejar e executar seu orçamento.

De acordo com Ricardo Lobo Torres (2000) o princípio da unidade de não significa a existência de um único documento, mas a integração finalística e a harmonização entre os diversos orçamentos.

Lei n° 4.320/64

Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade** universalidade e anualidade.

☺ **ATENÇÃO!** Modernamente o princípio da unidade vem sendo denominado de princípio da totalidade, com fundamento na consolidação, pela União, dos orçamentos dos diversos órgãos e Poderes de forma que permita ao governo uma visão geral do conjunto das finanças públicas.

Não pode haver mais de um orçamento em cada unidade governamental. **No entanto**, o § 5º do art. 165 da CF/88 estabelece uma tripartição do orçamento: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

1.2.5) Universalidade ou Globalização

Estabelece que todas as receitas e despesas, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive a dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios, devem estar contidas na lei orçamentária anual, ou seja, nenhuma receita ou despesa pode fugir ao controle do Legislativo.

Lei n° 4.320/64

Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade **universalidade** e anualidade.

O princípio da universalidade, além de constar, no artigo 2º da Lei 4320/64, como princípio orçamentário, ainda está contemplado nos artigos 3º e 4º, que expressamente estabelecem que:

Lei n° 4.320/64

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei[2].

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

A constituição federal também reforça esse princípio ao orientar, no § 5º do artigo 165, que o orçamento deve conter todas as receitas e as despesas referentes aos poderes da união, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

O artigo 6º da Lei 4320/64 corrobora com esse princípio ao estabelecer que todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Em outras palavras, todas as receitas previstas para serem arrecadadas no ano seguinte e também as despesas públicas fixadas devem estar inseridas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

A referência ao ano seguinte é porque o orçamento é preparado em um determinado ano para ser executado no ano seguinte.

[2] Tratam-se de operações de créditos vinculadas às despesas orçamentárias, observadas as disposições legais.

!! EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE !!

1) Lei n° 4.320/1964, art. 3°, parágrafo único:
Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá tôdas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as ***operações de credito por antecipação da receita***, ***as emissões de papel-moeda*** e ***outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros***.
São as chamadas receitas-extraorçamentárias.

2) As receitas e despesas operacionais de empresas públicas e sociedades de economia mista consideradas estatais **não-dependentes.**

O parágrafo unido do art. 3º tem por finalidade fazer excluir da lei de orçamento (LOA) certos ingressos que nada mais são do que fatos de gestão financeira que embora previsíveis por antecipação, não constituem receitas na sua real expressão técnica.

1.2.6) Exclusividade

Estabelece que a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivos estranhos à fixação das despesas e previsão das receitas (por exemplo: criação de tributos, casamento, fixação de remuneração, etc.), ressalvada a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita.

Esse princípio está consagrado no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, da seguinte forma:

Constituição Federal de 1988

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
[...]
§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

A Lei 4320/64 também estabelece exceções a esse princípio, ao estabelecer que:

Lei n° 4.320/64

Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43[3];
II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

Essa proibição evita que o Chefe do Poder Executivo, ao encaminhar o projeto de lei de orçamento, aproveite a oportunidade e inclua outras matérias que não sejam orçamentárias. Isso era comum em passado recente.

Assim, o princípio da exclusividade tem o objetivo de limitar o conteúdo da Lei Orçamentária, impedindo que nela se inclua normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido. Tais normas que compunham a LOA sem nenhuma pertinência com o seu conteúdo eram denominadas "caudas orçamentárias" ou "orçamentos rabilongos".

Matérias que podem ser inseridas na LOA e que não afetam o princípio da exclusividade.

!! EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE !!

► *AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO ADICIONAL: SUPLEMENTAR;*
►CONTRATAÇÃO DE QUALQUER OPERAÇÃO DE CRÉDITO;
► CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – A.R.O.

[3] este artigo refere-se às fontes de recursos para abertura de créditos adicionais

Essas ressalvas estão fixadas na própria Constituição Federal, portanto, somente ela pode excepcionar.

Explicando melhor as exceções acima descritas.

- Autorização para abertura de crédito adicional suplementar.
Existem três tipos de créditos adicionais:
● Suplementares;
● Especiais;
● Extraordinários.
A C.F veda a autorização para a abertura de créditos especiais e extraordinários na LOA, permite somente a abertura de crédito adicional suplementar.
Portanto, crédito adicional é o gênero, cujas espécies são os créditos suplementares, especiais e extraordinários.

- Contratação de qualquer operação de crédito.
É a contratação de empréstimos, interno ou externo, geralmente de longo prazo; é denominada de dívida fundada ou consolidada.

- Contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.
É uma espécie de adiantamento de receitas que pode ser prevista na lei orçamentária, realiza-se geralmente quando o governo não possui dinheiro em caixa suficiente para pagamento de determinadas despesas.
Essa operação de crédito é realizada com o intuito de atender eventuais insuficiências de caixa do governo.

1.2.7) Publicidade

Esse princípio é mais do que um princípio orçamentário é um princípio constitucional previsto no art. 37 da C.F. de 1988. É um dos princípios que regem a administração pública, ou seja, todos os atos e fatos públicos, em princípio devem ser acessíveis à sociedade, ressalvados aqueles que comprometem a segurança nacional. A publicidade faz-se através do Diário Oficial, Editais, jornais, etc. para conhecimento do público em geral e da produção de seus efeitos.

A constituição Federal de 1988 inovou em termos de constitucionalização dos princípios regentes dos atos administrativos em geral, aplicando-os à matéria orçamentária, levando a nível constitucional o princípio da publicidade (art. 165, § 6º).

Esse princípio prevê que o projeto de lei orçamentária venha acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia – e no § 3º do art. 165 determina a publicação bimestral do relatório resumido da execução orçamentária.

A Lei 101/00, LRF, também trouxe diversas regras no sentido de dar maior transparência ao gastos públicos, com destaque para os artigos 48 e 49.

> "Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos".
> *"Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade".*

1.2.8) Não Afetação ou Não Vinculação das Receitas de "IMPOSTOS"

A receita orçamentária de impostos não pode ser vinculada a órgãos, fundos ou despesas, ressalvados os casos permitidos pela própria Constituição Federal.

Constituição Federal de 1988

Art. 167. São vedados:
[...]
IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

O princípio da **não-afetação de receitas** determina que essas não sejam previamente vinculadas a determinadas despesas, a fim de que estejam livres para sua alocação racional, no momento oportuno, conforme as prioridades públicas. Pretende-se, com isso, evitar que as vinculações reduzam o grau de liberdade do planejamento. Pretende-se com isso, evitar que as vinculações reduzam o grau de liberdade do planejamento, porque receitas vinculadas a despesas tornam essas despesas obrigatórias. A principal finalidade do princípio é aumentar a flexibilidade na alocação das receitas de impostos.

Observe que a C.F veda é a vinculação da receita de **impostos**. Portanto, outras receitas que não sejam de impostos podem ser vinculadas legalmente.

Portanto, em princípio, a C.F veda a vinculação da receita de **impostos**, a órgãos, fundos ou despesas, observadas as exceções previstas na própria Constituição, não permitindo sua ampliação mediante outro instrumento normativo.

As ressalvas ao princípio da não-vinculação de receita previstas na C.F são:

- Fundo de participação dos municípios – FPM;
- Fundo de participação dos estados – FPE;
- Fundo de compensação pela exportação de produtos industrializados;
- Recursos destinados para as ações e serviços públicos de saúde;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Recursos destinados às atividades da administração tributária (arts. 198, § 2º, 212, 37, XXII, da C.F – EC 42/03);
- Recursos destinados à prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita – ARO (art. 165, § 8º, C.F);
- Recursos destinados a prestação de contra garantia à União e para pagamento de débitos para com esta (art. 167, § 4º, C.F);
- Recursos destinados a programa de apoio à inclusão e promoção social, extensivos somente a estados e ao Distrito federal – até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida (art. 204, parágrafo único – EC 42/03);
- Recursos destinados ao fundo estadual de fomento à cultura, para o financiamento de programas e projetos culturais, extensivos somente a Estados e Distrito federal - até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida (art. 216, § 6, C.F – EC 42/03);

O Parágrafo único do artigo 8º da LRF prevê que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

1.2.9) Orçamento Bruto

O princípio do orçamento bruto veda que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento nos seus montantes líquidos, isto é, não são permitidas compensações no plano orçamentário.

Este princípio surgiu juntamente com o princípio da universalidade, expresso no art. 6º da Lei 4.320/64:

Lei n° 4.320/64

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer
deduções.
§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no
orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

☺ **!! Cuidado !!** para não confundir o princípio do orçamento bruto com o da universalidade.

1.2.10) Equilíbrio

Por equilíbrio se entende que, em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período. O princípio do equilíbrio visa assegurar que aas despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas. Apesar do equilíbrio não ser uma regra rígida, existe uma razão fundamental para esse princípio, que é a convicção de que ele constitui o único meio de limitar o crescimento dos gastos governamentais e o do conseqüente endividamento público.

Entendemos que este princípio está devidamente consagrado na LRF (art. 4º, inciso I, alínea a):

> Art. 4 º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2° do art. 165 da Constituição e:
> I - disporá também sobre:
> a) equilíbrio entre receitas e despesas;

Conforme as regras da LRF, atualmente não mais se busca o equilíbrio orçamentário formal, mas sim o equilíbrio das finanças públicas. O Estado devera pautar sua gestão pelo equilibro entre receitas e despesas.

"O equilíbrio pressupõe que a receita prevista na LOA deve ser igual à despesa nela fixada"

A finalidade deste princípio é a de impedir o déficit orçamentário, principalmente.

A CF/88 é realista quanto à possibilidade de ocorrer déficit orçamentário, caso em que as receitas sejam menores que as despesas. Assim, o princípio do equilíbrio não tem hierarquia constitucional. No entanto, contabilmente e formalmente o orçamento sempre estará equilibrado, pois tal déficit aparece normalmente nas operações de crédito que, pelo art. 3° da Lei n° 4.320/64, também deve constar do orçamento.

1.2.11) Especificação, Especialização ou Discriminação

O princípio da especificação determina que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos. Tem o objetivo de facilitar a função de acompanhamento e controle do gasto público.

O princípio veda a autorização de despesas globais. Atualmente o princípio da especificação não tem *status* constitucional, porém, está em pleno vigor por estar amparado pela legislação infraconstitucional.

> **Lei n°4.320/64**
> Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.

> **LC 101/2000 - LRF**
> Art. 5° O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
> [...]
> § 4° É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

As despesas devem ser classificadas com um nível de desagregação tal que facilite a sua análise.

Esse princípio está consagrado no § 1º do artigo 15 da Lei 4320/64 a seguir descrito:

O art. 15, § 1º, do mesmo diploma legal também se refere a este princípio:

(...) Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos.

***§** 1º. Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.*

Esse princípio impõe a classificação e designação dos itens que devem constar da LOA.

Essa regra opõe-se a inclusão de valores globais, de forma, genérica, ilimitados e sem discriminação e ainda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA e a realização de despesa ou assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários adicionais.

O princípio da especialização abrange tanto o aspecto qualitativo dos créditos orçamentários quanto o quantitativo, vedando a concessão de créditos ilimitados.

Existem duas exceções ao princípio da especificação, a primeira diz respeito aos programas especiais de trabalho, previsto no parágrafo único do artigo 20 da lei 4320/64. A segunda exceção são as reservas de contingências – dotação global colocada na lei orçamentária, destinada a atender passivos contingentes e outras despesas imprevistas – prevista no art. 5°, Inciso III da LRF.

Lei n°4.320/64

Art. 20. Os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras
aplicações.
Parágrafo único. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

LC 101/2000 - LRF

Art. 5° O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
[...]
III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
a) (VETADO)
b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Investimento em regime de execução especial são os programas de trabalho que, por sua natureza, não possam ser realizados de acordo com as normas gerais de execução de despesas. Exemplo: Verbas secretas para pagamento de informantes nos órgãos de segurança pública, programas de proteção à testemunha, etc.

► A LÓGICA DO PRINCÍPIO É: "O orçamento precisa ser detalhado, especificado, para facilitar seu entendimento e acompanhamento".

1.2.12) Quantificação dos Créditos Orçamentários

O princípio da quantificação dos créditos orçamentários está consubstanciado no inciso VII do art. 167 da CF/88, o qual veda a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

Constituição Federal de 1988

Art. 167. São vedados:
[...]
VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

A dotação é o montante de recurso financeiros com que conta o crédito orçamentário. O princípio da quantificação dos créditos orçamentários determina que todo crédito na LOA seja autorizado com uma respectiva dotação, limitada, ou seja, cada crédito deve ser acompanhado de um valor determinado. Assim, não são admitidas dotações ilimitadas, sem exceções.

1.2.13) Da Proibição do Estorno

O princípio da proibição do estorno determina que o administrador público não pode transpor, remanejar, ou transferir recurso sem autorização. Quando houver insuficiência ou carência de recursos, deve o Poder Executivo recorrer à abertura de crédito adicional ou solicitar a transposição, remanejamento ou transferência, o que deve ser feito com autorização do Poder Legislativo.

Constituição Federal de 1988

Art. 167. São vedados:
[...]
VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

A importância do princípio está em evitar, no decorrer do exercício financeiro, a desconfiguração da LOA aprovada pelo Congresso Nacional. Para isso é necessário a autorização legislativa.

Por categoria de programação deve entender-se a função, subfunção, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas.

Em geral, essa solicitação é encaminhada pelos órgãos setoriais de orçamento para a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), onde é efetuada a análise do pedido de transposição, remanejamento ou transferência de categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

1.2.14) Programação ou Planejamento

Como o define Sanches (2004, p.283): Princípio orçamentário, de natureza complementar, segundo o qual o orçamento público deve ser estruturado sob a forma de programação, isto é, deve expressar o programa de trabalho de cada entidade do setor público, detalhando por meio de categorias apropriadas, como, onde e com que amplitude o setor público irá atuar no exercício a que se refere a Lei Orçamentária.

Com o surgimento do Plano Plurianual na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu-se um novo princípio orçamentário, o da programação. De acordo com esse princípio, o orçamento deve evidenciar os programas de trabalho, servindo como instrumento de administração do governo, facilitando a fiscalização, gerenciamento e planejamento.

A programação consiste em que os projetos com duração superior a um exercício financeiro só devem constar na LOA se estiverem previstos no PPA.

É a chamada interligação entre planejamento e orçamento.

Enfatizando esse princípio, existe previsão na LRF de que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente e ainda há previsão de em que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a LDO, o poder executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso (art. 1º, § 1º, e art. 8º da LRF).

1.2.15) Clareza

O orçamento deve ser expresso de forma clara, ordenada e completa. O seu entendimento deverá ser acessível à sociedade e não só aos técnicos que o elaboram.

Embora diga respeito ao caráter formal, esse princípio tem grande importância para tornar o orçamento um instrumento eficaz e eficiente de políticas públicas.

1.2.16) Princípio Participativo➔ Fundamenta práticas utilizadas por algumas administrações municipais que adotaram a chamada gestão orçamentária participativa, prevista no Estatuto das Cidades (art. 44 da Lei 10.257/2001), consistindo em instrumento de garantia da gestão democrática da cidade.

Ressalte-se que no âmbito estadual e federal, não é obrigatória a observância do princípio da gestão orçamentária participativa.

1.2.17) Princípio da Unidade de Tesouraria ou de Caixa➔ Segundo o princípio da unidade de tesouraria ou caixa, previsto no artigo 56 da Lei 4320/64, todos os recursos arrecadados pelo estado devem ser centralizados numa única conta bancária, assim o recolhimento de todas as receitas serão feitas em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Este princípio reza que os recursos do governo devem ser **recolhidos** em conta única facilitando a administração e o controle. **Não deve ser confundido com o princípio da unidade orçamentária.**

No âmbito da União, este princípio é obedecido pela criação da Conta Única do Tesouro Nacional. Esta conta é mantida no Banco Central do Brasil e operacionalizada pelo Banco do Brasil S.A.

Depreende-se, portanto, que os valores arrecadados pelo governo devem ser contabilizados em uma única conta caixa, evitando-se, dessa forma, a existência de caixas paralelos, fracionados. **Não se quer afirmar com isso que exista apenas uma conta-corrente(bancária). O que se deseja é uma única conta contábil.**

!! EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA OU DE CAIXA !!

► Os fundos públicos (fundos especiais) constituem exceção ao princípio da unidade de tesouraria. Possuem, dada a sua própria natureza, gestão descentralizada, tais como o FUNDEF, FMDA, FUNDET E outros.

► A autorização para criação dos fundos públicos, consta dos artigos 71 a 74 de Lei n°4.320/1964.

► art. 43 § 1° As disponibilidades de caixa dos regi mes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

1.2.18) Princípio da Uniformidade➔ para observância do princípio da uniformidade, os dados apresentados devem ser homogêneos nos exercícios, no que se refere à classificação e demais aspectos envolvidos na metodologia de elaboração do orçamento, permitindo comparações ao longo do tempo.

1.2.19) Princípio da Descentralização➔ Segundo o princípio da descentralização, é preferível que a execução das ações ocorra no nível mais próximo de seus beneficiários. Com essa prática, a cobrança dos resultados tende a ser favorecida, dada a proximidade entre o cidadão, beneficiário da ação e a unidade administrativa que a executa.

2. EXERCÍCIOS

1 - (TÉC_NÍVEL_SUP_MPOG_SPU_2006) - A Constituição Federal, em seu artigo 167, ao vedar a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, consagra o princípio orçamentário do (da)
a) Unidade.
b) Universalidade.
c) Orçamento-bruto.
d) Não-afetação das receitas.
e) Anualidade.

2 - (ANALISTA_PLANEJAMENTO_MPOG - 2003) Identifique a única opção correta pertinente aos princípios orçamentários.
a) Com base no princípio da universalidade, o orçamento deve ser uno.
b) O princípio da anualidade enfatiza que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos três poderes da União.
c) O princípio da exclusividade afirma que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio de veículos oficiais de comunicação, para conhecimento público e para a eficácia de sua validade.
d) O princípio da especificação estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.
e) O princípio da não-afetação afirma que é vedada a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, excetuadas as afetações que a própria Carta Magna determina.

3 - (ANALISTA_PLANEJAMENTO_MPOG - 2002) De acordo com os princípios orçamentários, identifique o princípio que está inserido nos dispositivos constitucionais, orientando a construção do sistema orçamentário em sintonia com o planejamento e programação do poder público e garantindo que todos os atos relacionados aos interesses da sociedade devem passar pelo exame e pela aprovação do parlamento.
a) princípio da periodicidade
b) princípio da exclusividade
c) princípio da universalidade
d) princípio da unidade
e) princípio da legalidade

4 - (ACE_TCU – 2006) No que diz respeito ao conceito de orçamento público e princípios orçamentários, identifique a opção incorreta.
a) O orçamento público deve manter o equilíbrio entre as receitas fixadas e as despesas estimadas.
b) São impositivos nos orçamentos públicos os princípios orçamentários.
c) Segundo o princípio da unidade, o orçamento público deve constituir uma única peça, indicando as receitas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
d) O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir.
e) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, coincidente com o ano civil.

5 – (AFCE_CIÊNCIAS_JURÍDICAS_TCE/SC_2006) 75. O orçamento não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de créditos suplementares até determinado limite e para a realização de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita orçamentária.
Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que indica o princípio orçamentário aqui descrito.
a) Princípio da exclusividade.
b) Princípio da unidade.
c) Princípio do equilíbrio.
d) Princípio da não afetação da receita.
e) Princípio da anualidade.

6. (TCE_SE/Auditor/FCC/2002) O princípio que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de todas as receitas e despesas, tanto na elaboração como na execução dos orçamentos, é denominado
a) universalidade.
b) unidade.
c) anualidade.
d) especificação ou programação.
e) exclusividade.

7- (TCU/ACE/ESAF/2002) A ação planejada do Estado materializa-se através do orçamento público. Indique o princípio orçamentário que consiste na não-inserção de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.
a) princípio da discriminação
b) princípio da exclusividade
c) princípio do orçamento bruto
d) princípio da universalidade
e) princípio do equilíbrio

8 – (MPU/Técnico_Orçamento/ESAF/2004) O princípio que estabelece que deverão ser incluídos todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvam qualquer transação financeira e econômica, denomina-se
a) unidade.
b) universalidade.
c) exclusividade.
d) anualidade.
e) clareza.

9 - (MPU/Técnico_Orçamento/ESAF/2004) Com base na Constituição Federal de 1988, o princípio orçamentário que consiste na não-inserção de matéria estranha à previsão da receita é o
a) princípio da não-efetação das receitas.
b) princípio da discriminação.
c) princípio da clareza.
d) princípio da exclusividade.
e) princípio da unidade.

10 - (MPU/Técnico_Orçamento/ESAF/2004) Entre as definições mencionadas, identifique qual é pertinente ao princípio orçamentário do equilíbrio.
a) Todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária.
b) Todas as receitas e todas as despesas devem constar da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
c) A lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas.
d) Os valores autorizados para realização das despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas.
e) O orçamento deve ser claro e de fácil compreensão.

SECONT_ES/AUDITOR_ADMINISTRAÇÃO/CESPE/2009

► Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

11. O princípio orçamentário da universalidade preceitua que o orçamento deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus valores líquidos, subtraídas as deduções estabelecidas pela legislação vigente.

UNIPAMPA/CONTADOR/CESPE/2009

Acerca dos princípios que regem o orçamento público, julgue os itens subsequentes.

12. O princípio da unidade, também chamado de princípio da totalidade, não é respeitado no Brasil, pois a Constituição Federal (CF) estabelece três orçamentos distintos: fiscal, de investimentos das empresas estatais e da seguridade social.
13. A determinação de que a lei orçamentária deve compreender todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada ou as despesas que por intermédio desses órgãos se devam realizar, incluindo-se as operações de crédito, é um exemplo do princípio orçamentário da universalidade no Brasil.
14. A vedação constitucional do início de programas ou projetos que não foram incluídos na LOA e a proibição de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA vai de encontro ao princípio da anualidade orçamentária.
15. A Desvinculação das Receitas da União (DRU), pelo fato de não estar vinculada a qualquer fundo, ainda que somente contábil, impossibilita a distinção, na execução orçamentária, de qual parcela de recursos é originária de impostos gerais e de qual é referente à desvinculação de recursos. Essa situação fere os princípios orçamentários da discriminação e da clareza no orçamento público.

MPU/TÉCNICO_DE_ORÇAMENTO/CESPE/2010

► Acerca dos conceitos e princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.
16. Por força do princípio da exclusividade, a LOA não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Por isso, a lei orçamentária não pode ser aprovada se nela constar autorização para a realização de operações de crédito.
17. O princípio da exclusividade tem por objetivo principal evitar a ocorrência das chamadas caudas orçamentárias.
18. A existência do PPA, da LDO e da LOA, aprovados em momentos distintos, constitui uma exceção ao princípio orçamentário da unidade.
19. Na administração pública federal, o exercício financeiro corresponde ao período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano civil.
20. Conforme o princípio orçamentário da unidade, todas as receitas e despesas devem integrar o orçamento público.

MPU/ANALISTA_DE_ORÇAMENTO/CESPE/2010

► Acerca de princípios orçamentários, julgue os itens subsequentes.
21. O princípio da exclusividade foi proposto com a finalidade de impedir que a lei orçamentária, em razão da natural celeridade de sua tramitação no legislativo, fosse utilizada como mecanismo de aprovação de matérias diversas às questões financeiras.
22. De acordo com o princípio da não afetação, o montante das despesas não deve superar o montante das receitas previstas para o período.
23. A aplicação do princípio do orçamento bruto visa impedir a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas, isto é, a inclusão apenas do saldo positivo ou negativo resultante do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

MPU/ANALISTA_DE_CONTÁBIL/CESPE/2010

► Os princípios orçamentários visam assegurar o cumprimento do disposto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

24. A vedação da aprovação de emendas ao projeto de LOA sem a indicação dos recursos necessários, admitindo os provenientes de anulação de despesas, reforça o princípio do equilíbrio.

25. A existência da abertura de créditos suplementares por meio de operações de crédito, inclusive por antecipação da receita na LOA, implica violação ao princípio da exclusividade.

26. O princípio da periodicidade fortalece a prerrogativa de controle prévio do orçamento público pelo Poder Legislativo, obrigando o Poder Executivo a solicitar anualmente autorização para arrecadar receitas e executar as despesas públicas.

SAD_PE/ANALISTA_CONTR_INTERNO_FINANÇAS_PÚBLICAS/CESPE/2010

27. Acerca dos princípios orçamentários é correto asseverar que

a) o princípio da exclusividade exige a identificação da origem e destino das receitas.
b) o princípio da legalidade impõe a fixação da receita e a previsão de despesa.
c) o princípio da especialidade informa que o orçamento deve conter apenas as receitas e as despesas.
d) o princípio da universalidade informa que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social.
e) o princípio do equilíbrio orçamentário determina que no orçamento se leve em consideração a economia de mercado para estipulação da receita e despesa.

DPU/ANALISTA_TÉCNICO_ADMINISTRATIVO/CESPE/2010

28. Acerca dos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

a) O princípio do orçamento bruto determina que o orçamento deva abranger todo o universo das receitas a serem arrecadadas e das despesas a serem executadas pelo Estado.
b) O princípio da legalidade, um dos primeiros a serem incorporados e aceitos nas finanças públicas, dispõe que o orçamento será, necessariamente, objeto de uma lei, resultante de um processo legislativo completo, isto é, um projeto preparado e submetido, pelo Poder Executivo, ao Poder Legislativo, para apreciação e posterior devolução ao Poder Executivo, para sanção e publicação.
c) O princípio da anualidade ou da periodicidade estabelece que o orçamento obedeça a determinada periodicidade, geralmente um ano, já que esta é a medida normal das previsões humanas, para que a interferência e o controle do Poder Legislativo possam ser efetivados em prazos razoáveis, que permitam a correção de eventuais desvios ou irregularidades verificados na sua execução. No Brasil, a periodicidade varia de um a dois anos, dependendo do ente federativo.
d) O princípio da totalidade, explícito de forma literal na legislação brasileira, determina que todas as receitas e despesas devem integrar um único documento legal. Mesmo sendo os orçamentos executados em peças separadas, as informações acerca de cada uma dessas peças são devidamente consolidadas e compatibilizadas em diversos quadros demonstrativos.
e) O princípio da especificação determina que, como qualquer ato legal ou regulamentar, as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial.
Além disso, exige que as informações acerca da discussão, elaboração e execução dos orçamentos tenham a mais ampla publicidade, de forma a garantir a transparência na preparação e execução do orçamento, em nome da racionalidade e da eficiência.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO /ADMINISTRADOR/ FUNDAÇÃO_DOM_CINTRA/2010

29. Princípio orçamentário que preconiza que as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, a origem dos recursos e sua aplicação:

a) não comprometimento;
b) especialização;
c) da desvinculação;
d) da universalidade;
e) não afetação das receitas.

TRENSURB_RS/ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR PROCESSO DE GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA/FUNDAÇÃO BIORIO/ 2010

30 - O ente da federação que deixa de incluir no seu orçamento despesas em favor da União, em razão de deduzi-las das receitas a receber da União, incorre no descumprimento do principio orçamentário do(a):
a) orçamento bruto;
b) equilíbrio;
c) unidade;
d) exclusividade;
e) não afetação da receita.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL/CONTADOR/2010

31) O princípio orçamentário que decorre do texto constitucional, prevendo a “não-inserção de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa”, denomina-se princípio:
a) Da não vinculação ou não afetação.
b) Da discriminação.
c) Da exclusividade.
d) Da universalidade.
e) Da evidenciação.

1 - D	2 - E	3 - E	4 - A	5 - A	6 - A	7 - B	8 - B	9 - D	10 - D
11 - E	12 - E	13 - C	14 - E	15 - C	16 - E	17 - C	18 - E	19 - C	20 - E
21 - C	22 - E	23 - C	24 - C	25 - E	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - A
31 - C									